

Aviso nº 684 - GP/TCU

Brasília, 13 de setembro de 2024.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 1331/2024 (acompanhado das peças indicadas no subitem 9.3), para ciência, em especial no que tange às informações constantes do subitem 9.2 da referida Deliberação, proferida pelo Plenário desta Corte de Contas, na Sessão Ordinária de 3/7/2024, ao apreciar os autos do TC-011.155/2024-8, da relatoria do Ministro Augusto Nardes.

O mencionado processo trata de Solicitação do Congresso Nacional originária do Ofício nº 43/2024/CFFC-P, de 16/5/2024, relativo ao Requerimento nº 102/2024-CFFC, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo.

Consoante disposto no subitem 9.1 do Acórdão ora enviado, a Solicitação em tela foi considerada parcialmente atendida.

Atenciosamente,

*(Assinado eletronicamente)*

MINISTRO BRUNO DANTAS  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal JOSEILDO RAMOS  
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle  
Câmara dos Deputados  
Brasília - DF

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 011.155/2024-8

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Unidade Jurisdicionada: Ministério dos Povos Indígenas.

Representação legal: não há.

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EM VIAGENS. CONHECIMENTO. ATENDIMENTO PARCIAL. MATÉRIA EM ANÁLISE EM PROCESSOS CONEXOS. EXTENSÃO DOS ATRIBUTOS DA SCN. SOBRESTAMENTO.

## RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução elaborada no âmbito da Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – AudAgroAmbientlal (peça 9), ratificada de forma unânime pelo dirigente da unidade (peça 10):

### “INTRODUÇÃO

*Trata-se do Ofício 43/2024/CFFC-P, de 16/5/2024 (peça 3), por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminha o requerimento 102/2024-CFFC, de 17/4/2024 (peça 4).*

*2. O documento encaminhado, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, requer do Tribunal de Contas da União informações acerca do desembolso de mais de R\$ 76 mil para bancar viagens de amigo da ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara.*

### EXAME DE ADMISSIBILIDADE

*3. Os arts. 4º, inciso I, da Resolução - TCU 215/2008 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU conferem legitimidade ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para solicitar informações ao Tribunal de Contas da União.*

*4. Assim, legítima a autoridade solicitante, cabe o conhecimento do expediente como solicitação do Congresso Nacional.*

### EXAME TÉCNICO

*5. O requerente, ao informar que ocorreu o desembolso de mais de R\$ 76 mil, pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para bancar diversas viagens de Hone Riquison Pereira Sobrinho, amigo da ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara, desde fevereiro/2023, como colaborador eventual, solicita as seguintes informações (peça 4, p. 1-2):*

*• Gostaríamos de saber se o TCU está ciente dos desembolsos superiores a R\$ 76 mil para diárias e passagens de Hone Riquison Pereira Sobrinho, também conhecido como Hony Sobrinho, financiados pelo governo federal, e se esses procedimentos foram submetidos a alguma forma de verificação ou auditoria pelo Tribunal para assegurar a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.*

*• Poderia o TCU fornecer detalhes sobre os critérios de seleção e justificativa utilizados pelo gabinete da Ministra Sônia Guajajara e pelo Ministério da Gestão e da Inovação para autorizar o desembolso desses valores para viagens? Existe alguma documentação que evidencie a necessidade*



e relevância das viagens realizadas por Hony Sobrinho em relação às suas funções como colaborador eventual?

- O TCU pode informar quais medidas estão sendo tomadas para aumentar a transparência e a prestação de contas em relação ao uso de fundos públicos para despesas como essas? Como o Tribunal assegura que despesas semelhantes são feitas em estrita observância dos princípios de economicidade, eficiência e eficácia?

- Houve ou haverá alguma auditoria ou investigação específica por parte do TCU sobre o caso das viagens financiadas para Hony Sobrinho? Em caso afirmativo, quais foram ou serão os principais focos dessas auditorias?

- Considerando a devolução parcial de recursos no valor de R\$ 300,90 de uma viagem realizada, o TCU pode detalhar como são tratados os procedimentos de devolução de recursos em casos de gastos com viagens? Existe um mecanismo de controle para garantir que devoluções sejam efetivamente realizadas quando apropriado?

- O TCU tem recomendações ou está planejando emitir diretrizes para prevenir situações semelhantes no futuro, assegurando que a alocação de recursos públicos para viagens e diárias siga os mais altos padrões de integridade e responsabilidade fiscal?

6. Com vistas a atender a solicitação, foi feita consulta aos sistemas informatizados do Tribunal, tendo sido encontrados os seguintes processos em andamento, que tratam do assunto objeto desta solicitação:

a) TC 007.765/2024-0, de relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, que trata de representação, autuada em 10/4/2024, do Senador Rogério Simonetti Marinho, referente a possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, na qualidade de colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI);

b) TC 008.191/2024-7, também da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, que trata de representação, autuada em 22/4/2024, da Deputada Federal Júlia Pedroso Zanatta, informando as mesmas supostas irregularidades.

7. O TC 008.191/2024-7, por tratar do mesmo objeto e dos mesmos responsáveis, foi apensado ao TC 007.765/2024-0, para tramitação e apreciação conjunta, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

8. Nos autos do TC 007.765/2024-0, para que se pudesse melhor avaliar a questão, foram preliminarmente realizadas as seguintes diligências:

a) ao MPI, para que, no prazo de quinze dias, se manifestasse sobre o conteúdo da representação e encaminhasse, no mesmo prazo, documentos e/ou informações acerca dos valores despendidos com diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, bem como enviasse cópia integral e/ou concedesse acesso externo ao processo SEI que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI) (processo 15000.103636/2023-84);

b) à UFPI, para que, no prazo de quinze dias, enviasse cópia integral e/ou concedesse acesso externo ao processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, que trata do contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, acompanhado da relação dos pagamentos efetuados;

c) à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), para que, no prazo de quinze dias, enviasse a relação dos pagamentos efetuados, no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX, discriminando, em ordem cronológica, os nomes dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade da despesa. No caso de eventual contratação, concessão de bolsa, auxílio ou qualquer pagamento, a qualquer título, ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, no âmbito do referido contrato, deveria, também, encaminhar, caso existentes, cópia dos instrumentos de formalização, bem como informações pormenorizadas dos serviços prestados.

9. Os órgãos e entidades encaminharam documentos e prestaram as informações solicitadas, que constam às peças 13-21 do TC 007.765/2024-0. Após análise dos documentos apresentados, em função da ausência de informações importantes para elucidar a questão, foram

realizadas, em 14/6/2024, novas diligências (peças 21-27 do TC 007.765/2024-0), as quais aguardam atendimento.

10. Tendo em vista que as representações ainda não foram apreciadas no mérito, cumpre informar ao solicitante que, assim que apreciadas pelo Tribunal, dar-se-á notícia quanto aos seus resultados, devendo-se aguardar a manifestação do Tribunal no TC 007.765/2024-0 para que seja possível o atendimento integral desta solicitação.

11. Para o encaminhamento das informações necessárias ao atendimento desta solicitação, impõe-se requisitar cópia das peças 1 e 6 a 27 do TC 007.765/2024-0 e 1 e 5 a 9 do TC 008.191/2024-7, nos termos do art. 13 da Resolução - TCU 215/2008.

12. Assim, quanto ao questionamento sobre o suposto pagamento irregular de passagens e diárias a colaborador eventual do MPI, as informações obtidas por esta unidade técnica ainda não foram analisadas, o que deve ser feito em breve na apreciação do TC 007.765/2024-0.

#### CONCLUSÃO

13. De acordo com o exposto, deve o Tribunal informar ao Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que a matéria da presente solicitação está sendo tratada nos processos de representação TCs 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7, cujas peças devem ser encaminhadas ao solicitante, e que tão logo sejam apreciados dar-se-á notícia quanto aos seus resultados à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

14. Com relação aos processos TC 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7, ainda em tramitação nesta Corte, deve-se informar ao relator, Ministro Jhonatan de Jesus, acerca da existência desta solicitação e requisitar o encaminhamento ao relator da presente solicitação de cópia do acórdão, relatório e voto respectivos, em conformidade com o parágrafo único do art. 13 da Resolução - TCU 215/2008. Deve-se, ainda, estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução aos mencionados processos, o que constará da proposta de encaminhamento.

#### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

15. Diante do exposto, submete-se a presente solicitação do Congresso Nacional, formulada por intermédio do Ofício 43/2024/CFFC-P, de 16/5/2024, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminha o requerimento 102/2024-CFFC, de 17/4/2024, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, propondo:

a) conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea 'b', da Resolução - TCU 215/2008;

b) informar ao Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que a matéria da presente solicitação está sendo tratada nos processos de representação TCs 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7 e que tão logo sejam apreciados dar-se-á notícia quanto aos seus resultados à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

c) encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, as peças 1 e 6 a 27 do TC 007.765/2024-0 e 1 e 5 a 9 do TC 008.191/2024-7;

d) informar ao Ministro Jhonatan de Jesus, relator dos TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7, que os mencionados processos são conexos a este, sendo, por isso, necessário, quando do julgamento do mérito, o encaminhamento ao relator desta solicitação de cópia do acórdão proferido, do relatório e do voto que o fundamentaram e das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento da solicitação objeto deste processo;

e) estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução aos processos TC 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7, uma vez reconhecida conexão integral dos respectivos objetos com o da presente solicitação;

*f) juntar cópia da deliberação que vier a ser adotada neste processo aos TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7, processos conexos mencionados anteriormente, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução - TCU 215/2008;*

*g) dar ciência da decisão que vier a ser adotada, e que atende parcialmente à solicitação apresentada, ao Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;*

*h) sobrestar a apreciação do presente processo até que sejam encaminhadas as informações relativas aos processos conexos, necessárias ao integral cumprimento do solicitado, com fundamento no art. 47 da Resolução - TCU 259/2014.”*

É o Relatório.

## VOTO

Trata-se de processo de Solicitação do Congresso Nacional autuado a partir do Ofício 43/2024/CFFC-P, de 16/5/2024, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminha o requerimento 102/2024-CFFC, de 17/4/2024.

2. O documento encaminhado, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, requer do Tribunal de Contas da União informações acerca do desembolso de mais de R\$ 76 mil (setenta e seis mil reais) para bancar viagens de amigo da ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara.

3. Inicialmente, presentes os requisitos de admissibilidade, conheço da presente Solicitação do Congresso Nacional, com fundamento nos arts. 4º, inciso I, da Resolução - TCU 215/2008 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

4. No mérito, acolho a instrução da AudAgroAmbiental, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, sem prejuízo das considerações a seguir.

5. Conforme aponta a unidade técnica, o requerente, ao informar que ocorreu o desembolso de mais de R\$ 76 mil, pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para bancar diversas viagens do Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, amigo da ministra dos Povos Indígenas, Senhora Sonia Guajajara, desde fevereiro/2023, como colaborador eventual, solicita as seguintes informações:

a) gostaríamos de saber se o TCU está ciente dos desembolsos superiores a R\$ 76 mil para diárias e passagens de Hone Riquison Pereira Sobrinho, também conhecido como Hony Sobrinho, financiados pelo governo federal, e se esses procedimentos foram submetidos a alguma forma de verificação ou auditoria pelo Tribunal para assegurar a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis;

b) poderia o TCU fornecer detalhes sobre os critérios de seleção e justificativa utilizados pelo gabinete da Ministra Sônia Guajajara e pelo Ministério da Gestão e da Inovação para autorizar o desembolso desses valores para viagens? Existe alguma documentação que evidencie a necessidade e relevância das viagens realizadas por Hony Sobrinho em relação às suas funções como colaborador eventual?;

c) o TCU pode informar quais medidas estão sendo tomadas para aumentar a transparência e a prestação de contas em relação ao uso de fundos públicos para despesas como essas? Como o Tribunal assegura que despesas semelhantes são feitas em estrita observância dos princípios de economicidade, eficiência e eficácia?;

d) houve ou haverá alguma auditoria ou investigação específica por parte do TCU sobre o caso das viagens financiadas para Hony Sobrinho? Em caso afirmativo, quais foram ou serão os principais focos dessas auditorias?;

e) considerando a devolução parcial de recursos no valor de R\$ 300,90 de uma viagem realizada, o TCU pode detalhar como são tratados os procedimentos de devolução de recursos em casos de gastos com viagens? Existe um mecanismo de controle para garantir que devoluções sejam efetivamente realizadas quando apropriado?;

f) o TCU tem recomendações ou está planejando emitir diretrizes para prevenir situações semelhantes no futuro, assegurando que a alocação de recursos públicos para viagens e diárias siga os mais altos padrões de integridade e responsabilidade fiscal?

6. Conforme aponta a AudAgroAmbiental, a matéria da presente solicitação está sendo tratada, no âmbito desta Corte, nos processos de representação TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7, este último apensado, conforme despacho do relator, para exame em conjunto, cujas peças devem ser, desde logo, encaminhadas ao solicitante, informando-lhe que tão logo sejam apreciados dar-se-á notícia quanto aos seus resultados à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

7. Concordo igualmente, com a unidade instrutiva que, com relação aos TC 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7, ainda em tramitação nesta Corte, que deve ser informado ao relator, Ministro Jhonatan de Jesus, acerca da existência desta solicitação, para requisitar que, tão logo seja apreciado o TC-007.765/2024-0, seja determinada a juntada ao presente processo de cópia do acórdão, relatório e voto respectivos, em conformidade com o parágrafo único do art. 13 da Resolução-TCU 215/2008.

8. Concordo, também, com a AudAgroAmbiental que, por força do art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º da norma, nomeadamente a natureza urgente e a tramitação preferencial do processo, devem ser estendidos ao TC 007.765/2024-0, bem como com a proposição de sobrestamento do presente feito, com fundamento no art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, até que sejam encaminhadas as informações relativas aos processos conexos, necessárias ao integral cumprimento do solicitado.

9. Por fim, considero parcialmente atendida a presente Solicitação, nos termos do art. 18 da Resolução-TCU 215/2008.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote o acórdão cuja minuta submeto ao colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 3 de julho de 2024.

Ministro JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES  
Relator

## ACÓRDÃO Nº 1331/2024 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 011.155/2024-8.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade Jurisdicionada: Ministério dos Povos Indígenas.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há

## 9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional autuado a partir do Ofício 43/2024/CFFC-P, de 16/5/2024, por meio do qual o Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, encaminha o requerimento 102/2024-CFFC, de 17/4/2024.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, I, da Lei 8.443/1992, 232, III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução-TCU 215/2008, e considerá-la parcialmente atendida;

9.2. informar ao Exmo. Sr. Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que a matéria da presente solicitação está sendo tratada no processo de representação TC-007.765/2024-0, ao qual foi apensado o TC 008.191/2024-7, para exame em conjunto, e que tão logo sejam apreciados dar-se-á notícia quanto aos seus resultados à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.3. encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, as peças 1 e 6 a 27 do TC 007.765/2024-0 e 1 e 5 a 9 do TC 008.191/2024-7;

9.4. informar ao Ministro Jhonatan de Jesus, relator dos TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7, que os mencionados processos são conexos a este, sendo, por isso, necessário, quando do julgamento do mérito, o encaminhamento ao presente processo de cópia do acórdão proferido, do relatório e do voto que o fundamentaram e das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento da solicitação de que se trata;

9.5. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução aos processos TC 007.765/2024-0 e TC 008.191/2024-7, uma vez reconhecida conexão integral dos respectivos objetos com o da presente solicitação;

9.6. juntar cópia desta deliberação aos TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7, processos conexos, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução - TCU 215/2008;

9.7. sobrestar, com fundamento no art. 47 da Resolução - TCU 259/2014, a apreciação do presente processo até que sejam encaminhadas as informações relativas aos processos conexos (TCs 007.765/2024-0 e 008.191/2024-7), necessárias ao integral cumprimento do solicitado;

9.8. comunicar esta decisão ao Deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

10. Ata nº 27/2024 – Plenário.

11. Data da Sessão: 3/7/2024 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1331-27/24-P.



13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
**BRUNO DANTAS**  
Presidente

(Assinado Eletronicamente)  
**AUGUSTO NARDES**  
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
**CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA**  
Procuradora-Geral





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Marinho

## EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO** (“representante” ou “autor”), brasileiro, casado, Senador da República, portador da cédula de identidade R.G. nº 496109 SSP/RN e inscrito no CPF/MF nº 413.011.294-53, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 11, endereço eletrônico [sen.rogeriomarinho@senado.leg.br](mailto:sen.rogeriomarinho@senado.leg.br) vem, com fundamento no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, arts. 70 a 74, todos da Constituição Federal, c/c art. 1º, XVI, da Lei n. 8.443/92, apresentar

### REPRESENTAÇÃO

em face do Ministério dos Povos Indígenas, integrante da Administração Pública Federal Direta, representada na forma do Decreto-Lei 200, de 1967, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º Andar, sala 710, CEP 70297-400 (“representado”) em decorrência de possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho (colaborador eventual), amigo pessoal da Excelentíssima Senhora Ministra Sônia Guajajara, em desacordo com as normas legais e com a jurisprudência desse Tribunal.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Marinho

## I. Sumário da representação

A presente representação requer a adoção de providências, por essa Corte de Contas, no sentido de apurar possíveis irregularidades no custeio de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho (colaborador eventual), um amigo pessoal da Excelentíssima Senhora Ministra Sônia Guajajara, em desacordo com as normas legais e com a jurisprudência desse Tribunal.

## II. Cabimento

### a) Da competência

Nos termos do art. 1º, XVI, da Lei nº 8.443, de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU) cabe a essa Corte decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato. Na forma do art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, aplicam-se às representações os procedimentos aplicáveis às denúncias.

A presente representação tem por objeto a avaliação da legalidade do pagamento de passagens e diárias ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho (colaborador eventual), de modo que os recursos estão sob a jurisdição desta Corte.

### b) Da Legitimidade Ativa

O autor é Senador da República, com legitimidade para apresentar representação junto a essa corte de contas na forma do art. 237, III, do Regimento Interno do TCU.

### c) Da Legitimidade Passiva

O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Marinho

A representação é instrumento processual do Tribunal de Contas da União que tem por finalidade provocar a apuração de fato ou ato ilegal que seja de conhecimento dos legitimados. Trata-se, portanto, de uma denúncia formulada por uma autoridade listada no Regimento Interno do TCU.

Estão submetidos à jurisdição do TCU dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao Erário.

Em se tratando de questionamento sobre a utilização de recursos para pagamento de diárias e passagens a particular, para realização de serviços cotidianos do Ministério dos Povos Indígenas e com desvio de finalidade, inconteste que se trata de valores sob jurisdição do TCU.

### III. Dos fatos

Conforme noticiado pelo portal de notícias da CNN, na data de hoje<sup>1</sup>:

**“Ministério dos Povos Indígenas desembolsa mais de R\$ 76 mil para bancar viagens de amigo de Guajajara**

Sem vínculo oficial com o governo, Hone Riquison Pereira Sobrinho recebeu um total de 53 diárias e passagens desde fevereiro do ano passado; ministério ainda não se manifestou

08/10/2023 - Reuters/Pilar Olivares

**Mayara da Pazda CNN**

**Brasília**

**09/04/2024 às 10:11 | Atualizado 09/04/2024 às 10:13**

<sup>1</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministerio-dos-povos-indigenas-desembolsa-mais-de-r-76-mil-para-bancar-viagens-de-amigo-de-guajajara/#:~:text=O%20governo%20federal%20desembolsou%20R,dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%2C%20S%C3%B4nia%20Guajajara.>



SENADO FEDERAL

## Gabinete do Senador Rogério Marinho

O governo federal desembolsou R\$ 76.234,94 para pagar diárias e passagens a um amigo pessoal da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

A informação foi revelada pelo portal Metrôpoles e confirmada pela CNN por meio do Portal da Transparência.

Os recursos foram solicitados pelo gabinete de Guajajara ao Ministério da Gestão e da Inovação, responsável pela liberação e pagamento das diárias.

Ao todo, os valores bancaram 53 dias de diárias e passagens a Hone Riquison Pereira Sobrinho, também conhecido como Hony Sobrinho.

Durante a transição de governo, em 2022, Hony foi nomeado para integrar o grupo técnico de Povos Originários. Ele também já foi chefe de comunicação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da qual Guajajara já foi coordenadora.

As despesas começaram a ser feitas em fevereiro do ano passado, quando Hony participou da reunião do comitê do Fundo Amazônia, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, ele acompanhou a ministra, que também esteve presente na agenda. Na época, foram desembolsados R\$ 5.017,38 com diárias e passagens.

O gasto mais recente foi de R\$ 167,50 e ocorreu no mês passado, para uma viagem ao Pará.

Em março, Guajajara foi convidada para a Assembleia Geral da Associação Tato'a, mas designou o amigo como "colaborador eventual" por seu "profundo conhecimento da região" do povo indígena Parakanã.

Colaborador eventual é uma categoria prevista na administração pública, destinada a pessoas sem vínculo com



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

o governo, mas com “capacidade técnica específica” para a “execução de determinada atividade sob permanente fiscalização”. O posto não envolve remuneração.

Ao Metrôpoles, o Ministério dos Povos Indígenas disse que “adota essa forma de colaboração com respeito aos critérios normativos, selecionando cada colaborador com atenção a sua expertise e de acordo com a natureza da demanda”.

A CNN entrou em contato com o Ministério dos Povos Indígenas sobre os valores e aguarda retorno. A reportagem também procurou Hony Sobrinho e aguarda resposta.

### **Devolução de recursos**

Do total de R\$ 76,2 mil gastos com diárias e passagens, o Portal da Transparência aponta a devolução de R\$ 300,90 de uma viagem a Ilhéus (BA), realizada em janeiro deste ano, e que custou R\$ 451,35.

A plataforma do governo não informa quem foi o responsável pela devolução do valor, apenas que parte dos recursos foram devolvidos “pelo servidor ou por outra entidade que tenha financiado parte da viagem”.

A viagem teve como objetivo acompanhar a investigação do ataque a pessoas da terra indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, situada no sul da Bahia.

O Portal da Transparência não aponta outras devoluções.”

Inicialmente, importante destacar que a figura do colaborador eventual é tratada em diversos normativos e atos infralegais da Administração Pública federal como um profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência de executar determinada atividade sob a supervisão do delegante, sem qualquer caráter empregatício. Nesse sentido os seguintes normativos:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

### **Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967**

Art. 111. A colaboração de natureza eventual à Administração Pública Federal sob a forma de prestação de serviços, retribuída mediante recibo, não caracteriza, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o Serviço Público Civil, e somente poderá ser atendida por dotação não classificada na rubrica "PESSOAL", e nos limites estabelecidos nos respectivos programas de trabalho. (Vide Decreto nº 66.715, de 1970)

### **Ofício nº 295-2002-COGLE-SRH-MP**

“Quanto ao colaborador eventual, considera-se como tal, aquele profissional dotado de capacidade técnica específica, que recebe a incumbência da execução de determinada atividade sob a permanente fiscalização do delegante, sem qualquer caráter empregatício, podendo realizar viagens dentro do território nacional, quando em serviço e devidamente justificadas, à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos, não cabendo, todavia, ao mesmo usufruir o direito de viagens para fora do país, pagamento de passagens e diárias, exceto se for acompanhando Ministro de Estado em missão ao exterior.”

### **Lei 8.162, de 8 de janeiro de 1991.**

Art 4º As despesas pessoais de alimentação e pousada dos colaboradores eventuais, quando em viagem a serviço, inclusive sob a forma de diárias, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos interessados, conforme dispuser o regulamento.

Essa Egrégia Corte de Contas já se debruçou sobre o tema em diversas oportunidades, tendo estabelecendo diretrizes seguras a fim de evitar desvios de finalidade e ilegalidades. A título de ilustração, faz-se referência



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

ao Acórdão 159/2015 do Plenário do TCU, que ao avaliar a gestão da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge/MJ), determinou a interrupção do pagamento de diárias em caráter não eventual, em desconformidade com o art. 58 da Lei 8.112/1990, **atentando para o impedimento de conceder-se diárias**, qualquer que seja o prazo, aos seguintes grupos:

“9.2.1. pessoas físicas oriundas da iniciativa privada, bem como servidores aposentados, **como forma de retribuição pelos serviços prestados**;

9.2.2. servidores cedidos de quaisquer esferas para a Sesge, meramente pelo fato da cessão, pois esta altera o local de exercício do cedido e não se justifica a indenização;

9.2.3. colaboradores eventuais à disposição da Sesge oriundos das esferas estadual, distrital e municipal, caso não haja deslocamento do servidor de sua sede originária e não se faça uso de previsão legal específica, a exemplo do que ocorre com a Força Nacional de Segurança Pública;

9.2.4. servidores civis e militares dos estados e do Distrito Federal colocados à disposição da Força Nacional de Segurança Pública, quando a utilização do pessoal ocorrer para atuação em atividades de caráter meramente administrativo; e

9.2.5. servidores federais na condição de **colaboradores eventuais** (Acórdão 505/2006-TCU- 1ª Câmara), **pois estes não estão incluídos no campo de abrangência do referido conceito**.

Como visto no referido Acórdão, algumas situações de desvio de finalidade foram identificadas por esse Tribunal, seja no pagamento indevido de diárias, seja na própria utilização do conceito de colaborador eventual em situações incompatíveis.

Na situação trazida ao conhecimento desse Egrégio Tribunal nesta representação, observa-se que o Sr. HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO é amigo pessoal e ex-chefe de comunicação da Articulação dos





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

Povos Indígenas do Brasil (APIB), da qual a Ministra Sônia Guajajara já foi coordenadora. Mantém relação de amizade com a Ministra e não tem vínculo oficial com o Ministério dos Povos Indígenas.

Segundo matéria do portal Metrôpoles, HONE participou de pelo menos oito reuniões oficiais do governo entre março de 2023 e fevereiro de 2024. Participou de reunião, na qualidade de assessor, com o Presidente da Embratur, Marcelo Freixo, para tratar de turismo em comunidades indígenas, dentre outras motivações:

#### “Justificativas

As motivações apresentadas pelo Ministério dos Povos Indígenas para as viagens de Hony são variadas. Ele foi mestre de cerimônia durante uma visita técnica do MPI no Maranhão em abril de 2021, mas também já viajou como participante de assembleias, debatedor em mesas temáticas de seminários e até para tratar de temas delicados.

Em junho do ano passado, Sônia Guajajara designou Hony para acompanhar o conflito agrário na terra indígena Kinikinau, no Mato Grosso do Sul.

Já no começo de abril de 2023, Hony foi enviado para verificar a situação do território Pyau Jaraguá, em São Paulo, após denúncias de ameaças de morte e invasões de não indígenas. Em pelo menos quatro motivações de viagens, escritas em documentos oficiais, ele é chamado de “servidor”.

Também houve viagens ao lado de Guajajara para acompanhar a crise humanitária em território Yanomami. Na ida mais recente à região, em fevereiro deste ano, Hony está na lista de passageiros como “assessor do MPI”.

Ele também acompanhou Guajajara na Festa de Parintins, de carona no avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com a então ministra do turismo, Daniela Carneiro, entre junho e julho do



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

ano passado. Hony é descrito na lista de passageiros como “assessor direto”.<sup>2</sup>

Procurado pelo veículo Metrôpoles, o Sr. HONE apresentou as seguintes justificativas (“Fofoca”):

### “Fofoca”

(...) Hony negou que se apresente como servidor em reuniões e eventos do ministério, apesar de ser tratado como tal nos documentos oficiais. Ele diz que atua como um consultor e que trabalha com movimento indígena há muitos anos.

“Vira assessor porque a gente tem um trabalho de contribuição com o ministério, mas não chega a ser um braço-direito. Isso é fofoca, certamente”, afirmou.

Ao ser questionado sobre sua relação de amizade com a ministra dos Povos Indígenas, Hony reconheceu que participa do governo por causa dessa relação, mas negou que ajude em tomadas de decisão.

“Eu conheço a Sônia há muito tempo, tanto que estou na consultoria por isso. Mas não é uma questão de tomar decisão por ela ou que eu participe de decisões políticas. Eu faço as tarefas, conforme são orientadas, de ir nas comunidades com ela, ou com outras pessoas do ministério”, defendeu.

Hony alega que é um consultor do ministério e que recebe um salário de R\$ 8,5 mil via Universidade Federal do Piauí (UFPI), que fez um convênio com o MPI. Hony não é estudante, bolsista ou servidor da UFPI.

De fato, a Fundação da UFPI firmou uma parceria de R\$ 2,5 milhões com o Ministério dos Povos Indígenas para

<sup>2</sup> <https://www.metropoles.com/brasil/ministerio-dos-povos-indigenas-banca-viagens-de-amigo-de-guajajara>



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

“pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas”. No entanto, esse convênio começou em novembro. Hony viaja com Sônia desde fevereiro do ano passado.

Hony e o MPI não responderam aos questionamentos da reportagem sobre o convênio. O espaço segue aberto.

No caso em questão, a figura do colaborador eventual não parece adequada e vai de encontro ao que vem decidindo do TCU. Como visto nos relatos jornalísticos e confirmados pelo próprio Sr. HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO, ele vem participando de reuniões oficiais do governo federal de forma rotineira. **Exercendo uma função de “faz tudo” da Ministra.** Já foi mestre de cerimônias, já acompanhou conflito agrário em terra indígena no Mato Grosso do Sul, verificou situação do território Pyau Jaraguá, em São Paulo, **sendo sempre chamado de servidor.**

Portanto, como visto, o Sr. HONE vem sendo remunerado por diária como retribuição pelos serviços prestados à Alta Administração do Ministério dos Povos Indígenas. A situação é grave, pois pode representar inclusive usurpação de função pública.

Além disso, a ausência de vínculo de natureza estatutária, empregatícia ou temporária com a Administração Pública não exime os gestores públicos federais, na escolha dos colaboradores eventuais, **de observar o princípio da impessoalidade.**

Portanto, são várias as irregularidades dispostas nas matérias jornalísticas. Na realidade, o motivo verdadeiro a justificar o pagamento das diárias e passagens é remunerar como se servidor público fosse um amigo pessoal.

Para completar, o Sr. HONE disse em resposta ao Portal Metrôpole que atualmente é um consultor do Ministério dos Povos Indígenas e que recebe um salário de R\$ 8,5 mil via Universidade Federal do Piauí (UFPI), que fez um convênio com o MPI. Portanto, a se confirmar a situação informada por HONE, o período em que ele ainda não era consultor do MPI



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Marinho

realmente houve desvio de finalidade, já que ele efetivamente estava trabalhando para o MPI, de forma ilegal, em desvio de finalidade, sendo custeado com diárias e passagens.

Considerando todos os elementos apontados, é imperioso que esse Tribunal de Contas da União apure as eventuais irregularidades no custeio das passagens e diárias do Sr. HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO, bem como a própria legalidade e moralidade da situação, já que buscou-se remunerar amigo pessoal, em desvio de finalidade.

## V. Dos pedidos

Diante do exposto, requer que:

a) Seja recebida e processada esta representação, para a implementação das medidas cabíveis quanto às potenciais ilegalidades descritas no ofício circular supracitado;

b) Sejam devidamente intimados os representantes do Ministério dos Povos Indígenas responsáveis pela realização dos pagamentos de diárias e passagens para o Sr. HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO na condição de colaborador eventual, em possível desvio de finalidade;

c) No mérito, que o Tribunal de Contas da União, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal, decida pela adoção das medidas de sua competência necessárias para verificar o grau de observância, pelo Ministério dos Povos Indígenas indicados a custear passagens e diárias e passagens em situação não compatível com a figura do colaborador eventual;

e) Seja o representante informado oficialmente dos andamentos da presente representação;

f) Caso esse Tribunal entenda não estarem presentes os requisitos para recebimento da presente representação, o que se admite apenas por



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Marinho

hipótese, que esta manifestação seja recebida e devidamente processada como comunicação de irregularidades.

Brasília, 9 de abril de 2024.

**ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**  
Senador da República

**TC 007.765/2024-0**

**Tipo:** Representação

**Unidade jurisdicionada:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Representante:** Senador Rogério Simonetti Marinho, CPF 413.011.294-53.

**Representado:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Interessado em sustentação oral:** não há

**Proposta:** diligência

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de representação referente a possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI) (peça 1).
2. O representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, CPF 413.011.294-53, informa que estaria ocorrendo o pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, amigo pessoal da Ministra de Estado Sônia Guajajara, na qualidade de colaborador eventual e em desacordo com as normas legais e com a jurisprudência deste Tribunal. Segundo excertos de notícias transcritas na representação, extraídas do portal CNN e do portal Metrôpoles, o referido colaborador eventual estaria recebendo diárias e passagens, de forma irregular, desde fevereiro do ano passado.
3. Além disso, foram trazidas informações de que o referido colaborador eventual é remunerado também como consultor, com um salário de R\$ 8,5 mil, por meio de um convênio firmado entre o MPI e Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI).

## EXAME DE ADMISSIBILIDADE

4. A representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014, haja vista que a matéria é de competência do Tribunal, já que se trata de execução do orçamento da União; os responsáveis do MPI e da UFPI estão sujeitos à jurisdição deste Tribunal; a representação está redigida em linguagem clara e objetiva; contém nome legível, qualificação e endereço do representante; está acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade; e se verifica a existência do interesse público.
5. Além disso, o representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso III, do RI/TCU.

## EXAME TÉCNICO

6. A causa da irregularidade alegada pelo representante é o pagamento de diárias e passagens, de forma rotineira, por parte do MPI, a pessoa que não faz parte de seu quadro de servidores, o que não encontraria respaldo na legislação vigente e afrontaria a jurisprudência desta Corte, notadamente o Acórdão 159/2015-Plenário (relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues). Além do mais, o representante também traz a informação de que o referido beneficiário das diárias e passagens estaria sendo remunerado por um “convênio” firmado entre o MPI e a UFPI.
7. A concessão de diárias e passagens é permitida para, além dos servidores públicos, dos militares e dos empregados públicos, também aos colaboradores eventuais, conforme preceitua o art. 4º da Lei 8.162, de 8/1/1991, com a redação dada pela Lei 8.216, de 13/8/1991, o art. 10 do Decreto 5.992, de 19/12/2006 e o art. 7º do Decreto 10.193, de 27/12/2019.
8. E acerca do que vem a ser colaborador eventual, o art. 10, §3º, do Decreto 5.992, de

19/12/2006, com a redação dada pelo Decreto 11.872, de 29/12/2023, assim prescreve:

§3º Exceto se houver disposição em contrário em lei ou regulamento, **considera-se colaborador eventual a pessoa física**, nacional ou estrangeira, **sem remuneração e sem qualquer vínculo estatutário, empregatício ou temporário com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que recebe a incumbência de executar determinada atividade específica de forma eventual e temporária**, em colaboração com o órgão ou a entidade pública demandante, sob supervisão permanente da autoridade competente. (grifos acrescidos)

9. Acerca do referido ajuste entre o MPI e a UFPI, foi juntado (peça 5) o Termo de Execução Descentralizada 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a UFPI, tem como objeto “realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto ‘Caravana Participa Parente’, que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023” (processo 15000.103636/2023-84).

10. No âmbito da UFPI buscou-se informações acerca da execução de TED oriundos do MPI. Nesse sentido, de acordo com o Portal da Transparência, foi firmado, entre a UFPI e a sua fundação de apoio, a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), CNPJ 07.501.328/0001-30, o Contrato 00626/2023, no valor de R\$ 5.750.000,00, com vigência de 28/12/2023 a 31/12/2026 (processo 23111060871202308, contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, licitação 00050/2023), cuja finalidade é “dar apoio à execução do projeto de pesquisa ‘Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidade e Políticas Públicas’, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas”.

11. Assim, para que se possa melhor avaliar a questão, faz-se necessário, preliminarmente, efetuar diligências aos órgãos e entidades mencionados para obter maiores informações.

12. Dessa forma, cabe ao MPI se manifestar sobre o conteúdo da presente representação, encaminhando também documentos e/ou informações que justifiquem os valores despendidos com diárias e passagens, aéreas e rodoviárias, ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, bem como cópia integral e/ou acesso externo ao processo SEI que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a UFPI.

13. Também deve ser efetuada diligência à UFPI para que envie cópia integral e/ou acesso externo ao processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, que trata do contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, bem como da relação dos pagamentos efetuados.

14. Por último, deve ser diligenciada a Fadex para que envie a relação dos pagamentos efetuados, no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX, discriminando, em ordem cronológica, os nomes dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade de cada despesa paga. No caso de eventual contratação, pagamento a qualquer título ou concessão de bolsa ou auxílio ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, no âmbito do referido contrato, deve a Fadex encaminhar, também, cópia dos instrumentos de formalização, bem como informações pormenorizadas dos serviços prestados.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

15. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer a presente representação por atender os requisitos de admissibilidade e/ou pressupostos de legitimidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014;

b) realizar diligências, com fundamento no art. 157 do RI/TCU:

b.1) ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI), para que, no prazo de quinze dias, se



manifeste sobre o conteúdo da presente representação e encaminhe, no mesmo prazo, documentos e/ou informações acerca dos valores despendidos com diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, bem como envie cópia integral e/ou conceda acesso externo ao processo SEI que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI) (processo 15000.103636/2023-84);

b.2) à Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), para que, no prazo de quinze dias, envie cópia integral e/ou conceda acesso externo ao processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, que trata do contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, acompanhado da relação dos pagamentos efetuados;

b.3) à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), para que, no prazo de quinze dias, envie a relação dos pagamentos efetuados, no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX, discriminando, em ordem cronológica, os nomes dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade da despesa. No caso de eventual contratação, concessão de bolsa, auxílio ou qualquer pagamento, a qualquer título, ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, CPF 053.376.141-77, no âmbito do referido contrato, deve, também, encaminhar, caso existentes, cópia dos instrumentos de formalização, bem como informações pormenorizadas dos serviços prestados;

c) informar ao MPI, à UFPI e à Fapex que o não atendimento à diligência, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.

AudAgroAmbiental, em 17/4/2024.

(Assinado eletronicamente)

Leonir Bampi

AUFC – Mat. 3860-1



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Segecex/SecexDesenvolvimento

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**TC 007.765/2024-0**

**Apenso:**

**Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO**

**PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE**

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo(a) AUFC LEONIR BAMPI.

Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

Em complemento, tendo em vista a Delegação de Competência do Ministro Jhonatan de Jesus, contida na Portaria-MIN-JPJ 2, de 2 de agosto de 2023, art. 1º, inciso I, e a Subdelegação do Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental), contida na Portaria-AudAgroAmbiental 1, de 1º de fevereiro de 2023, art. 3º, inciso I, autorizo a realização da diligência proposta.

AudAgroAmbiental, em 17 de abril de 2024.

*(Assinado eletronicamente)*

**SIVILAN QUADROS TONHÁ**

**Matrícula 5863-7**

**Diretor**



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos

OFÍCIO 17396/2024-TCU/Seproc

Brasília-DF, 17/4/2024.

A Sua Magnificência o(a) Senhor(a)  
Reitor(a) da Fundação Universidade Federal do Piauí

Processo TC 007.765/2024-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Jhonatan de Jesus

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**Assunto: Diligência.**

**Anexos: peças 6 e 7 do processo TC 007.765/2024-0.**

Magnífico(a) Reitor(a),

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado (peças 6 e 7), solicito a Vossa Magnificência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhar ao Tribunal de Contas da União as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. A realização de diligência possui fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU.
3. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.
4. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado ou à presente comunicação podem ser obtidos junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234 no horário das 10h às 17h.

Respeitosamente,

*assinado eletronicamente*

Maryzely Mariano

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2023)



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) A apresentação de resposta ou petição deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações, conforme o disposto no art. 145, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 38 da Resolução-TCU 360/2023.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos

OFÍCIO 17395/2024-TCU/Seproc

Brasília-DF, 18/4/2024.

A Sua Excelência o Senhor  
ELOY TERENA  
Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas

Processo TC 007.765/2024-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Jhonatan de Jesus

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**Assunto: Diligência.**

**Anexos: peças 6 e 7 do processo TC 007.765/2024-0.**

Senhor Secretário-Executivo,

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado (peças 6 e 7), solicito a Vossa Excelência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhar ao Tribunal de Contas da União as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. A realização de diligência possui fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU.
3. Por dever de ofício, informo que o não cumprimento de diligência ou de decisão do Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, caso o responsável seja jurisdicionado ao TCU. A aplicação da citada multa prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.
4. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.
5. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado ou à presente comunicação podem ser obtidos junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234 no horário das 10h às 17h.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente*

**MAURO GIACOBBO**  
Secretário



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) A apresentação de resposta ou petição deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações, conforme o disposto no art. 145, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 38 da Resolução-TCU 360/2023.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.

**TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO**

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Ofício 017.395/2024-SEPROC

Processo: 007.765/2024-0

Órgão/entidade: Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Destinatário: SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS POVOS  
INDÍGENAS

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 19/04/2024

*(Assinado eletronicamente)*

Rogério Jose Rabelo

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.



**TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO**

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Ofício 017.396/2024-SEPROC

Processo: 007.765/2024-0

Órgão/entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

Destinatário: UFPI/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao UFPI/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 22/04/2024

*(Assinado eletronicamente)*

**ANDRE DOS SANTOS GONCALVES**

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos

OFÍCIO 17397/2024-TCU/Seproc

Brasília-DF, 17/4/2024.

Ao(À) Senhor(a)

Presidente da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex)  
Espaço Universitário, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Iningá  
64.049-550 - Teresina - PI

Processo TC 007.765/2024-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Jhonatan de Jesus

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**Assunto: Diligência.**

**Anexos: peças 6 e 7 do processo TC 007.765/2024-0.**

Senhor(a) Presidente,

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado (peças 6 e 7), solicito a Vossa Senhoria, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhar ao Tribunal de Contas da União as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. A realização de diligência possui fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU.
3. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.
4. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado ou à presente comunicação podem ser obtidos junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234 no horário das 10h às 17h.

Atenciosamente,

*assinado eletronicamente*

Maryzely Mariano

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2023)



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) A apresentação de resposta ou petição deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações, conforme o disposto no art. 145, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 38 da Resolução-TCU 360/2023.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva

OFÍCIO SEI Nº 2143/2024/MPI

Ao Senhor,  
**JHONATAN DE JESUS**  
Ministro do Tribunal de Contas da União  
SAFS Qd 4 Lote 1 Ed. Sede sala 205  
Brasília/DF - 70042-900  
[min-jpj@tcu.gov.br](mailto:min-jpj@tcu.gov.br)

**Assunto: Resposta ao requerimento de informações contida no bojo do TC 007.765/2024-0.**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 15000.001553/2024-32.

Senhor Ministro,

1. Com meus cordiais cumprimentos, faço menção ao Ofício n.º 17395/2024-TCU-Seproc, por intermédio do qual essa colenda Corte de Contas comunica esta Pasta Ministerial acerca de representação instruída nos autos TC 006.580/2024-6 autorizando a oitiva prévia da Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas sobre os fatos narrados em representação objeto do referido processo, no prazo de 15 dias úteis contados da ciência do aludido expediente.
2. O processo TC 007.765/2024-0 tem como objeto representação referente a possíveis irregularidades no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI). O representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, alega que tais pagamentos estão sendo feitos de forma irregular ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, onde que, segundo notícias citadas na representação, o referido colaborador estaria recebendo diárias e passagens de forma indevida desde fevereiro do ano anterior.
3. O exame de admissibilidade dessa Corte concluiu que a representação atende aos requisitos legais para análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo o representante legitimado para tal, assim, o exame técnico destaca que a irregularidade alegada pelo representante se refere ao pagamento de diárias e passagens a uma pessoa que não faz parte do quadro de servidores do MPI, o que aparenta não ter respaldo legal.
4. Para tanto, foi proposto a realização de diligências junto ao MPI, à UFPI e à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex) para obter maiores informações sobre os pagamentos e contratos mencionados.
5. Nesse diapasão, ao que concerne as diligências de competência deste Ministério para prestação de informações, em anexo a este ofício, segue documentos com as devidadas manifestações da unidade responsável pelo atendimento, bem como copia do inteiro teor dos autos de n.º 15000.103636/2023-84.

6. Renovando os votos de estima e consideração, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares.

**Anexos:**

I - Documento Cópia do processo nº 15000.103636/2023-84 (41680369);

II - Relatório de Diárias e Passagens - GM (41589931);

III - Relatório de Diárias e Passagens - SE (41590011);

IV - Despacho n.º 41600082.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**ELOY TERENA**

Secretário-Executivo

Ministério dos Povos Indígenas



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/05/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41810111** e o código CRC **83AA24D9**.



DESPACHO

Processo nº 15000.001553/2024-32

À Secretaria-Executiva,

Tratam os autos de representação junto ao Tribunal de Contas da União acerca de alegada irregularidade no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual neste Ministério dos Povos Indígenas. Conforme se depreende da TC 007.765/2024-0, este Ministério foi instado a se manifestar sobre o conteúdo da referenciada TC e apresentar documentos e/ou informações acerca dos valores despendidos com diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, além de fornecer cópia integral ou acesso externo ao processo SEI que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí (processo 15000.103636/2023-84).

Em síntese, do que se depreende da diligência, o representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, aponta que, no pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho na qualidade de colaborador eventual, estaria ocorrendo, desde fevereiro de 2023, violação à legalidade e à jurisprudência da Corte de Contas, além de afronta à impessoalidade. As alegações, todavia, não se sustentam, como se demonstra adiante.

No que tange a alegação de pagamentos irregulares a título de diárias e passagens para colaboradores, informamos que todos os pagamentos efetuados pelo MPI são legais e observam o disposto no art. 4º da Lei 8.162/1991, no art. 10 do Decreto 5.992/2006 e no art. 7º do Decreto 10.193, de 27/12/2019. Com efeito, o exame dos requisitos legais, extrai-se a necessidade de que a colaboração observe: (i) a utilização para atividade específica conforme a expertise do colaborador; (ii) a eventualidade da sua utilização e (iii) a ausência de vínculo com o serviço público. E todos os requisitos estão presentes no caso, pois o Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho atuou como colaborador eventual em ocasiões específicas, para a execução de atividades determinadas, sob permanente fiscalização do delegante, sem qualquer caráter empregatício, sempre em prol do interesse público.

De fato, seu recrutamento esteve sempre embasado na **especificidade da atividade** e na capacidade técnica e integridade do colaborador para o desempenho das funções requeridas. A esse respeito, observe-se as matérias tratadas por este Ministério, que é responsável pela política indigenista desenvolvida no país; pelo reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; e proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato. Desse modo, no âmbito do MPI, o chamado à contribuição de colaboradores eventuais é realizado para missões que requerem, para além das habilidades técnicas usuais, aptidões interpessoais próprias da lide com povos originários, as quais se mostram essenciais para o sucesso das operações em áreas indígenas.

Nesse contexto, destaca-se a importância do recrutamento do Sr. Hone Riquison nas missões para as quais foi convocado, por se tratar de técnico que possui competência e notável expertise na construção de diálogo com povos indígenas em todo o território brasileiro. Sua expertise dialógica foi construída através de sua atuação por anos na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), órgão de referência nacional do movimento indígena, cuja missão também envolve o fortalecimento, mobilização e articulação da união dos povos e organizações indígenas brasileiras. Essa sensibilidade cultural e larga experiência na articulação com povos indígenas é fundamental para estabelecer relações de confiança e respeito mútuo com as comunidades indígenas, facilitando a colaboração e a cooperação entre o MPI e as

comunidades locais, o que demanda conhecimento dos aspectos socioculturais de cada população e dos protocolos de cada povo.

Note-se que, todas as colaborações foram marcadas pela ocorrência de conferências indígenas, espaços de diálogo intercultural, eventos de aproximação entre os povos, entre outros espaços dialógicos, constituindo atividades específicas (não regulares), devidamente atendidas pelas habilidades do colaborador. A situação em nada se confunde com aquelas em que serviços de pouca especificidade são prestados sob a roupagem da colaboração, a exemplo do que deliberou o TCU (Decisão 914/1999-TCU-Plenário) a respeito dos serviços de digitação, para os quais o pagamento na forma de diárias não encontra amparo legal. A utilização da colaboração pelo MPI, todavia, em nada se assemelha à hipótese, dada a evidente especificidade da atuação colaborativa, que não pode ser atendida por profissionais indistintos. Atendida, portanto, no caso, a especificidade da atividade, sob a correspondente expertise do colaborador.

**Quanto à eventualidade requerida pelo instrumento da colaboração**, resta patentemente evidenciada, quando se observa que das 24 viagens realizadas pelo colaborador, no período de mais de 1 ano, 18 se deram entre 1 a 2 dias de atuação colaborativa (aí considerado o deslocamento), o que demonstra não se tratar de atividade regular, mas, ao contrário, eventual, no âmbito do MPI. Nesse ponto, é de se observar que a eventualidade que quis a Lei 8.162/1991 e posteriores regulamentações preservar visa impedir o uso do instrumento da colaboração para o desempenho do trabalho rotineiro dos órgãos, porque, quando assim se caracteriza, torna-se atividade própria de servidores públicos, a requerer a formação de outra espécie de vínculo com a Administração. Não por outra razão, o TCU, no citado Acórdão 159/2015-Plenário, ilustra situação na qual, por deficiência na força de trabalho, a Pasta representada se utilizou, em prestação contínua, da atuação de colaboradores, por meio do pagamento mensal de diárias, desvirtuando, como concluiu a Corte de Contas, o instrumento da colaboração.

É que, como apontado pelo TCU na Decisão 914/1999 - TCU-Plenário, é ilegal o pagamento de diárias a colaboradores quando realizado como forma de retribuição pelos serviços prestados de forma contínua e com mudança de domicílio, afinal, em tais casos, o colaborador não recebe diárias porque se desloca (indenização), mas se desloca para o recebimento de diárias (remuneração). Também quanto ao ponto: não é o caso da colaboração de que fez uso o MPI. O pagamento realizado não se deu de modo contínuo, mas eventual (conforme pontuais necessidades em que requerida expertise como a do colaborador), sendo certo que a extensão dos deslocamentos realizados (que, como dito, em sua absoluta maioria, se deu em período não superior a 2 dias) descaracteriza qualquer indicação de desvirtuação do instrumento, diferenciando-se, sensivelmente, de uma atuação diária e cotidiana da Administração Pública.

Pelas mesmas razões já apontadas, a colaboração eventual objeto da representação seguiu estritamente as normas de **impeçoalidade** da Administração Pública, afinal:

(i) o recrutamento do colaborador se deu em função de sua expertise técnica e interpessoal junto aos povos indígenas, requeridas por força da especificidade da atuação colaborativa, e não por relações de afeto;

(ii) o pagamento realizado guardou caráter meramente indenizatório, não tendo beneficiado indevidamente o colaborador, o que afasta qualquer indício de imoralidade no pagamento.

Com efeito, atendida a especificidade e a eventualidade da colaboração (o que se deu no caso), o pagamento ao colaborador eventual se dá em caráter indenizatório, não recebendo o Colaborador nenhuma remuneração pelo serviço desempenhado, apenas a reposição dos valores dispendidos com alimentação e pousada (na forma de diária), além das passagens para o devido deslocamento, quando necessário.

E o pagamento de diárias se faz nos valores previamente designados pelas normas da Administração Pública, assim como o dispêndio com a emissão de passagens, que tem seus valores definidos por regras contratuais, não estando, portanto, o *quantum* a eles atinentes sob arbítrio do MPI.

Todo o pagamento indenizatório realizado seguiu, portanto, os comandos normativos aplicáveis à espécie; e

(iii) a colaboração, como demonstrado, se deu em caráter eventual, sem oferta, portanto, de cargo público ao colaborador, o que só reforça a lógica da impeçoalidade na formação do corpo de



servidores do MPI.

Dito isto, este Gabinete junta ao presente processo o Relatório de Diárias e Passagens - GM (41589931) e Relatório de Diárias e Passagens - SE (41590011), onde é possível verificar todos os valores despendidos a título de indenização por meio de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho observaram as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual não procedem as alegações do representante, Senador Rogério Simonetti Marinho.

Brasília, 30 de abril de 2024.

Documento assinado eletronicamente

**MARIANA C. JUSTO**

Assessora



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa Justo, Assessor(a)**, em 30/04/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41600082** e o código CRC **3FC5E3F3**.

Referência: Processo nº 15000.001553/2024-32.

SEI nº 41600082

GABINETE DA SECRETARIA-EXECUTIVA MPI  
PERÍODO DE 01/01/2023 A 10/04/2024

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM POR PROPOSTO

Número da Solicitação	Órgão Solicitante	Órgão Superior	Tipo da Viagem	Situação da Viagem	Motivo Viagem	Período		Trecho			Quantidade Diárias	Diárias (R\$)	Passagens e Taxas Iniciais (R\$)	Total (R\$)
						Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte				
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Cargo: ---								
Função: Nível Superior - NS														
000041/24	GAB-SE MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	18/01/2024	22/01/2024	Brasília (DF)	Campo Grande (MS)	Aéreo	4,0	1.364,08	2.610,41	3.974,49
						22/01/2024	22/01/2024	Campo Grande (MS)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	170,51	3.159,16	3.329,67
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											4,5	1.534,59	5.769,57	7.304,16
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		7.399,16
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Cargo: ---								
Função: Nível Superior - NS														
000105/24	GAB-SE MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	08/02/2024	09/02/2024	Brasília (DF)	Campo Grande (MS)	Aéreo	1,0	341,02	2.867,41	3.208,43
						09/02/2024	09/02/2024	Campo Grande (MS)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	170,51	2.872,91	3.043,42
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	511,53	5.740,32	6.251,85
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		6.346,85
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Cargo: ---								
Função: Nível Superior - NS														
000159/24	GAB-SE MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	22/02/2024	25/02/2024	Brasília (DF)	Campo Grande (MS)	Aéreo	3,0	1.140,00	2.819,41	3.959,41
						25/02/2024	25/02/2024	Campo Grande (MS)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,00	2.824,91	3.014,91
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											3,5	1.330,00	5.644,32	6.974,32
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		7.069,32
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Cargo: ---								
Função: Nível Intermediário - NI														
000344/23	GAB-SE MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - Encontro/Seminário	07/06/2023	07/06/2023	Brasília (DF)	Campo Grande (MS)	Aéreo	0,0	0,00	2.116,27	2.116,27
						07/06/2023	12/06/2023	Campo Grande (MS)	Campo Grande (MS)	---	0,0	0,00	0,00	0,00
						12/06/2023	12/06/2023	Campo Grande (MS)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,0	0,00	2.116,27	2.116,27
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												2.531,27	2.531,27	
Sub-Total											0,0	0,00	6.763,81	6.763,81
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		6.763,81
Sub-Total Geral											9,5	3.376,12	23.918,02	27.294,14
Total (R\$)													27.579,14	

GABINETE DO MINISTRO MPI  
PERÍODO DE 01/01/2023 A 10/04/2024

SOLICITAÇÃO DE VIAGEM POR PROPOSTO

Número da Solicitação	Órgão Solicitante	Órgão Superior	Tipo da Viagem	Situação da Viagem	Motivo Viagem	Período		Trecho			Quantidade Diárias	Diárias (R\$)	Passagens e Taxas Iniciais (R\$)	Total (R\$)
						Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte				
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Cargo de Coordenação - DAS-1024														
<u>000004/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	24/02/2023	26/02/2023	Brasília (DF)	São Paulo (SP)	Aéreo	2,0	866,98	2.358,25	3.225,23
						26/02/2023	26/02/2023	São Paulo (SP)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	216,74	2.372,17	2.588,91
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											2,5	1.083,72	4.730,42	5.814,14
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		20,82	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 5.888,32		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000045/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	26/01/2024	28/01/2024	Brasília (DF)	São Paulo (SP)	Aéreo	2,0	762,28	1.328,38	2.090,66
						28/01/2024	28/01/2024	São Paulo (SP)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,57	1.116,99	1.307,56
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											2,5	952,85	2.445,37	3.398,22
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 3.493,22		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000047/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	06/04/2023	07/04/2023	Brasília (DF)	São Luís (MA)	Aéreo	1,0	341,02	1.733,78	2.074,80
						07/04/2023	09/04/2023	São Luís (MA)	Imperatriz (MA)	Aéreo	2,0	601,80	412,19	1.013,99
						09/04/2023	09/04/2023	Imperatriz (MA)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	150,45	1.712,77	1.863,22
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											3,5	1.093,27	3.858,74	4.952,01
Total Adicional (R\$)		190,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 5.142,01		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000050/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	01/04/2023	02/04/2023	Brasília (DF)	São Paulo (SP)	Aéreo	1,0	381,14	1.811,27	2.192,41
						02/04/2023	02/04/2023	São Paulo (SP)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,57	1.938,81	2.129,38
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	571,71	3.750,08	4.321,79
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 4.416,79		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000051/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	09/01/2024	11/01/2024	Brasília (DF)	Boa Vista (RR)	Veículo Oficial	2,0	682,04	0,00	682,04
						11/01/2024	11/01/2024	Boa Vista (RR)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	170,51	0,00	170,51
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											2,5	852,55	0,00	852,55
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 852,55		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000065/24-1C</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	22/01/2024	22/01/2024	Brasília (DF)	Ilhéus (BA)	Veículo Oficial	0,0	0,00	0,00	0,00
						22/01/2024	22/01/2024	Ilhéus (BA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	

Número da Solicitação	Órgão Solicitante	Órgão Superior	Tipo da Viagem	Situação da Viagem	Motivo Viagem	Período		Trecho			Quantidade Diárias	Diárias (R\$)	Passagens e Taxas Iniciais (R\$)	Total (R\$)
						Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte				
Sub-Total											0,5	150,45	0,00	150,45
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		150,45
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000116/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	18/02/2024	20/02/2024	Brasília (DF)	Belém (PA)	Aéreo	2,0	760,00	1.110,41	1.870,41
						20/02/2024	20/02/2024	Belém (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,00	1.224,49	1.414,49
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											2,5	950,00	2.334,90	3.284,90
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		3.379,90
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000182/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	30/06/2023	03/07/2023	Brasília (DF)	Manaus (AM)	Aéreo	3,0	1.143,42	0,00	1.143,42
						03/07/2023	03/07/2023	Manaus (AM)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,57	3.045,02	3.235,59
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											3,5	1.333,99	3.045,02	4.379,01
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		4.474,01
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000185/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	03/03/2024	04/03/2024	Brasília (DF)	Santarém (PA)	Veículo Oficial	1,0	335,00	0,00	335,00
						04/03/2024	04/03/2024	Santarém (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	167,50	0,00	167,50
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	502,50	0,00	502,50
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		502,50
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000207/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	06/03/2024	06/03/2024	Brasília (DF)	Altamira (PA)	Veículo Oficial	0,0	0,00	0,00	0,00
						06/03/2024	06/03/2024	Altamira (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	167,50	0,00	167,50
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											0,5	167,50	0,00	167,50
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		167,50
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: CCX-0113 - CCX-0113														
<u>000219/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	10/07/2023	11/07/2023	Brasília (DF)	Governador Valadares (MG)	Aéreo	1,0	342,23	2.368,27	2.710,50
						11/07/2023	11/07/2023	Governador Valadares (MG)	Belo Horizonte (MG)	Aéreo	0,0	0,00	1.297,37	1.297,37
						11/07/2023	11/07/2023	Belo Horizonte (MG)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	171,12	396,30	567,42
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	513,35	4.061,94	4.575,29
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		59,82	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		4.610,47
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO						Matrícula: ---								
Órgão Lotação: ---						Órgão Exercício: ---			Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000238/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	16/07/2023	22/07/2023	Brasília (DF)	São Félix do Xingu (PA)	Veículo Oficial	6,0	1.805,40	0,00	1.805,40
						22/07/2023	22/07/2023	São Félix do Xingu (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											6,5	1.955,85	0,00	1.955,85
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		1.955,85

Número da Solicitação	Órgão Solicitante	Órgão Superior	Tipo da Viagem	Situação da Viagem	Motivo Viagem	Período		Trecho			Quantidade Diárias	Diárias (R\$)	Passagens e Taxas Iniciais (R\$)	Total (R\$)
						Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte				
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000273/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	26/07/2023	27/07/2023	Brasília (DF)	São Paulo (SP)	Veículo Oficial	1,0	381,14	0,00	381,14
						27/07/2023	27/07/2023	São Paulo (SP)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	190,57	0,00	190,57
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	571,71	0,00	571,71
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 571,71		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000301/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	06/08/2023	09/08/2023	Brasília (DF)	Belém (PA)	Aéreo	3,0	1.023,06	2.329,27	3.352,33
						09/08/2023	09/08/2023	Belém (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	170,51	3.041,19	3.211,70
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											3,5	1.193,57	5.370,46	6.564,03
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 6.659,03		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>000321/24</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Em Planejamento	Nacional - A Serviço	24/03/2024	27/03/2024	Brasília (DF)	Belém (PA)	Aéreo	3,0	1.140,00	1.917,41	3.057,41
						27/03/2024	27/03/2024	Belém (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Aéreo	0,5	190,00	1.368,49	1.558,49
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											3,5	1.330,00	3.285,90	4.615,90
Total Adicional (R\$)		95,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 4.710,90		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>001244/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	14/08/2023	15/08/2023	Brasília (DF)	Humaitá (AM)	Veículo Oficial	1,0	300,90	0,00	300,90
						15/08/2023	15/08/2023	Humaitá (AM)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											1,5	451,35	0,00	451,35
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 451,35		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>001245/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	28/07/2023	28/07/2023	Brasília (DF)	São José do Xingu (MT)	Veículo Oficial	0,0	0,00	0,00	0,00
						28/07/2023	28/07/2023	São José do Xingu (MT)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											0,5	150,45	0,00	150,45
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 150,45		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>001246/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	28/06/2023	28/06/2023	Brasília (DF)	Belém (PA)	Veículo Oficial	0,0	0,00	0,00	0,00
						28/06/2023	28/06/2023	Belém (PA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	170,51	0,00	170,51
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00	
Sub-Total											0,5	170,51	0,00	170,51
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$) 170,51		
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM														
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO									Matrícula: ---					
Órgão Lotação: ---									Cargo: ---					
Função: Nível Superior - NS														
<u>001247/23</u>	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	17/05/2023	17/05/2023	Brasília (DF)	Pesqueira (PE)	Veículo Oficial	0,0	0,00	0,00	0,00
						17/05/2023	17/05/2023	Pesqueira (PE)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45

Número da Solicitação	Órgão Solicitante	Órgão Superior	Tipo da Viagem	Situação da Viagem	Motivo Viagem	Período		Trecho			Quantidade Diárias	Diárias (R\$)	Passagens e Taxas Iniciais (R\$)	Total (R\$)				
						Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte								
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00					
Sub-Total											0,5	150,45	0,00	150,45				
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		150,45				
DADOS DO PROPOSTO NA VIAGEM																		
Nome: HONE RIQUISON PEREIRA SOBRINHO				Órgão Exercício: ---				Matrícula: ---										
Órgão Lotação: ---								Cargo: ---										
Função: Nível Superior - NS																		
001248/23	GM MPI	MPI	NACIONAL	Concluída	Nacional - A Serviço	15/09/2023	16/09/2023	Brasília (DF)	Paulo Afonso (BA)	Veículo Oficial	1,0	300,90	0,00	300,90				
						16/09/2023	16/09/2023	Paulo Afonso (BA)	Retorno para Brasília (DF)	Veículo Oficial	0,5	150,45	0,00	150,45				
Custo com Bilhetes Remarcados/Não Utilizados/Cancelados (R\$)												0,00	0,00					
Sub-Total											1,5	451,35	0,00	451,35				
Total Adicional (R\$)		0,00	Descontos (R\$)		0,00	Restituição (R\$)		0,00	Reembolso (R\$)		0,00	Total da Viagem (R\$)		451,35				
Sub-Total Geral															42,0	14.597,13	32.882,83	47.479,96
Total (R\$)														48.349,32				



## 1A - PROPOSTA DE PROJETO

### Caravana Participa Parente

#### 1. Diretriz(es) Estratégica(as)

[Descreva as diretrizes estratégicas advindas do desdobramento do Planejamento Estratégico que estão relacionadas ao projeto]:

Diretriz Estratégica Principal(*)	Indicador Estratégico
<p>Exemplo:</p> <p>Promover a participação efetiva dos povos, comunidades e organizações indígenas nas esferas de decisão sobre temas, serviços, políticas públicas e projetos que lhes dizem respeito, assegurando a plena diversidade dos povos, mulheres LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência</p>	<p>Número de povos representados em espaços relacionados aos direitos indígenas e políticas públicas</p>

#### 2. Justificativa (\*)

A "Caravana Participa Parente" está no bojo das articulações para promoção do Conselho Nacional de Política Indigenista, órgão colegiado do Ministério dos Povos Indígenas, com competências estabelecidas no Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023, sendo um colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas aos povos indígenas. O Art. 3º que versa sobre sua composição e assim a determina: 64 membros titulares, sendo 30 representantes do Poder Executivo Federal; 30 representantes dos povos e das organizações indígenas e 04 representantes de entidades indigenistas.

Conforme estabelece o Art. 3º, a composição do CNPI é de sessenta e quatro membros titulares, sendo eles: trinta representantes do Poder Executivo Federal; trinta representantes dos povos e das organizações indígenas e quatro representantes de entidades indigenistas.

Faz-se, portanto, necessário que as escolhas dos trinta representantes dos povos e das organizações indígenas sejam realizadas de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 4º, § 5º e § 6º do referido Decreto.

Este projeto justifica-se pela necessidade de atendimento ao que estabelece o Decreto nº 11.509 no que tange ao rito de escolha dos representantes dos povos e das organizações indígenas para composição no CNPI.

Dessa maneira, o projeto prevê possibilitar a realização de assembleias ou reuniões regionais deliberativas das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, utilizando esses espaços para a escolha dos representantes da sociedade civil que irão compor o CNPI. As sete organizações são: COIAB, Comissão Guarani Yvyrupa, Aty Guasu, Conselho Terena, APOINME, ARPINSUL e ARPINSUDESTE.

#### 3. Resultados Esperados (\*)



Representantes dos povos indígenas no CNPI indicados.

#### 4. Objetivo

##### a. Objetivo Geral (\*)

Promover a participação dos povos indígenas na formulação e acompanhamento das políticas públicas que lhes são afetas.

##### b. Objetivos Específicos

- Apoiar a realização de assembleias ou reuniões regionais das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil;
- Definir os representantes das sete organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista;

#### 5. Não escopo

Este projeto não irá apoiar eventos que não tenham como objetivo a escolha dos representantes dos povos indígenas para o Conselho Nacional de Política Indigenista.

#### 6. Premissas

Atender ao que estabelece o Decreto nº 11.509 no que tange ao rito de escolha dos representantes dos povos e das organizações indígenas para composição no CNPI.

#### 7. Restrições

- Restrição de Tempo: O Projeto deve ser concluído até o dia 31/01/2024.

#### 8. Identificação dos Riscos Preliminares

[O risco dentro de um projeto é uma condição incerta de ocorrer, e se ocorrer terá sempre um impacto positivo ou negativo sobre pelo menos um dos objetivos do projeto, como: o tempo, o custo, o escopo, qualidade, etc. O risco poderá ter uma ou mais causas e um ou mais impactos. Por exemplo, uma causa pode ser: a falta de pessoal suficiente para trabalhar dentro de uma área de conhecimento do projeto, o evento do risco pode ser a contratação inadequada de pessoal, podendo comprometer o cronograma, a qualidade, o custo do projeto, entre outros].

Os riscos também podem abranger os aspectos organizacionais como práticas deficientes de gerenciamento de impacto. Por exemplo, a falta de sistemas de gerenciamento integrados, vários projetos simultâneos, dependência externa fora do controle do gerente do projeto, etc. (VARGAS, 2009).

#### Risco Preliminar

Descreva os Riscos do projeto de forma resumida.
Pouco tempo de mobilização para garantir o quórum mínimo das assembleias ou reuniões a serem realizadas.

9. Estimativa Preliminar de Prazos e Custos (*)
Atividades
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da COIAB
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional do Conselho Terena
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da Comissão guarani Yvyrupa
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da Aty Guasu
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da APOINME
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da ARPINSUL
Apoiar a realização da assembleia/reunião regional da ARPINSUDESTE

Esse projeto terá custos: Sim ( ☒ ) Não ( ☐ )

Descreva os serviços a serem contratados:

Itens Orçamentários	Valor (R\$)
Alimentação	280.000,00
Hospedagem	270.000,00
Diárias	320.000,00
Passagens	490.000,00
Fretes e combustível	280.000,00
Papelaria	30.000,00
Infraestrutura dos eventos	210.000,00
Serviços gráficos	120.000,00
Taxa de Administração	a definir
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>2.000.000,00</b>

10. Responsáveis pelo Projeto(*)
----------------------------------

[Identifica o(s) Patrocinador(es), Facilitador(es), Líder de Projeto e seus respectivos papéis no projeto].

- Patrocinador: Responsável por garantir recursos, resolver conflitos e viabilizar o PEC para que ele cumpra seus objetivos, responde pelos resultados do projeto junto ao CEG. Responsável por orientar o Comitê de Projetos e Processos na indicação do Facilitador do seu órgão. O projeto poderá ter mais de um Patrocinador, especialmente nos casos em que estabeleça parceria entre os órgãos na Execução do projeto;
- Líder de Projeto: É indicado pelo Patrocinador como responsável pela gestão da Execução do PEC, referenciado pela metodologia de gestão de projetos acordada pelo CEG. É de responsabilidade do Líder de Projeto a apresentação de dados/informação (por meio eletrônico) conforme previsto no Modelo de Governança;
- Facilitador: Indicado pelo representante do Comitê de Projetos e Processos dentro do órgão, a partir da orientação do Patrocinador, para fazer a interface entre o Líder de Projeto e o responsável pelos recursos (humanos, financeiros, materiais, etc.) necessários para a Execução do projeto;

Líder Proposto (*)	Nome do Líder do Projeto
--------------------	--------------------------

Órgão (*)	Patrocinador (*)	Facilitador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB	Ministério dos Povos Indígenas	Cristiano Mariotto

Brasília, 10 de novembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

ELOY TERENA

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a)**, em 10/11/2023, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38449828** e o código CRC **84B020B4**.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva

OFÍCIO SEI Nº 3611/2023/MPI

À Magnífica Reitora  
Professora Veruska Ribeiro Machado  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB  
E-mail: reitoria@ifb.edu.br  
CEP: 70830-450, Asa Norte, Brasília - DF.

**Assunto: Projeto " Caravana Participa Parente".**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 15000.103636/2023-84.

Magnífica Reitora,

1. Ao cumprimentá-la cordialmente, refiro-me ao projeto “Caravana Participa Parente”, ora em análise por esta Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas (SE/MPI), que se pretende executar em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB). O projeto em tela tem por objetivo apoiar a realização de assembleias e/ou reuniões regionais deliberativas das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, com o objetivo de se indicar os representantes dessas organizações que irão compor o Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.
2. O CNPI é um órgão colegiado do Ministério dos Povos Indígenas, com competências estabelecidas no Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023, sendo um colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas aos povos indígenas. O Art. 3º do referido decreto determina que o CNPI será composto por 64 membros titulares, sendo 30 representantes do Poder Executivo Federal, 30 representantes dos povos e das organizações indígenas e 04 representantes de entidades indigenistas. Os recursos para a consecução do projeto, inicialmente orçados, desconsiderando-se a taxa de administração, em R\$ 2.000.000,00, serão integralmente aportados pelo MPI.
3. Assim, aguardamos a resposta nos mais breve tempo possível para que possamos dar andamento aos trâmites burocráticos e viabilizar a execução da proposta. Ressaltamos ainda que, caso seja aceito, gostaríamos de marcar uma reunião para construir o plano de trabalho em conjunto que contemple as possibilidades de execução da proposta.
4. É nesse sentido, que venho solicitar os préstimos da Magnífica Reitora para o bom andamento do processo de apreciação do referido projeto, esperando-se concretizar esta relevante parceria.
5. Colocando-me à disposição, despeço-me, ao tempo que renovo os votos de estima e consideração.

Anexos:

I - Proposta de Projeto (38449828);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**ELOY TERENA**

Secretário-Executivo  
Ministério dos Povos Indígenas



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a)**, em 10/11/2023, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38454654** e o código CRC **51F52669**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
CEP 70297-400 - Brasília/DF  
- e-mail [mpi-se@povosindigenas.gov.br](mailto:mpi-se@povosindigenas.gov.br)

Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38454654



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva

OFÍCIO SEI Nº 3621/2023/MPI

Ao Senhor

**Antonio Vinicius**

Superintendente

Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX

Campus Universitário, Av. Petrônio Portella - Ininga

Teresina - PI, 64049-550

superintendente@fadex.org.br

**Assunto: Projeto " Caravana Participa Parente".**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 15000.103636/2023-84.

Senhor Superintendente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao projeto “Caravana Participa Parente”, ora em análise por esta Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas (SE/MPI), que se pretende executar em parceria com o Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação. O projeto em tela tem por objetivo apoiar a realização de assembleias e/ou reuniões regionais deliberativas das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, com o objetivo de se indicar os representantes dessas organizações que irão compor o Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.
2. O CNPI é um órgão colegiado do Ministério dos Povos Indígenas, com competências estabelecidas no Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023, sendo um colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas aos povos indígenas. O Art. 3º do referido decreto determina que o CNPI será composto por 64 membros titulares, sendo 30 representantes do Poder Executivo Federal, 30 representantes dos povos e das organizações indígenas e 04 representantes de entidades indigenistas. Os recursos para a consecução do projeto, inicialmente orçados, desconsiderando-se a taxa de administração, em R\$ 2.000.000,00, serão integralmente aportados pelo MPI.
3. Assim, aguardamos a resposta nos mais breve tempo possível para que possamos dar andamento aos trâmites burocráticos e viabilizar a execução da proposta. Ressaltamos ainda que, caso seja aceito, gostaríamos de marcar uma reunião para construir o plano de trabalho em conjunto que contemple as possibilidades de execução da proposta.
4. É nesse sentido, que venho solicitar os préstimos para o bom andamento do processo de apreciação do referido projeto, esperando-se concretizar esta relevante parceria.
5. Colocando-me à disposição, despeço-me, ao tempo que renovo os votos de estima e consideração.

Anexos:

I - Proposta de Projeto (38449828);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**ELOY TERENA**

Secretário-Executivo  
Ministério dos Povos Indígenas



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 13/11/2023, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38474700** e o código CRC **86C2504B**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
CEP 70297-400 - Brasília/DF  
- e-mail [mpi-se@povosindigenas.gov.br](mailto:mpi-se@povosindigenas.gov.br)

Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38474700



**Data de Envio:**

13/11/2023 14:15:49

**De:**

MPI/MPI-SE <mpi-se@povosindigenas.gov.br>

**Para:**

superintendente@fadex.org.br

**Assunto:**

Projeto " Caravana Participa Parente"

**Mensagem:**

Prezado Sr. Antonio Vinicius,

A par de cumprimentá-lo, de ordem do Sr. Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, encaminho, em anexo, OFÍCIO SEI Nº 3621/2023/MPI.

Para fins de trâmite processual, solicito os préstimos de confirmar o recebimento deste.

Atenciosamente,

Sirlon Lopes

Assessor

sirlon.filho@povosindigena.gov.br

(61) 2020-1824

Secretaria Executiva

Ministério dos Povos Indígenas - MPI

**Anexos:**

Oficio\_38474700.pdf

Proposta\_de\_Projeto\_38449828.pdf

## Willian Santana Francisco

---

**De:** Gabinete da Reitoria <gabinete@ifb.edu.br>  
**Enviado em:** segunda-feira, 13 de novembro de 2023 17:09  
**Para:** MPI-SE- Secretaria Executiva do Ministério dos Povos Indígenas; gabinete; Diene Ellen Tavares Silva  
**Assunto:** OFÍCIO 326/2023 - RIFB/IFBRASILIA - resposta ao OFÍCIO SEI Nº 3611/2023/MPI - Projeto " Caravana Participa Parente"  
**Anexos:** OFÍCIO 326-2023 - RIFB-IFBRASILIA.pdf

Prezados (as), boa tarde!

De ordem da Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Veruska Ribeiro Machado, e em atendimento ao expediente em epígrafe, encaminhamos, em anexo, o OFÍCIO 326/2023 - RIFB/IFBRASILIA , de 13 de novembro de 2023, assinado eletronicamente, que trata da resposta ao OFÍCIO SEI Nº 3611/2023/MPI - Projeto " Caravana Participa Parente"

Por fim, solicitamos a confirmação do recebimento desta mensagem eletrônica.

Atenciosamente,

Gabinete da Reitoria  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília  
Tel: (61) 2103-2139



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília**  
Reitoria

OFÍCIO 326/2023 - RIFB/IFBRASILIA

Brasília, 13 de novembro de 2023.

Ao Senhor  
**ELOY TERENA**  
Secretário Executivo  
Ministério dos Povos Indígenas  
Esplanada dos Ministérios - Bloco C  
7º andar, sala 710- CEP: 70297-400 - Brasília/DF

Assunto: **Resposta ao OFÍCIO SEI Nº 3611/2023/MPI - Projeto " Caravana Participa Parente"**  
Processo nº 15000.103636/2023-84.

Senhor Secretário,

1. Com nossos cordiais cumprimentos, em resposta ao OFÍCIO SEI Nº 3611/2023/MPI referente ao processo nº 15000.103636/2023-84, informamos o aceite do Instituto Federal de Brasília em relação ao projeto Projeto " Caravana Participa Parente".
2. Aguardamos as instruções para os próximos passos e aproveitamos o ensejo para renovarmos nossos protestos de estima e de consideração e colocando-nos à disposição para as informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

*Assinado Eletronicamente*  
**VERUSKA RIBEIRO MACHADO**  
Reitora do Instituto Federal de Brasília

Documento assinado eletronicamente por:

- **Veruska Ribeiro Machado, REITOR(A) - CD1 - IFBRASILIA**, em 13/11/2023 16:12:17.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 502847

Código de Autenticação: 8d9172a6ef







MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva

OFÍCIO SEI Nº 3722/2023/MPI

Ao Senhor

**Antonio Vinicius**

Superintendente

Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX

Campus Universitário, Av. Petrônio Portella - Ininga

Teresina - PI, 64049-550

superintendente@fadex.org.br

**Assunto: Projeto " Caravana Participa Parente".**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 15000.103636/2023-84.

Senhor Superintendente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, refiro-me ao projeto “Caravana Participa Parente”, ora em análise por esta Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas (SE/MPI), que se pretende executar em parceria com o Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação. O projeto foi detalhado no Ofício 3621.

2. Em prosseguimento a esse Ofício, encaminho agora o cronograma dos encontros a serem realizados no âmbito do projeto, para que o Senhor possa avaliar a possibilidade e interesse de firmar essa parceria com este Ministério:

CARAVANA	DATA	LOCAL
CONSELHO TERENA - Grande Assembleia do Povo Terena	15 a 18 de novembro de 2023	Aldeia Cabeceira, TI Nioaque, Nioaque (MS)
ARPINSUL - Fórum de Lideranças da ARPINSUL	18 a 22 de novembro de 2023	Florianópolis (SC)
ATY AGUASU - Assembleia Guarani Kaiowa	21 a 26 de novembro de 2023	Terra Indígena Kunumi, Caarapó (MS)

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA - Reunião de Coordenação Geral da CGY	04 a 08 de dezembro de 2023	Ubatuba (SP)
APOINME - Reunião ampliada da APOINME	11 a 16 de dezembro de 2023	Recife (PE)
COIAB - Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI): um novo diálogo na Amazônia	15 e 16 de dezembro de 2023	Brasília (DF)
ARPINSUDESTE - Assembleia Geral da ARPINSUDESTE	17 a 20 de dezembro de 2023	Tekohá Djey (Rio Pequeno), Paraty (RJ)

3. Caso a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação tenha interesse e capacidade de firmar essa parceria, aguardamos que indique a possibilidade de acordo com o cronograma apresentado acima.

4. Assim, aguardamos a resposta nos mais breve tempo possível para que possamos dar andamento aos trâmites burocráticos e viabilizar a execução da proposta. Ressaltamos ainda que, caso seja aceito, gostaríamos de marcar uma reunião para construir o plano de trabalho em conjunto que contemple as possibilidades de execução da proposta.

5. É nesse sentido, que venho solicitar os préstimos para o bom andamento do processo de apreciação do referido projeto, esperando-se concretizar esta relevante parceria.

6. Colocando-me à disposição, despeço-me, ao tempo que renovo os votos de estima e consideração.

Anexos:

I - Proposta de Projeto (38449828);

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

**ELOY TERENA**

Secretário-Executivo  
Ministério dos Povos Indígenas



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 14/11/2023, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38517926** e o código CRC **C7D81429**.

---

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa  
CEP 70297-400 - Brasília/DF  
- e-mail [mpi-se@povosindigenas.gov.br](mailto:mpi-se@povosindigenas.gov.br)

---

Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38517926



**De:** FADEX Gerência de Projetos <projetos@fadex.org.br>  
**Enviado em:** quinta-feira, 16 de novembro de 2023 15:53  
**Para:** MPI-SE- Secretaria Executiva do Ministério dos Povos Indígenas  
**Cc:** FADEX Paula Adriana; FADEX Superintendente  
**Assunto:** Re: Projeto " Caravana Participa Parente"  
**Anexos:** Ofício 425\_2023 FADEX-SE\_MPI - manifestação de interesse.pdf

Prezado Senhor,

De ordem do superintendente da FADEX, Antônio Vinicius Oliveira Ferreira, encaminhamos o Ofício 425/2023 com nossa manifestação de interesse em firmar parceria com a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas (SE/MPI), com a finalidade de promover a participação efetiva dos povos, comunidades e organizações indígenas nas esferas de decisão sobre temas, serviços, políticas públicas e projetos que lhes dizem respeito, assegurando a plena diversidade dos povos, mulheres LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência.

Nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,  
Paula Adriana

## **Gerência de Projetos e Captação de Recursos**

Fone: (86) 99857-0606  
E-mail: [projetos@fadex.org.br](mailto:projetos@fadex.org.br)



Espaço Universitário - Campus  
Universitário Ministro Petrônio  
Portella, Bairro Ininga. Teresina-PI  
[www.fadex.org.br](http://www.fadex.org.br)

Em qui., 16 de nov. de 2023 às 10:38, FADEX Paula Adriana <[adriana@fadex.org.br](mailto:adriana@fadex.org.br)> escreveu:  
Prezada Joseane,

Encaminho para que enviemos manifestação de interesse.

Cordialmente,

----- Forwarded message -----

**De:** FADEX Superintendente <[superintendente@fadex.org.br](mailto:superintendente@fadex.org.br)>  
**Date:** seg., 13 de nov. de 2023 às 14:34  
**Subject:** Fwd: Projeto " Caravana Participa Parente"  
**To:** FADEX Paula Adriana <[adriana@fadex.org.br](mailto:adriana@fadex.org.br)>

----- Forwarded message -----

De: **MPI/MPI-SE** <[mpi-se@povosindigenas.gov.br](mailto:mpi-se@povosindigenas.gov.br)>

Date: seg., 13 de nov. de 2023 às 14:15

Subject: Projeto " Caravana Participa Parente"

To: <[superintendente@fadex.org.br](mailto:superintendente@fadex.org.br)>

Prezado Sr. Antonio Vinicius,

A par de cumprimentá-lo, de ordem do Sr. Secretário Executivo do Ministério dos Povos Indígenas, encaminho, em anexo, OFÍCIO SEI Nº 3621/2023/MPI.

Para fins de trâmite processual, solicito os préstimos de confirmar o recebimento deste.

Atenciosamente,

Sirlon Lopes

Assessor

[sirlon.filho@povosindigena.gov.br](mailto:sirlon.filho@povosindigena.gov.br)

(61) 2020-1824

Secretaria Executiva

Ministério dos Povos Indígenas - MPI

--

**Paula Adriana**

Gerente de Projetos

Fone: (86)3237-1379

E-mail: [adriana@fadex.org.br](mailto:adriana@fadex.org.br)



Espaço Universitário - Campus  
Universitário Ministro Petrônio  
Portella, Bairro Ininga. Teresina-PI  
[www.fadex.org.br](http://www.fadex.org.br)

---

**OFÍCIO N. °425/2023**

Teresina, 16 de novembro de 2023.

Ao Senhor

**Eloy Terena**

Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas

**Assunto:** Manifestação de interesse em resposta ao Ofício SEI nº 3621/2023/MPI

**Processo SEI 15000.103636/2023-84**

Senhor Secretário,

Em resposta ao Ofício SEI nº 3621/2023/MPI, manifestamos nosso interesse em firmar parceria com a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas (SE/MPI), com a finalidade de promover a participação efetiva dos povos, comunidades e organizações indígenas nas esferas de decisão sobre temas, serviços, políticas públicas e projetos que lhes dizem respeito, assegurando a plena diversidade dos povos, mulheres LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência.

A FADEX, como fundação de apoio, executa projetos de pesquisa e prestação de serviços relacionados à realização de diagnósticos e estudos explanatórios e tem capacidade para atender às necessidades desta Secretaria na realização de assembleias e/ou reuniões regionais deliberativas das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, com o objetivo de se indicar os representantes dessas organizações que irão compor o Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.

Dentre os projetos desenvolvidos pela FADEX, destacamos o projeto “IV SIMPANTRO - lutas por direitos, horizontes plurais e diálogos interculturais” evento realizado pela Universidade Federal do Piauí com o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre a atual situação do país, no que diz respeito as pautas dos movimentos sociais, ambientais, indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados, ribeirinhos, brejeiros, população LGBTQIAP+ e outras minorias, bem como propor diálogos inter e intraculturais para a construção de um Brasil que promova e respeite a pluralidade sociocultural.

---

CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELA  
BAIRRO ININGA, TERESINA - PI – CEP 64049-550  
CNPJ: 07.501.328/0001-30  
FONE: + 55 86 99857-0606  
EMAIL: [superintendente@fadex.org.br](mailto:superintendente@fadex.org.br)  
SITE: [www.fadex.org.br](http://www.fadex.org.br)

Outro projeto que merece ênfase é o “Quilombos Piauí” que objetiva a realização de serviços profissionais técnicos e administrativos para realizar estudos, assessoramentos, produção de peças técnicas e documentos que instruirão processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Executamos o Projeto “Municiparque”, celebrado em parceria com os municípios piauienses de São João do Arraial, Lagoa do São Francisco, Cocal, Caraúbas, Joaquim Pires e Cocal dos Alves visando a elaboração de estudos, diagnósticos e projetos técnicos executivos para criação e implantação de parque municipais por meio da coleta de informações, realização preliminar de reconhecimento da área e levantamentos de campo, serviços de consultas públicas e elaboração de projetos de infraestrutura e ambiental.

Haja vista o exposto, comprova-se a experiência da FADEX em atender a demanda solicitada. Acreditamos que nosso know-how beneficiará a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas na realização de projeto com vista a promover a participação dos povos indígenas na formulação e acompanhamento das políticas públicas que lhes são afetas, bem como apoiar a realização de assembleias/reuniões regionais das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, auxiliando na definição dos representantes das sete organizações para o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas. Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos e ressaltamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Antônio Vinícius Oliveira Ferreira  
**Superintendente da Fadex**

## DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

EU, *Gildásio Guedes Fernandes*, CPF nº 077.579.563-15, ocupante do cargo de *Reitor*, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Ministério dos Povos Indígenas, nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 3/2023, apresentado pela Universidade Federal do Piauí, estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

20 de novembro de 2023	Gildásio Guedes Fernandes Reitor	
------------------------	-------------------------------------	--

## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EU, *Gildásio Guedes Fernandes*, CPF nº 077.579.563-15, ocupante do cargo de *Reitor*, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Ministério dos Povos Indígenas, nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que a Universidade Federal do Piauí, possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 3/2023.

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

20 de novembro de 2023	Gildásio Guedes Fernandes Reitor	
------------------------	-------------------------------------	--

## PLANO DE TRABALHO TED Nº 3/2023

### 1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

#### a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):

Ministério dos Povos Indígenas

Nome da autoridade competente:

Luiz Henrique Eloy Amado

Número do CPF:

012.196.381-02

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI

#### b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:

170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

**Observações:**

- a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA****a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 -UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
Número do CPF:	077.579.563-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
---	---



Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:

154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí

**Observações:**

a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e

b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.

**3. OBJETO:**

Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023.

**4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:**

**META 1: Apoiar as organizações indígenas regionais na organização de reunião para escolha de representantes para o CNPI**

Produto 1: Reunião da Arpinsul

Produto 2: Reunião da Aty Guasu

Produto 3: Reunião da Comissão Guarani Yvyrupa

Produto 4: Reunião da Apoinme

Produto 5: Reunião da Coiab

Produto 6: Reunião da Arpinsudeste

**META 2: Realizar pesquisa sobre a participação social de lideranças indígenas no âmbito do CNPI**

Produto 1: Estudo analítico sobre as reuniões de escolha dos representantes indígenas no CNPI

**META 3: Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX**

Produto 1: Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI

Produto 2: Despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio

## 5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A "Caravana Participa Parente" está no bojo das articulações para promoção do Conselho Nacional de Política Indigenista, órgão colegiado do Ministério dos Povos Indígenas, com competências estabelecidas no Decreto nº 11.509, de 28 de abril de 2023, sendo um colegiado de caráter consultivo, responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da implementação de políticas públicas destinadas aos povos indígenas. O Art. 3º que versa sobre sua composição e assim a determina: 64 membros titulares, sendo 30 representantes do Poder Executivo Federal; 30 representantes dos povos e das organizações indígenas e 04 representantes de entidades indigenistas.

Conforme estabelece o Art. 3º, a composição do CNPI é de sessenta e quatro membros titulares, sendo eles: trinta representantes do Poder Executivo Federal; trinta representantes dos povos e das organizações indígenas e quatro representantes de entidades indigenistas.

Faz-se, portanto, necessário que as escolhas dos trinta representantes dos povos e das organizações indígenas sejam realizadas de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 4º, § 5º e § 6º do referido Decreto.

A FADEX, como fundação de apoio, executa projetos de pesquisa e prestação de serviços relacionados à realização de diagnósticos e estudos explanatórios e tem capacidade para atender às necessidades desta Secretaria na realização de assembleias e/ou reuniões regionais deliberativas das sete organizações regionais que representam os povos indígenas do Brasil, com o objetivo de se indicar os representantes dessas organizações que irão compor o Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.

**Observação:** Preenchimento da justificativa e motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(X)	Sim
-----	-----

<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

<input type="checkbox"/>	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
<input type="checkbox"/>	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
<input checked="" type="checkbox"/>	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

### Observação:

- 1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.
- 2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	-----

( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Os recursos serão disponibilizados para a Universidade Federal do Piauí e para a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) que possui instrumento celebrado com a Universidade Federal do Piauí para a execução de programas e projetos. Os custos indiretos destinados para a UFPI na forma de ressarcimento serão de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Para o custeio das Despesas operacionais administrativas da Fundação de Apoio serão destinados R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

A parceria com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetiva viabilizar e agilizar as atividades de apoio e gerenciamento em projetos cooperados, em conformidade com o disposto no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, combinado com o inciso XIII, do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A Lei nº 8.958/94, com a sua nova redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013, estabelece: Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.

**Observação:**

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
<b>META 1</b>	<b>Apoiar as organizações indígenas regionais na organização de reunião para escolha de representantes para o CNPI</b>	Evento apoiado	<b>6</b>	<b>18.506,04</b>	<b>555.181,20</b>	<b>Nov/ 2023</b>	<b>Dez/ 2023</b>
PRODUTO 1	Reunião da Arpinsul	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Nov/ 2023	Dez/ 2023
PRODUTO 2	Reunião da Aty Guasu	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Nov/ 2023	Dez/ 2023
PRODUTO 3	Reunião da Comissão Guarani Yvyrupa	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Dez/ 2023	Dez/ 2023
PRODUTO 4	Reunião da Apoinme	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Dez/ 2023	Dez/ 2023
PRODUTO 5	Reunião da Coiab	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Dez/ 2023	Dez/ 2023
PRODUTO 6	Reunião da Arpinsudeste	Quantidade	1	92.530,20	92.530,20	Dez/ 2023	Dez/ 2023
<b>META 2</b>	<b>Realizar pesquisa sobre a participação social de lideranças indígenas no</b>	<b>Pesquisa</b>	<b>1</b>	<b>1.444.818,80</b>	<b>1.444.818,80</b>	<b>Jan/ 2024</b>	<b>Fev/ 2024</b>

	<b>âmbito do CNPI</b>						
PRODUTO 1	Estudo analítico sobre as reuniões de escolha dos representantes indígenas no CNPI	Quantidade	1	1.444.818,80	1.444.818,80	Jan/ 2024	Fev/ 2024
<b>META 3</b>	<b>Custos Incorridos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>2</b>	<b>250.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>Nov/ 2023</b>	<b>Fev/ 2024</b>
PRODUTO 1	Ressarcimento à UFPI	Quantidade	1	250.000,00	150.000,00	Nov/ 2023	Fev/ 2024
PRODUTO 2	Despesas Operacionais e Administrativas da Fundação	Quantidade	1	250.000,00	250.000,00	Nov/ 2023	Fev/ 2024

## 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

<b>MÊS/ANO</b>	<b>VALOR</b>
11/2023	R\$ 2.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.500.000,00</b>

## 11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

<b>CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>CUSTO INDIRETO</b>	<b>VALOR PREVISTO</b>
33.90.39	NÃO	R\$ 2.000.000,00

33.90.39	SIM	R\$ 500.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.500.000,00</b>
<b>Observação:</b> O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.		

## 12. PROPOSIÇÃO

Teresina, na data da assinatura

Gildásio Guedes Fernandes

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

## 13. APROVAÇÃO

Brasília, na data da assinatura

Eloy Terena

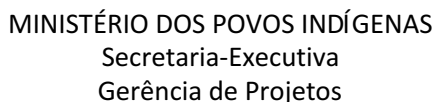
**Observação:** Autoridade competente para assinar o TED.

**Observações:**

1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.





## 1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
--	--------------------------------

Nome da autoridade competente: Luiz Henrique Eloy Amado

Número do CPF:	012.196.381-02
----------------	----------------

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI
---	--

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Portaria MPI nº 73, 09 de março de 2023
---	---

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
--	--

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
--	--

a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e  
b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

### a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 - UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
--	---

Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
--------------------------------	---------------------------

Número do CPF:	077.579.563-15
----------------	----------------



- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

## 4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
  - a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
  - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X- devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora

## 5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 12(**doze**) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

**Início:** Nov/2023

**Fim:** Nov/2024

### Observações:

- 1) O prazo máximo da vigência é de até 60 (sessenta meses); e
- 2) Considerando que a publicação do extrato do TED deve se dar no sítio oficial da Unidade Descentralizadora, sugere-se que o início da vigência seja considerado a contar da data de assinatura.

## 6. VALOR DO TED:

R\$ 2.500.000,00

## 7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

10.46101.04.122.0032.2000 - Administração da Unidade - PO: MI00 - Administração da Unidade - Ministério dos Povos Indígenas

## 8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

( ) Sim

( X ) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

## 9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

## 10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

Os partícipes do TED podem prever que, além da obrigatoria tomada de providências para recomposição ao erário, que eventual rejeição do relatório de cumprimento do objeto poderá (ou deverá) gerar ajustes no Plano de Trabalho, inclusive para fins de previsão de prestação alternativa, se houver interesse e viabilidade para tanto, desde que enquadrados nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 10.426/2020.

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

Teresina, na data da assinatura

Gildásio Guedes Fernandes

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

Brasília, na data da assinatura

Eloy Terena

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

**Observação:** Nos campos acima, identificar os responsáveis pela assinatura do TED. Ministro ou dirigente máximo da entidade da administração indireta, ou autoridade à qual foi delegada por estes a competência para assinatura de TED.

Delegação não é vedada no Decreto nº 10.426, de 2020, portanto, é permitida.



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À CGGA,

Encaminho processo relativo ao Termo de Execução Descentralizada Nº 3, para o Universidade Federal, para conhecimento e providências necessárias.

Brasília, 21 de novembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

JOÃO LUCAS MORAES PASSOS

Gerente de Projeto



Documento assinado eletronicamente por **João Lucas Moraes Passos, Gerente de Projeto**, em 21/11/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38629834** e o código CRC **1E1AA8E8**.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão e Administração

## DESPACHO

**Processo nº 15000.103636/2023-84**

À COORF,

Em atenção ao Despacho nº(38629834) GEPROJ, encaminho para conhecimento e providências.

Brasília, 21 de novembro de 2023.

**VILSON DA SILVA SANTOS JUNIOR**

Coordenador-Geral de Gestão e Administração - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Vilson da Silva Santos Junior, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 21/11/2023, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38630246** e o código CRC **92D6C89A**.

Referência: Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38630246





**DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023**  
Despesas Primárias Discricionárias - Custeio e Investimento

Unidade Orçamentária:								
Unidade Gestora Executora - UGE	Ação Orçamentária	Plano Orçamentário - PO	PTRES	Fonte	Natureza da Despesa - ND	Unidade Gestora Responsável - UGR	Plano Interno - PI	Valor
170607	2000	MI00	225031	1444	3390	26279 - UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí		2.500.000,00
<b>TOTAL</b>								<b>2.500.000,00</b>

**FINALIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO:**

TED com Universidade Federal do Piauí para Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, reciado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023.

**RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:**

Nome:	Vilson da Silva Santos Junior
Telefone:	2020-8530

Documento assinado eletronicamente

**VILSON DA SILVA SANTOS JUNIOR**

Coordenador-Geral de Gestão e Administração substituto



Documento assinado eletronicamente por **Vilson da Silva Santos Junior**, **Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 23/11/2023, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38664497** e o código CRC **6F587330**.



### DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023

Despesas Primárias Discricionárias - Custeio e Investimento

Unidade Orçamentária:								
Unidade Gestora Executora - UGE	Ação Orçamentária	Plano Orçamentário - PO	PTRES	Fonte	Natureza da Despesa - ND	Unidade Gestora Responsável - UGR	Plano Interno - PI	Valor
170607	2000	MI00	225031	1444A002JU	3390	840010	84200094279	2.500.000,00
TOTAL								2.500.000,00

#### FINALIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO:

TED com Universidade Federal do Piauí para Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023. Formulário alterando fonte e UGR e inserindo Plano Interno àquele enviado pelo MPI (38664497), estando os demais atributos idênticos ao referido formulário.

#### RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:

Nome: Eduardo Nunes Loureiro  
Telefone: 2031-6970

Documento assinado eletronicamente

EDUARDO NUNES LOUREIOR

Coordenador-Geral de Assuntos Macro-Orçamentários



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Nunes Loureiro, Coordenador(a)-Geral**, em 24/11/2023, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38709232** e o código CRC **2C40537D**.

27/11/23 09:17

USUARIO: RAQUEL

DATA EMISSAO : 27Nov23 VALORIZACAO : 27Nov23 NUMERO : 2023NC002406

UG EMITENTE : 201082 - SETORIAL ORCAMENTÁRIA E FINANCEIRA/MGI

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 170607 / 00001 - CGEOF/SSC

OBSERVACAO

ATENDER TED COM UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ PARA REALIZAR PESQUISA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE POVOS INDÍGENAS NO ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NO CONTEXTO DO PROJETO CARAVANA PARTICIPA PARENTE. 15000.103636/2023-84

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	1	225031	1444A002JU	339039		201082	84200094279	2.500.000,00

LANCADO POR : 64800636191 - RAQUEL

UG : 201082 27Nov23 09:16

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

30/11/23 17:26

USUARIO: EDUARDO

DATA EMISSAO : 30Nov23 VALORIZACAO : 30Nov23 NUMERO : 2023NC800015

UG EMITENTE : 170607 - COORDENAÇÃO GERAL DE EXECUÇÃO E FINANCEIRA

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 154048 / 15265 - FUFPI

OBSERVACAO

TED COM UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAU? PARA REALIZAR PESQUISA RELATIVA ? PARTI  
CIPA??O SOCIAL DE POVOS IND?GENAS NO ACOMPANHAMENTO DE POL?TICAS P?BLICAS,NO C  
ONTEXT0 DO PROJETO CARAVANA PARTICIPA PARENTE. PROCESSO SEI N. 15000.103636/20

NUM. TRANSFERENCIA : 950260

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300300	1	225031	1444A002JU	339039		201082	84200094279	2.500.000,00

LANCADO POR : 86364561187 - EDUARDO

UG : 170607 30Nov23 17:26

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À Secretaria-Executiva/MPI,

1. Considerando a necessidade de proceder à nomeação de fiscais em relação à elaboração do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 23733920230010-001949, firmado com a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, cujo objeto se destina a "Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023.", se faz necessário indicações de **2 (dois) fiscais** por parte da Unidade do MPI a qual solicitou o Termo de Execução Descentralizada (TED) para ocupar tal função.

**Do acompanhamento da execução**

*Art. 17. No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado.*

*Parágrafo único. O ato de designação dos gestores titulares e suplentes do TED será publicado no sítio eletrônico oficial das unidades descentralizadora e descentralizada.*

*Art. 18. No exercício das atividades de monitoramento e de avaliação da execução física, a unidade descentralizadora poderá:*

*I - solicitar relatórios parciais de execução, a qualquer tempo;*

*II - utilizar o apoio técnico das suas unidades finalísticas; e*

*III - firmar parcerias com outros órgãos ou entidades da administração pública ou com entidades privadas sem fins lucrativos.*

*Art. 19. Na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, a unidade descentralizadora suspenderá as descentralizações e estabelecerá o prazo de trinta dias, contado da data da suspensão, para que a unidade descentralizada apresente justificativas.*

2. Sendo assim, os dados necessários são:

I - TITULAR: nome, SIAPE, CPF, e-mail institucional e telefone.

II - SUBSTITUTO: nome, SIAPE, CPF, e-mail institucional e telefone.

3. Diante do exposto, solicitamos as indicações com os dados acima indicados, impreterivelmente, **até 06/12/2023**.

Brasília, 01 de dezembro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

ÊMILLY MARTINS SIMÕES RAMOS

Coordenadora de Orçamento e Finanças substituta

De acordo.

Documento assinado eletronicamente  
GLEUCEMIR NICASIO RODRIGUES  
Coordenador-Geral de Gestão e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Êmilly Martins Simões Ramos, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 01/12/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleucemir Nicasio Rodrigues, Coordenador(a)-Geral**, em 01/12/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38838707** e o código CRC **B5B0462E**.

Referência: Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38838707



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

Trata-se da requisição de nomeação de fiscais para o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 23733920230010-001949, firmado com a UFPI. O TED visa realizar pesquisas sobre a participação social de povos indígenas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que apoiará a seleção de representantes para o Conselho Nacional de Política Indigenista.

Conforme o regulamento do TED, é necessário indicar dois fiscais, titular e substituto, da Unidade do MPI que solicitou o TED. Estes fiscais serão responsáveis por monitorar e avaliar a execução do projeto. O prazo para indicação dos dados dos fiscais é **até 06/12/2023**. Os dados requeridos são: nome, SIAPE, CPF, e-mail institucional e telefone, tanto para o titular quanto para o substituto.

Considerando que servidores do Gabinete da Ministra, em específico de sua Assessoria e da Assessoria de Participação Social, estão a frente do referido projeto, encaminhe-se ao GM, para indicação de servidores a fim de se fazer o referido monitoramento.

Brasília, 01 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**SIRLON JOSÉ LOPES**

Chefe de Gabinete - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Sirlon José Lopes Filho, Chefe(a) de Gabinete Substituto(a)**, em 01/12/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38856498** e o código CRC **35D9D529**.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Gabinete da Ministra

## DESPACHO

**Processo nº 15000.103636/2023-84**

À Secretaria Executiva - SE

Trata-se da indicação dos servidores para atuação como fiscais de monitoramento e avaliação do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 23733920230010-001949. Quais sejam:

**Titular:** Cristiano Mariotto

SIAPE: 3336806

CPF: 267.945.448-06

EMAIL: cris.tupan@povosindigenas.gov.br

TELEFONE: (61) 2020-1739

**Substituta:** Elis do Nascimento Silva

SIAPE: 3337485

CPF: 057.665.809-08

EMAIL: elis.nascimento@povosindigenas.gov.br

TELEFONE: (61) 99907-9919

Brasília, 06 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**MARIANA COSTA JUSTO**

Chefe de Gabinete Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa Justo, Chefe(a) de Gabinete Substituto(a)**, em 06/12/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38942660** e o código CRC **6DED6167**.

---

**Referência:** Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38942660



EXTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO  
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 03, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

- a) Processo: 15000.103636/2023-84
- b) Objeto: Termo de Execução Descentralizada nº 03, de 30 de novembro 2023, firmado entre a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, tem como objeto realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023.
- c) Valor Total: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) - Ação 2000 - "Administração da Unidade" - PO: MI00 - Administração da Unidade - Ministério dos Povos Indígenas.
- d) Vigência: a partir de 30 de novembro de 2023 a 30 de novembro de 2024.
- e) Assinatura: 30/11/2023
- f) Partícipes: Sr. Luiz Henrique Eloy Amado, Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas - MPI e Sr. Gildásio Guedes Fernandes, Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Documento assinado eletronicamente

ELOY TERENA  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 06/12/2023, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38943349** e o código CRC **78007906**.



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À SE-MPI,

1. Encaminhamos Extrato (Sei nº 38943349) do Termo de Execução Descentralizada nº 3, de novembro de 2023 (Sei nº 38629830) para sua apreciação, cujo propósito se relaciona à realização de pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto “Caravana Participa Parente”, que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023.
2. Solicitamos que proceda à assinatura deste documento por parte desta Secretaria. Adicionalmente, é relevante ressaltar a necessidade de encaminhar o documento à ASCOM-MPI após a devida assinatura, a fim de possibilitar a publicação do Extrato (38943349), Termo (38629830) e Plano (38629816) deste no site oficial do Ministério dos Povos Indígenas.
3. Conforme o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020:

***Do acompanhamento da execução***

*Art. 17. No prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e exercerão a função de monitoramento e de avaliação da execução do objeto pactuado.*

*Parágrafo único. O ato de designação dos gestores titulares e suplentes do TED será publicado no sítio eletrônico oficial das unidades descentralizadora e descentralizada.*

*Art. 18. No exercício das atividades de monitoramento e de avaliação da execução física, a unidade descentralizadora poderá:*

*I - solicitar relatórios parciais de execução, a qualquer tempo;*

*II - utilizar o apoio técnico das suas unidades finalísticas; e*

*III - firmar parcerias com outros órgãos ou entidades da administração pública ou com entidades privadas sem fins lucrativos.*

*Art. 19. Na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, a unidade descentralizadora suspenderá as descentralizações e estabelecerá o prazo de trinta dias, contado da data da suspensão, para que a unidade descentralizada apresente justificativas.*

4. Destacamos que o prazo limite para efetuar a mencionada publicação é **até 19/12/2023**, considerando que a assinatura do Termo foi realizada em 30/11/2023.
5. Por fim, colocamo-nos à disposição para prestar eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Brasília, 06 de dezembro de 2023.

À consideração superior.

ÊMILLY MARTINS SIMÕES RAMOS  
Coordenadora de Orçamento e Finanças substituta

De acordo.

GLEUCEMIR NICASIO RODRIGUES  
Coordenador-Geral de Gestão e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Êmilly Martins Simões Ramos, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 06/12/2023, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleucemir Nicasio Rodrigues, Coordenador(a)-Geral**, em 06/12/2023, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38943736** e o código CRC **92350814**.

Referência: Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 38943736



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão e Administração  
Coordenação de Orçamento e Finanças

MINUTA DE PORTARIA [MPI-SE-CGGA-COORF] /MPI Nº [NN], DE [DIA] DE [MÊS] DE [ANO]

**Apagar as Notas Explicativas para a finalização do documento.**

Devido à necessidade de deixar a data do ato normativo editável no SEI/ME, após gerar a Portaria final a partir desta minuta, será necessário que o usuário realize os seguintes procedimentos nesta seção do documento:

- a) apagar "MINUTA DE";
- b) inserir a sigla da unidade;
- c) preencher o número da Portaria **igual ao número gerado na árvore do processo (É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE NUMERAÇÃO DIVERGENTE)**;
- d) preencher a data no formato "[DIA] DE [MÊS POR EXTENSO] de [ANO]";
- e) apagar esta nota explicativa; e
- f) salvar o documento.

Caso a Portaria seja da área de pessoal, utilizar o tipo de documento **Portaria de Pessoal**.

Designa os fiscais do Termo de Execução Descentralizada SIAFI nº950260 celebrado por intermédio da Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - SE/MPI com a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.

**O SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. Art. 7º da Portaria MPI nº 73, de 09 de março de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar como fiscal o servidor Cristiano Mariotto, CPF nº 267.\*\*\*.\*\*\*-06 e SIAPE nº 3336806; e seu substituto Elis do Nascimento Silva, CPF nº 057.\*\*\*.\*\*\*-08 e SIAPE nº 3337485 do Gabinete da Ministra - GM/MPJ para, sem prejuízo das atribuições que atualmente exercem, atuar no acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada - Processo SEI nº 15000.103636/2023-84, celebrado entre a Secretaria Executiva do Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, que tem por objeto "Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023", com poderes de controle e fiscalização, nos termos do Decreto 10.426/2020.

Art. 2º São competências dos Representantes do Gabinete da Ministra - GM/MPJ dentre as previstas na legislação mencionada e no Termo de Execução Descentralizada:

- a) manter cópias do instrumento contratual e de seus aditivos, se for o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo;

- I - controlar a vigência do Termo de Execução Descentralizada;
- II - exigir o fiel e total cumprimento das obrigações previstas no Termo de Execução Descentralizada, bem como das demais disposições do Decreto 10.426/2020 que disciplina a matéria;
- III - anotar no respectivo processo todas as ocorrências, de qualquer natureza, verificadas durante a execução, determinando o que for necessário para regularizá-las;
- IV - acompanhar e controlar a prestação dos serviços recusando o que estiver em desconformidade com o contratado;
- V - notificar por escrito à Entidade Recebedora a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada;
- VI - propor o encaminhamento de pedido de rescisão do Termo de Execução Descentralizada, sempre que ocorrerem situações previstas na legislação que ensejem a adoção dessas medidas;
- VII - obter da Administração, tempestivamente, todas as providências a seu cargo necessárias ao bom andamento dos serviços; e
- VIII - exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto, tanto por parte do Ministério quanto da Entidade Recebedora.

Art. 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário-Executivo deste Ministério deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações dos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até o encerramento da vigência do Termo.

Documento assinado eletronicamente

ELOY TERENA

Secretário Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Êmilley Martins Simões Ramos, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 12/12/2023, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39044971** e o código CRC **BD7043DE**.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão e Administração  
Coordenação de Orçamento e Finanças

## DESPACHO

**Processo nº 15000.103636/2023-84**

À SE-MPI,

Encaminhamos a Minuta de Portaria (Sei nº 39044971), visando a publicação no Boletim de Serviço Eletrônico. A citada Portaria designa fiscais para fiscalizar o Termo de Execução Descentralizada nº 03, de 30 de novembro de 2023, firmado entre a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, tem como objeto a "Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023."

Destacamos que o prazo limite para efetuar a mencionada publicação é **até 19/12/2023**, considerando que a assinatura do Termo foi realizada em 30/11/2023

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

**ÊMILLY MARTINS SIMÕES RAMOS**

Coordenadora de Orçamento e Finanças substituta

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

**GLEUCEMIR NICASIO RODRIGUES**

Coordenador-Geral de Gestão e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Êmilly Martins Simões Ramos, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 12/12/2023, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleucemir Nicasio Rodrigues, Coordenador(a)-Geral**, em 12/12/2023, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39045292** e o código CRC **931206CB**.

**Referência:** Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 39045292





MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva

PORTARIA SE/MPI Nº 327, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Designa os fiscais do Termo de Execução Descentralizada SIAFI nº950260 celebrado por intermédio da Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - SE/MPI com a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.

**O SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. Art. 7º da Portaria MPI nº 73, de 09 de março de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar como fiscal o servidor Cristiano Mariotto, CPF nº 267.\*\*\*.\*\*\*-06 e SIAPE nº 3336806; e seu substituto Elis do Nascimento Silva, CPF nº 057.\*\*\*.\*\*\*-08 e SIAPE nº 3337485 do Gabinete da Ministra - GM/MPJ para, sem prejuízo das atribuições que atualmente exercem, atuar no acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada - Processo SEI nº 15000.103636/2023-84, celebrado entre a Secretaria Executiva do Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, que tem por objeto "Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023", com poderes de controle e fiscalização, nos termos do Decreto 10.426/2020.

Art. 2º São competências dos Representantes do Gabinete da Ministra - GM/MPJ dentre as previstas na legislação mencionada e no Termo de Execução Descentralizada:

manter cópias do instrumento contratual e de seus aditivos, se for o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo;

controlar a vigência do Termo de Execução Descentralizada;

exigir o fiel e total cumprimento das obrigações previstas no Termo de Execução Descentralizada, bem como das demais disposições do Decreto 10.426/2020 que disciplina a matéria;

anotar no respectivo processo todas as ocorrências, de qualquer natureza, verificadas durante a execução, determinando o que for necessário para regularizá-las;

acompanhar e controlar a prestação dos serviços recusando o que estiver em desconformidade com o contratado;

notificar por escrito à Entidade Receptora a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada;

propor o encaminhamento de pedido de rescisão do Termo de Execução Descentralizada, sempre que ocorrerem situações previstas na legislação que ensejem a adoção dessas medidas;

obter da Administração, tempestivamente, todas as providências a seu cargo necessárias ao bom andamento dos serviços; e

exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto, tanto por parte do Ministério quanto da Entidade Recebedora.

Art. 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário-Executivo deste Ministério deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações dos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até o encerramento da vigência do Termo.

Documento assinado eletronicamente

**ELOY TERENA**  
Secretário Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 13/12/2023, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39059375** e o código CRC **B9FF090C**.



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À COORF,

Encaminho a Portaria n. 327 (39059375) devidamente assinada, para conhecimento e providências subsequentes.

Brasília, 12 de dezembro de 2023.

**SIRLON JOSÉ LOPES**

Assessor

Secretaria-Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Sirlon José Lopes Filho, Assessor(a)**, em 13/12/2023, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39059256** e o código CRC **C49B2316**.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão e Administração  
Coordenação de Orçamento e Finanças

## DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À COGP,

Encaminho Portaria SE/MPI Nº 327, de 12 de dezembro DE 2023 (Sei nº39059375) para publicação no Boletim de Serviço Eletrônico.

Brasília, 13 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

ÊMILLY MARTINS SIMÕES RAMOS

Coordenadora de Orçamento e Finanças substituta



Documento assinado eletronicamente por **Êmilly Martins Simões Ramos, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 13/12/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39088312** e o código CRC **A82A2D4C**.

Referência: Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 39088312

## MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

### Secretaria-Executiva

#### Portaria SE/MPI nº 327, de 13 de dezembro de 2023

Designa os fiscais do Termo de Execução Descentralizada SIAFI nº 950260 celebrado por intermédio da Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - SE/MPI com a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.

**O SECRETÁRIO EXECUTIVO**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. Art. 7º da Portaria MPI nº 73, de 09 de março de 2023.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar como fiscal o servidor Cristiano Mariotto, CPF nº 267.\*\*\*.\*\*\*-06 e SIAPE nº 3336806; e seu substituto Elis do Nascimento Silva, CPF nº 057.\*\*\*.\*\*\*-08 e SIAPE nº 3337485 do Gabinete da Ministra - GM/MPI, para, sem prejuízo das atribuições que atualmente exercem, atuar no acompanhamento e fiscalização do Termo de Execução Descentralizada - Processo SEI nº 15000.103636/2023-84, celebrado entre a Secretaria Executiva do Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, que tem por objeto "Realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto "Caravana Participa Parente", que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023", com poderes de controle e fiscalização, nos termos do Decreto 10.426/2020.

Art. 2º São competências dos Representantes do Gabinete da Ministra - GM/MPI, dentre as previstas na legislação mencionada e no Termo de Execução Descentralizada:

manter cópias do instrumento contratual e de seus aditivos, se for o caso, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas acerca das obrigações contratuais, devidamente anexados ao processo;

controlar a vigência do Termo de Execução Descentralizada;

exigir o fiel e total cumprimento das obrigações previstas no Termo de Execução Descentralizada, bem como das demais disposições do Decreto 10.426/2020 que disciplina a matéria;

anotar no respectivo processo todas as ocorrências, de qualquer natureza, verificadas durante a execução, determinando o que for necessário para regularizá-las;

acompanhar e controlar a prestação dos serviços recusando o que estiver em desconformidade com o contratado;

notificar por escrito à Entidade Receptora a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada;

propor o encaminhamento de pedido de rescisão do Termo de Execução Descentralizada, sempre que ocorrerem situações previstas na legislação que ensejem a adoção dessas medidas;

obter da Administração, tempestivamente, todas as providências a seu cargo necessárias ao bom andamento dos serviços; e

exercer as demais atividades necessárias ao fiel cumprimento do objeto, tanto por parte do Ministério quanto da Entidade Receptora.

Art. 3º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário-Executivo deste Ministério deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações dos fiscais.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até o encerramento da vigência do Termo.

**ELOY TERENA**  
Secretário-executivo



A autenticidade deste documento poderá ser verificada acessando o link:

<https://boletim.sigepe.gov.br/publicacao/detalhar/232316>

Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão e Administração  
Coordenação de Gestão de Pessoas

## DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À COORF

Conforme solicitado por meio do Despacho (39088312), encaminho a Portaria SE/MPI nº 327 (39094271), publicada no Boletim de Gestão de Pessoas - BGP.

Brasília, 14 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**ÁLVARO SANTOS DE OLIVEIRA**

Coordenador de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Santos de Oliveira, Coordenador(a)**, em 14/12/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39109832** e o código CRC **43840934**.

Referência: Processo nº 15000.103636/2023-84.

SEI nº 39109832



DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

Encaminhe-se os autos do presente processo à **Assessoria de Comunicação Social**, a fim de que se prossiga com a devida publicação no site do Ministério do Extrato SEI n. 38943349

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

SIRLON JOSÉ LOPES  
Assessor



Documento assinado eletronicamente por **Sirlon José Lopes Filho, Assessor(a)**, em 20/12/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39232782** e o código CRC **323D14AE**.





DESPACHO

Processo nº 15000.103636/2023-84

À Secretaria Executiva,

Em resposta ao Despacho 39232782 informamos que foi publicado no site institucional deste ministério o Extrato do TED nº 03, firmado entre a Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas - MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI, conforme link : <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/termos-de-cooperacao-e-termos-de-execucao-descentralizada/termo-de-execucao-descentralizada-no-3-de-30-de-novembro-de-2023/view>

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**KAREN DUTRA MOTA**

Assessora de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Karen Dutra Mota, Assessor(a)**, em 21/12/2023, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39235008** e o código CRC **98EB45D9**.



AVISO DE  
RECEBIMENTO

Digital

23/04/2024  
LOTE 28369

Dou ciência dos dados coletados no ato da entrega  
do objeto, que poderão ser utilizados para fins de  
comprovação da prestação do serviço.

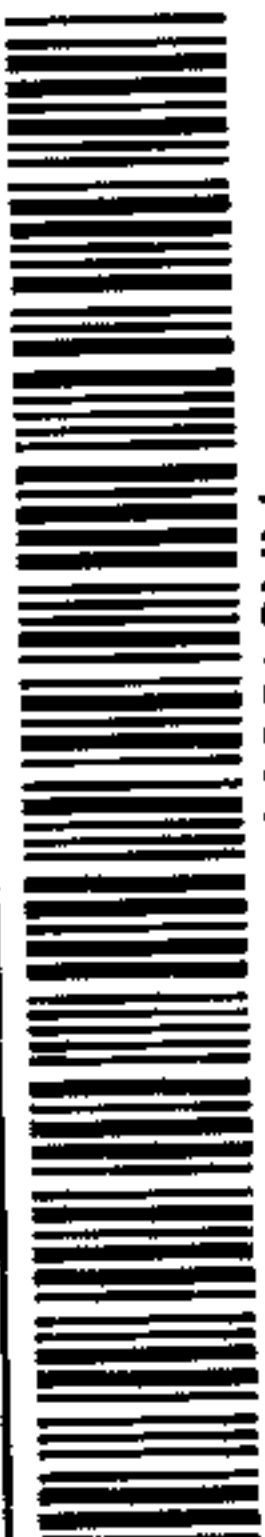
DESTINATÁRIO

Presidente/FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA;  
ENSINO; EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Espaço Universitário - Campus Universitário Ministro Petrônio Portela,  
,, Iningá  
64049-550, Teresina, PI

9912434998 -SE/BSB

TCU

02 MAI 2024



AR643880348CC

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

Ofício 17397/2024-TCU-Seproc - Processo 007.765/2024-0

TENTATIVAS DE ENTREGA

ATENÇÃO:

1º / / h Após a 3ª tentativa de entrega  
2º / / h devolter ao remetente.  
3º / / h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☐ 1 Mudou-se ☐ 5 Recusado  
☐ 2 Endereço insuficiente ☐ 6 Não procurado  
☐ 3 Não existe o número ☐ 7 Ausente  
☐ 4 Desconhecido ☐ 8 Falecido  
☐ 9 Outros

RUBRICA E ASSINATURA DO  
FRANQUEADOR

Agente de Correios - Carteira

Mat. 8.527.643-0

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

FALEX FACHA C APOUSO

DATA DE ENTREGA

21/05/24

Nº DOC. DE IDENTIFICAÇÃO

343192

**OFÍCIO Nº 214/2024**

Teresina, 14 de maio de 2024

Ao Excelentíssimo  
Jhonatan de Jesus  
Tribunal de Contas da União

**Assunto:** Resposta ao Ofício nº. 17397/2024 – TCU/Seproc

Ilmo. Ministro Jhonatan de Jesus,

Trata-se de ofício que solicita o envio da relação de pagamentos efetuados no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX (Termo de Execução Descentralizada – TED nº. 4/2023), com a discriminação contendo: o nome dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade de despesa. Por fim, solicita-se, em caso de existência, o envio de instrumentos de formalização, bem como, informações pormenorizadas dos serviços prestados pelo Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, CPF nº. 057.376.141-77, no âmbito do referido contrato.

Assim, em atendimento à solicitação, informamos através da tabela abaixo, todas as informações solicitadas. Informamos que, em relação ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, não existe no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX nenhuma atividade exercida pelo mesmo, inexistindo, por consequência, quaisquer documentos ou informações relacionadas ao nome citado.

1	SECRETARIA EXECUTIVA	DANIEL DE ALBUQUERQUE MARANHÃO RIBEIRO - CPF Nº. 107.180.694-71	R\$ 8.500,00
2	SECRETARIA EXECUTIVA	RICARDO VERDUM - CPF Nº. 374.027.300-34	R\$ 8.500,00
3	SECRETARIA EXECUTIVA	LUCAS CRAVO DE OLIVEIRA - CPF Nº. 138.580.887-06	R\$ 8.500,00
4	SECRETARIA EXECUTIVA	DIEGO GOMES PEREIRA FLORES - CPF Nº. 029.533.881-41	R\$ 8.500,00
5	DEMED	NATALY CONCEIÇÃO MUNARINI OTERO - CPF Nº. 028.877.421-32	R\$ 8.500,00
6	DEMED	MARLISE MIRTA ROSA - CPF Nº. 052.636.559-59	R\$ 8.500,00
7	DEMED	ITALA TUANNY RODRIGUES NEPOMUCENO - CPF Nº. 881.091.272-15	R\$ 8.500,00
8	DEMED	LUIZ FELIPE DOS SANTOS PINTO GARCIA - CPF Nº. 294.970.668-13	R\$ 8.500,00
9	DEMED	TEDNEY MOREIRA DA SILVA - CPF Nº. 343.404.828-62	R\$ 8.500,00

Nos colocamos à disposição para atendimentos das solicitações que vierem a ser solicitadas, dúvidas e demais esclarecimentos e no ensejo, elevamos os votos da mais alta estima e apreço.

Atenciosamente,



Antônio Vinícius Oliveira Ferreira  
Superintendente



**Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor**

**OFÍCIO Nº. 191/2024/GR/UFPI**

**Teresina, 20 de maio de 2024.**

Ao Ministro

**Jhonatan de Jesus**

Relator do Processo TC 007.765/2024-0

**Assunto: Resposta Ofício 17396/2024-TCU/Seproc**

Senhor Ministro,

1. Em resposta ao Ofício 17396/2024-TCU/Seproc, de 17 de abril de 2024, encaminha-se, em anexo, a documentação requerida no item b.2: “ à Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), para que, no prazo de quinze dias, envie cópia integral e/ou conceda acesso externo ao processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, que trata do contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, acompanhado da relação dos pagamentos efetuados”.
2. O anexo encaminhado é composto pelo arquivo referente ao processo 23111.060871/2023-08, que contempla a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), por meio de contratação direta (Dispensa de Licitação nº 50/2023). A execução do contrato é realizada por meio da FADEX, também notificada por meio do ofício supracitado, que detém das informações referentes aos pagamentos efetuados.
3. Por oportuno, justificamos que o atraso na resposta foi ocasionado pela greve dos servidores técnico-administrativos, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior.

Atenciosamente,

  
**GILDÁSIO GUEDES FERNANDES**  
Reitor

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO  
23111.060871/2023-08

Cadastrado em 11/12/2023



Processo disponível para recebimento com  
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):	E-mail:	Identificador:
CARMEN LUCIA SILVA LIMA	carmensllucia@gmail.com	1759443
Assunto Detalhado: SOLICITA CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA, INTITULADO: "ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS"		
Unidade de Origem: DIVISAO DE PROTOCOLO E DOCUMENTACAO/PRAD (11.00.15.08.03)		
Criado Por: KATIANE MARIA DE ARAUJO CARVALHO		
Observação: ---		

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
11/12/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/CCHL (11.00.25.03)	27/12/2023	GABINETE DO REITOR (11.00.01)
11/12/2023	CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS (11.00.25)	27/12/2023	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)
12/12/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/CCHL (11.00.25.03)	27/12/2023	PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO (11.00.15)
12/12/2023	CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS (11.00.25)	27/12/2023	COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES/PRAD (11.00.15.10)
13/12/2023	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/CCHL (11.00.25.03)	28/12/2023	PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO (11.00.15)
21/12/2023	PRO-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO (11.06)	28/12/2023	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL/PRAD (11.00.15.09.03)
21/12/2023	PRO-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO (11.06)	28/12/2023	PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO (11.00.15)
21/12/2023	COORDENADORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO/PROPESQI (11.06.01)	29/12/2023	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL/PRAD (11.00.15.09.03)
21/12/2023	GABINETE DO REITOR (11.00.01)	29/12/2023	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)
21/12/2023	SECRETARIA DOS CONSELHOS/GABINETE (11.00.01.03)	08/01/2024	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL/PRAD (11.00.15.09.03)
22/12/2023	PRO-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO (11.06)	09/01/2024	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)
22/12/2023	COORDENADORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO/PROPESQI (11.06.01)	09/01/2024	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL/PRAD (11.00.15.09.03)
22/12/2023	GABINETE DO REITOR (11.00.01)	09/01/2024	CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO (11.00.15.09.04.01.01)
22/12/2023	SECRETARIA ADMINISTRATIVA - REITORIA (11.00.01.04)	09/01/2024	GERÊNCIA DE CONTROLE DE PAGAMENTO/PRAD (11.00.15.09.04)
22/12/2023	SECRETARIA DOS CONSELHOS/GABINETE (11.00.01.03)	10/01/2024	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)
22/12/2023	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)	05/02/2024	GABINETE DO REITOR (11.00.01)
26/12/2023	GABINETE DO REITOR (11.00.01)	05/02/2024	SECRETARIA DOS CONSELHOS/GABINETE (11.00.01.03)
26/12/2023	PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFPI (11.00.07)	15/04/2024	COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS/PROPLAN (11.00.14.01)

# Nova Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico

## 1. Dados Gerais

Nome do projeto: ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Descrição: O projeto visa realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. A pesquisa trata de uma demanda do MPI, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Palavras-chave: Povos Indígenas e Política Indigenista – Questões Fundiárias e Processos de Territorialização – MPI.

Grande área de conhecimento do projeto: Antropologia

Vinculação do projeto: Centro de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Ciências Sociais – Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processo de Territorialização.

Vigência: 10/01/2024 a 10/01/2026.

Natureza: Científica

Número de alunos envolvidos no projeto:

Graduação: 6

Especialização:

Mestrado: 4

Doutorado: 6

Ensino Básico Técnico e Tecnológico:

## 2. Informe se o projeto exige submissão em Comitê de Ética e/ou SisGen (Lei 13.123/2015):

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP	Sim ( x ) Não ( )
Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA	Sim ( ) Não ( )
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO	Sim ( ) Não ( )
Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético - SisGen	Sim ( x ) Não ( )

## 3. Financiamento (preencher somente no caso de projeto externo. Se for esse o caso, anexar o termo de financiamento à solicitação de cadastro do projeto)

Instituição: Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Natureza: apoio financeiro, bolsas, cooperação e outros.

Valor: 5.750.000,00

## 4. Equipe:

Coordenadora: Carmen Lúcia Silva Lima

Telefone: (86)98808-9613

e-mail: carmensllucia@gmail.com

Pesquisadores: Carmen Lúcia Silva Lima (DCIES/UFPI)

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (DCIES/UFPI)

Raoni Borges Babosa (PPGANT/UFPI)

Maria do Socorro da Silva Arantes (DEFE/UFPI)

Mairton Celestino da Silva (HISTÓRIA/CSHNB)

## 5. Orientações:

Fernanda da Silva Rocha

Francilene da Silva Abreu

Francisco Sávio Silva Santos

Jussarina Adriana da Silva Carvalho

## **6. Produções**

Uma vez que responde a demandas do MPI, o projeto de pesquisa irá subsidiar a atuação do MPI em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil. Será realizado o acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. Todas as ações de pesquisa que serão desenvolvidas resultarão na seguinte produção:

- Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário
- Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras
- Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas
- Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
- Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
- Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
- Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
- Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
- Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá e
- Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas a Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos

## **7. Informações complementares:**

O Projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” será executado com recursos do Ministério dos Povos Indígenas através de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a UFPI. O detalhamento e planejamento das ações de pesquisa (trabalho de campo etnográfico, coleta de dados nas agências governamentais e não governamentais, entrevistas com lideranças indígenas) serão definidas em diálogo com o MPI e o movimento indígena.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**DESPACHO Nº 77/2023 - DCS/CCHL (11.00.25.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 11 de Dezembro de 2023**

Informo, por meio deste, a aprovação *ad referendum* do Processo [23111.060871/2023-08](https://www.sipac.ufpi.br/documentos/23111.060871/2023-08), que visa cadastramento do Projeto de Pesquisa "ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS", que será coordenado pela docente Dra. Carmen Lucia Silva Lima.

*(Assinado digitalmente em 11/12/2023 15:01)*  
MARIANE DA SILVA PISANI  
Matrícula: 1105157

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **9c688e5ab2**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 348/2023 - CCHL (11.00.25)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 12 de Dezembro de 2023**

À Chefia do Departamento de Ciências Sociais,

Cumprimentos,

Atendendo a solicitação da interessada, encaminhamos o processo para os fins.

atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 12/12/2023 00:26)*

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

*DIRETOR*

*Matrícula: 2259488*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **d1fcb0c340**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 78/2023 - DCS/CCHL (11.00.25.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 12 de Dezembro de 2023**

Prezada Direo do CCHL, professora Edna,

Envio em anexo o parecer que foi apreciado hoje em AD de Departamento e aprovado por unanimidade.

Att,

*(Assinado digitalmente em 12/12/2023 12:57)*  
MARIANE DA SILVA PISANI  
Matrícula: 1105157

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **8359e7ff4b**



### **Parecer Referente à Solicitação de Cadastro de Projeto de Pesquisa**

À Chefa do Departamento Dr<sup>a</sup> Mariane da Silva Pisani e demais membros da Assembleia Departamental do Curso de Ciências Sociais,

Trata-se do processo nº 23111.060871/2023-08 referente ao requerimento para cadastramento do Projeto de Pesquisa da docente Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Silva Lima intitulado “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”. Este parecer se baseia no documento “Nova Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico”, que diz respeito a um resumo circunstanciado do Projeto, pois segundo o documento, “o detalhamento e planejamento das ações de pesquisa (trabalho de campo etnográfico, coleta de dados nas agências governamentais e não governamentais, entrevistas com lideranças indígenas) serão definidas em diálogo com o MPI e o movimento indígena”. O Projeto em seu conteúdo visa “realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos. A pesquisa trata de uma demanda do MPI, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED). Cabe ressaltar que o projeto é financiado com vigência de 10/01/2024 a 10/01/2026. Assim, avalio como procedente a solicitação da docente sendo favorável ao seu pleito.

Teresina, 12 de dezembro de 2023.

---

Dr<sup>a</sup> Márcia Leila de Castro Pereira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 350/2023 - CCHL (11.00.25)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 12 de Dezembro de 2023**

À Secretaria do CD CCHL

Sinceros cumprimentos.

Encaminho o processo para designar relator(a).

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 12/12/2023 13:22)*

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

*DIRETOR*

*Matrícula: 2259488*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **046262be5d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 351/2023 - CCHL (11.00.25)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 12 de Dezembro de 2023**

À Secretaria do CD CCHL

Sinceros cumprimentos,

Encaminho o processo para designar relator(a).

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 12/12/2023 14:05)*

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

*DIRETOR*

*Matrícula: 2259488*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **1fa86093b5**

## **PARECER REFERENTE AO PROCESSO 23111.060871/2023-08**

À Assembleia Conselho Departamental do CCHL

Prezada Presidenta, Estimadas/Estimados Professoras/Professores

A Professora Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Silva Lima, docente do departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, solicita cadastramento do Projeto de Pesquisa: “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”. Tendo como base o documento: “Nova Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico, o referido Projeto”, tem como objetivo: realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. Além disso, este projeto tem como resultados esperados: “Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário, Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras, Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas, Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas; Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI; Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos; Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI; Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas; Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá e Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas a Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.” Dado isso, somado ao parecer favorável dos docentes do departamento de Ciências Sociais, diga-se, professoras/professores competentes técnica e cientificamente para julgar tal projeto, e considerando-se a competência técnica/científica da professora Dr<sup>a</sup> Carmem Lúcia; torna-se inquestionável, a importância e relevância deste projeto. Portanto, sou de parecer favorável ao pleito.

---

Professor: Thiberio Mota da Silva  
SIAPE: 1309892

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 355/2023 - CCHL (11.00.25)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 13 de Dezembro de 2023**

À Chefia do Departamento de Ciências Sociais CCHL,

Sinceros cumprimentos

Encaminhamos o processo *Ad referendum* para os fins, em função do exíguo tempo para tramitação, considerando a aprovação do pleito na Assembleia Departamental de Ciências Sociais, e considerando ainda, o parecer favorável do relator Conselheiro do CD CCHL.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 13/12/2023 07:15)*

EDNA MARIA GOULART JOAZEIRO

*DIRETOR*

*Matrícula: 2259488*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **0f9853e01c**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCIES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGANT  
Campos Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí,  
CEP 64049-550 - Tel.: (86) 3237-2152

Teresina (PI), 18 de dezembro de 2023.

À Prof. Dra. KEYLLA MARIA DE SÁ URTIGA AITA  
Coordenadoria de Pesquisa e Inovação da PROPESQUI/UFPI

Em anexo, segue documentos para subsidiar o registro do projeto de pesquisa **ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS** na Coordenadoria de Pesquisa e Inovação da PROPESQUI/UFPI:

- Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico (corrigida)
- Projeto de pesquisa
- Plano de Trabalho TED N° 3 – assinado pelo Reitor da UFPI
- Termo de Execução Descentralizada N° 03, assinado pelo Reitor da UFPI

Informo que não será necessário a submissão do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP/UFPI), considerando que ela responde a uma solicitação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e sua execução será financiada por recursos que serão repassados através do Termo de Execução Descentralizada (TED) N° 04/2023, celebrado entre o MPI e a UFPI.

Diante do exposto, solicito que após o cadastro na PROPESQUI, o processo seja enviado para a PROPLAN executar as medidas necessárias para a execução dos TED.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente  
**CARMEN LUCIA SILVA LIMA**  
Data: 18/12/2023 10:55:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CARMEN LÚCIA SILVA LIMA**

Universidade Federal do Piauí – UFPI

SIAPE 1759443

Bolsista CNPQ - Produtividade em Pesquisa 2

Professora Associado III do Departamento de Ciências Sociais e

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI

Coordenadora do Laboratório do PNCSA/UFPI

Líder do Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos

Tradicionais e Processos de Territorialização da UFPI

Fone: (86) 98808-9613

# Nova Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico

## 1. Dados Gerais

Nome do projeto: ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Descrição: O projeto visa realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. A pesquisa trata de uma demanda do MPI, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Palavras-chave: Povos Indígenas e Política Indigenista – Questões Fundiárias e Processos de Territorialização – MPI.

Grande área de conhecimento do projeto: Antropologia

Vinculação do projeto: Centro de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Ciências Sociais – Grupo de Pesquisas sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processo de Territorialização.

Vigência: 10/01/2024 a 10/01/2026.

Natureza: Científica

Número de alunos envolvidos no projeto:

Graduação: 6

Especialização:

Mestrado: 4

Doutorado: 6

Ensino Básico Técnico e Tecnológico:

## 2. Informe se o projeto exige submissão em Comitê de Ética e/ou SisGen (Lei 13.123/2015):

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP	Sim ( ) Não ( X )
Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA	Sim ( ) Não ( X )
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO	Sim ( ) Não ( X )
Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético - SisGen	Sim ( ) Não ( X )

## 3. Financiamento (preencher somente no caso de projeto externo. Se for esse o caso, anexar o termo de financiamento à solicitação de cadastro do projeto)

Instituição: Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Natureza: apoio financeiro, bolsas, cooperação e outros.

Valor: 5.750.000,00

## 4. Equipe:

Coordenadora: Carmen Lúcia Silva Lima

Telefone: (86)98808-9613

e-mail: carmensllucia@gmail.com

Pesquisadores: Carmen Lúcia Silva Lima (DCIES/UFPI)

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (DCIES/UFPI)

Raoni Borges Babosa (PPGANT/UFPI)

Maria do Socorro da Silva Arantes (DEFE/UFPI)

Mairton Celestino da Silva (HISTÓRIA/CSHNB)

## 5. Orientações:

Fernanda da Silva Rocha

Francilene da Silva Abreu

Francisco Sávio Silva Santos

Jussarina Adriana da Silva Carvalho

## **6. Produções**

Uma vez que responde a demandas do MPI, o projeto de pesquisa irá subsidiar a atuação do MPI em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil. Será realizado o acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. Todas as ações de pesquisa que serão desenvolvidas resultarão na seguinte produção:

- Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário
- Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras
- Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas
- Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
- Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
- Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
- Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
- Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
- Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá e
- Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas a Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos

## **7. Informações complementares:**

O Projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” será executado com recursos do Ministério dos Povos Indígenas através de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a UFPI. O detalhamento e planejamento das ações de pesquisa (trabalho de campo etnográfico, coleta de dados nas agências governamentais e não governamentais, entrevistas com lideranças indígenas) serão definidas em diálogo com o MPI e o movimento indígena.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCIES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGANT  
Campos Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí,  
CEP 64049-550 - Tel.: (86) 3237-2152

Projeto de Pesquisa

## **ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Pesquisadora:  
Carmen Lúcia Silva Lima

Teresina (PI) – dezembro de 2023

## **Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas**

### **RESUMO:**

O projeto contempla a realização de uma pesquisa antropológica que produzirá dados para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). As áreas de atuação ministerial que serão abordadas são os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. A pesquisa responde uma demanda do MPI, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED). Os procedimentos de coleta de dados serão pesquisa bibliográfica, coleta de dados nas agências governamentais e não governamentais que atuam com povos indígenas, trabalho de campo junto aos indígenas, entrevistas e mapeamento das ações do MPI.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas e Política Indigenista – Questões Fundiárias e Processos de Territorialização – MPI.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
OS DESAFIOS E CONFLITOS QUE SERÃO ENFRENTADOS PELO MPI.....	5
REFERÊNCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.....	7
OBJETIVOS.....	9
PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	9
CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES.....	11
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	12

## INTRODUÇÃO

Este projeto contempla a produção de dados etnográficos sobre os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas, acompanhamento de casos específicos, produção científica e eventos de alto nível, com a finalidade de subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Trata-se, portanto, de uma demanda ministerial, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MPI.

O movimento indígena vem celebrando a criação do Ministério dos Povos Indígenas, que considera uma conquista histórica após um período de retração e ataques aos direitos indígenas e à política indigenista oficial ocorrido desde o governo de Michel Temer, iniciado em dia 12 de maio de 2016, após o afastamento imposto à ex-presidenta Dilma Rousseff. O MPI foi uma solicitação do Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas apresentada ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Governo de Transição. Órgão da administração pública federal direta criado pelo decreto Nº 11.355, de 1º de Janeiro de 2023, o MPI responde a uma necessidade dos povos indígenas de ocupar espaços de poder na gestão do referido presidente, algo que foi estrategicamente defendido sob o lema “Nunca mais um Brasil sem nós”:

Estamos diante de uma crise humanitária. Por isso, a criação do Ministério dos Povos Indígenas sinaliza para o mundo o compromisso do Estado brasileiro com a emergência e justiça climática, além de inclusão, reconhecimento e início da reparação histórica da invisibilidade e da negação de direitos... Sabemos que não será fácil superar 522 anos em 4. Mas estamos dispostos a fazer desse momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros. Nunca mais um Brasil sem nós! (Sônia Guajajara, discurso de posse no MPI).

As competências do MPI contemplam uma agenda de trabalho crucial para os povos indígenas. Ele atuará na política indigenista; no reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; na defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas, no bem viver dos povos indígenas; na proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; em acordos e tratados internacionais, especialmente a Convenção nº 169 da OIT.

A pretensão do movimento indígena é, através da ocupação de espaços de poder, produzir uma nova configuração da questão indígena na esfera federal. Além de Sônia Guajajara no MPI, a atuação de Joênia Wapichana, como presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e Weibe Tapeta, como Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), no Ministério da Saúde, possuem o mesmo sentido.

Os três nomes foram inicialmente indicados ao atual presidente para que escolhesse dentre eles o que ocuparia a chefia do MPI. A lista tríplice foi apresentada pela carta “Nossa União para

reconstruir o Brasil indígena”, do dia 12 de dezembro de 2022, assinada pelas principais organizações de base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Conselho do Povo Terena; Comissão Guaraní Yvyrupa (CGY); Grande Assembleia do povo Guaraní (ATY GUASU); e Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).

Depois da posse do atual presidente Lula, o protagonismo do movimento indígena foi decisivo para a ocupação dos espaços de poder na chefia do MPI, FUNAI e SESAI, conforme disposição mencionada. O cenário que se criou é certamente mais favorável, contudo, a conjuntura permanece cheia de conflitos que se intensificaram no período de 2019 a 2022, momento em que o país foi governado por forças políticas anti-indígenas.

## **OS DESAFIOS E CONFLITOS QUE SERÃO ENFRENTADOS PELO MPI**

A política indigenista brasileira certamente ganha novo fôlego com a ocupação dos espaços de poder pelo movimento indígena. A criação do MPI é de fato uma conquista inédita no Executivo Federal. Considerando as pretensões do movimento indígena, ele será o espaço de articulação e promoção dos direitos dos povos indígenas. Na área de atuação de sua competência, como foi dito, estão os assuntos de maior interesse das populações indígenas: política indigenista; reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e acordos e tratados internacionais, especialmente a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, adotada em 27 de junho de 1989, quando relacionados aos povos indígenas (Decreto nº 11.780, de 2023).

A conjuntura anti-indígena que caracterizou o governo federal no mandato de Jair Messias Bolsonaro acentuou problemas que representam grandes desafios para a atual e fundadora gestão do MPI. A lista é bem extensa, iremos abordar apenas os de maior incidência para os objetivos deste projeto.

O problema das terras indígenas é o maior dos desafios. Considerando que o Decreto nº 11.780/2023 torna a FUNAI uma entidade vinculada ao MPI, os dois órgãos deverão atuar em



parceria para resolver problemas tais como a demarcação e desintrusão de TI, e de demandas acumuladas e reprimidas de regularização fundiária em todo o país. Conflitos territoriais, invasão, ameaças e até mesmo a presença do narcotráfico revelam o quadro de violência em que estão inseridas as comunidades indígenas.

A situação da Terra Indígena (TI) Yanomami evidencia os dramas vivenciados pelos povos indígenas mesmos em TI já demarcadas. O fim do garimpo ilegal, a expulsão dos garimpeiros, a recuperação das áreas degradadas, a fome e as doenças são problemas difíceis de resolver considerando a complexidade do caso. A crise humanitária vivenciada por esse povo tem raízes muito profundas, que foram nutridas historicamente por inimigos vorazes, tais como as mineradoras em TI.

Um cenário de esperança se evidencia com a ocupação de espaços de poder pelos indígenas e com a eleição de cinco indígenas<sup>1</sup> para a Câmara dos Deputados, o maior número até os dias atuais. Contudo, esse cenário é impactado por uma conjuntura política que permanece adversa. Embora o Bolsonarismo tenha sido derrotado nas urnas, no Congresso e no Senado, continua ainda forte e com muita disposição para atacar os direitos indígenas, como é visível no embate em torno do Marco Temporal, cujo veto presidencial foi recentemente (14.12.2023) derrubado por ampla maioria no Congresso Nacional apesar da flagrante inconstitucionalidade desta tese anti-indígena. Vale lembrar que essa tramitação no Congresso ocorre mesmo após o Superior Tribunal Federal ter invalidado a tese do marco temporal para demarcação de TI.

Faz tempo que o Congresso e o Senado vêm sendo o palco de ataques aos povos indígenas. No ano de 2018, o CIMI publicou o “Congresso Anti-Indígena: Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas”, um documento que apresenta uma lista de 50 parlamentares (40 deputados e 10 senadores) e as principais iniciativas contrárias aos indígenas brasileiros. Dos anos de 2015 a 2017 foram listados 1.930 procedimentos legislativos anti-indígenas. Só no ano de 2017, pós o impedimento a ex-presidenta Dilma Rousseff, foram contabilizados cerca de 848 tramitações de projetos de leis desfavoráveis aos indígenas.

A atuação anti-indígena se estrutura a partir de campanhas eleitorais de candidatos financiadas por empreiteiras, mineradoras e o agronegócio. Uma vez eleitos, passam a atuar na defesa dos interesses e na apresentação das demandas dos patrocinadores. Na investigação realizada pelo CIMI (2018), a partir dos valores declarados pelos parlamentares ao Tribunal Superior

---

<sup>1</sup> Foram eleitas Célia Xakriabá (PSOL-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Silvia Waiãpi (PL-AP) Sônia Guajajara (PSOL-SP) e Paulo Guedes (PT-MG). Mario Juruna foi o primeiro deputado eleito, em 1983, seguido de Joênia Wapichana, em 2018. Destas, a única que assume uma postura conservadora é Silvia Waiãpi.

Eleitoral (TSE), foi detectado um montante de cerca de 71 milhões de reais nas negociações feitas com os 50 congressistas anti-indígenas mapeados apenas nas eleições de 2014.

Os grandes projetos cobiçam as TI. Nesse sentido, além da mineração e do agronegócio, a produção de energia “limpa” é uma ameaça para a gestão dos territórios indígenas. As empresas que atuam no mercado de energias renováveis, tais como a eólica e solar, burlam a legislação brasileira no que se refere aos povos indígenas e violam a Convenção nº 169 da OIT, que estabelece, entre outros, a consulta prévia, livre e de boa fé como requisito para a implementação de qualquer ação que tenha impacto sobre as comunidades indígenas.

O CIMI (2023) acredita que a política indigenista durante o mandato do governo Lula se fortalecerá e conquistará avanços significativos para a garantia dos direitos dos povos indígenas. No entanto, essa entidade indigenista alerta que a nova configuração do governo não poderá ficar apenas no nível da narrativa simbólica, que é bastante apreciada pela estética do poder. Será necessário que as instâncias de poder ocupadas pelos indígenas tenham apoio político, autonomia operacional e musculatura orçamentária que permitam responder às demandas acumuladas e reprimidas nos últimos anos.

## REFERÊNCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Os direitos indígenas foram estabelecidos graças à habilidade política dos povos indígenas de lutarem mesmo em condições adversas. A agência política manifesta nas diversas arenas de embate com os anti-indígenas evidencia uma sabedoria ancestral que vem garantindo a existência dos primeiros habitantes do Brasil. Esta certeza nos permite situar a pesquisa “**Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas**” no campo da Antropologia Política, pois entendemos que a atuação do MPI será um campo oportuno para a análise do poder exercido historicamente pelos povos indígenas.

Clastres (1974) defende que o social é perpassado por relações de poder, de forma que não é possível pensar o social sem o exercício da política. Seguindo a linha de argumentação de Abélès (1997), a antropologia busca entender como as relações de poder emergem em situações determinadas, adquirindo significado para os atores sociais envolvidos. Isso torna oportuno situar esta investigação nesta área de atuação antropológica.

A atuação do MPI exigirá muita habilidade política para trabalhar no atual executivo federal, que reuniu uma “frente ampla” constituída por atores e agentes políticos com interesses bastante

divergentes. A coalização de força conseguiu derrotar o Bolsonarismo nas urnas, contudo, governar será um desafio para o atual presidente Lula em seu terceiro mandato. As alianças estabelecidas tornam a conciliação de interesses uma tensão constante. O risco é o governo abandonar a sua função de garantidor de direitos, inclusive os dos povos indígenas, uma vez que a mediação e negociação de interesses divergentes serão necessárias para garantir a governabilidade.

Ainda do ponto de vista teórico, a pesquisa está situada no campo dos estudos de interculturalidade (BARTOLOMÉ, 2017; WALSH, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010, e 2019) e relações interétnicas (BARTH, 2000 [1976], CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, COHEN, 1978 [1974], ERIKSEN, 1991 e 2002), pois a atuação do MPI exigirá muita habilidade nas relações com outros ministérios e órgãos do poder público chefiados por “brancos” sem nenhuma empatia com a causa indígena.

O MPI além do desafio do diálogo com os não indígenas, também terá que considerar a diversidade cultural e étnica dos povos indígenas entre si. O ministério, para cumprir a sua finalidade, terá que dialogar e atender as demandas de uma população indígena de cerca de 1.693.535 pessoas, 305 povos, falantes de 274 idiomas, portadoras de problemas diversos, sendo alguns muito graves, tais como falta de segurança alimentar. Neste sentido, acreditamos que a perspectiva teórica proposta por Abner Cohen (1978 [1974]) será oportuna para considerar as ações indígenas. Ele concebe a etnicidade como dimensão política de grupos organizados informalmente com base em atributos e em um idioma étnico, de modo a atuarem como “grupo de interesse” em relação à sociedade envolvente.

Em relação à interculturalidade, torna-se uma abordagem importante por ser “uma maneira de se comportar, de conviver procurando manter relações simétricas e de valorizar e fortalecer as identidades étnicas para que os povos indígenas se apresentem e façam frente aos conflitos que a diversidade produz” (BELTRÃO, 2018: 275). Em síntese para entender a atuação do MPI, o foco da nossa atenção estará voltada para as relações estabelecidas e para as ações realizadas em contextos bastante complexos, tais como o cenário político brasileiro.

A pesquisa, portanto, nessa dimensão de antropologia política centrada na análise intercultural e de relações interétnicas entre os indígenas e a sociedade brasileira envolvente, problematiza analiticamente os modos de ação e de realidade das agências políticas indígenas e não indígenas implicadas nos trabalhos do MPI. Assim, abordará principalmente as estratégias políticas individuais e coletivas, oficiais e oficiosas, de circunstancialização de normas e valores sociais e de repertórios simbólicos e expressivos dos múltiplos lugares, ritualidades e temporalidades acionados pelos atores e agentes sociais indígenas em disputa política e que se cruzam nos contextos interacionais e morais-emotivos da sociedade complexa brasileira, conformando-se subjetiva e

intersubjetivamente enquanto povos e etnias, mas também enquanto empreendedores morais-emotivos em ação, compondo políticas de vida e políticas públicas.

Cabe enfatizar que para a Antropologia a Cultura, com seus sistemas simbólicos em formato de ideologias em disputa e negociação, compreende as estruturas estruturantes e estruturadas dos idiomas e linguagens da interação simbólica, de modo que, uma vez mobilizadas por empreendedores morais e políticos, inscrevem e organizam o conflito social, definindo fronteiras, selecionando comportamentos, impondo normalidades, articulando utopias (BARBOSA, 2019). Nesse sentido, o exercício etnográfico objetiva a *descrição densa* (GEERTZ, 2008), a análise êmica e a comparação transcultural de códigos públicos, socialmente estabelecidos, de conduta e comportamento, das categorias culturais e das hierarquias estratificadas de estruturas significantes: as estruturas conceituais complexas.

## **OBJETIVOS:**

### **Geral:**

- Analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.

### **Específicos:**

- Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas;
- Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI;
- Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas e os contextos de atuação;
- Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O trabalho de campo será constituído de coleta de dados no Ministério dos Povos Indígenas e na área de atuação das principais organização indígenas brasileiras: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU).

Os procedimentos de coleta de dados contemplam, ainda, a coleta de informações em outras Agências Governamentais e Não Governamentais que atuam com populações indígenas.

Isto será feito através de pesquisas nos sítios eletrônicos e, sempre que for oportuno, através de visitas às organizações e entrevistas com lideranças, autoridades e especialistas. Haverá o registro audiovisual de entrevistas, reuniões, eventos e situações que estejam correlacionadas às questões pesquisadas, mediante o consentimento dos envolvidos nas atividades.

As entrevistas serão realizadas somente após a anuência do entrevistado/as. Para garantir a equidade de gênero, haverá o esforço de equiparar o número de homens e mulheres entrevistados/as. O conteúdo abordado nas entrevistas estará relacionado aos objetivos da pesquisa e serão informados em todos os procedimentos de coleta de dados, juntamente com a solicitação de anuência e participação voluntária na pesquisa. O gravador e a máquina fotográfica serão recursos empregados durante todas as etapas e atividades da pesquisa. O uso destes equipamentos estará condicionado ao consentimento das pessoas e terá a finalidade de garantir o registro integral das falas e a construção do acervo audiovisual da pesquisa, que será fundamental para a análise dos dados e para a elaboração dos produtos acordados com o MPI.

Vale informar que o Projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” será executado com recursos do Ministério dos Povos Indígenas, repassados através de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a UFPI. Conforme o TED acordado, as metas da pesquisa envolvem os seguintes produtos:

- a. Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário;
- b. Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras;
- c. Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas;
- d. Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
- e. Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
- f. Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
- g. Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
- h. Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
- i. Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá;
- j. Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.

A pesquisa será realizada no período de 36 meses. Considerando que a coleta de dados contempla a escala nacional, em diálogo com o MPI, será detalhada a constituição de equipe de pesquisa, com a colaboração permanente e esporádica de especialistas nas questões abordadas na

pesquisa. Este procedimento será adotado devido à amplitude da área de abrangência e à complexidade do trabalho de pesquisa demandando pelo MPI.

Na medida em que a pesquisa for sendo desenvolvida, será constituído um acervo etnográfico com as informações presentes nos sítios eletrônicos das organizações indígenas, dos órgãos do Poder Público e de entidades indigenistas, com as entrevistas, documentos e registros audiovisuais. O acervo será armazenado no Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFPI, localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, coordenado pela proponente da pesquisa.

Os dados da pesquisa serão organizados e analisados parcialmente na medida em que forem sendo coletados, de modo a se garantir o controle das informações acessadas e a entrega dos produtos indicados no TED. Com o MPI será definido posteriormente o cronograma detalhado da entrega dos produtos e d execução orçamentária.

Por se tratar de uma pesquisa antropológica que contempla os povos indígenas, em todas as atividades realizadas será respeitado o que está regulamentado na Convenção nº 169 da OIT, garantias da autonomia e do direito de consulta como procedimentos obrigatórios para toda e qualquer ação que tenha implicação na vida dos indígenas.

## CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	2024		2025		2026	
	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre
Organização da equipe de trabalho que atuará na pesquisa						
Coleta de dados nas organizações indígenas, órgãos estatais e entidades indigenistas						
Participação em reuniões, eventos e atividades do MPI						
Análise dos dados da pesquisa						
Construção do acervo etnográfico da pesquisa						
Escrita dos resultados da pesquisa demandados pelo MPI no formato de produtos do TED						
Apresentação do Relatório Final da pesquisa ao MPI						

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÉLÈS, M. (1997). "Political anthropology: new challenges, new aims". *International Social Science Journal*, 153: 319-332.

BARBOSA, Raoni Borges. **EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS Um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel**. Mossoró: Edições UERN, 2019. v. 1. 678p.

BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras" In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000 [1976].

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Las identidades imaginadas: algunos problemas del diálogo intercultural en una sociedad plural. In: MONTARDO, Deise Lucy Oliveira e RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias (Org). **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas: histórias e histórias sobre políticas afirmativas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza, SANTOS, Luis Felipe dos e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs). **Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1974].

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. **Man: Journal of the Royal Anthropological Institute**. Vol 26, No 1, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspective**. London and Sterling, VA: Pluto Press, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao**. Revista EntreRios, v. 3, p. 137-152, 2020. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Organização de Edição Temática Os Warao: Indígenas, Migrantes e Refugiados. EntreRios, Teresina, Vol. 3, n. 2, p. 89-101, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/12046/7004>

\_\_\_\_\_. **Os Warao: vulnerabilização imposta e violação de direitos; em defesa da interculturalidade nas relações**. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, colonialidade y educación**. Revista Educación y Pedagogía, Medellín, Universidade de Antioquia, Facultad de Educación, vol. XIX, núm. 48, p. 25 – 35, Mayo – Agosto, 2007a

\_\_\_\_\_. **"Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamento 'otro' desde la diferencia colonial"**. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y revivir**. 2009.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade, plurinacionalidade e descolonização: as insurgências político-epistêmicas de re-fundar o Estado.** In: Tabula Rasa. Bogotá Colômbia n.º.9. Julho-Dezembro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In: VIANÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz: Convenio Andrés Bello, Instituto Interamericano de Integración, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade e decolonialidade do Poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial.** In: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

.





## PLANO DE TRABALHO DO TED Nº 4/2023

### 1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

#### a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
Nome da autoridade competente:	Luiz Henrique Eloy Amado
Número do CPF:	012.196.381-02
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI

#### b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

#### Observações:

a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e  
b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

### 2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

#### a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 -UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
Número do CPF:	077.579.563-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 18 de novembro de 2020.

#### b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
---	---

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
---	---

**Observações:**

a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e

b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.

### 3. OBJETO:

Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.

### 4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

**META 1: Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível**

Produto 1: Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário Produto 2:

Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras Produto 3: Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas Produto 4: Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas

Produto 5: Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas

Produto 6: Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos Produto 7: Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI

Produto 8: Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas Produto 9: Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)

Produto 10: Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos

**META 2: Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX**

Produto 1: Ressarcimento para a UFPI

Produto 2: Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio.

### 5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Com a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a retomada da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o governo brasileiro tem imprimido novos rumos para a política indigenista no Brasil. Nos últimos anos, a relação do Estado brasileiro com os povos originários foi caracterizada por intenso processo de desmonte dos direitos dos povos indígenas, verificando-se significativo incremento nas invasões de terras indígenas, processos de criminalização, ameaças e assassinatos de lideranças. Na esteira desse período, a nova gestão tem a complexa missão de restabelecer os mecanismos estatais de proteção territorial e fortalecer os direitos dos povos indígenas.

A estrutura administrativa pensada inicialmente e que ficou consolidada no Decreto nº 11.355/2023, acabou por lançar desafios específicos na gestão de dois setores essenciais na gestão do Ministério dos Povos Indígenas.

A atuação do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas (DEMED/GM/MPI), vinculado ao Gabinete da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, recebeu inúmeras demandas que a sua estrutura de recursos humanos se tornou insuficiente. Desde o início de 2023, o DEMED tem realizado o acompanhamento de numerosos conflitos envolvendo povos indígenas em todo o país. Em apertada síntese, tem se ocupado, frequentemente em articulação com as demais unidades do Ministério e mesmo com outras pastas, de casos atravessados, entre outras questões, por (i) ações possessórias atingindo comunidades indígenas; (ii) procedimentos administrativos de demarcação de TIs e proteção territorial; (iii) processos de desintrusão de TIs; (iv) grandes empreendimentos e desastres ambientais que impactam territórios e coletividades indígenas; (v) ameaças a lideranças indígenas e servidoras/es da FUNAI; (vi) conflitos internos e interétnicos; e (vii) emprego de Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em TIs.

Desta forma, o presente projeto contempla a contratação de consultores(as) que poderão atuar no apoio à atividades do DEMED, por meio da elaboração de estudos que servirão de subsídios para a atuação do departamento, desafogando parte do trabalho para que servidores possam dar maior atenção à atividade fim do referido departamento e coordenar ações estratégicas.

Na mesma linha, a Secretaria Executiva, tem focado sua atuação na estruturação do inédito ministério, bem como na construção de políticas voltadas para os povos indígenas. Houve a retomada do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI (Decreto n. 11.509/23), do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas

- PNGATI (Decreto n. 11.512/23), a instituição do Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas (Decreto n. 11.702/23) e a criação do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas (Decreto n. 11.707/23). Tais estruturas governamentais e de acompanhamento por parte da participação social dos povos indígenas, por meio de seus representantes, demandam um acompanhando contínuo e qualificado que não a atual estrutura do ministério não suporta, razão pela qual busca-se por meio do presente projeto, a contratação de consultoria especializada com vistas a fornecer o suporte teórico-prático necessário para consecução da política indigenista, sob os princípios orientadores do planejamento estratégico do MPI.

De maneira geral, o projeto também envolve o fomento de pesquisas que conectam diretamente com a construção de políticas públicas a parr da estratégia metodológica conhecida como pesquisa-ação. Assim, serão fomentados bolsas e recursos destinados a pesquisa que envolvam bolsistas indígenas com trabalho de campo para coleta e análise de dados voltados para a construção de políticas públicas específicas para os povos indígenas no campo da educação indígena e emancipação política e jurídica.

Por todo o exposto, em síntese, a proposta se desenvolverá em três frentes distintas e complementares, a saber:

**Observação:** Preenchimento da justificativa e motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(X)

Sim

Processo Nº: 23111.060871/2023-08

Pág.: 30 de 234

<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

<input type="checkbox"/>	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
<input type="checkbox"/>	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
<input checked="" type="checkbox"/>	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

### Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Os recursos serão disponibilizados para a Universidade Federal do Piauí e para a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) que possui instrumento celebrado com a Universidade Federal do Piauí para a execução de programas e projetos. Os custos indiretos destinados para a UFPI na forma de ressarcimento serão de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais). Para o custeio das Despesas operacionais administrativas da Fundação de Apoio serão destinados R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

A parceria com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetiva viabilizar e agilizar as atividades de apoio e gerenciamento em projetos cooperados, em conformidade com o disposto no art. 1o, da Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, combinado com o inciso XIII, do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelo Decreto no 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A Lei no 8.958/94, com a sua nova redação dada pela Lei no 12.863, de 2013, estabelece: Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.

#### Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
-------	-----------	-------------------	--------	----------------	-------------	--------	-----

<b>META 1</b>	<b>Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível</b>	<b>UNID</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 460.000,00</b>	<b>R\$ 4.600.000,00</b>	<b>Nov/ 2023</b>	<b>Nov/ 2026</b>
PRODUTO 1	Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 2	Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 3	Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 4	Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 5	Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026

PRODUTO 6	Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 7	Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 8	Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 9	Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 10	Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
<b>META 2</b>	<b>Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX</b>	<b>UNID</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 575.000,00</b>	<b>R\$ 1.150.000,00</b>	<b>Nov/2023</b>	<b>Nov/2026</b>
PRODUTO 1	Ressarcimento para a UFPI	UNID	1	R\$ 575.000,00	R\$ 575.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 2	Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio.	UNID	1	R\$ 575.000,00	R\$ 575.000,00	Nov/2023	Nov/2026

## 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO

Processo Nº: 23111.060871/2023-08

VALOR

Pág.: 34 de 234

11/2023	R\$ 5.750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.750.000,00</b>

#### 11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 4.600.000,00
33.90.39	Sim	R\$ 1.150.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.750.000,00</b>

**Observação:** O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.

#### 12. PROPOSIÇÃO

Teresina, na data da assinatura

GILDASIO GUEDES  
 FERNANDES:07757956  
 315  
 GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Assinado de forma digital por  
 GILDASIO GUEDES  
 FERNANDES:07757956315  
 Dados: 2023.11.21 17:12:10 -03'00'

**Observação:** Autoridade competente para assinar o TED.

#### 13. APROVAÇÃO



Brasília, na data da assinatura

ELOY TERENA

**Observação:** Autoridade competente para assinar o TED.

**Observações:**

- 1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.
- 2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.

---

**Referência:** Processo nº 15000.103606/2023-78.

SEI nº 38625771



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Gerência de Projetos

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 4, DE NOVEMBRO DE 2023**

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
Nome da autoridade competente:	Luiz Henrique Eloy Amado
Número do CPF:	012.196.381-02
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Portaria MPI nº 73, 09 de março de 2023

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

**Observações:**

- a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e  
b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 -UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
Número do CPF:	077.579.563-15

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 18 de novembro de 2020.
<b>b) UG SIAFI</b>	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
<b>Observações:</b> a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pela execução tenha UG própria.	

### 3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

Elaboração de estudos para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, envolvendo a elaboração de diagnósticos, relatórios de acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível

**Observação:** Descrição sucinta do objeto pactuado.

### 4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES

#### 4.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

## 4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
  - a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
  - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X- devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora

## 5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

**Início:** Nov/2023

**Fim:** Nov/2026

### Observações:

- 1) O prazo máximo da vigência é de até 60 (sessenta meses); e
- 2) Considerando que a publicação do extrato do TED deve se dar no sítio oficial da Unidade Descentralizadora, sugere-se que o início da vigência seja considerado a contar da data de assinatura.

## 6. VALOR DO TED:

R\$ 5.750.000,00

## 7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

Processo Nº: 23111.060871/2023-08

Pág.: 39 de 234

## 8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

( ) Sim

( X ) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

## 9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

## 10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

### Observações:

Os partícipes do TED podem prever que, além da obrigatoria tomada de providências para recomposição ao erário, que eventual rejeição do relatório de cumprimento do objeto poderá (ou deverá) gerar ajustes no Plano de Trabalho, inclusive para fins de previsão de prestação alternativa, se houver interesse e viabilidade para tanto, desde que enquadrados nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 10.426/2020.

## 11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

### 11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

### 11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

## 12. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

## 13. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

## 14. ASSINATURAS

Teresina, na data da assinatura

GILDASIO GUEDES Assinado de forma digital por  
GILDASIO GUEDES  
FERNANDES:0775 FERNANDES:07757956315  
7956315 Dados: 2023.11.21 17:14:43  
-03'00'

Gildásio Guedes Fernandes

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

Brasília, na data da assinatura

Eloy Terena

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

**Observação:** Nos campos acima, identificar os responsáveis pela assinatura do TED. Ministro ou dirigente máximo da entidade da administração indireta, ou autoridade à qual foi delegada por estes a competência para assinatura de TED.

Delegação não é vedada no Decreto nº 10.426, de 2020, portanto, é permitida.

---

**Referência:** Processo nº 15000.103606/2023-78.

SEI nº 38602133

**DESPACHO Nº 702/2023 - CPESI/PROPESQI (11.06.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 21 de Dezembro de 2023**

Esta solicitação de cadastro de projeto deve atender à Resolução 053/2017 - CEPEX (acesse: <https://ufpi.br/propesqi/> [INSTITUCIONAL > Documentos > Resoluções]):

1. Ficha cadastral (Art. 2º 1º Alínea e, Res. 053/17)

1.a (X) Atende

1.b ( ) Não atende

**Observação:** Nenhuma

2. Documentos legais: comitês e/ou SisGen (Art. 2º 1º Alínea d, Res. 053/17)

2.a ( ) Atende

2.b ( ) Não atende

2.c (X) Não é o caso.

**Observação:** Nenhuma

3. Cópia do projeto (Art. 2º 1º Alínea b, Res. 053/17)

3.a (X) Atende

3.b ( ) Não atende

**Observação:** Nenhuma

4. Comprovação de mérito científico ou tecnológico:

4.1 ( ) Projeto interno (não financiado) (Art. 1.º 1.º e Art. 2º 1º Alínea c, Res. 053/17) ou

4.2 (X) Projeto externo (financiado) (Art. 1.º 2.º e Art. 2º 1º Alínea c, Res. 053/17)

4.a (X) Atende

4.b ( ) Não atende

**Observação:** Nenhuma

**Parecer ordinário de adequação à Resolução 053/2017 - CEPEX:**

Esta solicitação está instruída com a documentação exigida pela Resolução 053/2017, de 5 de abril de 2017, que regulamenta o cadastro de Projeto de Pesquisa Científica e Tecnológica no âmbito da Universidade Federal do Piauí.

*(Assinado digitalmente em 21/12/2023 12:23)*  
KEYLLA MARIA DE SÁ URTIGA AITA  
COORDENADOR  
Matrícula: 1617352



Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **9d880326f0**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 703/2023 - CPESI/PROPESQI (11.06.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 21 de Dezembro de 2023**

Ao Gabinete do Reitor,

A pedido da interessada para providências, tendo em vista que o projeto de pesquisa **"ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS"** sob coordenação da profa. CARMEN LUCIA SILVA LIMA (SIAPE: 1759443) está aprovado e cadastrado conforme Despacho Nº 702/2023 - CPESI/PROPESQI (11.06.01), sob o registro CCHL-235-2023.

Verifique o cadastro em: <https://ufpi.br/propesqi/> [PESQUISA E INOVAÇÃO > Projetos > Projetos Cadastrados].

Respeitosamente,

*(Assinado digitalmente em 21/12/2023 12:23)*  
KEYLLA MARIA DE SÁ URTIGA AITA  
COORDENADOR  
Matrícula: 1617352

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **c167bf1d22**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 5365/2023 - GAB (11.00.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 21 de Dezembro de 2023**

Ao CEPEX para apreciação (emissão de resolução ad referendum)

*(Assinado digitalmente em 21/12/2023 16:21)*  
CARMINDA LUZIA DA FONSECA REIS SILVA  
*Matrícula: 6422816*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **648e5d2c7c**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 1026/2023 - SECCON/GAB (11.00.01.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 22 de Dezembro de 2023**

À PROPESQI

Devolvemos o presente processo, a pedido.

*(Assinado digitalmente em 22/12/2023 12:37)*

REJANE DA SILVA SOUZA

*Matrícula: 3311815*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **56de72cda1**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 708/2023 - CPESI/PROPESQI (11.06.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 22 de Dezembro de 2023**

Ao Gabinete da reitoria,

Declaro que o projeto ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS, código de registro CCHL-235-2023, está sob a coordenação acadêmica da Profa. Dra. Carmen Lúcia Silva Lima e sob a coordenação administrativa da Dra. Evangelina da Silva Sousa.

Respeitosamente,

*(Assinado digitalmente em 22/12/2023 15:47)*  
KEYLLA MARIA DE SÁ URTIGA AITA  
COORDENADOR  
Matrícula: 1617352

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **3a13ce5be3**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

**RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 624, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023**

**Aprova Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho, e considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060871/2023-08;

**RESOLVE:**

Aprovar o Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”, que visa realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas – MPI em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível, cuja execução será financiada por recursos que serão repassados através de Termo de Execução Descentralizada (TED), celebrado entre o Ministério dos Povos Indígenas e a UFPI, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 21 de dezembro de 2023

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 2350/2023 - SECADM (11.00.01.04)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 22 de Dezembro de 2023**

Ao CEPEX para os fins.

*(Assinado digitalmente em 22/12/2023 16:34)*  
RAYRA FRANCISCA COSTA LEAL  
*Matrícula: 1327592*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **a13773e7fd**



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

**RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 624, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023**

**Aprova Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho, e considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060871/2023-08;

**RESOLVE:**

Aprovar o Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”, que visa realizar pesquisa para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas – MPI em face a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível, cuja execução será financiada por recursos que serão repassados através de Termo de Execução Descentralizada (TED), celebrado entre o Ministério dos Povos Indígenas e a UFPI, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 21 de dezembro de 2023

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 1028/2023 - SECCON/GAB (11.00.01.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 22 de Dezembro de 2023**

À CPESI/PROPEQI,

Para os devidos fins, segue a Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida *ad referendum*.

A Procuradoria Federal junto à UFPI orienta, no item 7 da Nota nº 26/2022-PF-UFPI/PGF/AGU, do Processo nº 23111.012302/2022-31, folha 38, que:

Assim, toda decisão ou ato ad referendum necessita ser confirmada pelo órgão colegiado competente posteriormente para que tenha validade. Em tese, os atos ad referendum perdem sua validade se não confirmados na primeira reunião/sessão do órgão colegiado competente, uma vez que não houve o referendo de sua legalidade. (grifo nosso)

De ordem, informamos que, **após conclusos os devidos trâmites, o presente processo deverá ser devolvido à Secretaria dos Conselhos Superiores**, para encaminhamento ao CEPEX, visando a ratificação da supracitada Resolução.

Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 16:53)  
JALES ROBERTO MACHADO DE LIMA JUNIOR  
Matrícula: 1159804

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **92ba49ae93**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**MINUTA**

CONTRATO ACADÊMICO nº 38/2023, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetivando a execução das ações do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*.

CONTRATO SIASG Nº 625/2023 - Processo UFPI nº 23111.060866/2023-46

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF sob o Nº 06.517.387/0001-34, com sede no Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada UFPI, neste ato, representada pelo Magnífico Reitor, Profº. Dr. GILDÁSIO GUEDES FERNANDES, brasileiro, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 150.629-SSP/PI e CPF nº 077.579.563-15, e a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob o nº 07.501.328/0001-30, sediada no Espaço Universitário/Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada FADEX, neste ato, representada pelo Superintendente, Profº. Dr. ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, casado, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 2.254.224 SSP/PI e CPF nº 016.490.563-46 e,

Considerando que a Fundação FADEX é a única entidade autorizada a apoiar a UFPI, nos projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade, especialmente no que concerne a gestão administrativa e financeira necessária à execução dos projetos;

Considerando a existência de requisitos legais e administrativos prévios para que a Fundação FADEX possa se relacionar com a Universidade Federal do Piauí nos termos da Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, Decreto nº 7.423 de 31 de dezembro de 2010 e alterações;

Considerando que a Fundação FADEX deverá cumprir no que couber, a Resolução CONSUN nº 055/11, de 09 de novembro de 2011, que regulamenta o seu relacionamento com a UFPI;

Considerando que a UFPI celebrou com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) o Termo de Execução Descentralizada nº 4, cujo objeto é a Elaboração de estudos para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, envolvendo a elaboração de diagnósticos, relatórios de acompanhamento de casos, produções científicas e eventos de alto nível. O projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, através da Resolução CEPEX/UFPI nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida “ad referendum”;

RESOLVEM celebrar entre si este CONTRATO, com fulcro nos termos do inciso XIII do Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições que mutuamente instituem na forma seguinte:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa ***“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”***, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

2. O apoio a ser prestado pela FADEX consiste na execução dos serviços, cujas especificações, condições, objetivos e metas constam no Plano de Trabalho, parte integrante do presente contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS/METAS E DURAÇÃO**

1. O projeto a que se refere este instrumento tem como objetivo geral analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível, tendo como objetivos específicos: Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas; Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI; Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas; Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI. O período para execução é de 36 (trinta e seis) meses.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES**

1. Compete a UFPI:

- a) Planejar, coordenar e executar em conjunto com a FADEX, as ações do Projeto de Pesquisa ***“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”***, conforme Plano de Trabalho parte integrante deste instrumento;
- b) Transferir à FADEX recursos financeiros para conta específica, em banco oficial, do referido projeto, no valor total previsto de ***R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)***; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED;
- c) Acompanhar, supervisionar e orientar através de relatórios emitidos pela Coordenação do Projeto referente às atividades desenvolvidas pela FADEX, com vistas ao atingimento do objeto pactuado na forma e prazos estabelecidos;
- d) Disponibilizar espaço físico e equipamentos para realização dos trabalhos e serviços a serem executados pela Contratada;
- e) Em casos necessários, por solicitação da FADEX, realizar as licitações, dispensas ou inexigibilidade para contratação de serviços e aquisição de bens, de acordo com a legislação federal, inclusive as disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/05 e Portaria Interministerial nº 217/06, relativas a licitações com o uso obrigatório do pregão eletrônico e contratos;
- f) Acompanhar a execução do objeto deste Contrato através da análise de relatório técnico da execução emitido pela coordenação e enviada à FADEX e relatório físico e financeiro emitidos pela FADEX discriminando e comprovando os recursos financeiros, pagamentos efetuados de acordo com as normas estabelecidas na legislação em vigor;
- g) Prestar contas dos recursos financeiros, integrando as contas anuais a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da Norma de Execução nº 004, de 22/12/2004, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

## 2. Compete a FADEX:

- a) Providenciar abertura de conta bancária específica, em agência de banco oficial para movimentar os recursos financeiros previstos no Projeto;
- b) Aplicar os recursos financeiros repassados pela UFPI, exclusivamente na execução das ações previstas no Projeto aprovado, comprovando o bom e regular emprego dos recursos captados, bem como dos resultados alcançados;
- c) Atuar em conjunto com a UFPI no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Contrato;
- d) Prestar à UFPI, sempre que solicitado, todas as informações necessárias para o alcance do objetivo acordado, informando quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se pela gerência contábil dos recursos captados, emitindo boletins mensais da movimentação de caixa, bem como apurar quaisquer atos de improbidade desta competência;
- f) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos financeiros recebidos, de acordo com o plano de aplicação e cronograma de dispêndio financeiro nele contido, consubstanciado no Projeto Pedagógico-Financeiro, ficando sob sua responsabilidade o pagamento de pessoal envolvido na execução do Projeto, assim como a aquisição de passagens, compra de material de consumo e pagamento de hospedagens e serviços de terceiros, inclusive encargos sociais decorrentes, despesas estas realizadas exclusivamente no objeto deste Contrato, sendo vedada a sua utilização em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência, com posteriores cobertura de seus dirigentes e prepostos ou sucessores, tudo de atribuição e obrigação direta da Coordenação do Projeto;
- g) Responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;
- h) Observar rigorosamente o disposto no decreto nº 8.241/14, que dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio e, no que for oportuno, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, relativos a Licitações e Contratos;
- i) Apresentar relatórios técnico e financeiro à UFPI, atestando a execução do projeto, discriminando os recursos recebidos, pagamentos efetuados e saldo existente, bem como o objetivo alcançado, apresentando inclusive relatório descritivo ao final da execução;
- j) Recolher, ao final da vigência do Contrato, à conta única da UFPI, os saldos financeiros eventualmente existentes;
- k) Prestar contas dos recursos recebidos e de eventuais rendimentos de aplicações financeiras, que deverão ser utilizados exclusivamente no objeto do Contrato;
- l) Transferir, de imediato, à UFPI, a posse e uso dos materiais de consumo adquiridos para execução do projeto referido na Cláusula Primeira;
- m) Recolher, mediante GRU à Conta Única da UFPI, quando couber, a remuneração financeira devida ao ressarcimento pelo uso de espaços físicos, bens e equipamentos da UFPI.

3. É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

1. Justifica-se a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí - FADEX, com base no inciso XIII, do artigo 24 da Lei 8.666/1993, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dar apoio ao referido Projeto.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA COORDENAÇÃO**

1. A UFPI indica para compor a Coordenação Geral projeto, a professora ***Carmen Lúcia Silva Lima***, e para a Coordenação Adjunta, o professor ***Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento***, sem prejuízo de suas atividades acadêmicas na Instituição e, em conformidade com a legislação vigente, a fim de desenvolver as atribuições relativas ao planejamento acadêmico, administrativo e financeiro do Projeto, objeto deste Contrato.
2. A indicação de nova Coordenação para o Projeto, caso se faça necessária, dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizada por ato da autoridade competente da UFPI, mediante justificativa e juntada da respectiva documentação aos autos do processo relativo ao presente contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

1. Nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 a fiscalização, acompanhamento, apoio e orientação na execução do contrato ficarão a cargo da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPESI) e da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQI), da UFPI.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

1. A vigência deste Contrato será até **31 de dezembro de 2026**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

1. Os recursos financeiros previstos neste Contrato, no valor total previsto de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; Nota de Crédito 2023NC800014, PTRES 225031, oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED.
2. Estes recursos financeiros serão transferidos pela UFPI à FADEX, na medida em que forem descentralizados pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), à UFPI, conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho do TED, e serão aplicados exclusivamente no objeto deste Contrato, conforme Projeto, vedada sua utilização em finalidades diversas da estabelecida, ainda que em caráter de emergência com posterior cobertura, sob pena de rescisão deste termo e responsabilização dos seus dirigentes e prepostos.

## **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

1. O valor global estimado do presente contrato é de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas.
2. Do montante acima especificado, **R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais)** correspondem à execução do projeto, **R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)** correspondem ao pagamento da CONTRATADA pela prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira contratada, os quais representam as suas despesas operacionais (DOA) e o valor de **R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)**, previstos a título de ressarcimento à UFPI pelo uso de seus espaços físicos, bens e equipamentos, tudo conforme orçamento e cronograma físico-financeiro contidos no plano de trabalho (ANEXO D).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO**

1. Exercem a execução do presente Contrato a UFPI e a FADEX, sendo desta última às atribuições e obrigações da gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do projeto aplicação, inclusive dos recursos decorrentes de rendimento auferidos em aplicações financeiras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE**

1. Incumbirão à UFPI as providências, às suas expensas, quanto à publicação deste Contrato, em extrato no DOU, devendo fazê-lo nos termos do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1. A FADEX, gestora dos recursos financeiros, obriga-se a apresentação da prestação de contas final após encerramento da vigência do Contrato, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data deste encerramento. A Prestação de contas constará de:

- 1.1 Plano de Trabalho (Projeto Pedagógico-Financeiro);
- 1.2 Cópia deste Termo de Contrato, com indicação da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU);
- 1.3 Faturas, notas fiscais, recibos etc., comprobatórios das despesas efetuadas, emitidos em nome da FADEX, com identificação do número do Contrato ou Termo Aditivo originário, mantidos os arquivos na dependência da Contratante (FADEX), devidamente concentrados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, com início na data da aprovação da prestação de contas;
- 1.4 Comprovante de recebimento do saldo de recursos;
- 1.5 Extrato de conta bancária específica, desde o recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado;
- 1.6 Anexos necessários à consolidação da prestação de contas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

1. O presente instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da UFPI nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei nº 8.666/93. Poderá, ainda, o presente Contrato ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, ou judicialmente, nos termos da legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Piauí, para nele dirimir as dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **UFPI**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

2. E por estarem, assim, justas e contratadas, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, presentes e de tudo ciente.

Teresina (PI), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Gildásio Guedes Fernandes  
Reitor da **UFPI**

Antonio Vinicius Oliveira Ferreira  
Superintendente da **FADEX**

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## Plano de Trabalho

### Anexo A – Dados Cadastrais

#### 1. DADOS CADASTRAIS DA UFPI E DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

<b>Instituição</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ			<b>CNPJ</b> 06.517.387/0001-34
<b>Endereço</b> Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella” - Bairro Ininga			
<b>Cidade</b> Teresina	<b>UF</b> PI	<b>CEP</b> 64049-550	<b>Esfera Administrativa</b> Federal
<b>DDD</b> 86	<b>Fone</b> 3215-5511	<b>Fax</b> -	<b>E-mail</b> secretariareitor@ufpi.edu.br guedes@ufpi.edu.br
<b>Conta Corrente</b> Única	<b>Banco</b> Banco do Brasil S/A	<b>Agência</b> -	<b>Praça de Pagamento</b> Teresina/PI
<b>UO</b> 26279	<b>UG</b> 154048	<b>Gestão</b> 15265	
<b>Nome do Responsável</b> Gildásio Guedes Fernandes			<b>CPF</b> 077.579.563-15
<b>Nº RG/Órgão Expedidor</b> 150.629-SSP/PI	<b>Cargo</b> Professor	<b>Função</b> Reitor	<b>Matrícula</b> -

#### 2. DADOS CADASTRAIS DO(S) COORDENADOR(ES) DO PROJETO NA UFPI

<b>Nome do Coordenador Geral</b> CARMEN LÚCIA SILVA LIMA		<b>CPF</b> 490.622.633-72
<b>Matrícula UFPI/SIAPE</b> 1759443	<b>Cargo</b> PROFESSORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	<b>Função</b>
<b>E-mail (1)</b> carmensllucia@gmail.com		<b>E-mail (2)</b>
<b>Fone (1)</b>	<b>Fone (2)</b>	<b>Celular</b> (86) 98808-9613
<b>Campus</b> Campus Universitário Ministro Petrônio Portella	<b>Setor</b> CCHL	<b>Departamento</b> Departamento de Ciências Sociais

<b>Nome do Coordenador Adjunto</b> RAIMUNDO NONATO FERREIRO DO NASCIMENTO		<b>CPF</b> 773.288.413-20
<b>Matrícula UFPI/SIAPE</b>	<b>Cargo</b>	<b>Função</b>
<b>E-mail (1)</b> nonatorr@ufpi.edu.br		<b>Fone (1)</b> (86) 98844-243

## Plano de Trabalho

<b>Campus</b> Campus Universitário Ministro Petrônio Portella	<b>Setor</b> CCHL	<b>Departamento</b> Departamento de Ciências Sociais
---	----------------------	---

### 3. DADOS CADASTRAIS DA FADEX E DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

<b>Instituição</b> FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO PIAUÍ			<b>CNPJ</b> 07.501.328/0001-30
<b>Endereço</b> Espaço Universitário do Campus "Ministro Petrônio Portella", bairro Ininga			
<b>Cidade</b> Teresina	<b>UF</b> PI	<b>CEP</b> 64049-550	<b>Esfera Administrativa</b> Privada sem fins lucrativos
<b>DDD</b> 86	<b>Fone</b> 3215-5931	<b>Fax</b> -	<b>E-mail</b> projetos@fadex.org.br secretaria@fadex.org.br
<b>Nome do Responsável</b> Antonio Vinicius Oliveira Ferreira			<b>CPF</b> 016.490.563-46
<b>Nº RG/Órgão Expedidor</b> 2.254.224 SSP/PI	<b>Cargo</b> Professor	<b>Função</b> Superintendente	<b>Matrícula</b> -



## Plano de Trabalho

### Anexo B – Projeto

#### 1. Características Gerais

Selecione o Tipo de Objeto

Tipo de objeto	
Ensino	
Pesquisa	X
Extensão	
Desenvolvimento Institucional	
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Estágio de Graduação	

Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.

Título do Projeto	Período de Execução do Projeto	
	Início mm/aaaa	Término mm/aaaa
ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	01/2024	12/2026
<b>Objetivo Geral</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.</li> </ul>		
<b>Objetivos Específicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas;</li> <li>Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI;</li> <li>Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas e os contextos de atuação;</li> <li>Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI.</li> </ul>		
<b>Justificativa</b> <p>O projeto de pesquisa contempla a produção de dados etnográficos sobre os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas, acompanhamento de casos específicos, produção científica e eventos de alto nível, com a finalidade de subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Trata-se, portanto, de uma demanda ministerial, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MPI.</p> <p>Os direitos indígenas foram estabelecidos graças à habilidade política dos povos indígenas de lutarem mesmo em condições adversas. A agência política manifesta nas diversas arenas de embate com os anti-indígenas evidencia</p>		

## Plano de Trabalho

uma sabedoria ancestral que vem garantindo a existência dos primeiros habitantes do Brasil. Esta certeza nos permite situar a pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” no campo da Antropologia Política, pois entendemos que a atuação do MPI será um campo oportuno para a análise do poder exercido historicamente pelos povos indígenas.

Clastres (1974) defende que o social é perpassado por relações de poder, de forma que não é possível pensar o social sem o exercício da política. Seguindo a linha de argumentação de Abélès (1997), a antropologia busca entender como as relações de poder emergem em situações determinadas, adquirindo significado para os atores sociais envolvidos. Isso torna oportuno situar esta investigação nesta área de atuação antropológica.

A atuação do MPI exigirá muita habilidade política para trabalhar no atual executivo federal, que reuniu uma “frente ampla” constituída por atores e agentes políticos com interesses bastante divergentes. A coalização de força conseguiu derrotar o Bolsonarismo nas urnas, contudo, governar será um desafio para o atual presidente Lula em seu terceiro mandato. As alianças estabelecidas tornam a conciliação de interesses uma tensão constante. O risco é o governo abandonar a sua função de garantidor de direitos, inclusive os dos povos indígenas, uma vez que a mediação e negociação de interesses divergentes serão necessárias para garantir a governabilidade.

Ainda do ponto de vista teórico, a pesquisa está situada no campo dos estudos de interculturalidade (BARTOLOMÉ, 2017; WALSH, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010, e 2019) e relações interétnicas (BARTH, 2000 [1976], CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, COHEN, 1978 [1974], ERIKSEN, 1991 e 2002), pois a atuação do MPI exigirá muita habilidade nas relações com outros ministérios e órgãos do poder público chefiados por “brancos” sem nenhuma empatia com a causa indígena.

O MPI, além do desafio do diálogo com os não indígenas, também terá que considerar a diversidade cultural e étnica dos povos indígenas entre si. O ministério, para cumprir a sua finalidade, terá que dialogar e atender as demandas de uma população indígena de cerca de 1.693.535 pessoas, 305 povos, falantes de 274 idiomas, portadoras de problemas diversos, sendo alguns muito graves, tais como falta de segurança alimentar. Neste sentido, acreditamos que a perspectiva teórica proposta por Abner Cohen (1978 [1974]) será oportuna para considerar as ações indígenas. Ele concebe a etnicidade como dimensão política de grupos organizados informalmente com base em atributos e em um idioma étnico, de modo a atuarem como “grupo de interesse” em relação à sociedade envolvente.

Em relação à interculturalidade, torna-se uma abordagem importante por ser “uma maneira de se comportar, de conviver procurando manter relações simétricas e de valorizar e fortalecer as identidades étnicas para que os povos indígenas se apresentem e façam frente aos conflitos que a diversidade produz” (BELTRÃO, 2018: 275). Em síntese para entender a atuação do MPI, o foco da nossa atenção estará voltada para as relações estabelecidas e para as ações realizadas em contextos bastante complexos, tais como o cenário político brasileiro.

## Plano de Trabalho

A pesquisa, portanto, nessa dimensão de antropologia política centrada na análise intercultural e de relações interétnicas entre os indígenas e a sociedade brasileira envolvente, problematiza analiticamente os modos de ação e de realidade das agências políticas indígenas e não indígenas implicadas nos trabalhos do MPI. Assim, abordará principalmente as estratégias políticas individuais e coletivas, oficiais e oficiosas, de circunstancialização de normas e valores sociais e de repertórios simbólicos e expressivos dos múltiplos lugares, ritualidades e temporalidades acionados pelos atores e agentes sociais indígenas em disputa política e que se cruzam nos contextos interacionais e morais-emotivos da sociedade complexa brasileira, conformando-se subjetiva e

### REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

ABÉLÈS, M. (1997). "Political anthropology: new challenges, new aims". **International Social Science Journal**, 153: 319-332.

BARBOSA, Raoni Borges. **EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS Um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel**. Mossoró: Edições UERN, 2019. v. 1. 678p.

BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras" In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000 [1976].

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Las identidades imaginadas: algunos problemas del diálogo intercultural en una sociedad plural. In: MONTARDO, Deise Lucy Oliveira e RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias (Org). **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas: histórias e histórias sobre políticas afirmativas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza, SANTOS, Luis Felipe dos e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs). **Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1974].

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. **Man: Journal of the Royal Anthropological Institute**. Vol 26, No 1, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspective**. London and Sterling, VA: Pluto Press, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao**. Revista EntreRios, v. 3, p. 137-152, 2020. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Organização de Edição Temática Os Warao: Indígenas, Migrantes e Refugiados. EntreRios, Teresina, Vol. 3, n. 2, p. 89-101, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/12046/7004>

## Plano de Trabalho

\_\_\_\_\_. **Os Warao: vulnerabilização imposta e violação de direitos; em defesa da interculturalidade nas relações.** In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, colonialidade y educación.** Revista Educación y Pedagogia, Medellín, Universidade de Antioquia, Facultad de Educación, vol. XIX, núm. 48, p. 25 – 35, Mayo – Agosto, 2007a

\_\_\_\_\_. **“Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamento ‘otro’ desde la diferencia colonial”.** In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, reexistir y revivir.** 2009.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade, plurinacionalidade e descolonização: as insurgências político-epistêmicas de re-fundar o Estado.** In: Tabula Rasa. Bogotá Colômbia n°.9. Julho-Dezembro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz: Convenio Andrés Bello, Instituto Interamericano de Integración, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade e decolonialidade do Poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial.** In: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

(Deverá constar, obrigatoriamente: a natureza acadêmica do projeto e sua integração com o **Plano de Desenvolvimento Institucional** vigente na UFPI e aos planos estratégicos da Unidade Administrativa ou Órgão Suplementar a que estiver vinculado; a **relevância da atividade para a Universidade** e para a sociedade, tendo em vista a vocação científica, cultural e artística da Universidade e o atendimento às necessidades institucionais do processo de ensino, pesquisa e extensão).

## 2. Plano de Execução

### 2.a. Metodologia e Resultados Esperados

**Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.**

#### Metodologia

O trabalho de campo será constituído de coleta de dados no Ministério dos Povos Indígenas e na área de atuação das principais organização indígenas brasileiras: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU).

Os procedimentos de coleta de dados contemplam, ainda, a coleta de informações em outras Agências Governamentais e Não Governamentais que atuam com populações indígenas. Isto será feito através de pesquisas nos sítios eletrônicos e, sempre que for oportuno, através de visitas às organizações e entrevistas com lideranças,

## Plano de Trabalho

autoridades e especialistas. Haverá o registro audiovisual de entrevistas, reuniões, eventos e situações que estejam correlacionadas às questões pesquisadas, mediante o consentimento dos envolvidos nas atividades.

As entrevistas serão realizadas somente a pós a anuência do entrevistado/as. Para garantir a equidade de gênero, haverá o esforço de equiparar o número de homens e mulheres entrevistados/as. O conteúdo abordado nas entrevistas estará relacionado aos objetivos da pesquisa e serão informados em todos os procedimentos de coleta de dados, juntamente com a solicitação de anuência e participação voluntária na pesquisa. O gravador e a máquina fotográfica serão recursos empregados durante todas as etapas e atividades da pesquisa. O uso destes equipamentos estará condicionado ao consentimento das pessoas e terá a finalidade de garantir o registro integral das falas e a construção do acervo audiovisual da pesquisa, que será fundamental para a análises dos dados e para a elaboração dos produtos acordados com o MPI.

Vale informar que o Projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” será executado com recursos do Ministério dos Povos Indígenas, repassados através de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a UFPI. Conforme o TED acordado, as metas da pesquisa envolvem os seguintes produtos:

- a. Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário;
- b. Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras;
- c. Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas;
- d. Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
- e. Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
- f. Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
- g. Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
- h. Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
- i. Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá;
- j. Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.

A pesquisa será realizada no período de 36 meses. Considerando que a coleta de dados contempla a escala nacional, em diálogo com o MPI, será detalhada a constituição de equipe de pesquisa, com a colaboração permanente e esporádica de especialistas nas questões abordadas na pesquisa. Este procedimento será adotado devido à amplitude da área de abrangência e à complexidade do trabalho de pesquisa demandando pelo MPI.

Na medida em que a pesquisa for sendo desenvolvida, será constituído um acervo etnográfico com as informações presentes nos sítios eletrônicos das organizações indígenas, dos órgãos do Poder Público e de entidades indigenistas, com as entrevistas, documentos e registros audiovisuais. O acervo será armazenado no Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFPI, localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, coordenado pela proponente da pesquisa.

Os dados da pesquisa serão organizados e analisados parcialmente na medida em que forem sendo coletados, de modo a se garantir o controle das informações acessadas e a entrega dos produtos indicados no TED. Com o MPI será definido posteriormente o cronograma detalhado da entrega dos produtos e d execução orçamentária.

Por se tratar de uma pesquisa antropológica que contempla os povos indígenas, em todas as atividades realizadas será respeitado o que está regulamentado na Convenção nº 169 da OIT, garantias da autonomia e do direito de consulta como procedimentos obrigatórios para toda e qualquer ação que tenha implicação na vida dos

## Plano de Trabalho

indígenas.

(Identificar, resumidamente, a Metodologia a ser empregada na execução do projeto)

*Resultados Esperados*

1. Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário;
2. Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras;
3. Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas;
4. Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
5. Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
6. Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
7. Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
8. Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
9. Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá;
10. Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.

(Abrangência e benefícios de seus resultados (quantificando-os) para a UFPI e/ou comunidade etc.)

### 2.b. Informações Complementares

Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.

*Acompanhamento, Avaliação e Prestação de Contas*

(Contextualizar as peculiaridades do projeto que demandam método e estratégias especiais de acompanhamento e avaliação do projeto. Quanto à prestação de contas, caso o agente financiador estabeleça condições diferenciadas para prestação de contas dos recursos aportados ao projeto isto deverá constar no projeto e ser compatibilizado na avença estabelecida com a Fundação de Apoio).

*Direitos Autorais e patentes*

Não se aplica.

(Descrever os dados pertinentes aos direitos autorais e patentes sobre produtos, bens, processos e serviços que venham a ser gerados pelo projeto, caso não tenha, informar "não se aplica").

*Divulgação e Publicação de resultados do projeto*

Não se aplica.

(As formas de divulgação dos resultados deverão constar no projeto. A existência de restrição à divulgação deverá obrigatoriamente ser informada na fase de proposta do projeto, caso não tenha, informar "não se aplica").



## Plano de Trabalho

### 2.c. Cronograma de Execução Físico-Financeira

Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Custos
			Unidade	Quant.	Início	Término	Valor (R\$)
1		Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível	Unidade	10	Inserir mês/ano	Inserir mês/ano	4.600.000,00
	1.1	Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.2	Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.3	Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.4	Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.5	Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.6	Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.7	Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.8	Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.9	Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.10	Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
2		Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX	Unidade	2	Nov/2023	Nov/2026	1.150.000,00

## Plano de Trabalho

	2.1	Ressarcimento para a UFPI	Unidade	1	Nov/ 2023	Nov/ 2026	575.000,00
	2.2	Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio	Unidade	1	Nov/ 2023	Nov/ 2026	575.000,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 5.750.000,00</b>



## Plano de Trabalho

### Anexo C – Relação dos Bens Móveis e Imóveis

Informar a relação de bens móveis e imóveis da UFPI a serem disponibilizados ao projeto, detalhando as características da infraestrutura laboratorial e administrativa necessárias por etapa do projeto, valores previstos no projeto referentes ao ressarcimento da UFPI pelo uso destas instalações.

Meta/Etapa	Infraestrutura Utilizada	Campus	Servidor Responsável	Matrícula UFPI
Valor total previsto para o Ressarcimento da UFPI (R\$)			xx.xxx,xx	

## Plano de Trabalho

### Anexo D – Orçamento

#### 1. Plano de Aplicação

**Observações:**

- (1) O orçamento deverá ser preenchido e aprovado junto à Fundação de Apoio (FADEX), que dispõe da planilha a ser preenchida e demais orientações.

## Plano de Trabalho

## **Anexo E – Equipe Técnica Proposta**

## 1. Participantes Vinculados à UFPI – Servidores

**Observações:**

- Para servidores que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do servidor e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.

**- A somatória dos valores apresentados, por vinculação/titulação, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).**

[illegible]

## Plano de Trabalho

### 2. Participantes Vinculados à UFPI – Alunos

#### Observações:

- Para alunos que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do discente e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.
- A somatória dos valores apresentados, por nível, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

Meta/Etapa <sup>(1)</sup>	Nome Completo	Matrícula UFPI	CPF	Curso <sup>(2)</sup>	Nível <sup>(3)</sup>	Função no projeto	Carga Horária <sup>(4)</sup>	Valor Total da Bolsa (R\$) <sup>(5)</sup>

- (1) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o aluno participará do projeto. Se mais de uma, informar em linhas separadas.
- (2) Curso = informar o nome do curso em que o aluno está matriculado.
- (3) Nível = informar se Graduação, Mestrado ou Doutorado.
- (4) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo aluno, para a execução do projeto.
- (5) Valor da Bolsa = valor, máximo, da bolsa a ser concedida ao aluno pela participação no projeto. Se não houver pagamento de bolsa, informar 0,00.

### 3. Pessoas Físicas Externas a UFPI

**Observações:**

- Para externos que ainda serão selecionados, somente os campos Nome e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do externo e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.
- A somatória dos valores apresentados, incluídos os encargos, deverá ser previsto no Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

Meta/Etapa <sup>(1)</sup>	Nome Completo	CPF	Critérios de Seleção	Titulação <sup>(2)</sup>	Função no projeto	Carga Horária <sup>(3)</sup>	Valor Total da Remuneração (R\$) <sup>(4)</sup>

(1) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o colaborador participará do projeto. Se mais de uma, informar em linhas separadas.

(2) Titulação = informar qual a titulação do colaborador; Graduado ou Especialista ou Mestre ou Doutor.

(3) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo colaborador, para a execução do projeto.

(4) Valor = valor, previsto, a ser pago ao colaborador pela participação no projeto; já incluídos encargos. Se não houver pagamento, informar 0,00.

## Plano de Trabalho

### **Anexo F – Justificativa da parceria com fundação de apoio**

A parceria com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetiva viabilizar e agilizar as atividades de apoio e gerenciamento em projetos cooperados, em conformidade com o disposto no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A participação da Fundação FADEX, devidamente credenciada no MEC e MCTI, no apoio ao desenvolvimento do projeto fundamenta-se no reconhecimento público dos serviços que a própria Fundação tem prestado aos projetos de interesse da UFPI, serviços desenvolvidos em perfeita sintonia com sua missão e seus objetivos estatutários.

O Estatuto da Fundação FADEX, em seu Capítulo III, inciso I e III, mostra:

Art. 6º Constituem objetivos da FADEX:

I - Dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação de interesse da Universidade Federal do Piauí, de outras Instituições de Ensino Superior, ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, públicas e privadas, sem fins lucrativos, servindo-lhes de fundação de apoio conforme disposto na Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei 10.973, de 02 de setembro de 2004 e seus regulamentos.

II - (...);

III - Gerir administrativa e financeiramente os projetos mencionados no inciso I, apoiando na execução, difusão e captação de recursos para os projetos.

O apoio à gestão do projeto compreenderá a disponibilização dos seguintes serviços complementares requeridos à execução do projeto a ser desenvolvido:

- a. Controle Financeiro dos recursos aportados ao projeto;
- b. Registro contábil das movimentações financeiras realizadas;
- c. Procedimentos licitatórios para aquisições de bens e serviços requeridos ao projeto;
- d. Contratação, por prazo determinado, e gestão do pessoal necessário ao desenvolvimento do projeto;
- e. Assessoria Jurídica necessária ao projeto;
- f. Controle dos bens patrimoniais adquiridos ao projeto;
- g. Prestação de Contas nos prazos estabelecidos no ajuste pactuado.

Cabe ressaltar que todas as ações da Fundação serão realizadas em conformidade ao previsto no Plano de Trabalho e mediante solicitação formal do Coordenador do Projeto. Diante deste quadro, justifica-se a participação da Fundação, na garantia de procedimentos administrativos e financeiros realizados de forma eficiente, transparente e em conformidade com o disciplinado nos normativos internos da UFPI e a legislação vigente e, especialmente, em razão do apoio técnico administrativo especializado que pode ser propiciado pela Fundação e que permitirão a adequada consecução do projeto em atendimento às suas especificidades.

Dessa forma, é necessária a contratação desta Fundação para o apoio na execução do seguinte projeto:

PROJETO: Projeto de Pesquisa intitulado ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Teresina (PI), 22 de dezembro de 2023.

**CARMEN LÚCIA SILVA LIMA**  
Coordenador(a) do Projeto



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Secretaria-Executiva  
Gerência de Projetos

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 4, DE NOVEMBRO DE 2023**

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
Nome da autoridade competente:	Luiz Henrique Eloy Amado
Número do CPF:	012.196.381-02
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Portaria MPI nº 73, 09 de março de 2023

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

**Observações:**

- a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e  
b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 -UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
Número do CPF:	077.579.563-15

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
Identificação do Ato que confere poderes para assinatura:	Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 18 de novembro de 2020.
<b>b) UG SIAFI</b>	
Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
<b>Observações:</b> a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a Unidade Responsável pela execução tenha UG própria.	

### 3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

Elaboração de estudos para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, envolvendo a elaboração de diagnósticos, relatórios de acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível

**Observação:** Descrição sucinta do objeto pactuado.

### 4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES

#### 4.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;
- IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;
- VI - aprovar as alterações no TED;
- VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;
- IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;
- X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;
- XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;
- XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.
- XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.



## 4.2. Unidade Descentralizada

- I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- V - aprovar as alterações no TED;
- VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:
  - a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e
  - b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;
- VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;
- IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;
- X- devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;
- XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;
- XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e
- XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.
- XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora

## 5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

**Início:** Nov/2023

**Fim:** Nov/2026

### Observações:

- 1) O prazo máximo da vigência é de até 60 (sessenta meses); e
- 2) Considerando que a publicação do extrato do TED deve se dar no sítio oficial da Unidade Descentralizadora, sugere-se que o início da vigência seja considerado a contar da data de assinatura.

## 6. VALOR DO TED:

R\$ 5.750.000,00

## 7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

Processo Nº: 23111.060871/2023-08

Pág.: 76 de 234

## 8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

( ) Sim

( X ) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

## 9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

## 10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

### Observações:

Os partícipes do TED podem prever que, além da obrigatoria tomada de providências para recomposição ao erário, que eventual rejeição do relatório de cumprimento do objeto poderá (ou deverá) gerar ajustes no Plano de Trabalho, inclusive para fins de previsão de prestação alternativa, se houver interesse e viabilidade para tanto, desde que enquadrados nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 10.426/2020.

## 11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

### 11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

### 11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou

IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

## 12. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

## 13. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

## 14. ASSINATURAS

Teresina, na data da assinatura

Gildásio Guedes Fernandes

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

Brasília, na data da assinatura

Eloy Terena

Observação: Autoridade competente para assinar o TED.

**Observação:** Nos campos acima, identificar os responsáveis pela assinatura do TED. Ministro ou dirigente máximo da entidade da administração indireta, ou autoridade à qual foi delegada por estes a competência para assinatura de TED.

Delegação não é vedada no Decreto nº 10.426, de 2020, portanto, é permitida.

---

**Referência:** Processo nº 15000.103606/2023-78.

SEI nº 38602133



**PLANO DE TRABALHO DO TED Nº 4/2023**

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a):	Ministério dos Povos Indígenas
Nome da autoridade competente:	Luiz Henrique Eloy Amado
Número do CPF:	012.196.381-02
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	840010 - Centro de Serviços Compartilhados - MPI

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:	170607 - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

**Observações:**

a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e  
b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada:	26279 -UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí
Nome da autoridade competente:	Gildásio Guedes Fernandes
Número do CPF:	077.579.563-15
Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:	Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 18 de novembro de 2020.

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
---	---

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:	154048 - Fundação Universidade Federal do Piauí
<b>Observações:</b> a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.	

### 3. OBJETO:

Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.

### 4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

**META 1: Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível**

Produto 1: Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário Produto 2:

Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras Produto 3: Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas Produto 4: Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas

Produto 5: Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas

Produto 6: Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos Produto 7: Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI

Produto 8: Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas Produto 9: Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)

Produto 10: Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos

**META 2: Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX**

Produto 1: Ressarcimento para a UFPI

Produto 2: Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio.

### 5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Com a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a retomada da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o governo brasileiro tem imprimido novos rumos para a política indigenista no Brasil. Nos últimos anos, a relação do Estado brasileiro com os povos originários foi caracterizada por intenso processo de desmonte dos direitos dos povos indígenas, verificando-se significativo incremento nas invasões de terras indígenas, processos de criminalização, ameaças e assassinatos de lideranças. Na esteira desse período, a nova gestão tem a complexa missão de restabelecer os mecanismos estatais de proteção territorial e fortalecer os direitos dos povos indígenas.

A estrutura administrativa pensada inicialmente e que ficou consolidada no Decreto nº 11.355/2023, acabou por lançar desafios específicos na gestão de dois setores essenciais na gestão do Ministério dos Povos Indígenas.

A atuação do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas (DEMED/GM/MPI), vinculado ao Gabinete da Ministra de Estado dos Povos Indígenas, recebeu inúmeras demandas que a sua estrutura de recursos humanos se tornou insuficiente. Desde o início de 2023, o DEMED tem realizado o acompanhamento de numerosos conflitos envolvendo povos indígenas em todo o país. Em apertada síntese, tem se ocupado, frequentemente em articulação com as demais unidades do Ministério e mesmo com outras pastas, de casos atravessados, entre outras questões, por (i) ações possessórias atingindo comunidades indígenas; (ii) procedimentos administrativos de demarcação de TIs e proteção territorial; (iii) processos de desintrusão de TIs; (iv) grandes empreendimentos e desastres ambientais que impactam territórios e coletividades indígenas; (v) ameaças a lideranças indígenas e servidoras/es da FUNAI; (vi) conflitos internos e interétnicos; e (vii) emprego de Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em TIs.

Desta forma, o presente projeto contempla a contratação de consultores(as) que poderão atuar no apoio à atividades do DEMED, por meio da elaboração de estudos que servirão de subsídios para a atuação do departamento, desafogando parte do trabalho para que servidores possam dar maior atenção à atividade fim do referido departamento e coordenar ações estratégicas.

Na mesma linha, a Secretaria Executiva, tem focado sua atuação na estruturação do inédito ministério, bem como na construção de políticas voltadas para os povos indígenas. Houve a retomada do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI (Decreto n. 11.509/23), do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas

- PNGATI (Decreto n. 11.512/23), a instituição do Comitê Interministerial de Desintrusão de Terras Indígenas (Decreto n. 11.702/23) e a criação do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas (Decreto n. 11.707/23). Tais estruturas governamentais e de acompanhamento por parte da participação social dos povos indígenas, por meio de seus representantes, demandam um acompanhando contínuo e qualificado que não a atual estrutura do ministério não suporta, razão pela qual busca-se por meio do presente projeto, a contratação de consultoria especializada com vistas a fornecer o suporte teórico-prático necessário para consecução da política indigenista, sob os princípios orientadores do planejamento estratégico do MPI.

De maneira geral, o projeto também envolve o fomento de pesquisas que conectam diretamente com a construção de políticas públicas a parr da estratégia metodológica conhecida como pesquisa-ação. Assim, serão fomentados bolsas e recursos destinados a pesquisa que envolvam bolsistas indígenas com trabalho de campo para coleta e análise de dados voltados para a construção de políticas públicas específicas para os povos indígenas no campo da educação indígena e emancipação política e jurídica.

Por todo o exposto, em síntese, a proposta se desenvolverá em três frentes distintas e complementares, a saber:

**Observação:** Preenchimento da justificativa e motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(X)

Sim

Processo Nº: 23111.060871/2023-08

Pág.: 82 de 234

<input type="checkbox"/>	Não
--------------------------	-----

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

<input type="checkbox"/>	Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
<input type="checkbox"/>	Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
<input checked="" type="checkbox"/>	Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

### Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não



O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Os recursos serão disponibilizados para a Universidade Federal do Piauí e para a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) que possui instrumento celebrado com a Universidade Federal do Piauí para a execução de programas e projetos. Os custos indiretos destinados para a UFPI na forma de ressarcimento serão de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais). Para o custeio das Despesas operacionais administrativas da Fundação de Apoio serão destinados R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

A parceria com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetiva viabilizar e agilizar as atividades de apoio e gerenciamento em projetos cooperados, em conformidade com o disposto no art. 1o, da Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, combinado com o inciso XIII, do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelo Decreto no 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A Lei no 8.958/94, com a sua nova redação dada pela Lei no 12.863, de 2013, estabelece: Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.

#### Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
-------	-----------	-------------------	--------	----------------	-------------	--------	-----

<b>META 1</b>	<b>Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível</b>	<b>UNID</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 460.000,00</b>	<b>R\$ 4.600.000,00</b>	<b>Nov/ 2023</b>	<b>Nov/ 2026</b>
PRODUTO 1	Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 2	Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 3	Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 4	Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026
PRODUTO 5	Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/ 2023	Nov/ 2026

PRODUTO 6	Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 7	Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 8	Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 9	Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 10	Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos	UNID	1	R\$ 460.000,00	R\$ 460.000,00	Nov/2023	Nov/2026
<b>META 2</b>	<b>Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX</b>	<b>UNID</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 575.000,00</b>	<b>R\$ 1.150.000,00</b>	<b>Nov/2023</b>	<b>Nov/2026</b>
PRODUTO 1	Ressarcimento para a UFPI	UNID	1	R\$ 575.000,00	R\$ 575.000,00	Nov/2023	Nov/2026
PRODUTO 2	Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio.	UNID	1	R\$ 575.000,00	R\$ 575.000,00	Nov/2023	Nov/2026

## 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
<b>Processo Nº: 23111.060871/2023-08</b>	<b>Pág.: 86 de 234</b>

11/2023	R\$ 5.750.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.750.000,00</b>

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 4.600.000,00
33.90.39	Sim	R\$ 1.150.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 5.750.000,00</b>
<b>Observação:</b> O preenchimento do PAD deverá ser até o nível de elemento de despesa.		

12. PROPOSIÇÃO
<p>Teresina, na data da assinatura</p> <p>GILDÁSIO GUEDES FERNANDES</p> <p><b>Observação:</b> Autoridade competente para assinar o TED.</p>

13. APROVAÇÃO
---------------

Brasília, na data da assinatura

ELOY TERENA

**Observação:** Autoridade competente para assinar o TED.

**Observações:**

- 1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.
- 2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.

---

**Referência:** Processo nº 15000.103606/2023-78.

SEI nº 38625771



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga – SG 07  
Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550; Telefone: (086) 3215-5621 - Fax (086) 3215-5880;  
Internet: [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br) / E-mail: [proplan@ufpi.edu.br](mailto:proplan@ufpi.edu.br);



## **JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO COM DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Justifica-se a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, com base no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, combinado com o inciso XIII, do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A Lei nº 8.958/94, com a sua nova redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013, estabelece:

***Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.***

O Decreto nº 7.423/10 diz:

***Art. 1º A caracterização das fundações a que se refere o Art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, como fundação de apoio a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, é condicionada ao prévio registro e credenciamento, por ato conjunto dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos do inciso III do art. 2º da referida Lei e da regulamentação estabelecida por este Decreto.***

***Parágrafo único. A fundação registrada e credenciada como fundação de apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.***

A participação da FADEX é condicionada à prévia aprovação da UFPI, conforme estabelece o Art. 6º do Decreto acima citado:

***Art. 6º O relacionamento entre a instituição apoiada e a fundação de apoio, especialmente no que diz respeito aos projetos específicos deve estar disciplinado em norma própria, aprovada pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, observado o disposto na Lei nº 8.958, de 1994, e neste Decreto.***



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga – SG 07  
Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550; Telefone: (086) 3215-5621 - Fax (086) 3215-5880;  
Internet: [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br) / E-mail: [proplan@ufpi.edu.br](mailto:proplan@ufpi.edu.br);



O Estatuto da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão – FADEX, em seu Capítulo III, mostra:

***Art. 6º Constituem objetivos da Fundação:***

***I - Apoiar programas e projetos culturais, de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal do Piauí (UFPI), mediante a celebração de contratos e convênios por prazo determinado ou mediante outras ações obedientes às normas da UFPI, servindo-lhe de Fundação de Apoio.***

Além do amparo legal, a contratação da FADEX justifica-se pelo apoio na gestão administrativa e financeira dos projetos, bem como o seu acompanhamento intelectual. Dessa forma, é necessária a contratação desta Fundação para o apoio na execução do seguinte projeto:

PROJETO: Projeto de Pesquisa ***“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”***, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

❖ **PROFESSOR COORDENADOR:**

- ✓ Coordenação Geral: ***Profa. Carmen Lúcia Silva Lima***
- ✓ Coordenação Adjunta: ***Prof. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento***

Teresina (PI), 26 de dezembro de 2023.

  
**Prof. Dr. Luís Carlos Sales**  
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento



# FADEx

FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA  
ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO



# PROPOSTA INSTITUCIONAL PARA DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO PROJETO

“Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.”

TERESINA/PI, 19 DE DEZEMBRO DE 2023

## SUMÁRIO

<b>I. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>6</b>
<b>III. CÁLCULO ESTIMADO DAS DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS: DEFINIÇÃO E PREMISSAS</b>	<b>7</b>
<b>IV. MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO: FLUXO DAS DEMANDAS DOS PROJETOS</b>	<b>8</b>
<b>V. PRECIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO NAS DOAS/FADEX</b>	<b>13</b>

## I APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- Razão Social: Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação.
- Nome fantasia: FADEX
- CNPJ: 07.501.328/0001-30
- Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Ininga, Teresina, Piauí, CEP: 64.049-550
- Telefone (86) 99857-0606
- E-mail: [superintendente@fadex.org.br](mailto:superintendente@fadex.org.br)
- Nome do representante legal: Antônio Vinícius Oliveira Ferreira

### A Instituição

A Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX foi constituída em maio de 2005, inicialmente com o objetivo principal de apoiar programas e projetos culturais, de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal do Piauí, pois é reconhecida e credenciada pelo MEC/MCTIC como instituição de apoio à UFPI.

Em 2016, com o aperfeiçoamento do seu estatuto adequando-o à Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e à aprovação de novas parcerias pelo Conselho Curador, ampliou suas possibilidades de Apoio para outras Instituições de Ensino Superior, ou Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação, públicas ou privadas, sem fins lucrativos. Como exemplo dessas parcerias, a FADEX conseguiu sua autorização, também pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a constituir-se como Fundação de Apoio ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), da Universidade Federal do Delta de Parnaíba (UFDPar) e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Além disto, teve seu pedido de credenciamento deferido junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para receber e gerenciar recursos oriundos de pessoas jurídicas de direito privado, destinados ao apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo CNPq que se enquadrem no artigo 3º da Lei nº 10.973/2004, atuando junto com o CNPq para viabilizar pesquisa, desenvolvimento e inovação, por intermédio de pesquisadores vinculados a diferentes ICT's no Brasil.

É uma entidade de direito privado, sem finalidade lucrativa, regida sob a égide do Código Civil Brasileiro, e apoiada por Leis Federais: Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei nº 10.973, de 10 de dezembro de 2004; e por Decretos Federais: Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; Decreto nº 8.240, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014 e Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018; também pela Portaria Interministerial CGU/MF/MP 424, de 30 de dezembro de 2016; além da Resolução CONSUN/UFPI nº 055/11 e da Resolução nº 38/2017 – CONSUP/IFPI.

As Fundações de Apoio, personalidades jurídicas de direito privado, caracterizam-se pelas suas funções e finalidades de âmbito público. Nesse sentido, necessitam conferir transparência no desenvolvimento de suas atividades para garantir credibilidade as suas ações e fomentar parcerias com os outros setores.

A FADEX tem buscado, diariamente, na sua organização administrativa, financeira e contábil, um modelo mais dinâmico de expor claramente essa organização por meio das demonstrações contábeis que operacionalizamos nos prazos estabelecidos.

As ações da FADEX são deliberadas por meio do seu Plano de Trabalho, avaliadas através dos seus relatórios gerenciais, e acompanhadas pelo Conselho Curador, presente em todas as decisões.

As relações de parcerias são vitais para a sustentabilidade e continuidade das ações da FADEX, nas quais temos buscado o aprimoramento objetivando a sua manutenção e fortalecimento. A FADEX executa projetos de vários órgãos nacionais e internacionais através de contratos e convênios com a UFPI e outros órgãos de fomento, dentre eles:

I. Parceiros diretos:

- 1) MEC - Ministério da Educação;
- 2) MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

- 3) UFPI – Universidade Federal do Piauí;
- 4) IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Piauí;
- 5) CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- 6) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos;
- 7) UESPI – Universidade Estadual do Piauí;
- 8) BB – Banco do Brasil S/A;
- 9) FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí;
- 10) Prefeitura Municipal de Teresina;
- 11) PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A;
- 12) BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A.
- 13) ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

II. Parceiros indiretos:

- 1) FNS - Fundo Nacional de Saúde;
- 2) SUS - Sistema Único de Saúde;
- 3) UNODC - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME;
- 4) SEBRAE/PI – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- 5) L'ORÉAL BRASIL PESQUISA E INOVAÇÃO LTDA;
- 6) TRE-PI - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;
- 7) SEDET - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- 8) CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- 9) SEDUC - PI - Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí;
- 10) FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- 11) FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- 12) OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde;
- 13) SEMAR – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- 14) EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;

## II CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

**Título:** Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.

**Proponente:** Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX

**Financiador:** Ministério dos Povos Indígenas

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo brasileiro, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a revitalização da FUNAI, busca uma mudança na política indigenista do país, após anos de desmonte dos direitos indígenas. A nova gestão enfrenta o desafio de restabelecer a proteção territorial e fortalecer esses direitos.

O projeto inclui o fomento de pesquisas, especialmente a pesquisa-ação, com bolsas para pesquisadores indígenas, visando a coleta e análise de dados para a formulação de políticas públicas, especialmente nas áreas de educação indígena e emancipação política e jurídica. O objetivo é subsidiar o MPI em relação a conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas, com acompanhamento de casos, produção científica e participação em eventos de alto nível.

Ante o exposto, apresentamos para análise dos setores competentes da UFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí, o valor referente ao pagamento da prestação de serviços a ser realizado pela FADEX, a partir do cálculo das suas Despesas Operacionais e Administrativas, levando-se em consideração a quantidade média de horas e a quantidade de vezes que uma determinada atividade é realizada no decorrer da execução do projeto a partir da hora técnica trabalhada de cada setor responsável.

Reiteramos nesta oportunidade nossos protestos de respeito e consideração, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Antônio Vinícius Oliveira Ferreira  
**Superintendente**

### III CÁLCULO ESTIMADO DAS DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS: DEFINIÇÃO E PREMISSAS

#### Definição

Trata-se de uma metodologia de cálculo para Despesas Operacionais e Administrativas a partir das atividades gerenciadas pela FADEX, seu impacto financeiro nos custos da Fundação com base na duração do projeto. As Despesas Operacionais e Administrativas têm respaldo legal no art. 10, da Lei 10.973, de 2004 e no art. 74 do Decreto Federal n.º 9.283, de 2018.

#### Premissas para aplicação da DOA

- O valor da DOA foi calculado com base na carga horária do corpo administrativo envolvido na gestão do projeto, sejam aquelas que intervêm diretamente na execução do projeto e aquelas de apoio, em seus diversos níveis, considerando as horas necessárias para execução da tarefa uma vez, quantas vezes a tarefa é executada durante o projeto, o valor da hora técnica trabalhada em reais para se chegar no custo total da tarefa em reais.
- Não foi levado em conta o custo de depreciação dos equipamentos.
- Não foi levado em conta a possível projeção de reajuste salarial no período de duração do projeto.
- A estimativa da carga horária de cada uma das tarefas foi feita com base na experiência do seu corpo técnico-administrativo, considerando o nível de complexidade para execução da tarefa.
- Gestão de Risco: Devido à natureza inerente das atividades do projeto ou a externalidades imprevistas, pode ocorrer de a gestão do projeto sofrer dilatação de prazos, redução do valor financeiro em relação ao previsto ou necessidade de atenção reforçada por parte da equipe técnica no desenvolvimento das atividades, o que implica em aumento de pessoal ou horas de trabalho, o que impacta diretamente no valor das Despesas Operacionais e Administrativas.
- O Valor de DOA que ultrapassar o valor legal máximo permitido ou aprovado pelo órgão financiador será contabilizado como contrapartida econômica da FADEX para o desenvolvimento do projeto.
- O valor global de DOA é estimado orçamentariamente pela demanda de processos que o contratante apresenta para a FADEX e se efetiva financeiramente pela execução da tarefa no desenvolvimento do projeto.

Visão Geral DOA	
Valor das Receitas do Projeto	
Total em receitas	R\$ 5.750.000,00
Valor das Despesas do Projeto	
Total de despesas do projeto	R\$ 4.600.000,00
Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI	
Total	R\$ 575.000,00
Gestão Administrativa e Financeira FADEX (Outras Despesas)	
Valor de DOA aprovado para a execução do Projeto	R\$ 575.000,00
Valor Total do Projeto	
Despesas do projeto + DOA's da Fadex + Ressarcimento UFPI	R\$ 5.750.000,00

Complexidade de Gestão do Projeto
NÍVEL 1 – BAIXA COMPLEXIDADE = As tarefas são realizadas de uma maneira mais simples, sem necessidade de repetição ou ajustes por parte da fundação/coordenação.
NÍVEL 2 – MÉDIA COMPLEXIDADE = Tarefas de média complexidade, realizadas mais de uma vez ou desempenhadas com maior dedicação da equipe.
NÍVEL 3 – ALTA COMPLEXIDADE = Tarefas de alta complexidade, realizadas por diversas vezes, exigindo maior dedicação da equipe.

Com base nas orientações de complexidade de Gestão, a execução do projeto foi considerada de **Nível 2 – MÉDIO COMPLEXIDADE**.

## **IV MODELO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO: FLUXO DAS DEMANDAS DOS PROJETOS**

### **RECEPÇÃO**

#### **PROTOCOLO DAS SOLICITAÇÕES DO PROJETO**

Recebimento das solicitações; Enquadramento nos parâmetros da Fundação; Lançamento no sistema SAGI e envio para o processamento no setor pertinente.

### **GERÊNCIA DE PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

#### **ABERTURA DO PROCESSO – PRÉ PROJETO**

Recepção da proposta, orientações iniciais ao coordenador, elaboração/adequação da proposta orçamentária obtenção da documentação auxiliar quando edital e lançamento no SAGI – SISTEMA PROJETOS.

#### **REVISÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE TRABALHO**

Adequação do orçamento e suas rubricas observando exigências legais e as do Financiador, acompanhamento e controle da tramitação junto ao coordenador do projeto, solicitação de revisão de formulários internos, revisão de documentação e lançamento no SAGI.

#### **ANÁLISE DE VIABILIDADE**

Análise dos aspectos técnicos e institucionais da proposta, adequação acadêmica do objetivo do projeto, equipe técnica científica, avaliação dos parâmetros da equipe interna e externa e lançamento no SAGI como Pré-Projeto.

#### **ENVIO DA PROPOSTA AO FINANCIADOR**

Envio da proposta, bem como da documentação pertinente de acordo com os critérios do financiador e atendimento a exigências e questionamentos e solicitações complementares.

#### **ABERTURA DO PROJETO DEFINITIVO**

Recepção da aprovação final do coordenador do projeto e tramitação da minuta do instrumento contratual, solicitação de abertura de conta bancária, conclusão e validação do registro no SAGI (lançamento da documentação, do projeto, e demais dados e informações no sistema gerencial de informação).

#### **TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO E ASSINATURA**

Análise do Instrumento Contratual, tramitação entre os diversos setores competentes para aprovação na Unidade, Convênio e Reitoria da apoiada, como também na Procuradoria Federal. Registro completo do projeto no Sistema específico, quando for o caso, e encaminhamento ao analista responsável pelo acompanhamento da execução do projeto.

#### **REFORMULAÇÃO DE PLANO DE APLICAÇÃO E RUBRICAS**

Conforme evolução físico/financeira do projeto poderá surgir à necessidade de realocar recursos em outras rubricas/itens não previstos em sua fase de proposta ou itens próximos de esgotarem seus recursos elaboramos via formulário ou sistema (de acordo com cada órgão) em conjunto com o coordenador a reformulação financeira das rubricas/itens do projeto.

#### **PESSOAL CLT**

Recebimento do perfil para vaga, publicar a vaga para processo seletivo, análise dos currículos recebidos, agendar as entrevistas, realizar as entrevistas, contatar os participantes do processo seletivo e apresentar o resultado. Receber o candidato vencedor do processo seletivo, preencher formulários e recolher os documentos. Encaminhar pedido de contratação para gerência liberar conforme previsto no plano de trabalho. Encaminhar o candidato para exame médico admissional, receber o atestado de saúde ocupacional com a informação “APTO”. Avisar o empregado para o início da atividade laboral, realizar o cadastro do colaborador no sistema, confeccionar o crachá, realizar anotações na carteira de trabalho, registrar o colaborador no livro de registro de empregados, emitir o contrato de trabalho e demais documentos assessoriais, proceder a devolução da carteira de trabalho. Encaminhar

os valores de vale – alimentação / refeição e vale-transporte para depósito em conta bancária. Apresentação do novo colaborador em todos os setores da instituição e atividade institucional de integração. Rotina de folha de pagamento de Lançamento de férias, licenças, transferências de projeto, reajustes salariais, periculosidade, insalubridade, conferência das bases de INSS, IR, FGTS e demais encargos da folha de pagamento. Providenciar o pagamento de vale-alimentação ou vale – refeição, do vale – transporte. Realizar encaminhamento para previdência social, encaminhar colaborador para exame médico periódico e retorno ao trabalho. Acompanhamento do efetivo crédito na conta do colaborador; Recebimento da demanda para desligamento. Recepção do colaborador e repasse da informação sobre o desligamento. Confecção do aviso, assinatura do aviso e encaminhamento para exame médico demissional, agendamento da homologação junto ao Ministério do Trabalho. Recebimento do ASO com a informação “APTO”. Assinatura do colaborador para baixa no livro de empregados. Comunicação ao plano de saúde sobre a demissão. Cálculo da rescisão, confecção do termo de rescisão de contrato, emissão da guia do fundo de garantia por tempo de serviço, emissão da guia do seguro desemprego, encaminhamento para pagamento da rescisão e pagamento da guia de FGTS. Emissão do comprovante de pagamento da rescisão e da guia do FGTS. Comparecimento para homologação do termo de rescisão do contrato de trabalho no Ministério do Trabalho.

### **BOLSISTAS/BOLSAS**

Recebimento da demanda e verificação dos documentos: caracterização, critérios, declaração do coordenador do projeto, declaração do teto máximo, formulário de documentos exigidos, formulário de solicitação de bolsa, termo de anuência institucional, termo de concessão, definição das atividades e embasamento legal. A comissão ratifica o enquadramento no tipo de bolsas, enquadramento na legislação e envia para o analista do projeto cadastrar no sistema caso esteja dentro dos parâmetros legais, caso contrário, é feita a devolução para o Coordenador do Projeto indicando o motivo.

Receber as solicitações de implantação de novas bolsas, checar a conformidade da documentação, termo de compromisso e a vigência, e providenciar o cadastro dos novos bolsistas no sistema SAGI; Receber as solicitações de aditivos de bolsas e providenciar o ajuste no sistema SAGI; No fechamento do período, gerar o processo e enviar para a Gerência de finanças e contabilidade; Providenciar declarações e demais documentos de bolsistas, sempre que solicitado.

### **CONTROLE INTERNO**

O Controle Interno compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da execução do projeto.

### **GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO**

Gestão administrativa e financeira do projeto de acordo com o plano de trabalho e de aplicação aprovado pelo órgão financiador, assistindo o coordenador e deixando-o com foco na pesquisa; análise de todas as despesas por rubricas e itens; antecipação de problemas, adequando o projeto a novas exigências do financiador e ou dos órgãos de controle e criando planos de ação para mitigar seus efeitos sobre os resultados da pesquisa. Reuniões de feedback e negociação com os órgãos financiadores buscando sempre maior flexibilidade para o bom andamento de um projeto de pesquisa.

### **PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE PARCELAS**

Preparação da documentação e remessa de pedido de liberação de parcela e acompanhamento junto ao coordenador do projeto.

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas parcial/final é realizada em conjunto com a equipe de gestão dos projetos um levantamento financeiro de todo o projeto de modo a diminuir as dúvidas e evitar futuras glosas no processo. É realizado através de formulários específicos ou sistema (de acordo com cada órgão) além de coleta das documentações comprobatórias para envio aos órgãos financiadores. Elaboração de execução financeira /orçamentária junto aos agentes financiadores, conforme suas exigências; Conciliação Bancária e lançamentos em formulários específicos verificando se todas as despesas e receitas lançadas estão de acordo ao plano de trabalho e do contrato firmado



entre o agente financiador e a FADEX. Demonstração de todas as despesas e suas documentações comprobatórias originais aos órgãos solicitantes de acordo com o objetivo do projeto.

### **PROCESSAMENTO DE DIÁRIAS**

Receber e efetuar o cadastro para informações novas; consultar informação dos beneficiários (CLT, BOLSISTA ou ESTAGIÁRIO); processar o pagamento das diárias e enviar para o financeiro.

## **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**

### **PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA TODAS AS COMPRAS**

O processo de contratação será instruído com os seguintes documentos:

- a) Índice remissivo
- b) Solicitação da compra pelo Coordenador acompanhada do Termo de Referência;
- c) SCI – Solicitação de Compra Inicial, onde deverá constar qual a legislação aplicável ao contrato;
- d) Solicitação de cotação aos fornecedores;
- e) Cotações;
- f) Mapa, contendo resumo das propostas apresentadas e recomendação justificada do Comprador pelo tipo de contratação (se por item ou por valor global, sempre acompanhado de justificativa no caso de a recomendação ser de aquisição pelo valor global);
- g) Documentação de regularidade fiscal da empresa vencedora;
- h) Homologação do resultado pelo Coordenador autorizando ou não a recomendação do Comprador;
- i) Solicitação de Análise, Validação e/ou Emissão de Parecer, encaminhada pela Gerência da área à Assessoria Jurídica para todos os processos de contratação, independentemente da modalidade ou do valor;
- j) Validação da contratação mediante simples chancela ou emissão de parecer pela Assessoria Jurídica;
- k) Homologação da compra pela Diretoria Executiva, acompanhada de extrato para publicação.

### **DA EXIGIBILIDADE DAS CERTIDÕES**

Em quaisquer das modalidades de contratações realizadas pela FADEX na gestão dos Projetos exigir-se-á dos fornecedores documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação técnica, além da qualificação econômico-financeira, quando for o caso (art. 31 da Lei nº 8.666/93 e artigo 22 do Decreto nº 8.241/2014). A exigência descrita no item 4.1 deverá ser observada como regra a ser seguida apenas quanto à empresa vencedora do certame.

### **DAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO: DA CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DO VALOR**

Conforme disposto no art. 26 do Decreto nº 8.241/2014, a contratação direta em razão do valor será admitida nas seguintes hipóteses: I - para obras e serviços de engenharia em valor inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; II - para outros serviços e compras em valor inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

### **DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR**

Conforme disposto nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a contratação por dispensa em razão do valor será admitida nas seguintes hipóteses: I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local, que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

### **DAS DIVERSAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA OU POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

O termo de referência e a solicitação do Coordenador deverão conter todos os elementos capazes de propiciar avaliação objetiva quanto à escolha do fornecedor/prestador, sem indicação ou direcionamento de marca. A escolha de marca, ou o seu direcionamento, é possível nas hipóteses de ela ter sido previamente indicada na Solicitação da Compra pelo Coordenador e somente se houver justificativa técnica que não deixe margem para dúvidas quanto à indispensabilidade da escolha como única(s) marca(s) a atender à demanda do Projeto. Quando o Coordenador do Projeto não acatar recomendação do Comprador pelo tipo de contratação indicada, deverá justificar tecnicamente a sua posição. O analista de compra irá readequar o processo de acordo com as recomendações técnicas do Coordenador, recompondo-o com as 03 (três) cotações mínimas e excluirá do novo mapa a proposta rejeitada. Apenas após essa alteração, o processo deverá ser submetido à Assessoria Jurídica para análise, validação e/ou emissão de parecer. Os limites para contratações diretas e para contratações por dispensa, ambas em razão do valor, serão analisados no período de um exercício financeiro (1º de janeiro a 31 de dezembro do mesmo ano, independentemente da vigência do projeto). O limite dirá respeito à natureza de produto ou serviço de cada rubrica.

### **RECEBIMENTO DE MATERIAL E ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

A Ordem de Fornecimento (OF) é o documento de emissão obrigatória pelo Comprador (Gerência Administrativa), que autoriza a entrega do produto e/ou a execução do serviço pelo Contratado, bem como que fornece ao Coordenador os parâmetros objetivos para receber o produto e/ou o serviço e exarar o seu ATESTO na respectiva Nota Fiscal. As Ordens de Fornecimento que tenham por objeto a prestação de serviços deverão conter todas as informações necessárias ao cumprimento dos contratos por todas as partes envolvidas no processo, Fornecedor, Coordenador e Analista, a saber: a) A Nota Fiscal deve ser entregue ao Coordenador pelo Fornecedor, após execução do serviço, impreterivelmente até o dia 15 do mês correspondente à sua emissão. Caso este prazo seja ultrapassado, o Fornecedor deverá emitir a Nota Fiscal a partir do mês subsequente, para que se evite o cancelamento de notas; O Coordenador deve protocolar a Nota Fiscal na FADEX até o dia 20 do mês de sua emissão, com o competente ATESTO e identificação da assinatura; c) O Fornecedor deverá manter, no início assim como na conclusão, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação. Todo produto e/ou serviço adquiridos pela FADEX deverão ser entregues e/ou executados no local indicado na Ordem de Fornecimento (OF). As Notas Fiscais referentes à execução das Ordens de Fornecimento ingressarão na FADEX pelo setor de Protocolo, desde que respeitadas a seguinte condição: a presença do ATESTO (assinatura e carimbo) do Coordenador do Projeto. As Notas Fiscais recebidas pelo Protocolo deverão ser encaminhadas à Gerência Administrativa, em atenção ao Comprador responsável, que vinculará a Nota Fiscal à Ordem de Fornecimento correspondente, conferindo a regularidade do ATESTO, para, em seguida, registrar expressamente no corpo da NF as informações existentes no processo de compra, a saber, financiador, número do projeto, subprojeto, rubrica, classificação contábil, número do convênio ou contrato celebrado entre Financiador e FADEX. DO PAGAMENTO Todo e qualquer pagamento somente será efetuado após o ATESTO pelo Coordenador do Projeto de que os serviços foram efetivamente prestados e/ou os bens foram entregues no tempo, no modo e no lugar ajustados.

### **SERVIÇOS DIVERSOS, MANUTENÇÃO E AQUISIÇÕES:**

SERVIÇOS DIVERSOS de reforma e engenharia; locação de veículo; *coffee break* / eventos; gráficos; análise laboratorial; médico; frete; desinsetização; calibração; aquisição de veículos; treinamento e retirada de entulho. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO de condicionadores de ar; computadores; impressoras; veículos; equipamentos diversos; recarga de extintores. Diligenciamento das Ordens de Fornecimento.

### **EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO**

Equipamentos diversos e de laboratório, medicamentos; material de construção e elétrico; material agrário e veterinário; material hospitalar; gases industriais e medicinais; material de laboratório; material odontológico. Diligenciamento das Ordens de Fornecimento.

### **MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE E MOBILIÁRIO**

Móveis; Suprimentos de informática, acessórios de informática, Material de limpeza; Material de escritório; Alimentos; Fardamento; Artigo de restauração. Diligenciamento das Ordens de Fornecimento.

### **INEXIGIBILIDADE, PERIÓDICOS/LIVROS E LINHA BRANCA**

Trata os processos de compra de livros e periódicos, nacionais ou importados, equipamentos considerados linha branca e também das aquisições/serviços através inexigibilidade, sendo este o caso para determinada aquisição e/ou serviço para o projeto. Diligenciamento das Ordens de Fornecimento.

### **SELEÇÃO PÚBLICA**

Conferir pedido e termo de referência à luz da legislação; elaborar preço de referência com pesquisa prévia de mercado; elaborar minuta de instrumento convocatório; verificar adequação ao orçamento junto a Gerência de Projetos; publicar o instrumento convocatório; convidar fornecedores cadastrados; abrir envelopes, escolha, contestação, homologação, contratação, lançamento no SAGI.

## **GERÊNCIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**

### **LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS**

Receber, conferir e protocolar os documentos enviados, em meio físico, por todos os setores, bem como os enviados por meio do Sistema SAGI (diárias, prestações de serviços pessoa física e jurídica, notas fiscais, OT, reembolso, etc.); Separar a documentação e arquivar por natureza de operação e por data de vencimento dos pagamentos; Entregar os documentos para as carteiras responsáveis da CFIN, com antecedência de no mínimo 72 horas; Após liberação do procedimento de processamento no COFIN, encaminhar para assinatura da Diretoria Executiva/ Superintendência; No recebimento da documentação da Diretoria Executiva/Superintendência, organizar por data e separar por instituição financeira para envio através de malote; Após retorno do malote, verificar a documentação, anexando os comprovantes de pagamento ao caixa devido, bem como providenciar cópias de alguns documentos e entregar nas Gerências/Coordenações.

### **CONTAS A PAGAR**

Preparação dos borderôs; Lançamento de despesas no sistema; Envio de remessas/arquivos para banco; Inclusão dos pagamentos no gerenciador financeiro; Conferência das remessas de arquivos antes e depois do envio; Emissão de comprovantes e baixas no sistema dos pagamentos via gerenciador; Controle e reapresentação dos pagamentos devolvidos e rejeitados;

### **APROVAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS**

Diretoria Executiva analisa a despesa a ser liquidada, verificando sua conformidade e assinando as autorizações e as remessas para envio à Instituição bancária.

### **GESTÃO DAS CONTAS E APLICAÇÕES**

Abertura, conferência de tarifas, saldos, extratos, seleção e gerenciamento de aplicações e manutenção de conta; Controle do saldo bancário; Lançamento e/ou estorno das tarifas bancárias; Elaboração das faturas das parcelas.

### **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, IMPOSTOS, TRIBUTOS E OUTROS.**

Atender às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisionar as atividades de conciliação contábil e financeira, coordenar os elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira; Efetuar revisão de conciliações contábeis, acompanhar o atendimento das obrigações assessoriais, preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas; Administrar os tributos, registrar atos e fatos contábeis, balancetes, coordenar custos, preparar obrigações acessórias, tais como declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes; Elaborar e coordenar demonstrações contábeis, prestando consultoria e informações gerenciais, realizar auditoria interna e externa atendendo solicitações de órgãos financiadores; Realizar o controle de patrimônio dos bens adquiridos pelos Projetos

## **ASSESSORIA TÉCNICA**

### **ASSESSORIA JURÍDICA**

Promover a análise prévia dos elementos documentais das contratações a serem realizadas no âmbito do projeto, garantindo a regularidade das fases dos processos de contratação direta, seleção pública, licitação, garantindo a observação à legislação de regência; entregar nota técnica-jurídica a fim de que as execuções de todas as atividades do projeto observem rigorosamente os princípios estabelecidos na legislação em vigor.

### **SUPORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Garantir o funcionamento dos sistemas de informática, como instrumento de apoio à execução dos projetos, gerenciando a manutenção e segurança das informações, dos servidores e dos equipamentos da rede, revendo necessidades adicionais e identificando possíveis impactos, bem como apresentar sugestões para correção ou ampliação das informações.

## **DESPESAS DE GESTÃO FINANCEIRA**

### **CUSTOS FIXOS DE GESTÃO**

O valor unitário para os custos fixos de gestão da Fadex por hora de trabalho é obtido pela razão entre os custos fixos mensais da Fadex e o total de horas trabalhadas num mês nos setores, considerando a quantidade de setores e a quantidade de horas mensais por setor.

### **CONTRAPARTIDA ECONÔMICA PARA O PROJETO**

Conforme o limite legal sobre o valor total do projeto e o limite do valor orçado para as despesas operacionais administrativas (ressarcimento à Fundação) no projeto, a diferença entre o valor mensurado para estas e aqueles corresponderá a uma contrapartida não-financeira, mas econômica (isto é, na forma de horas de trabalho da equipe da FADEX), para o projeto.

### **CUSTO DE FATURAMENTO**

A FADEX nos contratos assinados para a execução de atividades de gerenciamento administrativo e financeiro dos projetos se responsabiliza por cumprir todas as obrigações fiscais e tributárias necessárias para a legalidade dos processos, eximindo o contratante de obrigações e assumindo a responsabilidade pelo ônus posterior deste tipo de obrigação.

## **V PRECIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO NAS DOAS/FADEX**

### **1 Breve resumo**

Identificamos um conjunto de fatores geradores de risco para o gerenciamento administrativo-financeiro dos projetos, atividade por excelência da FADEX enquanto fundação de apoio. Para o aprimoramento desta atividade, é necessário que a instituição consiga mensurar de forma adequada suas despesas operacionais administrativas (doravante, DOAs); isto, todavia, significa que a FADEX necessita internalizar aqueles fatores geradores de risco, precificando-os. Para isto, analisaremos os fatores geradores de risco acima citados a partir de sua vinculação com o atual modelo de mensuração das DOAs.

### **2 Fatores geradores de risco precificados**

#### **2.1 Duração do projeto precificados**

Diferentes projetos, da mesma natureza ou não, têm diferentes durações, e não é raro que um projeto ultrapasse o ano-calendário, isto é, que sua execução passe de um ano a outro ou mais; o que implica no reajuste de valores conforme regulamentos nacionais ou necessidades associadas, por exemplo, à variação dos preços. Este fator está precificado no atual modelo de mensuração das DOAs através da atividade de revisão/reformulação do plano de aplicação e rubricas.

#### **2.2 Ingresso do recurso financiador**

A transferência do recurso financiador para a conta do projeto pode se dar integralmente em um único momento ou de forma parcelada. Neste último caso, aumenta-se o risco de não haver repasse integral do valor previsto e,

consequentemente, de não haver receita para fazer frente às despesas previstas. Este fator está precificado na atual mensuração das DOAs através da atividade de pedido de liberação de parcelas.

### **2.3 Modalidades de compra**

A utilização de modalidades de compra (formas de contratação) outras que não a contratação direta aumenta o risco/complexidade envolvidos na gestão do projeto, uma vez que envolvem exigências legais mais rigorosas em seu processo. Nas DOAs, esse fator se expressa na presença de mais de uma modalidade de contratação, e os riscos envolvidos são precificados através do custo da hora técnica na atividade de seleção pública, bem como por aquelas ligadas ao uso da plataforma e-Licitações.

### **2.4 Modalidades de contratação de pessoa física**

A utilização de mais de uma modalidade de contratação de pessoa física aumenta a complexidade envolvida na gestão do projeto, pois envolve a realização de procedimentos distintos e utilização de instrumentos diversos. Tal como no caso das modalidades de compra, este fator está precificado nas DOAs da FADEX através de atividades correspondentes a cada modalidade.

### **2.5 Prestações de contas exigidas**

A exigência de realização de prestações de conta parciais de um projeto aumenta diretamente a atenção que a equipe necessita dar ao mesmo, consequentemente elevando o nível de complexidade de sua gestão. As DOAs da Fundação atualmente precificam este fator através das atividades de prestação de contas parcial e final.

### **2.6 Origem do recurso financiador**

A origem de determinado recurso financiador no setor público impõe a observância a regulamentos mais rigorosos de realização dos processos de gestão administrativo-financeira do projeto, aumentando, portanto, a complexidade envolvida na mesma. Diferentemente dos fatores elencados acima, este não está precificado de forma alguma no atual modelo de mensuração das DOAs da Fundação, de forma que esta não consegue prevê adequadamente seus custos um projeto em que este fator de risco se faça presente.

Como solução, propõe-se aqui que, nos casos de projetos cujo recurso financiador tenha origem no setor público, aplique-se uma espécie de “multiplicador” ou “ponderador” sobre a “carga horária” (“quantidade de horas necessárias para realização das tarefas uma vez”, nas DOAs) das atividades mais diretamente associadas ao controle interno de processos e despesas, que são as de controle interno, aprovação/homologação da liquidação de despesas e assessoria jurídica, devido a que a primeira corresponde a todas tarefas de que convergem na avaliação de, dentre outras, a integridade dos processos de um determinado projeto; a segunda, por sua vez, envolve sempre a análise da conformidade das despesas a serem liquidadas, e a terceira inclui análise de elementos contratuais dos projetos para garantir a observância à legislação de regência. Um multiplicador de 2 parece adequado para expressar a intensificação dos esforços nessas atividades sob as circunstâncias determinadas.

### **2.7 Entrega prévia do objeto dos projetos/contratos para posterior pagamento das DOAs**

Caso o contrato relativo a um determinado projeto exija a entrega prévia do objeto como condição necessária para o pagamento das despesas operacionais administrativas à FADEX, esta fica exposta ao risco de realizar despesas sem que seja correspondentemente remunerada, o que compromete a viabilidade econômico-financeira de suas operações.

Uma vez que é responsável somente pelo gerenciamento econômico-financeiro dos projetos e não por sua execução acadêmica, a FADEX não tem controle sobre a entrega do objeto dos projetos; todavia, em casos como esses, a equipe da Fundação pode alterar sua rotina de processos, dedicando mais atenção na realização de cada atividade, fazendo a sua parte para a consecução do objeto dos projetos/contratos. Em termos de cálculo das DOAs, isto também pode aparecer como um multiplicador sobre a “carga horária” das atividades, desta vez não restrita às atividades mais relacionadas ao controle de processos; na ausência de mais critérios e informações, um multiplicador de 1,2 (prevendo um aumento das DOAs em um quinto em relação à situação “normal”) parece adequado.

### **2.8 Previsão de contas e passivos residuais**

Considerando-se a complexidade e os riscos inerentes aos processos de gerenciamento administrativo e financeiro dos projetos, a Fadex prevê a possibilidade, com base em sua experiência institucional, da existência de despesas



extraordinárias ou supervenientes, de eventuais justificativas e passivos administrativos e judiciais, sejam de ordem tributária ou trabalhista, o que demanda recursos financeiros e tempo de trabalho para o corpo técnico da Fundação.

## ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Memória de Cálculo – Despesas Operacionais e Administrativas de Projetos						
Despesas com Pessoal						
Etapas do Projeto	Tarefa	Gerência	Horas necessárias para execução da tarefa uma vez	Quantas vezes a tarefa é executada durante o projeto	Valor da hora técnica trabalhada em R\$	Custo total da tarefa em R\$
<b>Proposta</b>	ABERTURA DO PROCESSO - PRÉ PROJETO	Gerência de projetos	3,00	1	42,29	126,87
	REVISÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE TRABALHO	Gerência de projetos	3,00	1	42,29	126,87
	ANÁLISE DE VIABILIDADE DO PROJETO	Gerência de projetos	3,00	1	42,29	126,87
	TRAMITACAO E ACOMPANHAMENTO E ASSINATURA	Gerência de projetos	3,00	1	84,58	253,74
	ABERTURA DO PROJETO DEFINITIVO	Gerência administrativa, Gerência de projetos e Gerência de finanças	3,00	1	120,36	361,08
<b>Gestão Administrativo - Financeira do Projeto</b>	PROTOCOLO DAS SOLICITAÇÕES DE DESPESAS DO PROJETO	Recepção	36,00	41	27,02	39.881,52
	PEDIDO DE LIBERAÇÃO DE PARCELAS	Gerência de projetos	0,00	0	35,24	-
	GESTÃO/COORDENAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DO CONVENIO	Gerência de projetos	60,00	8	35,24	16.915,20
	REVISÃO/REFORMULAÇÃO DE PLANO DE APLICAÇÃO E RUBRICAS	Gerência de projetos	6,00	8	42,29	2.029,92
	CONTRATAÇÃO (COMPRA) DIRETA - PESSOA FÍSICA	Gerência de projetos e Gerência administrativa	28,00	25	35,24	24.668,00
	CONTRATAÇÃO (COMPRA) DIRETA - PESSOA JURÍDICA	Gerência de projetos e Gerência administrativa	25,00	26	35,24	22.906,00
	SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDORES - PESSOA JURÍDICA	Gerência administrativa	30,00	72	35,24	76.118,40

	SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDORES - PESSOA FÍSICA/BOLISTA	Gerência administrativa	12,00	0	35,24	-
	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA / BOLISTA	Gerência de Projetos	12,00	36	35,24	15.223,68
	TRAMITAÇÃO - PAGAMENTO DE SERVIÇO - PESSOA JURÍDICA	Gerência administrativa	36,00	36	35,24	45.671,04
	TRAMITAÇÃO - PAGAMENTO DE SERVIÇO - PESSOA FÍSICA / BOLISTA	Gerência de Projetos	12,00	36	35,24	15.223,68
	COMPRA DE PASSAGENS	Gerência administrativa	9,00	19	42,29	7.231,59
	TRAMITAÇÃO PROCESSUAL - DIÁRIAS	Gerência de projetos	24,00	16	42,29	16.239,36
	CONTROLE INTERNO	Gerência de projetos	5,00	9	42,29	1.903,05
	APROVAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS	Gerência de finanças	6,00	36	79,89	17.256,24
	LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS - FINANCEIRO	Gerência de finanças	36,00	66	35,24	83.730,24
	GESTÃO/COORDENAÇÃO DAS CONTAS E APLICAÇÕES	Gerência administrativa	4,00	36	42,29	6.089,76
	CONCILIAÇÃO BANCÁRIA, IMPOSTOS, TRIBUTOS E OUTROS	Gerência de finanças	8,00	12	35,24	3.383,04
<b>Outros Custos de Gestão</b>	ARQUIVAMENTO	Gerência administrativa, Gerência de finanças e Gerência de Projetos	1,00	36	35,24	1.268,64
	ASSESSORIA JURÍDICA	Assessoria técnica	9,00	15	42,29	5.709,15
	SUORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Assessoria técnica	3,00	38	35,24	4.017,36
<b>Prestação de Contas</b>	PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL	Gerência de projetos	80,00	6	42,29	20.299,20
	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	Gerência de projetos	80,00	1	42,29	3.383,20
<b>SUBTOTAL</b>						<b>430.143,70</b>
<b>TOTAL DE HORAS DE TRABALHO NO PROJETO</b>						<b>11.966,00</b>
<b>Despesas Financeiras de Gestão</b>						

Etapas do Projeto	Despesas	Ocorre no projeto?	Quantidade	Valor unitário	Custo total da despesa no projeto
Outros Custos de Gestão	LICITAÇÕES-e - CUSTO POR LICITAÇÃO			225,51	0,00
	LICITAÇÕES-e - CUSTO POR LOTE			11,77	0,00
	DESPESAS DE PUBLICAÇÃO		5	195,00	975,00
	CUSTOS FIXOS DE GESTÃO	Sim	11.966,00	9,95	119.012,86
SUBTOTAL					119.987,86
TOTAL GERAL					550.131,56
Despesas Extraordinárias com Gestão de Risco					
Situação de risco	Descrição de precificação	Ocorre no projeto?	Despesas adicionais decorrentes (em R\$)		
ORIGEM PÚBLICA DO RECURSO FINANCIADO OR	Multiplicador de ordem 2 sobre as despesas de controle interno, aprovação/homologação da liquidação de despesas e assessoria jurídica, devido a que a primeira corresponde a todas tarefas de que convergem na avaliação de, dentre outras, a integridade dos processos de um determinado projeto; a segunda, por sua vez, envolve sempre a análise da conformidade das despesas a serem liquidadas, e a terceira inclui análise de elementos contratuais dos projetos para garantir a observância à legislação de regência.	Sim	24.868,44		
ENTREGA DO OBJETO DO PROJETO PREVIAMENTE À REMUNERAÇÃO DA FADEX	Multiplicador de ordem 0,2 sobre as despesas com tarefas do projeto, não restritas às despesas com controle de processos	Não	-		
SUBTOTAL					24.868,44
TOTAL GERAL COM DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS					575.000,00
Valor da hora técnica trabalhada = maior salário bruto recebido pelo profissional de cada setor envolvido nos projetos, para uma carga horária de 40h semanais, conforme custos de cargos e salários 2019, utilizada pela Fundação. Foi					



considerado o custo total do funcionário, contemplando a remuneração bruta + os encargos sociais + outros valores proporcionais ao tempo de execução do projeto.

Custo de Faturamento			
Impostos, tributos etc. incidentes	Alíquota (%)	Receita de incidência, em R\$*	Valor dos impostos, tributos, etc. em R\$
Imposto sobre serviços - ISS	5,00	-	-
Outros		-	-
<b>SUBTOTAL</b>			<b>0,00</b>

\*Receita de incidência será o TOTAL GERAL caso não haja situações de risco, e será o TOTAL GERAL COM DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS quando forem constatadas as situações de risco

<b>TOTAL FINAL</b>	<b>R\$ 575.000,00</b>
--------------------	-----------------------

# ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO – FADEX

## CAPÍTULO I

### **Da Denominação, Sigla, Forma de Instituição e Registro e Jurídico.**

Art. 1º A Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX), é personalidade jurídica própria de direito privado, sem fins lucrativos, e rege-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo Único. No texto deste Estatuto, a sigla FADEX e a expressão Fundação equivalem-se como denominação da entidade.

## CAPÍTULO II

### **Da Sede, da Instituição, da Autonomia e da Duração**

Art. 2º A FADEX tem sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 3º A FADEX é instituída conforme Escritura Pública, lavrada no 2º Tabelionato de Notas e Registros de imóveis, títulos e documentos e civil de Pessoas Jurídicas – 3ª Circunscrição – Naila Bucar, Livro nº 220, fls. 032/032v e 033/033v em 18.07.2005, e alterações no Livro nº 227, fls. 039/039v em 29.11.2005; Livro nº 228, fls. 047/047v em 14.12.2005; Livro nº 260, fls. 041/041v em 15.08.2007; Livro nº 317, fls. 074/074v e 075 em 12.11.2009; e Livro nº 379, fls. 111/111v em 18.01.2012.

Art. 4º A Fundação gozará de autonomia financeira, administrativa, contábil e jurídica, nos termos da lei, deste Estatuto e do seu Regimento Interno.

Art. 5º É indeterminado o prazo de duração da FADEX.

## CAPÍTULO III

### **Dos Objetivos**

Art. 6º Constituem objetivos da FADEX:





I- Dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação de interesse da Universidade Federal do Piauí, de outras Instituições de Ensino Superior, ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, servindo-lhes de fundação de apoio conforme disposto na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 e seus regulamentos;

II- Realizar a captação, gestão e a aplicação das receitas próprias da ICT a serem aplicadas em seus objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação nos limites estabelecidos no instrumento jurídico específico.

III- Gerir administrativa e financeiramente os projetos mencionados no inciso I, apoiando na execução, difusão e captação de recursos para os projetos.

IV- Além das instituições mencionadas no inciso I, a FADEX poderá servir de fundação de apoio a parques e polos tecnológicos, incubadoras de empresas/projetos, associações e a empresas criadas com participação de ICT pública, vinculada ou que possua acordo com a FADEX.

V- Apoiar as ações que visem promover e dar eficiência às atividades desenvolvidas em Hospital Universitário-HU, Hospital Veterinário Universitário-HVU, em laboratórios de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, em rádios e TV's universitárias e em Programas de capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo da UFPI, para garantir maiores níveis de produtividade.

VI- Fomentar, desenvolver e divulgar a Cultura, em seus variados conceitos e manifestações, em parceria com a UFPI ou outras entidades públicas ou privadas;

VII – Desenvolver ações e atividades, em parceria com a UFPI ou outras entidades públicas ou privadas, que promovam a preservação ambiental, interligando legislação ambiental, ética e educação;

VIII- Desenvolver ações e atividades que visem captar recursos e realizar parcerias com a iniciativa privada e entidades da administração pública Municipal, Estadual e Federal, agências financiadoras oficiais, ICT's e entidades congêneres, nacionais ou internacionais, a fim de alcançar os objetivos da FADEX;

IX- Prestar suporte técnico-científico e administrativo, em parceria com a UFPI, ICT's, ou outras entidades públicas ou privadas, mediante contrapartida financeira ou não financeira, aos entes federados e suas entidades vinculadas, instituições públicas ou privadas, do terceiro setor, nacionais ou estrangeiras, promovendo e realizando estudos, assessoria, seleções, consultoria, auditoria, asseguarção, gerenciamento e execução de projetos ligados a todas as áreas do conhecimento;



X – Promover a cooperação e interação entre os entes públicos, setor público e privado, entre empresas e academia, instituições de ensino e pesquisa, agências nacionais e internacionais de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, nos seus diversos níveis, com fins de alcançar autonomia e capacitação tecnológica, e aumentar o intercâmbio do conhecimento e sua aplicação para o desenvolvimento econômico, social e sustentável local, regional e nacional;

XI- Apoiar e incentivar à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia e de inovação nas IES, ICT's e no setor produtivo, a fim de garantir a competitividade das empresas nos mercados nacional e internacional;

XII- Cooperar com outras instituições da sociedade, na sua área de competência, desde que compatíveis com os objetivos da Fadex.

Art. 6-A A FADEX, na consecução de seus objetivos poderá:

I- Firmar contratos, convênios, ajustes, acordos e congêneres, por prazo determinado, mediante contrapartida financeira ou não financeira, bem como articular-se com órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras e, em especial, com a UFPI, podendo atuar também por iniciativa própria através de captação direta;

II- Conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação a servidor, militar, empregado da ICT pública e a estudante de curso técnico, de graduação ou de pós-graduação envolvidos na execução das atividades conjuntas de projetos institucionais, de pesquisa científica e tecnológica e de inovação;

III- conceder bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, em ICTs, e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;

III- Estabelecer procedimentos simplificados para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação e buscar atrair novos instrumentos de fomento e de crédito, mantendo permanente atualização e aperfeiçoamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Patrimônio e Das Receitas**

Art. 7º O patrimônio original da FADEX é constituído pela quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado em moeda corrente.



Art. 8º Constituem, ainda, patrimônio da FADEX:

I – Doações, legados, subvenções, auxílios, repasses, transferências, contribuições, empréstimos, pagamentos e quaisquer outras entradas em sua contabilidade que venham a ser efetuadas por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que forem atribuídas à FADEX;

II – As doações orçamentárias a ela consignadas no orçamento da União, do Estado ou dos municípios, em cada ano;

III – Dividendos, royalties, juros e ganhos financeiros advindos de atividades e projetos apoiados pela FADEX e as rendas resultantes de prestação de serviços, dos direitos adquiridos e de outras atividades de qualquer natureza;

IV – As rendas de aplicações de bens e valores patrimoniais próprios ou adquiridos com recursos próprios.

Art. 9º. Os bens, direitos e rendas obtidos pela FADEX só poderão ser utilizados na realização dos objetivos da Fundação, permitida, porém, sua vinculação, arrendamento, aluguel ou alienação, observadas as exigências legais e as deste Estatuto.

Art. 10. O patrimônio e/ ou renda obtidos pela Fundação não poderão ser distribuídos a título de lucro ou participação no resultado, por qualquer forma, aos seus dirigentes, devendo ser revertidos no cumprimento de seus objetivos estatutários e aplicados integralmente no País.

Art. 11. Extinta a FADEX, seu patrimônio será incorporado ao da Universidade Federal do Piauí, ou destinados em favor de outra Fundação que tenha igual ou semelhante finalidade.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Estrutura Orgânica**

#### **Seção I**

#### **Dos Órgãos de Deliberação e Administração**

Art. 12. São órgãos da FADEX:

I – o Conselho Curador;

II – a Superintendência.





## Seção II

### Do Conselho Curador

Art. 13. O Conselho Curador, órgão máximo normativo, deliberativo e de controle da administração da FADEX, é presidido pelo Reitor da UFPI, que é seu membro nato, e composto por mais 08 (oito) conselheiros titulares e 08 (oito) conselheiros suplentes, sendo 06 (seis) conselheiros escolhidos entre servidores docentes e técnico-administrativos, ativos ou inativos, 01 (um) conselheiro representante do corpo discente e 01 (um) membro proveniente de entidades científicas, empresarias ou profissionais, sem vínculo com a instituição apoiada.

§ 1º Os conselheiros titulares e os respectivos suplentes, que exercerão seus cargos a título honorífico, serão eleitos pelo Conselho Universitário da UFPI, podendo um deles ser escolhido pelo Conselho Curador da FADEX.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Curador será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º Os conselheiros suplentes substituirão os conselheiros titulares em suas faltas ou impedimentos eventuais.

§ 4º Os membros do Conselho Curador não poderão ser remunerados pelo exercício dessas atividades, sendo permitido aos servidores da instituição apoiada, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, ocuparem tais cargos, desde que autorizados pela instituição apoiada.

Art. 14. Compete ao Conselho Curador:

I – Discutir e deliberar sobre o orçamento e o plano de trabalho da Fundação para cada exercício financeiro;

II – Debater e decidir sobre a estrutura administrativa da FADEX; sobre o plano de cargos e salários, vantagens e regime disciplinar do pessoal técnico e administrativo em exercício na Fundação;

III – Expedir normas de interesse da Fundação, na esfera de sua competência;

IV – Exercer o controle interno do funcionamento da Fundação, podendo, para isso, proceder ao exame de livros, papéis, escrituração contábil e administrativa, estado do caixa e valores em depósito e às demais providências julgadas necessárias;

V – Contratar, se necessário ou conveniente, pessoa física ou jurídica, de reconhecida idoneidade, para assessorá-lo no exercício da função fiscalizadora que lhe é inerente;

VI – Adotar medidas corretivas sobre qualquer irregularidade verificada no funcionamento da FADEX;





VII – Modificar o orçamento anual e o plano de trabalho, em atendimento a proposição do Superintendente;

VIII – Deliberar sobre o relatório anual de gestão da Fundação, até 30 (trinta) dias após a sua apresentação, e encaminhá-lo para ratificação pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada;

IX – Deliberar sobre a prestação de contas anual da Fundação, até 30 dias após a sua apresentação;

X – Eleger o Vice-Presidente do Conselho e o Superintendente da Fundação, não podendo este ser membro do Conselho Curador e devendo ser, obrigatoriamente, professor ativo da UFPI.

XI - Propor e deliberar sobre alterações deste Estatuto, em concordância com a legislação em vigor, com posterior apreciação do Ministério Público Estadual, através de sua Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social;

XII - Elaborar as normas internas para o funcionamento do órgão, especialmente as que disponham sobre quantidade de reuniões ordinárias e extraordinárias, modo de convocação e de substituição dos membros do Conselho.

XIII – Autorizar doações e patrocínios por parte da FADEX.

Art. 15. O Conselho Curador reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§ 2º Nas sessões, o Presidente terá apenas o voto de qualidade.

§ 3º De cada reunião será lavrada ata, a ser lida e apreciada na reunião seguinte.

Art. 16. A falta não-justificada a 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas no decorrer de 12 (doze) meses seguidos importará na perda automática da condição de membro do Conselho.

Parágrafo Único. Na hipótese do *caput*, o Presidente do Conselho Curador dará ciência do fato ao Conselho Universitário e designará o seu suplente para completar o mandato.





### Seção III

#### Da Superintendência

Art. 17. A Superintendência é o órgão executivo e administrativo da Fundação e será exercida por um Superintendente.

§ 1º. A estrutura administrativa da Superintendência será aprovada pelo Conselho Curador, mediante proposta de seu titular.

§ 2º O Superintendente poderá ser remunerado pelo desempenho dessa atividade, sendo permitido o exercício da Superintendência por servidor da instituição apoiada, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, desde que autorizado pela instituição apoiada.

§ 3º O mandato do Superintendente será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 4º Em suas faltas e impedimentos eventuais o Superintendente será substituído pelo Diretor Executivo.

§ 5º Ocorrendo vacância do cargo de Superintendente, os Conselheiros elegerão outro, no prazo máximo de 30 dias, para completar o respectivo mandato.

Art. 18. O cargo de Superintendente será provido conforme disposto no artigo 14.

Art. 19. Compete ao Superintendente:

I – Representar a Fundação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dela;

II – Administrar a Fundação, com observância das resoluções do Conselho Curador, praticando os atos necessários à supervisão dos serviços do patrimônio e baixando ordens de serviço;

III – Preparar e submeter à apreciação do Conselho Curador:

a) até o dia 31 de dezembro de cada ano, a proposta orçamentária e o plano de trabalho para o ano seguinte;

b) até o dia 30 de junho de cada ano, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro passado;

c) proposta de alteração orçamentária, no decorrer do exercício, devidamente fundamentada;

d) proposição de outros assuntos sujeitos à deliberação do Conselho Curador;



e) respostas a pedidos de informação por ele solicitada.

IV – Solicitar ao Presidente do Conselho Curador sessão extraordinária do órgão;

V – Praticar todos os atos concernentes de administração do pessoal técnico e administrativo da Fundação.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Regime Financeiro e sua Fiscalização**

Art. 20. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 21. O orçamento da Fundação será uno, anual e compreenderá todas as receitas e despesas da instituição, compondo-se de:

I – Estimativa da receita; e,

II – Fixação das despesas.

Art. 22. A prestação anual de contas da Fundação conterá, entre outros, os seguintes elementos:

I – Balanço patrimonial;

II – Demonstrativo dos resultados apurados;

III – Demonstração do resultado do exercício;

IV – Demonstração da origem e aplicação dos recursos;

V – Notas explicativas das demonstrações financeiras;

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Pessoal Técnico e Administrativo**

Art. 23. O quadro permanente do pessoal técnico-administrativo da FADEX será provido por processo seletivo, cujas normas serão aprovadas pelo Conselho Curador.

Art. 24. Os direitos e deveres do pessoal técnico e administrativo da Fundação serão regulados pela legislação do trabalho, complementada pelas normas internas da Fundação.





Art. 25. Na execução dos programas e/ ou projetos poderá ser contratado, complementarmente, pessoal não integrante dos quadros da Fundação, observadas as normas estatutárias e trabalhistas e o disposto no artigo 6º e seus parágrafos, do Decreto nº 7.423, de 31.12.2010 e no artigo 4º da Lei nº 8.958, de 20.12.1994.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 26. Receberá o diploma de "Benemérito" da Fundação a pessoa física ou jurídica que, por seus altos serviços ou atos de benemerência, assim for julgada e aprovada merecedora pelo Conselho Curador.

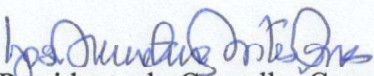
Art. 27. O Conselho Curador poderá propor alteração do presente estatuto, pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante indicação do Superintendente ou de qualquer de seus membros, com posterior apreciação do Ministério Público Estadual, através de sua Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social.

Art. 28. Ao órgão competente do Ministério Público, através do Curador das Fundações, é assegurado assistir as reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, com direito de discutir as matérias em pauta.

Art. 29. A Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social pode determinar, quando necessário, auditoria ou inspetoria na FADEX, por empresa independente, cujos os serviços serão pagos pela Fundação, independente de autorização judicial.

Art. 30. O presente Estatuto entrará em vigor após aprovação do Ministério Público Estadual, através de sua Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social e inscrição no Registro Público.

Alteração do Estatuto aprovada pelo Conselho Curador, na 42ª Reunião Ordinária, em 24.05.2016.

  
Presidente do Conselho Curador





Art. 2º As edificações a construir constituir-se-ão de Unidades Habitacionais (UH) no padrão da Diretoria de Obras Militares (DOM), compreendendo todos os projetos básicos de engenharia, inclusive de infraestrutura, especificações técnicas e orçamento, conforme dispostos no edital de concorrência.

Art. 3º As edificações acima citadas deverão ser realizadas de acordo com o Plano de Aplicação de Recursos (PAR), aprovado pela DOM, independentemente do Plano Básico de Construção (PBC).

Art. 4º Para a execução e o acompanhamento das referidas edificações, a Seção Regional de Obras (SRO/3) deverá indicar ao Comando do 4º Gpt E 1 (um) oficial técnico, a fim de compor a comissão especial de licitação, bem como para realizar a fiscalização do contrato.

Art. 5º Na abertura do processo de alienação do imóvel, o laudo de avaliação deve, obrigatoriamente, estar homologado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o prazo de validade da avaliação, contado a partir da data de sua realização, será de 12 (doze) meses, conforme o inciso VII do art. 24 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterado pelo art. 19 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015 e os incisos I e II do art. 28 da Instrução Normativa nº 1/SPU, de 2 de dezembro de 2014.

Art. 6º Delegar competência ao Comandante do 4º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art. 1º desta Portaria, bem como para a assinatura do respectivo contrato. Uma vez ultimado o processo alienatório do imóvel, encaminhar cópia do referido instrumento à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul para fins de controle e atualização do SPIUNet.

Art. 7º Designar o DEC como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 8º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação e pelo período de 5 (cinco) anos.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÓAS

#### PORTARIA Nº 861, DE 21 DE JULHO DE 2017

Autoriza a alienação de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando do Exército, mediante permuta por edificações a construir, delega competência para representação nos atos pertinentes e dá outras providências.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o inciso I do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970, a Portaria nº 217/SPU, de 16 de agosto de 2013, e o que facultam os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e os arts. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército, e considerando que:

a. o Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREX), e o Plano Básico de Construção do Exército (PBC) preveem diversas gestões de interesse do Exército, referentes ao patrimônio imobiliário sob sua administração, dentre elas a necessidade de aquisição e construção de imóveis (quartéis, próprios nacionais residenciais, e outros), de interesse da Força Terrestre nas diversas unidades da federação;

b. para a consecução dessas gestões, poderá disponibilizar de bens imóveis ou frações sob sua jurisdição que não mais atendam suas necessidades precípuas, objetivando aliená-los na modalidade de permuta por edificações a construir, mediante concorrência pública;

c. o bem imóvel objeto de permuta poderá ser alienado por não mais atender suas necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército, não lhe acarretando prejuízos de natureza patrimonial, qualificando-o plenamente para o fim alienatório almejado, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação do bem imóvel próprio nacional cadastrado com RS 03-0138, com área total de 1.333,28 m² (um mil, trezentos e trinta e três vírgula vinte e oito metros quadrados), situado na Av. João Pessoa, nº 567, Bairro Cidade Baixa, no município de Porto Alegre-RS, registrado em 12 de julho de 2013, sob o nº 142.184, no Livro nº 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca de Porto Alegre, sob a responsabilidade administrativa da 3ª Região Militar, avaliado em R\$ 7.930.000,00 (sete milhões, novecentos e trinta mil reais), mediante permuta por edificações a construir de mesmo valor, em área a ser definida pelo Comandante do 4º Grupamento de Engenharia (4º Gpt E).

Art. 2º As edificações a construir constituir-se-ão de Unidades Habitacionais (UH), no padrão da Diretoria de Obras Militares (DOM), compreendendo todos os projetos básicos de engenharia, inclusive de infraestrutura, especificações técnicas e orçamento, conforme dispostos no edital de concorrência.

Art. 3º As edificações acima citadas deverão ser realizadas de acordo com o Plano de Aplicação de Recursos (PAR), aprovado pela DOM, independentemente do Plano Básico de Construção (PBC).

Art. 4º Para a execução e o acompanhamento das referidas edificações, a Seção Regional de Obras (SRO/3) deverá indicar ao Comando do 4º Gpt E um oficial técnico, a fim de compor a comissão especial de licitação, bem como para realizar a fiscalização do contrato.

Art. 5º Na abertura do processo de alienação do imóvel, o laudo de avaliação deve, obrigatoriamente, estar homologado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o prazo de validade da avaliação, contado a partir da data de sua realização, será de 12 (doze) meses, conforme o inciso VII do art. 24 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 (alterado pelo art. 19 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015) e os incisos I e II do art. 28 da Instrução Normativa nº 1/SPU, de 2 de dezembro de 2014.

Art. 6º Delegar competência ao Comandante do 4º Gpt E para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art. 1º desta Portaria, bem como para a assinatura do respectivo contrato. Uma vez ultimado o processo alienatório do imóvel, encaminhar cópia do referido instrumento à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul, para fins de controle e atualização do SPIUNet.

Art. 7º Designar o DEC como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 8º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação e pelo período de 5 (cinco) anos.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÓAS

### Ministério da Educação

#### COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

##### PORTARIA Nº 146, DE 24 DE JULHO DE 2017

Altera o Regimento Interno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto aprovado por meio do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Os artigos 3º, 31, 33 e 34 do Anexo I da Portaria nº 105, de 25 de maio de 2017, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º A CAPES tem a seguinte estrutura organizacional:

... II - órgãos seccionais:

... c) Diretoria de Gestão:

... 3.1.2.1. Serviço de Transporte (STR);

... 3.2.1. Serviço de Protocolo e Expedição (SPE)

... III - órgãos específicos singulares:

... a) Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

... 1.1. Coordenação de Apoio Institucional à Pós-Graduação (CPG);

... Art. 31. Ao Serviço de Transporte compete:

... Art. 33. Ao Serviço de Protocolo e Expedição compete:

... Art. 34. Ao Assistente de Tratamento da Informação incumbem:

... Art. 2º O Item 3.4.2 da alínea c do inciso II do artigo 3º passa a vigorar com a numeração 3.4.

Art. 3º Ficam revogados:

... o item 3.2.1.1 da alínea c do inciso II do artigo 3º;

... a Portaria nº 110, de 2 de junho de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

#### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

##### PORTARIAS Nº 609, DE 24 DE JULHO DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.002885/2017-25, resolve:

Art. 1º, Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 042/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Saúde Coletiva, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Aline Priscila Batista e Ana Maria Sampaio Rocha. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

JOSÉ DA SILVA GOMES

Em exercício

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 42, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 7º da Medida Provisória nº 785, de 06 de julho de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo dos credenciamentos vigentes de fundação de apoio para atuar perante instituições federais de ensino e pesquisa, no âmbito da Lei nº 8.958/1994, de 02 (dois) anos para 05 (cinco) anos, contados a partir da publicação do respectivo ato.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 43, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 21 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUN-CATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10, para atuar como fundação de apoio ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, processo nº 23000.020344/2017-97.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 44, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 21 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUN-CATE, CNPJ nº 51.619.104/0001-10 para atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, processo nº 23000.023953/2017-06.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 45, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 21 de junho de 2017, resolvem:

Art. 1º. Fica credenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação de Apoio Universitário - FAU, CNPJ nº 21.238.738/0001-61, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Uberlândia - UFU processo nº 23000.024393/2017-07.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE

JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE

##### PORTARIA CONJUNTA Nº 46, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº

município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, no sentido de revogar a Portaria SERES nº 302/2021, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância, a ser oferecido pelo Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba (Uni Santa Cruz), com sede na Rua Affife Mansur, nº 565, bairro Novo Mundo, no município de Curitiba, no estado do Paraná. Voto, ainda, considerando a autonomia do Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba (Uni Santa Cruz) para abertura de cursos superiores, no sentido de manter, definitivamente, os efeitos da Portaria MEC nº 370/2018, bem como da Portaria MEC nº 1.010/2019, no que se refere à autorização do curso superior de Pedagogia, licenciatura, na modalidade a distância Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000382/2021-08 Parecer: CNE/CES 385/2021 Relator: Anderson Luiz Bezerra da Silveira Interessada: Edna Lucia Ricardino Ferreira - Curitiba/PR Assunto: Convalidação de estudos realizados curso superior de Pedagogia, licenciatura, concluído no Centro Universitário Opet (UnioPET), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Edna Lucia Ricardino Ferreira, no curso superior de Pedagogia, no período de 2018 a 2020, ministrado pelo Centro Universitário Opet (UnioPET), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná, conferindo validade ao seu diploma de licenciatura em Pedagogia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000897/2020-19 Parecer: CNE/CES 386/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessados: Murilo de Almeida Pereira e Ramon Rodrigues Cotinguiba - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que indeferiu o pedido de revalidação dos diplomas do curso superior de Medicina, obtidos por Murilo de Almeida Pereira e Ramon Rodrigues Cotinguiba, na Universidade de Buenos Aires (UBA), na cidade de Buenos Aires, na Argentina Voto do Relator: Conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão

ANEXO  
AO PARECER CNE/CES Nº 381/2021

Ministério da Educação - MEC  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES  
Diretoria de Avaliação - DAV  
201ª Reunião do CTC-ES  
8 de dezembro de 2020

Seq.	Área de Avaliação	Código	Sigla IES	IES	UF	Região	Nome do Curso	Nível	CTC-ES
1	Linguística e Literatura	22011030001M5	UNILAB - Malês	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Malês	BA	Nordeste	Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África	ME	A

Legenda:  
ME - Mestrado Acadêmico  
A - Aprovado

#### SÚMULA DO PARECER CNE/CES 388/2021

Reunião ordinária dos dias 2, 3, 4 e 5 do mês de agosto/2021

#### CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201901512 Processo: 00732.001593/2020-19 Parecer: CNE/CES 388/2021 Relator: José Barroso Filho Interessado: Instituto Mauá de Pesquisa e Educação - ME - Brasília/DF Assunto: Cumprimento de decisão judicial. Credenciamento do Centro Universitário Mauá de Brasília (UNIMAUA), por transformação da Faculdade Mauá de Brasília (MAUADF), com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.235/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Mauá de Brasília (UNIMAUA), por transformação da Faculdade Mauá de Brasília (MAUADF), com sede no Setor D Sul, Rua 4 - C, nº 12, Taguatinga Sul, em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no referido Decreto Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (<http://portal.mec.gov.br/cne/>).

Brasília, 11 de agosto de 2021.  
PATRICIA FERNANDA LÁPA LOBO NOGUEIRA  
Secretária Executiva  
Substituta

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 84, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica recredenciada, pelo período de 05 (cinco) anos, a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX, CNPJ nº 07.501.328/0001-30, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Piauí - UFPI, conforme o Processo nº 23000.029833/2020-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA  
Secretário de Educação Superior

FÁBIO DONATO SOARES LAROTONDA  
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
Substituto

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 85, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, CNPJ nº 74.704.008/0001-75, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, conforme o Processo nº 23000.000184/2021-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA  
Secretário de Educação Superior

FÁBIO DONATO SOARES LAROTONDA  
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
Substituto

da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que indeferiu os pedidos de revalidação dos diplomas de Medicina, obtidos por Murilo de Almeida Pereira e por Ramon Rodrigues Cotinguiba, emitidos pela Universidade de Buenos Aires (UBA), na cidade de Buenos Aires, na Argentina, na forma exigida pela Portaria Normativa MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, e nos termos da Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000339/2021-34 Parecer: CNE/CES 387/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Josiclenia Maria Ferreira - Brasília/DF Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, concluído na Faculdade Anhanguera de Brasília (FAB), com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Josiclenia Maria Ferreira, no curso superior de Direito, no período de 2016 a 2020, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Brasília (FAB), com sede em Brasília, no Distrito Federal, conferindo validade ao seu diploma de bacharel em Direito Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (<http://portal.mec.gov.br/cne/>).

Brasília, 11 de agosto de 2021.  
PATRICIA FERNANDA LÁPA LOBO NOGUEIRA  
Secretária Executiva  
Substituta

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 87, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências - FUNDAÇÃO PÁTRIA, CNPJ nº 71.558.068/0001-39, atuar como fundação de apoio à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, conforme o Processo nº 23000.009517/2021-01.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA  
Secretário de Educação Superior

FÁBIO DONATO SOARES LAROTONDA  
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
Substituto

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 88, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO, CNPJ nº 03.832.178/0001-97, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, conforme o Processo nº 23000.008319/2021-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA  
Secretário de Educação Superior

FÁBIO DONATO SOARES LAROTONDA  
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
Substituto

#### PORTARIA CONJUNTA Nº 89, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

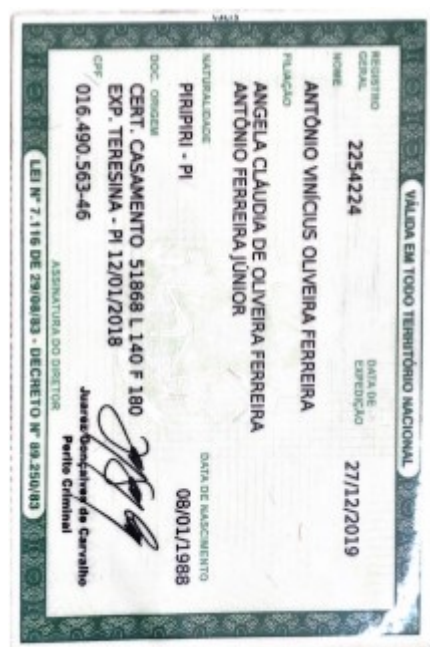
O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 01 (um) ano, para a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP, CNPJ nº 18.720.938/0001-41, atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, conforme o Processo nº 23000.013127/2021-27.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA  
Secretário de Educação Superior

FÁBIO DONATO SOARES LAROTONDA  
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
Substituto







## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 18/07/2005  
CNAE Primário: 8599-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

CNAE Secundário 1: 7210-0/00 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM  
CNAE Secundário 2: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E

#### Dados para Contato

CEP: 64.049-550  
Endereço: CAMPO CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELA, SN -  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone: (86) 32155931  
E-mail: adriana@fadex.org.br

#### Dados do Responsável Legal

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA

#### Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
E-mail: vinicius@gncapital.com.br

# Relatório de Credenciamento

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CNPJ: 06.517.387/0001-34  
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Data Abertura Empresa: 15/09/1971  
CEP: 64.049-550  
Endereço: CAMP UNIVERSITÁRIO, SN - ININGA  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone:  
E-mail:

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Número do Documento: 04758064894 Órgão Expedidor: DENATRAN  
Data de Expedição: 30/12/2019 Data de Nascimento: 08/01/1988  
Filiação Materna: ANGELA CLAUDIA DE OLIVEIRA FERREIRA  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 040.196.553-83  
Nome: ANA LUIZA CARVALHO MEDEIROS FERREIRA  
Carteira de Identidade: 06246844910 Órgão Expedidor: DENATRAN  
Data de Expedição: 14/02/2019

CEP: 64.014-058  
Endereço: AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 800 - APTO 201 - ILHOTAS  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone: (86) 99640123  
E-mail: vinicius@gncapital.com.br

## Linhas Fornecimento

### Serviços

43 - Estudos e Projetos Viabilidade Técnico - Econômica de Recursos Naturais  
841 - Consultoria e Assessoria - Recursos Humanos  
3859 - Treinamento na Área de Recursos Humanos  
5380 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo  
12785 - Serviço Educacional - Superior ( Graduação )  
12793 - Serviço Educacional - Pós - Graduação / Doutorado  
16730 - Meio Ambiente / Recursos Naturais Renováveis - Execução de Política Nacional  
16888 - Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio - Ambiente  
18511 - Consultoria e Assessoria - Recursos Hídricos  
18635 - Serviço Educacional - Curso Extensão  
22926 - Serviços de Conservação de Recursos Genéticos

# Relatório de Credenciamento

## Serviços

24996 - Serviços Acessórios e Complementares em Atividades de Administração, Recursos Humanos e Recursos Financeiros.

---





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2024  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	07/05/2024	Automática
FGTS	Validade:	16/12/2023	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	08/05/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/02/2024
Receita Municipal	Validade:	22/01/2024

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### ANEXO Vínculo com Serviço Público

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Vínculos:

---

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Lotação: COORD CURSO G ADMINISTRACAO/CCHL  
Cargo/Função na APF: PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Tipo de vínculo: Sócio/Admin e Responsavel Legal



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível V - Qualificação Técnica

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.**



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 05/12/2023 15:31:54

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX**  
CNPJ: **07.501.328/0001-30**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 05/12/2023 15:32:15

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI**  
CNPJ: **06.517.387/0001-34**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 016.490.563-46

LIMPAR

Data da consulta: 05/12/2023 15:32:46

Data da última atualização: 12/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 12/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DEFAHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA**

CPF/CNPJ: **016.490.563-46**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:32:29 do dia 05/12/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: NQUZ051223153229

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (05/12/2023 às 15:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 016.490.563-46.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 656F.6D15.3F9B.9237 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

**Data e hora da consulta:** 05/12/2023 15:36:00

**Usuário:** 05557427333

**Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN**

<b>CPF/CNPJ:</b>	<b>Título:</b>	<b>Situação</b>	<b>Total de Registros</b>	<b>0</b>
07501328	FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, EN	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
--------	--------	-----------------------

*\* Registros incluídos há até 30 dias.*

Data e hora da consulta: 05/12/2023 15:35:47

Usuário: 05557427333

### Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

<b>CPF/CNPJ:</b>	<b>Título:</b>	<b>Situação</b>	<b>Total de Registros</b>	<b>1</b>
06517387	Credor/Devedor não existente no Siafi	Inadimplente	Há até 30 dias:	0
			Há mais de 30 dias:	1

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
00662270	INMETRO	05/10/2022 14:11:00

\* Registros incluídos há até 30 dias.

**Data e hora da consulta:** 05/12/2023 15:35:31

**Usuário:** 05557427333

**Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN**

<b>CPF/CNPJ:</b>	<b>Título:</b>	<b>Situação</b>	<b>Total de Registros</b>	<b>0</b>
01649056346	ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão
--------	--------	-----------------------

*\* Registros incluídos há até 30 dias.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 304/2023 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 26 de Dezembro de 2023

*De Ordem. Ao Gabinete do Reitor,*

*Favor encaminhar processo eletrônico para apreciação prévia da Procuradoria Federal junto à UFPI, a minuta do **Contrato** (38/2023) entre a UFPI e a FADEX (fls. 53-57), respectivo **Plano de Trabalho** (fls. 58-73), e demais documentos, visando à prestação de serviços na execução do Projeto de Pesquisa **Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas**, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.*

*O Projeto, objeto do Contrato a ser celebrado, guarda consonância com o art. 1º, da Lei 8.958/94, tratando-se de **Projeto de Pesquisa** e por **prazo determinado**, a ser coordenado pela professora **Carmen Lúcia Silva Lima**.*

(Assinado digitalmente em 26/12/2023 12:09)  
LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA  
Matrícula: 1638726

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **c2456cb093**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 5414/2023 - GAB (11.00.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 26 de Dezembro de 2023**

A' PGF para análise

*(Assinado digitalmente em 26/12/2023 15:18)*  
CARMINDA LUZIA DA FONSECA REIS SILVA  
*Matrícula: 6422816*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **9787a4fca4**



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFPI**

**PROCESSO Nº. 23111.060871/2023-08**

**INTERESSADO:** CARMEN LUCIA SILVA LIMA

**ASSUNTO:** SOLICITA CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA, INTITULADO: "ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

**PARECER nº 320/2023 – PF-UFPI/PGF/AGU**

**EMENTA:** Minuta do Contrato Acadêmico nº 38/2023 entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI e a Fundação de Apoio e Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetivando a execução das ações do Projeto de Pesquisa “*Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas*”. (sic). **Possibilidade de Celebração**, desde que atendidas as observações expendidas, nos termos da legislação pertinente.

**Ref. Legislativa:**

Leis nº 8.666/93 e 8.958/94;

Acórdão 2.731/2008 – Plenário-TCU;

Decreto 7.423/2010;

Orientação Normativa nº 14-AGU

1. Chega a este Órgão de Execução da PGF, para análise e parecer, o processo em epígrafe, no qual consta Minuta do Contrato Acadêmico nº. 38/2023, a ser celebrado entre a **Universidade Federal do Piauí e a Fundação Cultural de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão – FADEX**, objetivando a execução das ações do Projeto de Pesquisa “*Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas*”, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, através da Resolução CEPEX/UFPI nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida “ad referendum”.

2. Para o que interessa à análise desta Procuradoria, o processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- a) Nova Ficha de Cadastramento de Projeto de Pesquisa Científico e/ou Tecnológico (fl. 2/3; 13/14);
- b) Despachos CCHL (fls. 4, 5, 6, 8, 9, 11
- c) Parecer Referente à Solicitação de Cadastro de Projeto de Pesquisa (fl. 7);
- d) Parecer referente ao processo 23111.060871/2023-08 (fl. 10);
- e) Despacho professora Carmen Lúcia Silva Lima (fl. 12);

- f) Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” (fls. 15/27);
- g) Plano de Trabalho do TED Nº 4/2023 (fls. 28/36; 80/88);
- h) Termo de Execução Descentralizada Nº 4, de novembro de 2023 (fls. 37/42; 74/79);
- i) Despachos CPESI/PROPESQI (fls. 44/44; 48);
- j) Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023 (fl. 49; 51);
- k) Minuta Contrato Acadêmico nº 38/2023, (fls. 53/57);
- l) Plano de Trabalho FADEX (fls. 58/73);
- m) Justificativa para contratação com dispensa de licitação (fl. 89/90);
- n) Proposta Institucional para Despesas Operacionais e Administrativas do Projeto (fls. 91/108);
- o) Documentos de constituição da FADEX (fls. 109/120);
- p) Certidões/declarações da FADEX (fls. 121/137);
- q) Despacho Nº 304/2023 CCC/PROPLAN (fls. 138);
- r) Encaminhamento à PGF (fl. 139).

### **É o relatório. Passa-se a opinar**

3. De início, vale ressaltar que as contratações realizadas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação, ressalvadas, apenas as hipóteses previstas em lei, conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 2º, da Lei 8.666/93.

4. Na situação em tela, o procedimento de dispensa de licitação encontra respaldo no art. 24, XIII da Lei 8.666/93 e no art. 1º da Lei 8.958/94, in verbis:

**Art. 24.** *É dispensável a licitação:*

**XIII** – *na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;*

.....

**Art. 1º.** *As Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, bem como as Instituições Científicas e Tecnológicas -ICTs, sobre as quais dispõe a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão realizar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos.*

5. No âmbito do objeto da Minuta do Contrato sob análise, consiste ele na contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, com a finalidade de dar apoio à execução das ações do Projeto de Pesquisa “**Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas**”, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas, de acordo com o Despacho nº 304/2023 – CCC/PROPLAN (fl. 138).

6. Verifico que o referido objeto guardaria consonância, em tese, com o art. 1º, da Lei 8.958/94, uma vez intitular-se projeto de ensino por prazo determinado, conforme manifestação da PROPLAN (fl. 138).

7. Todavia, é que a Lei nº 8.958/94, em seu art. 1º, ao autorizar a contratação de fundações de apoio para apoiar a execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, não apresenta conceito para projeto de qualquer natureza. Na verdade, trata-se de conceito de ordem acadêmica, sendo viável recorrer às disposições normativas presentes em cada IES. Não é por outra razão que nas manifestações emitidas pela Procuradoria Federal junto à UFPI fica consignado que compete à área técnica a definição de projeto de ensino para fins de enquadramento no disposto em lei. Neste ponto, impende **a manifestação e seu enquadramento como tal pela Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), e/ou Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) e/ou Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ)**, conforme as disposições normativas da UFPI, devendo tal omissão ser suprida, assim como a denominação dos instrumentos necessários e pertinentes nos autos.

8. Nesse diapasão, cumpre também atender ao disposto no § 2º, do art. 6º, Decreto 7.423/2010 do citado decreto, pertinente à **aprovação pelos órgãos colegiados acadêmicos competentes** da instituição apoiada **dos respectivos projetos (ensino, pesquisa ou extensão), atendendo ao disposto no Dec. 7.423/2010 e às normas internas da UFPI. Consta nos autos a Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida ad referendum, que aprova o mencionado projeto (fl. 49), e, conforme alertado por meio do DESPACHO Nº 992/2023 - SECCON/GAB (fl. 52) há a necessidade de que o ato seja confirmado pelo colegiado competente posteriormente, para que tenha validade, por ter sido emitida ad referendum. Neste aspecto, ratificamos a apontada necessidade.**

9. Cabe registrar que a definição de projeto de ensino, bem como o respectivo enquadramento, conforme descrito na Lei 8.958/94, **é de inteira responsabilidade dos órgãos técnicos competentes**, uma vez que este órgão limita-se aos aspectos jurídicos formais

10. Acerca da vigência contratual, impende que sejam observados os termos da Orientação Normativa nº 39, da AGU: “**A VIGÊNCIA DOS CONTRATOS REGIDOS PELO ART. 57, CAPUT, DA LEI 8.666, DE 1993, PODE ULTRAPASSAR O EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE CELEBRADOS, DESDE QUE AS DESPESAS A ELES REFERENTES SEJAM INTEGRALMENTE EMPENHADAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO, PERMITINDO-SE, ASSIM, SUA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR**”. Deste modo, deve-se observar a redação da Cláusula oitava do contrato ao disposto na referida Orientação, bem como no artigo 68, §2º, do Decreto nº 93.872/86, o qual reza que:

**Art. 68 ( ...)**

*§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.*

11. Neste passo, cumpre que **o prazo de vigência contratual (cláusula sétima) observe ainda o prazo de execução do TED**, no qual a UFPI está obrigada a executá-lo e prestar contas.

12. Faz-se necessário atender às exigências do Decreto Nº 10.426/2020, mormente do seu inciso III, § 3º, do art. 16, **relativo a constar nos autos o Termo de Execução Descentralizada - TED e o Plano de Trabalho do TED, com todas as informações necessárias**, referente à forma de execução orçamentária descentralizada expressamente prevista no TED e as características da ação orçamentária constante do cadastro de ações, conforme transcrito a seguir:

Art. 16. A execução de programas, de projetos e de atividades será realizada nos termos estabelecidos no **TED, observado o plano de trabalho** e a classificação funcional programática.

§ 1º Caso seja expressamente previsto no TED, poderá haver subdescentralização entre a unidade descentralizada e outro órgão ou entidade da administração pública federal, hipótese em que a unidade responsável pela execução observará as regras estabelecidas no TED.

§ 2º Nas hipóteses de subdescentralização dos créditos orçamentários, a delegação de competência prevista no parágrafo único do art. 1º fica estendida às unidades responsáveis pela execução final dos créditos orçamentários descentralizados.

**§ 3º A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados será expressamente prevista no TED e observará as características da ação orçamentária constantes do cadastro de ações, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, e poderá ser:**

I - direta, por meio da utilização da força de trabalho da unidade descentralizada;

II - por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública; ou

**III - descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela [Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#).**

§ 4º Na execução descentralizada de que trata o inciso III do § 3º, a unidade descentralizada poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela [Lei nº 8.958, de 1994](#), observada a legislação aplicável a cada tipo de ajuste e mediante previsão expressa no TED.

§ 5º A contratação de particulares e a execução descentralizada de que tratam os § 3º e § 4º não descaracterizam a capacidade técnica da unidade descentralizada e não afasta a necessidade de observação dos atos normativos que tratam dos respectivos instrumentos jurídicos de contratação ou de execução descentralizada.

13. Somente após atendidas as providências recomendadas, mormente o envio aos órgãos competentes eventualmente interessados no ajuste (PREG, PREXC, PRPG, PROPLAN,

NINTEC, etc.), estarão os autos aptos ao prosseguimento da regular tramitação visando a finalização do ajuste.

14. Caracterizando a hipótese de dispensa, cumpre atender os requisitos do art. 26 e seu parágrafo único, da Lei 8666/93, naquilo que for cabível, com a necessária justificativa e posterior necessidade de ratificação da dispensa pela autoridade superior da instituição, e respectiva publicação do ato e do contrato na imprensa oficial, no prazo de cinco dias.

15. Ressalto acerca da necessidade de fiel observância aos termos da citada lei, bem como ao Decreto nº 7.423/10, durante a execução do respectivo contrato, especialmente seu art. 13, inciso III.

16. No que se refere à participação de servidores no projeto em questão, cumpre sejam atendidos os contornos do art. 4º, da lei 8.958/94, pelo qual a participação dos mesmos é admitida, desde que não implique prejuízos de suas atribuições funcionais. Neste ponto, cumpre destacar a necessidade de observância do projeto ao § 3º e seguintes do art. 6º do Decreto nº 7.423/10. Consigna-se, ainda, que, caso haja a concessão de bolsas aos docentes, somente será possível se a sua atuação/participação no projeto não constituir atividade regular do magistério, sendo a observância de tal condição de inteira responsabilidade da autoridade competente da Universidade, devendo ainda atender, na soma com a remuneração do cargo e outras bolsas eventualmente recebidas no ambiente da Lei 8.958/94, ao teto do funcionalismo público, a teor do contido no § 4º, do art. 7º, do Decreto 7.423/2010.

17. Concernente **ao plano de trabalho**, cumpre asseverar que este deve satisfazer os requisitos assentes no § 1º, do art. 116, da Lei 8.666/93, bem como do art. 6º, § 1º, do novel Decreto nº 7.423/2010, mormente com o detalhamento dos recursos e pagamentos envolvidos, os servidores envolvidos, bem assim o respectivo projeto básico.

18. Em conformidade com o dispositivo supra, consta no processo, em **fls. 58/73**, o Plano de Trabalho, dispondo sobre o objeto, o período de execução, o valor previsto, o orçamento, a vigência do plano e seus signatários, nos moldes da legislação mencionada, **sendo necessário constar todas as obrigações previstas na citada norma, a serem complementadas, se necessário, sendo elas: a fonte dos recursos, as metas a serem atingidas e as etapas ou fases de execução do projeto.**

19. Ainda quanto ao plano de trabalho, tem-se por necessário o **projeto básico** (art. 6º, §1º, I), com o detalhamento e especificação do objeto, ou seja, de quais seriam as “ações educacionais” referidas, respectivos prazos, e correlação dos custos e valores do orçamento com cada uma delas

20. Acrescente-se ainda que o projeto, bem assim a minuta contratual ora sob análise, deverão observar os termos do citado Decreto nº 7.423/2010, especialmente o art. 6º e seus parágrafos, além do art. 9º, caput, §§1º, 2º e 11º.

21. Deve-se observar, ainda, o disposto no parágrafo segundo, do art. 9º do Decreto 7.423/2010, in verbis:

*Art. 9º Os instrumentos contratuais ou de colaboração celebrados nos termos do art. 8º devem conter:*



*I - clara descrição do projeto de ensino, pesquisa e extensão ou de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico a ser realizado;*  
*II - recursos envolvidos e adequada definição quanto à repartição de receitas e despesas oriundas dos projetos envolvidos; e*

*III - obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.*

*§ 1º O patrimônio, tangível ou intangível, da instituição apoiada utilizado nos projetos realizados nos termos do § 1º do art. 6º, incluindo laboratórios e salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e de escritório, nome e imagem da instituição, redes de tecnologia de informação, conhecimento e documentação acadêmicos gerados, deve ser considerado como recurso público na contabilização da contribuição de cada uma das partes na execução do contrato ou convênio.*

**§ 2º O uso de bens e serviços próprios da instituição apoiada deve ser adequadamente contabilizado para a execução de projetos com a participação de fundação de apoio e está condicionado ao estabelecimento de rotinas de justa retribuição e ressarcimento pela fundação de apoio, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.958, de 1994.**

*§ 3º Os contratos, convênios, acordos ou ajustes com objeto relacionado à inovação, pesquisa tecnológica e transferência de tecnologia devem prever mecanismos para promover a retribuição dos resultados gerados pela instituição apoiada, especialmente em termos de propriedade intelectual e royalties, de modo a proteger o patrimônio público de apropriação privada.*

*§ 4º A percepção dos resultados gerados em decorrência dos contratos referidos no § 3º deverá ser disciplinada nos instrumentos respectivos, não se limitando, necessariamente, no que tange à propriedade intelectual e royalties, ao prazo fixado para os projetos.*

22. Impende destacar também o contido no art. 11, do Decreto 7.423/2010, *in verbis*:

*Art. 11. A instituição apoiada deve incorporar aos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com base na Lei nº 8.958, de 1994, a previsão de prestação de contas por parte das fundações de apoio.*

*§ 1º A prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo à instituição apoiada zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto e respeitar a segregação de funções e responsabilidades entre fundação de apoio e instituição apoiada.*

*§ 2º A prestação de contas deverá ser instruída com os demonstrativos de receitas e despesas, cópia dos documentos fiscais da fundação de apoio, relação de pagamentos discriminando, no caso de pagamentos, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação.*

*§ 3º A instituição apoiada deverá elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos referidos no § 2º e demais*



*informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito.*

23. Ademais, no que se refere à transferência dos recursos previstos no Contrato, é mister destacar o entendimento do Acórdão nº 2.731/2008 – Plenário –TCU, exarado da seguinte forma:

*"9.1. firmar o entendimento de que a expressão "recursos públicos" a que se refere o art. 3º, caput, da Lei 8.958/1994 abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Instituições Federais de Ensino Superior, tais como: laboratórios, salas de aula; materiais de apoio e de escritório; nome e imagem da instituição; redes de tecnologia de informação; documentação acadêmica e demais itens de patrimônio tangível ou intangível das instituições de ensino utilizados em parcerias com fundações de apoio, sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional;*

*9.2. determinar ao ministério da educação que, no prazo de 180 dias a contar da ciência desta deliberação, institua ato normativo regulamentando o relacionamento das instituições Federais de Ensino superior com suas funções de apoio, de modo que as IFES adotem providências para o cumprimento das seguintes medidas:*

*9.2.15. exijam a criação de contas bancárias específicas, individualizadas por contrato/convênio, para a guarda e gerenciamento de recursos financeiros oriundos de quaisquer projetos estabelecidos com base na Lei 8.958/1994, quando não se tratar de recursos próprios da universidade, cujo recolhimento à conta única do Tesouro é obrigatória, bem como exijam rotina e contas contábeis também específicas para cada um desses instrumentos, incluindo a guarda discriminada de documentação e os registros em meio informatizado com acesso aberto, quando necessário e legalmente cabível, à IFES e seus setores de Auditoria interna e aos órgãos de controle interno e externo da Administração Pública;*

*9.2.22. não permitam o pagamento de quaisquer tipos de bolsas a servidores, por parte de fundações de apoio, que caracterizem contraprestações de serviços, como participação, nos projetos, de servidores de área-meio da universidade para desenvolver atividades de sua atribuição regular, mesmo que fora de seu horário de trabalho; participações de professores da IFES em curso de pós-graduação não gratuitos; e a participação de servidores em atividades de desenvolvimento, instalação ou manutenção de produtos ou serviços de apoio a áreas de infra-estrutura operacional da IFES, devendo tais atividades serem remuneradas, com a devida tributação, pela contratação de pessoas físicas ou jurídicas por parte das fundações de apoio ou, quando permitidos, pagamentos de*

*servidores por meio de instrumentos aplicados para a prestação de serviços extraordinários;*

*9.2.40. abstenham-se de celebrar contratos ou convênios com fundações de apoio que estabeleçam o procedimento de transferir à fundação a arrecadação de recursos provenientes de prestação de serviços a terceiros, ressalvados aqueles diretamente vinculados ao custeio de projetos específicos nos estritos limites das despesas correspondentes a tais projetos, aprovados previamente pela Ifes nos termos das resoluções internas que regem a matéria, por prazo determinado e dentro da finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da instituição federal contratante;”*

24. Desse modo, após o recolhimento à conta única, o recurso poderia ser repassado à fundação, conforme referido acórdão sedimentado do TCU, nos termos do último item acima.

25. Interpretando o Acórdão acima, o DEPCONSU/ PGF, através do PARECER.Nº.12/2013/CÂMARA PERMANENTE CONVÊNIOS/ DEPCONSU/ PGF/ AGU assim se posiciona, verbis:

*“Leitura isolada do acórdão em questão, sem o aprofundamento das questões levantadas no voto do ministro relator, pode gerar interpretação de que o posicionamento do TCU é no sentido de que todos os recursos, sem exceções, a serem utilizados em instrumentos celebrados entre IFES e fundações de apoio, devem ser arrecadados na conta única da respectiva IFE junto ao Tesouro Nacional. Porém, compreende-se que esta não é a melhor interpretação sistemática da decisão mencionada”.*

26. Para esclarecer a questão, convém destacar trecho específico sobre a temática, do Voto do Relator do Acórdão nº 2.731/2008, Ministro Aroldo Cedraz:

*“36. Note-se que a lei autoriza a fundação de apoio a executar convênios, contratos, acordos ou ajustes que envolvam até mesmo a aplicação de recursos públicos (art. 3º), devendo, por outro lado, prestar contas dos recursos aplicados (art. 3º, inciso II). A prestação de contas, por sua vez, exige a demonstração do nexo entre a origem e a aplicação dos recursos do projeto (assim como a evidenciação do aporte, em benefício do projeto, de eventuais rendimentos financeiros auferidos). ***Daí a necessidade elementar de que os recursos do projeto geridos pela fundação de apoio sejam movimentados em conta bancária específica. Não se exige, porém, que essa seja a conta única do Tesouro Nacional.***”*

27. Arrematando, destaca, ainda, o Parecer em referência:

*“31. Como se Observa, o relator distingue dois tipos de recursos afetos à relação entre IFES e fundações de apoio: a) vinculado à realização de um projeto de ensino, pesquisa, extensão ou*

*desenvolvimento institucional e b) outro que constitui receitas próprias da universidade. O primeiro é destinado às despesas previstas no projeto, não estando disponíveis para a IFES. Não é receita pública, mas despesa do projeto. Não precisa ser recolhido à conta única do tesouro. Já o segundo reflete receitas destinadas diretamente à universidade em decorrência do projeto, a exemplo do ressarcimento previsto no art. 6º da Lei nº 8.958/94. São receitas públicas, que devem ser recolhidas à conta única do tesouro Nacional.”*

28. De tais assertivas decorreu a CONCLUSÃO DEPCONSU/ PGF/ AGU Nº 46/2013, aprovada pelo Procurador – Geral Federal, nos seguintes termos:

*“CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 46/2013:*

*As receitas públicas devem ser, obrigatoriamente, recolhidas à conta única do Tesouro. As despesas do projeto, por sua vez, não são receitas públicas, e os recursos correspondentes, desde que devidamente consignados em plano de trabalho (no § 1º do art. 6º do Decreto nº 7.423/2010) podem ser depositadas diretamente em conta específica do projeto de titularidade da fundação de apoio”.*

29. Assim sendo, **devem-se direcionar para a conta única da UFPI os destinados a título de ressarcimento.**

30. No que tange à regularidade fiscal, ela deverá ser evidenciada desde a formação e preservada durante toda a execução contratual, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. **Cabe ao Administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões por ocasião da contratação e em eventuais prorrogações.**

31. Por fim, recomenda-se observar o disposto na Orientação Normativa AGU nº 14:

*“OS CONTRATOS FIRMADOS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO COM BASE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PREVISTA NO INC. XIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEVEM ESTAR DIRETAMENTE VINCULADOS A PROJETOS COM DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO E COM PRAZO DETERMINADO, SENDO VEDADAS A SUBCONTRATAÇÃO; A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS OU DE MANUTENÇÃO; E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES PERMANENTES DA INSTITUIÇÃO.”*

32. Outrossim, deve-se observar o item 9.2.36 do acórdão nº 2731/2008 do Tribunal de Contas da União:

*“Efetuem, gradativamente e em paralelo com as demais providências correlatas aqui determinadas, a inserção dos cursos de pós-graduação lato sensu, porventura oferecidos, em seus processos acadêmicos e administrativos regulares, sem a condução exclusiva*

*por fundações de apoio, uma vez que o Parecer CNE/CES 364/2002 considerou tais recursos como não-regulares apenas para fins de não-gratuidade, sendo mantidas as orientações da Resolução CNE/CES 1/2001 quanto ao acompanhamento e gestão pela IFES autorizada a ministrar e conduzir esses cursos.”*

33. Ressalta-se, por fim, a necessária observância ao cumprimento do Acórdão proferido pelo e. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos do processo 0002973-73.2009.4.01.4000, proposto pelo Ministério Público Federal para obstar a celebração de convênios ou acordos congêneres, entre a FUFPI e a FADEX, que tratassem, sem prévia licitação, de matérias não vinculadas diretamente à pesquisa e inovação tecnológica, sobre o qual foi exarado o **PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA AGU/PGF/PRF-1/LL07016**, nos seguintes termos:

*Em conclusão, deverá ser observada, nos contratos e acordos da Universidade, a obrigação de se abster de “celebrar contratos, convênios ou instrumentos jurídicos similares “cujo objeto resulte na transferência de recursos públicos federais para a realização de obras de engenharia, reformas, compra de material para atender as necessidades de caráter permanente da UFPI e a contratação de prestadores de serviços terceirizados para atender as necessidades de caráter permanente da UFPI.”*

34. No que tange ao orçamento do projeto (plano de trabalho), cumpre observar as disposições constantes do Acórdão nº 6.328/2018 do TCU, de relatoria da Ministra Ana Arraes, especialmente, no seguinte aspecto:

*RELATÓRIO DE AUDITORIA. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE DESPESAS COM RECURSOS REPASSADOS A FUNDAÇÃO DE APOIO. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE. AUDIÊNCIAS. INSUFICIÊNCIA DAS JUSTIFICATIVAS PARA DESCARACTERIZAR PARTE DAS OCORRÊNCIAS. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS QUE AUTORIZAM DISPENSAR A APLICAÇÃO DE MULTAS. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA SOBRE FALHAS FORMAIS.*

*9.1.2.2. detalhamento no plano de trabalho das despesas operacionais e administrativas da fundação de apoio que serão cobertas com recursos dos ajustes e demonstração da adequação dos custos envolvidos, **abstando-se de prever, para tanto, percentual fixo do total dos recursos envolvidos, a fim de cumprir as disposições dos arts. 11-A, incisos I e III e § 2º, do Decreto 6.170/2007 e 38, incisos I e III e § 4º, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 424/2016;***

35. Este aspecto também pode ser observado no Acórdão nº 5.668/2010-2ª Câmara, pelo seguinte trecho:

*9.6.4. **assegure-se, tanto na formulação quanto na execução de futuros ajustes firmados com fundações de apoio, que a remuneração seja fixada com base em critérios claramente definidos e nos seus custos operacionais efetivamente incorridos, ficando absolutamente vedada a inclusão de cláusulas que prevejam o pagamento de taxa de administração de qualquer tipo;***

36. Verifica-se que já há muito é pacífico no TCU o entendimento de que é vedada a remuneração da fundação de apoio com base no pagamento de taxa de administração (ou um percentual fixo sobre o montante de recursos gerenciados). Tem sido admitido, entretanto, que **o pagamento da remuneração se dê mediante o ressarcimento dos respectivos custos operacionais incorridos para a prestação do serviço, o que deverá ser observado no respectivo orçamento/plano de trabalho**. É dizer, a fundação deve declinar, de forma detalhada, qual o custo que ela terá para fazer a gestão do projeto.

37. Não obstante a finalidade à qual se destinam as Fundações de Apoio, constata-se que não consta dos autos, previamente à juntada da Minuta do Contrato Acadêmico nº 37/2023, como oportuno, qualquer manifestação ou justificativa referente às motivações para a escolha da FADEX como órgão responsável pela execução das **ações do Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”**.

38. Desse modo, alerta-se que a observância dos requisitos fixados pelos normativos legais, bem como das questões apontadas, que dependem de aferição técnica e/ou administrativo-operacional, escapa à competência desta Procuradoria, sendo de inteira responsabilidade da autoridade competente da Universidade, que deverá proceder às adequações, correções e/ou exclusões que porventura se fizerem necessárias.

39. Ao cabo do exposto, opino pela aprovação da minuta sob análise, com dispensa de licitação, conforme disposto no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93 e no art. 1º da Lei nº 8.958/94, desde que previamente atendidas as observações expendidas nos **itens 6 a 38** deste Parecer, **mormente itens 6 a 9, 11 a 13, 15, 18, 29, 30, 36 e 37**.

É o Parecer, que submeto à consideração desta Chefia.

Teresina, 27 de dezembro de 2023.

**FRANCISCO DE CASTRO MACÊDO**  
Procurador Federal – PF-UFPI

lflc



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
GABINETE PROCURADOR-CHEFE

**DESPACHO n. 246/2023/GAB/PFUFPI/PFFUFPI/PGF/AGU**

**NUP: 23111.060871/2023-25**

**INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI**

**ASSUNTOS: SOLICITA CADASTRO DE PROJETO DE PESQUISA, INTITULADO: "ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

1. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Reitor, com o **PARECER Nº 320/2023-PF-UFPI/PGF/AGU**, o qual aprovo no âmbito deste órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, nos termos do art. 8º da Portaria nº 1.399/09 – AGU.
2. Necessário ressaltar que a presente análise cinge-se exclusivamente à manifestação jurídica nela exposta, sem qualquer novo exame ou estudo dos autos processuais e da regularidade da instrução processual, cuja responsabilidade é do Procurador subscritor.

Teresina, 27 de dezembro de 2023.

**VIRGOLINO DA SILVA COELHO NETO**

Procurador-Chefe Adjunto da Procuradoria Federal junto à UFPI

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23111060871202325 e da chave de acesso b552f416

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 548/2023 - PGF-UFPI (11.00.07)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 27 de Dezembro de 2023**

De ordem do Procurador-Chefe Adjunto da Procuradoria Federal Junto à UFPI, ao Gabinete do Reitor, para os devidos fins!

*(Assinado digitalmente em 27/12/2023 16:45)*  
LINETE ASSUNCAO RIBEIRO DA COSTA  
*Matrícula: 423188*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **5e56782490**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
GABINETE DO REITOR**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550  
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;  
*Internet:* [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)



## **HOMOLOGAÇÃO**

HOMOLOGO a manifestação da Procuradoria-Geral Federal/UFPI, obedecendo às formalidades legais.

  
**GILDÁSIO GUEDES FERNANDES**  
**Reitor**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550  
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;  
*Internet:* [www.ufpi.br](http://www.ufpi.br)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 5432/2023 - GAB (11.00.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 27 de Dezembro de 2023**

De ordem, à CCC/PROPLAN com a homologação da manifestação da PGF/AGU-UFPI.

*(Assinado digitalmente em 27/12/2023 17:38)*

PRISCILA DE SOUZA LUZ

*Matrícula: 1509466*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **8d91ed9648**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

CONTRATO ACADÊMICO nº 38/2023, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetivando a execução das ações do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*.

CONTRATO SIASG Nº 625 /2023 - Processo UFPI nº 23111.060866/2023-46

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF sob o Nº 06.517.387/0001-34, com sede no Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada UFPI, neste ato, representada pelo Magnífico Reitor, Profº. Dr. GILDÁSIO GUEDES FERNANDES, brasileiro, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 150.629-SSP/PI e CPF nº 077.579.563-15, e a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob o nº 07.501.328/0001-30, sediada no Espaço Universitário/Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada FADEX, neste ato, representada pelo Superintendente, Profº. Dr. ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, casado, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 2.254.224 SSP/PI e CPF nº 016.490.563-46 e,

Considerando que a Fundação FADEX é a única entidade autorizada a apoiar a UFPI, nos projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade, especialmente no que concerne a gestão administrativa e financeira necessária à execução dos projetos;

Considerando a existência de requisitos legais e administrativos prévios para que a Fundação FADEX possa se relacionar com a Universidade Federal do Piauí nos termos da Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, Decreto nº 7.423 de 31 de dezembro de 2010 e alterações;

Considerando que a Fundação FADEX deverá cumprir no que couber, a Resolução CONSUN nº 055/11, de 09 de novembro de 2011, que regulamenta o seu relacionamento com a UFPI;

Considerando que a UFPI celebrou com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) o Termo de Execução Descentralizada nº 4, cujo objeto é a elaboração de estudos para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, envolvendo a elaboração de diagnósticos, relatórios de acompanhamento de casos, produções científicas e eventos de alto nível. O projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, através da Resolução CEPEX/UFPI nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida “ad referendum”;

RESOLVEM celebrar entre si este CONTRATO, com fulcro nos termos do inciso XIII do Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições que mutuamente instituem na forma seguinte:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

2. O apoio a ser prestado pela FADEX consiste na execução dos serviços, cujas especificações, condições, objetivos e metas constam no Plano de Trabalho, parte integrante do presente contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS/METAS E DURAÇÃO**

1. O projeto a que se refere este instrumento tem como objetivo geral analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível, tendo como objetivos específicos: Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas; Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI; Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas; Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI. O período para execução é de 36 (trinta e seis) meses.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES**

1. Compete a UFPI:

- a) Planejar, coordenar e executar em conjunto com a FADEX, as ações do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*, conforme Plano de Trabalho parte integrante deste instrumento;
- b) Transferir à FADEX recursos financeiros para conta específica, em banco oficial, do referido projeto, no valor total previsto de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED;
- c) Acompanhar, supervisionar e orientar através de relatórios emitidos pela Coordenação do Projeto referente às atividades desenvolvidas pela FADEX, com vistas ao atingimento do objeto pactuado na forma e prazos estabelecidos;
- d) Disponibilizar espaço físico e equipamentos para realização dos trabalhos e serviços a serem executados pela Contratada;
- e) Em casos necessários, por solicitação da FADEX, realizar as licitações, dispensas ou inexigibilidade para contratação de serviços e aquisição de bens, de acordo com a legislação federal, inclusive as disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/05 e Portaria Interministerial nº 217/06, relativas a licitações com o uso obrigatório do pregão eletrônico e contratos;
- f) Acompanhar a execução do objeto deste Contrato através da análise de relatório técnico da execução emitido pela coordenação e enviada à FADEX e relatório físico e financeiro emitidos pela FADEX discriminando e comprovando os recursos financeiros, pagamentos efetuados de acordo com as normas estabelecidas na legislação em vigor;
- g) Prestar contas dos recursos financeiros, integrando as contas anuais a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da Norma de Execução nº 004, de 22/12/2004, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

## 2. Compete a FADEX:

- a) Providenciar abertura de conta bancária específica, em agência de banco oficial para movimentar os recursos financeiros previstos no Projeto;
- b) Aplicar os recursos financeiros repassados pela UFPI, exclusivamente na execução das ações previstas no Projeto aprovado, comprovando o bom e regular emprego dos recursos captados, bem como dos resultados alcançados;
- c) Atuar em conjunto com a UFPI no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Contrato;
- d) Prestar à UFPI, sempre que solicitado, todas as informações necessárias para o alcance do objetivo acordado, informando quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se pela gerência contábil dos recursos captados, emitindo boletins mensais da movimentação de caixa, bem como apurar quaisquer atos de improbidade desta competência;
- f) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos financeiros recebidos, de acordo com o plano de aplicação e cronograma de dispêndio financeiro nele contido, consubstanciado no Projeto Pedagógico-Financeiro, ficando sob sua responsabilidade o pagamento de pessoal envolvido na execução do Projeto, assim como a aquisição de passagens, compra de material de consumo e pagamento de hospedagens e serviços de terceiros, inclusive encargos sociais decorrentes, despesas estas realizadas exclusivamente no objeto deste Contrato, sendo vedada a sua utilização em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência, com posteriores cobertura de seus dirigentes e prepostos ou sucessores, tudo de atribuição e obrigação direta da Coordenação do Projeto;
- g) Responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;
- h) Observar rigorosamente o disposto no decreto nº 8.241/14, que dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio e, no que for oportuno, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, relativos a Licitações e Contratos;
- i) Apresentar relatórios técnico e financeiro à UFPI, atestando a execução do projeto, discriminando os recursos recebidos, pagamentos efetuados e saldo existente, bem como o objetivo alcançado, apresentando inclusive relatório descritivo ao final da execução;
- j) Recolher, ao final da vigência do Contrato, à conta única da UFPI, os saldos financeiros eventualmente existentes;
- k) Prestar contas dos recursos recebidos e de eventuais rendimentos de aplicações financeiras, que deverão ser utilizados exclusivamente no objeto do Contrato;
- l) Transferir, de imediato, à UFPI, a posse e uso dos materiais de consumo adquiridos para execução do projeto referido na Cláusula Primeira;
- m) Recolher, mediante GRU à Conta Única da UFPI, quando couber, a remuneração financeira devida ao ressarcimento pelo uso de espaços físicos, bens e equipamentos da UFPI.

3. É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

1. Justifica-se a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí - FADEX, com base no inciso XIII, do artigo 24 da Lei 8.666/1993, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dar apoio ao referido Projeto.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA COORDENAÇÃO**

1. A UFPI indica para compor a Coordenação Geral projeto, a professora ***Carmen Lúcia Silva Lima***, sem prejuízo de suas atividades acadêmicas na Instituição e, em conformidade com a legislação vigente, a fim de desenvolver as atribuições relativas ao planejamento acadêmico, administrativo e financeiro do Projeto, objeto deste Contrato.
2. A indicação de nova Coordenação para o Projeto, caso se faça necessária, dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizada por ato da autoridade competente da UFPI, mediante justificativa e juntada da respectiva documentação aos autos do processo relativo ao presente contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

1. Nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 a fiscalização, acompanhamento, apoio e orientação na execução do contrato ficarão a cargo da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPESI) e da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQI), da UFPI.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

1. A vigência deste Contrato será até **31 de dezembro de 2026**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

1. Os recursos financeiros previstos neste Contrato, no valor total previsto de ***R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)***; correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; Nota de Crédito 2023NC800014, PTRES 225031, oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED.
2. Estes recursos financeiros serão transferidos pela UFPI à FADEX, na medida em que forem descentralizados pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), à UFPI, conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho do TED, e serão aplicados exclusivamente no objeto deste Contrato, conforme Projeto, vedada sua utilização em finalidades diversas da estabelecida, ainda que em caráter de emergência com posterior cobertura, sob pena de rescisão deste termo e responsabilização dos seus dirigentes e prepostos.

## **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

1. O valor global estimado do presente contrato é de ***R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)***; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas.
2. Do montante acima especificado, ***R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais)*** correspondem à execução do projeto, ***R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)*** correspondem ao pagamento da CONTRATADA pela prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira contratada, os quais representam as suas despesas operacionais (DOA) e o valor de ***R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)***, previstos a título de ressarcimento à UFPI pelo uso de seus espaços físicos, bens e equipamentos, tudo conforme orçamento e cronograma físico-financeiro contidos no plano de trabalho (ANEXO D).

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO**

1. Exercem a execução do presente Contrato a UFPI e a FADEX, sendo desta última às atribuições e obrigações da gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do projeto aplicação, inclusive dos recursos decorrentes de rendimento auferidos em aplicações financeiras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE**

1. Incumbirão à UFPI as providências, às suas expensas, quanto à publicação deste Contrato, em extrato no DOU, devendo fazê-lo nos termos do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1. A FADEX, gestora dos recursos financeiros, obriga-se a apresentação da prestação de contas final após encerramento da vigência do Contrato, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data deste encerramento. A Prestação de contas constará de:

- 1.1 Plano de Trabalho (Projeto Pedagógico-Financeiro);
- 1.2 Cópia deste Termo de Contrato, com indicação da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU);
- 1.3 Faturas, notas fiscais, recibos etc., comprobatórios das despesas efetuadas, emitidos em nome da FADEX, com identificação do número do Contrato ou Termo Aditivo originário, mantidos os arquivos na dependência da Contratante (FADEX), devidamente concentrados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, com início na data da aprovação da prestação de contas;
- 1.4 Comprovante de recebimento do saldo de recursos;
- 1.5 Extrato de conta bancária específica, desde o recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado;
- 1.6 Anexos necessários à consolidação da prestação de contas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

1. O presente instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da UFPI nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei nº 8.666/93. Poderá, ainda, o presente Contrato ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, ou judicialmente, nos termos da legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Piauí, para nele dirimir as dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela **UFPI**, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

2. E por estarem, assim, justas e contratadas, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, presentes e de tudo ciente.

Teresina (PI), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Gildásio Guedes Fernandes  
Reitor da **UFPI**

Antonio Vinicius Oliveira Ferreira  
Superintendente da **FADEX**

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DESPACHO Nº 316/2023 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 27 de Dezembro de 2023

À PRAD,

De ordem, segue os autos para adoção de providências **quanto ao SÍDEC** dos valores previstos no Contrato UFPI/FADEX 38/2023, na ordem de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**, oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

*(Assinado digitalmente em 27/12/2023 18:08)*  
LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA  
*Matrícula: 1638726*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **40c12a51d0**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**DESPACHO Nº 3295/2023 - PRAD (11.00.15)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 27 de Dezembro de 2023**

**À COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Sra. Coordenadora,

Trata o processo de contratação da FADEX para execução de projeto, com amparo legal no art. 24, XIII da Lei nº 8.666/93 e no art. 1º da Lei nº 8.958/94;

Considerando o exposto no PARECER n. 320/2023/PF-UFPI/PGF/AGU e presumindo-se da veracidade das informações prestadas pelo solicitante, bem como análises técnicas realizadas nas diversas unidades administrativas desta IFES e documentos acostados aos autos, encaminho o processo para as providências necessárias nos termos previstos no caput do Art. 26 da lei nº 8.666/93.

*(Assinado digitalmente em 27/12/2023 18:42)*

EVANGELINA DA SILVA SOUSA

PRO-REITOR(A)

Matrícula: 2630268

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **883e8f0229**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 1216/2023 - CCL/PRAD (11.00.15.10)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2023**

**À Equipe de Compras da CCL,**

Francisco Alexandro Silva dos Santos

Ao cumprimentá-lo, segue processo para atendimento do pleito conforme despacho Nº 3295 / 2023 - PRAD.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 09:28)*  
FLORA DANIELLE RIBEIRO GALVÃO DE SÁ  
PRESIDENTE  
Matrícula: 3212013

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **a2038d8b83**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2024  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	07/05/2024	Automática
FGTS	Validade:	04/01/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	08/05/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/02/2024
Receita Municipal	Validade:	22/01/2024

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### ANEXO Vínculo com Serviço Público

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Vínculos:

---

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Lotação: COORD CURSO G ADMINISTRACAO/CCHL  
Cargo/Função na APF: PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Tipo de vínculo: Sócio/Admin e Responsavel Legal



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório Nível V - Qualificação Técnica

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,  
EXTENSAO E INOVACAO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Não cadastrado

Nenhum registro de Qualificação Técnica encontrado para o fornecedor.



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 07.501.328/0001-30 DUNS®: 914713040  
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 06/08/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 18/07/2005  
CNAE Primário: 8599-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE  
CNAE Secundário 1: 7210-0/00 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM  
CNAE Secundário 2: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E

#### Dados para Contato

CEP: 64.049-550  
Endereço: CAMPO CAMPUS UNIVERSITARIO MINISTRO PETRONIO PORTELA, SN -  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone: (86) 32155931  
E-mail: adriana@fadex.org.br

#### Dados do Responsável Legal

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA

#### Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
E-mail: vinicius@gncapital.com.br

# Relatório de Credenciamento

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CNPJ: 06.517.387/0001-34  
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Data Abertura Empresa: 15/09/1971  
CEP: 64.049-550  
Endereço: CAMP UNIVERSITÁRIO, SN - ININGA  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone:  
E-mail:

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 016.490.563-46  
Nome: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA  
Número do Documento: 04758064894 Órgão Expedidor: DENATRAN  
Data de Expedição: 30/12/2019 Data de Nascimento: 08/01/1988  
Filiação Materna: ANGELA CLAUDIA DE OLIVEIRA FERREIRA  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 040.196.553-83  
Nome: ANA LUIZA CARVALHO MEDEIROS FERREIRA  
Carteira de Identidade: 06246844910 Órgão Expedidor: DENATRAN  
Data de Expedição: 14/02/2019

CEP: 64.014-058  
Endereço: AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 800 - APTO 201 - ILHOTAS  
Município / UF: Teresina / Piauí  
Telefone: (86) 99640123  
E-mail: vinicius@gncapital.com.br

## Linhas Fornecimento

### Serviços

43 - Estudos e Projetos Viabilidade Técnico - Econômica de Recursos Naturais  
841 - Consultoria e Assessoria - Recursos Humanos  
3859 - Treinamento na Área de Recursos Humanos  
5380 - Prestação de Serviços de Apoio Administrativo  
12785 - Serviço Educacional - Superior ( Graduação )  
12793 - Serviço Educacional - Pós - Graduação / Doutorado  
16730 - Meio Ambiente / Recursos Naturais Renováveis - Execução de Política Nacional  
16888 - Pesquisa e Estudo - Geográfico / Recursos Naturais / Meio -Ambiente  
18511 - Consultoria e Assessoria - Recursos Hídricos  
18635 - Serviço Educacional - Curso Extensão  
22926 - Serviços de Conservação de Recursos Genéticos

## Relatório de Credenciamento

### Serviços

24996 - Serviços Acessórios e Complementares em Atividades de Administração, Recursos Humanos e Recursos Financeiros.

---



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 28/12/2023 09:05:20

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX**  
CNPJ: **07.501.328/0001-30**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 28/12/2023 09:05:46

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI**  
CNPJ: **06.517.387/0001-34**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 01649056346

LIMPAR

Data da consulta: 28/12/2023 09:05:56

Data da última atualização: 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 12/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 12/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 12/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

DEFLIAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (28/12/2023 às 09:06) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 016.490.563-46.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 658D.64BE.8F13.4182 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA**

CPF/CNPJ: **016.490.563-46**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:06:35 do dia 28/12/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 8SJ7281223090635


Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nenhum registro ativo encontrado



Ministério da Fazenda



 [Início](#)

 Cadastro



## Consulta Contratante

CPF/CNPJ

07.501.328/0001-;

## Consultar

Limpar

**Processo N°: 23111.060871/2023-08**

<https://cadin.pgfn.gov.br/#/principal/consulta-contratante>



Olà, FRANCISCO ▶



Ministério da Fazenda

≡ Cadin

**F** Olá, FRANCISCO ▾

Início

Cadastro



Consulta Contratante

CPF/CNPJ

06.517.387/0001-3

Consultar

Limpar



Instituição	↕	CPF/CNPJ	↕	Nome	↕	Data de inclusão	↕
-------------	---	----------	---	------	---	------------------	---

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.	↕	06.517.387/0001-34	↕	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	↕	05/10/2022	↕
---	---	--------------------	---	--	---	------------	---

Exibir 10 ▾

1-1 de 1 itens

Página

1 ▾



Nenhum registro ativo encontrado



Ministério da Fazenda

Cadin

Início

Cadastro



Consulta Contratante

CPF/CNPJ

016.490.563-46

Consultar

Limpar



Olá, FRANCISCO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 923/2023 - CCL/PRAD (11.00.15.10)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2023

**DADOS DA COMPRA**

**Modalidade da Compra:** DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Favorecido:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO, CNPJ 07.501.328/0001-30.

**Objeto:** Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa **Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas**, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

**Valor:** R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

**À Diretoria Administrativa,**

Tendo em vista o disposto no Inciso XIII do art. 24 da Lei 8666/93, c/c art. 1º da Lei 8.958/94, solicitamos a V.Sa. ratificar a despesa que poderá ser por dispensa de licitação, conforme dados acima descritos.

FLORA DANIELLE RIBEIRO GALVÃO DE SÁ

Coordenadora de Compras e Licitações

**À Coordenadoria de Compras e Licitações,**

Face às razões acima expostas, e com base no artigo Inciso XIII do art. 24 da Lei 8666/93, c/c art. 1º da Lei 8.958/94, autorizo a dispensa de licitação e ratifico o ato supra, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93. Autorizo que sejam adotados os procedimentos para realização da Divulgação da Compra no Valor de: R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

ALBERTO DIAS FIGUEIREDO FILHO

Diretor Administrativo

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 11:56)*

ALBERTO DIAS FIGUEIRÊDO FILHO

DIRETOR

Matrícula: 3014006

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 12:06)*

FLORA DANIELLE RIBEIRO GALVÃO DE SÁ

PRESIDENTE

Matrícula: 3212013

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **ac6697c7f3**



Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Divulgação de Compras



## Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

## Alterar/Excluir Dispensa Eletrônica

28/12/2023 09:53:21



A Dispensa de Licitação foi incluída.

Órgão

26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

UASG Responsável

154048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

\* Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação ▼

\* Nº da Compra

00050

\* Ano da Compra

2023 ▼

\* Lei

Lei nº 8.666/1993 (Licitações e Contratos) ▼

\* Artigo

Art. 24º ▼

\* Inciso

XIII ▼

Percentual de enquadramento da instituição 10 %

\* Nº do Processo

23111060871202308

\* Valor Total da Compra (R\$)

5.750.000,00 ⓘ

\* Quantidade de Itens

1

Total de Itens Incluídos

0

\* Objeto

Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa "Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas", em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

500 Caracteres Disponíveis

\* Fundamento Legal

Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

85 Caracteres Disponíveis

\* Justificativa da Compra sem Licitação

Inciso XIII do Art. 24, Lei 8.666/1993, combinado com o art. 1º da Lei nº 8.958/1994, para dar apoio ao referido projeto.

3 Caracteres Disponíveis

Reconhecimento da Compra

\* Data do Reconhecimento

28/12/2023 ⓘ

\* CPF do Responsável

054.937.883-90 ⓘ

\* Nome

FLORA DANIELLE RIBEIRO GALVAO DE SA

\* Função

Coordenadora de Compras e L

Ratificação da Compra

Data da Ratificação

28/12/2023 ⓘ

CPF do Responsável

047.087.403-10 ⓘ

Nome

ALBERTO DIAS FIGUEIREDO FILHO

Função

Diretor Administrativo

Publicação da Compra

Data da Publicação

29/12/2023 ⓘ

CPF do Responsável

Nome

Função

Solução SERPRO

Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Divulgação de Compras



## Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

## Alterar Item da Dispensa

28/12/2023 09:54:22



O Item de Dispensa foi alterado.

Órgão

26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

UASG Responsável

154048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00050/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

XIII

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Quantidade de Itens

Total de Itens Incluídos

1

1

Item

Pesquisa Catálogo

Nº do Item \* Tipo de Item \* Código do Item \* Descrição do Item

1

Serviço

5380

Prestação de Serviços de Apoio Administrativo

\* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa "Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas", em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

1248 Caracteres Disponíveis

☐ Item Sustentável

\* Quantidade

Valor Total (R\$)

1

Fornecedor

Marca

Fabricante

Tipo Fornecedor

CPF/CNPJ

Nome/Razão Social

Salvar Item

Adicionar Item

Excluir Item

Inconsistências do Item

- Informe pelo menos uma pesquisa de preço de mercado.
- A Pesquisa de Preço de Mercado deve ser finalizada.

Item Anterior

Ir para o Item: 1

Ir

Próximo Item

Dispensa

Itens

Pesquisa de Preço de Mercado

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Divulgação de Compras



## Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

## Alterar Item da Dispensa

28/12/2023 09:55:28



A Pesquisa de Mercado foi finalizada.

Órgão

26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

UASG Responsável

154048 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00050/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

XIII

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Quantidade de Itens

Total de Itens Incluídos

1

1

Item

## Pesquisa Catálogo

Nº do Item \* Tipo de Item \* Código do Item \* Descrição do Item

1

Serviço

5380

Prestação de Serviços de Apoio Administrativo

\* Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Descrição Detalhada

Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa "Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas", em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

1248 Caracteres Disponíveis

☐ Item Sustentável

\* Quantidade

1

Valor Total (R\$)

5.750.000,00

Fornecedor

Marca

Fabricante

Tipo Fornecedor

CPF/CNPJ

Nome/Razão Social

Pessoa Jurídica

07.501.328/0001-30

FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO,

Salvar Item

Adicionar Item

Excluir Item

Item Anterior

Ir para o Item: 1

Ir

Próximo Item

Dispensa

Itens

Pesquisa de Preço de Mercado

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Divulgação de Compras



## Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Encerrar e Disponibilizar Dispensa para Publicação

28/12/2023 09:56:25



Este Extrato de Dispensa de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 29/12/2023.

## Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

UASG de Atuação

154048 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Modalidade de Compra

Dispensa de Licitação

Nº da Compra

00050/2023

Lei

Lei nº 8.666/1993

Artigo

Art. 24º

Inciso

XIII

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa "Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas", em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

Quantidade de Itens

1

Valor Total da Compra (R\$)

5.750.000,00

Data da Declaração

28/12/2023

Data da Ratificação

28/12/2023

Data da Publicação

29/12/2023

## Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora

154048

Unidade Gestora

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Gestão

15265

Empenho

2023

NE

800016

Disponibilizar para Publicação

Visualizar Prévia da Matéria

Dispensa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 1219/2023 - CCL/PRAD (11.00.15.10)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2023**

**À PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PRAD,**

Conforme autorização para realização de registro da proposta no SÍDEC pelo despacho Nº 3295/2023 - PRAD, realizamos os seguintes procedimentos:

- Consulta SICAF;
- Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas da empresa e sócios; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade da empresa e sócios; Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos da empresa e sócios;
- Consulta ao CADIN da empresa e sócios. Cadin do CNPJ 06.517.387/0001-34 encontra-se Inadimplente;
- SÍDEC com o **número da compra 50/2023** realizado com base no Art. 24, XIII da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

**Obs:** O Extrato de Dispensa de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 29/12/2023.

Diante do exposto, encaminhamos o processo para análise e deliberação.

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 11:48)*  
FRANCISCO ALEXANDRO SILVA DOS SANTOS  
*Matrícula: 1153433*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **9fe18440df**

DESPACHO Nº 3297/2023 - PRAD (11.00.15)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2023

#### GERNCIA DE EXECUO CONTBIL

Trata o processo de solicitao de empenho *de contrato realizado com a FADEX*, conforme autos do processo.

A existncia de prvia dotao oramentria condio a ser observada antes da assuno de quaisquer despesas.

As condies iniciais de habilitao devem ser preservadas e antes da emisso da Nota de Empenho **deve ser conferida a validade das certides constantes no SICAF, TCU, CGU e CNJ, bem como possveis proibies de licitar.**

Cumpridas as observaes iniciais, **fica autorizado o empenho da despesa para o Exerccio de 2023 nos termos previstos na Lei n 4.320/64**, bem como os reforos e/ou cancelamentos para ajustes necessrios dentro dos limites oramentrios disponibilizados pela PROPLAN, se este for o caso.

Por fim, as Unidades Gestoras Responsveis devem ser informadas periodicamente sobre a execuo oramentria a partir de relatrios emitidos pela Diretoria de Contabilidade e Finanas no Tesouro Gerencial. Nos relatrios devem ficar evidenciados os valores empenhados, liquidados e pagos no Exerccio.

Aps empenho, o processo deve ser enviado COORDENADORIA DE CONVNIOS E CONTRATOS/PROPLAN para complementao do processo.

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 14:28)*

EVANGELINA DA SILVA SOUSA

*Matrícula: 2630268*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **aa165b6068**

Data e hora da consulta: 28/12/2023 17:58

Usuário: \*\*\*.317.063-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
154048	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
06.517.387/0001-34	CAMPUS UNIVERSITARIO - S/N - BAIRRO ININGA - TERESINA-PI	64049-550
Município	UF	Telefone
TERESINA	PI	(86)3215-5585 E 3215-5602

Ano	Tipo	Número
2023	NE	1077

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	225031	1444A002K3	339039	201082	84200094279

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
28/12/2023	Estimativo	23111.060871/2023-08	0,0000	5.750.000,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
07.501.328/0001-30	FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, EN	64049-550
Endereço		
CAMPUS UNIVERSITARIO MI SN	ESPACO UNIV ININGA	
Município	UF	Telefone
TERESINA	PI	(86) 3215-5931

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
22	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	24	-	XIII	-	

## Descrição

EMPENHO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX COM A FINALIDADE DE DAR APOIO A EXECUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA - ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIARIOS, TERRITORIALIDADES E POLITICAS PUBLICAS. TED 04/2023. CONTRATO ACADEMICO N. 38/2023. PROCESSO 23111.060871/2023-08

## Local da Entrega

UFPI - CAMPUS MINISTRO PETRONIO PORTELLA - TERESINA/PI

## Informação Complementar

15404806000502023 - UASG Minuta: 154048

## Sistema de Origem

COMPASNET-ME



Data e hora da consulta: 28/12/2023 17:58

Usuário: \*\*\*.317.063-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.750.000,00

**Subelemento 79 - SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL**

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas , em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.	5.750.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
28/12/2023	Inclusão	1,00000	5.750.000,0000	5.750.000,00

## Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

EVANGELINA DA SILVA SOUSA

\*\*\*.780.943-\*\*

28/12/2023 16:16:44

**Gestor Financeiro**

SIMONNE SARAIVA NUNES

\*\*\*.438.753-\*\*

28/12/2023 16:57:09



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 726/2023 - GEXCONT/PRAD (11.00.15.09.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2023**

A PRAD,

Sra. Pró-Reitora,

Encaminhamos o processo após a emissão da nota de empenho para demais providências.

*(Assinado digitalmente em 28/12/2023 18:17)*

EMERSON RIBEIRO RAMOS

*Matrícula: 1846334*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **50ec6baef9**

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/12/2023 | Edição: 247 | Seção: 3 | Página: 184

Órgão: Ministério da Educação/Fundação Universidade Federal do Piauí/Pró-Reitoria de Administração

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 50/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111060871202308 . Objeto: Contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas , em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Inciso XIII do Art. 24, Lei 8.666/1993, combinado com o art. 1º da Lei nº 8.958/1994, para dar apoio ao referido projeto. Declaração de Dispensa em 28/12/2023. FLORA DANIELLE RIBEIRO GALVAO DE SA. Coordenadora de Compras e Licitações. Ratificação em 28/12/2023. ALBERTO DIAS FIGUEIREDO FILHO. Diretor Administrativo. Valor Global: R\$ 5.750.000,00. CNPJ CONTRATADA : 07.501.328/0001-30 FUNDACAOCULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX.

(SIDEAC - 28/12/2023) 154048-15265-2023NE800016

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 749/2023 - GEXCONT/PRAD (11.00.15.09.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 29 de Dezembro de 2023**

A COORDENADORIA DE CONVENIOS E CONTRATOS - CCC/PROPLAN,

Sr. Coordenador,

Encaminhamos o referido processo após a emissão da nota de empenho para demais trâmites.

*(Assinado digitalmente em 29/12/2023 17:49)*  
EMERSON RIBEIRO RAMOS  
ECONOMISTA  
Matrícula: 1846334

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **5566284fa9**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2023 - UASG 154045

Nº Processo: 23108.061969/2023-59.  
Pregão Nº 54/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Contratado: 39.600.199/0001-24 - ESSENCIAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de laboratório de ensino e salas de aulas, para atender as demandas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT, Campus Universitário de SINOP, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 21/12/2023 a 21/12/2024. Valor Total: R\$ 8.752,00. Data de Assinatura: 21/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 03/01/2024).

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: 23108.056298/2023-12. Espécie: Convênio s/nº. Partes: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT e a Universidade de São Paulo - USP. Objetivo: O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estagio de complementação educacional junto a concedente de estágio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de medicina da Instituição de ensino. Assinatura: 28/12/2023. Vigência: 05 (cinco) anos. Assinam: Evandro Aparecido Soares da Silva, Reitor da FUFMT e pela Concedente, Valdes Roberto Bollela / Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: 23108.056298/2023-12. Espécie: Convênio s/nº. Partes: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT e a Universidade de São Paulo - USP. Objetivo: O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto a concedente de estágio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de medicina da Instituição de ensino, desde que estágio curricular obrigatório. Assinatura: 28/12/2023. Vigência: 05 (cinco) anos. Assinam: Evandro Aparecido Soares da Silva, Reitor da FUFMT e pela Concedente, Valdes Roberto Bollela / Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 154045

Número do Contrato: 1/2022.  
Nº Processo: 23108.062546/2023-56.  
Pregão. Nº 15/2021. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Contratado: 10.364.152/0004-70 - LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do Contrato nº 001/FUFMT/2022, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 31/01/2024 a 31/01/2025, nos termos do Art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: 30/01/2024 a 30/01/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 771.482,63. Data de Assinatura: 21/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 21/12/2023).

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 59/2023

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso vem informar o resultado do Pregão Eletrônico nº 59/2023, cujas licitantes vencedoras foram: 13.332.212/0001-18, pelo valor total de R\$ 306.387,50; 14.023.529/0001-35, pelo valor total de R\$ 30.380,00; 12.305.224/0001-90, pelo valor total de R\$ 17.800,83; e 03.401.442/0001-38, pelo valor total de R\$ 40.015,82. Valor Global da ata: R\$ 391.344,28. Maiores informações pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

BRENO LACERDA ROCHA  
Pregoeiro

(SIDECE - 03/01/2024) 154045-15262-2024NE800288

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE REVOGAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 144/2023

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 23104035367202386

AUGUSTO CESAR PORTELLA MALHEIROS  
Pró-reitor de Administração e Infraestrutura

(SIDECE - 03/01/2024) 154054-15269-2024NE800146

AVISO DE REVOGAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2023

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 23104027017202354

AUGUSTO CESAR PORTELLA MALHEIROS  
Pró-reitor de Administração e Infraestrutura

(SIDECE - 03/01/2024) 154054-15269-2024NE800146

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 58/2023 - UASG 154046

Número do Contrato: 3/2021.  
Nº Processo: 23109.006258/2020-69.  
Pregão. Nº 14/2020. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Contratado: 04.350.057/0001-71 - S&M SERVICOS LTDA. Objeto: Alterar a subcláusula 2.1 do aditivo contratual nº 027/2022. A vigência fica prorrogada por 6 (seis) meses.. Vigência: 14/01/2024 a 13/07/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 753.244,26. Data de Assinatura: 03/01/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 03/01/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 56/2023 - UASG 154046

Número do Contrato: 30/2019.  
Nº Processo: 23109.002764/2020-89.  
Pregão. Nº 10/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Contratado: 00.482.840/0001-38 - LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA. Objeto: O valor contratado para prestação de serviços no período de 12 (doze) meses, fica alterado para r\$ 7.608.761,40 (sete milhões, seiscentos e oito mil cento e trinta e sete reais e quarenta centavos).. Vigência: 01/01/2024 a 30/06/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 7.584.137,40. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058165/2023-29.  
Dispensa Nº 52/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 35/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e pesquisa "programa segundo tempo universitário - pst", a ser executado pelo colégio técnico de teresina da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted aprovado pelo ministério do esporte (mesp)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 149.300,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 626/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.060866/2023-46.  
Dispensa Nº 50/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 38/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de pesquisa "atuação do mpi em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas", em conformidade com o ted e respectivo plano de trabalho celebrado pela ufpi com o ministério dos povos indígenas..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 5.750.000,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 622/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058436/2023-84.  
Dispensa Nº 51/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 34/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e extensão "oferta de vagas no programa mulheres mil - 2023", a ser executado pelos colégios técnicos da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted nº 12479/2023, e aprovado pelo fundo nacional de desenvolvimento da educação (fnede)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 30/11/2024. Valor Total: R\$ 1.064.640,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058165/2023-29.  
Dispensa Nº 52/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 35/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e pesquisa "programa segundo tempo universitário - pst", a ser executado pelo colégio técnico de teresina da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted aprovado pelo ministério do esporte (mesp)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 149.300,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 625/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.060866/2023-46.  
Dispensa Nº 49/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 37/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de pesquisa "caravana participa parente: participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas", em conformidade com o ted e respectivo plano de trabalho celebrado pela ufpi com o ministério dos povos indígenas..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 31/12/2024. Valor Total: R\$ 2.500.000,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 624/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.037369/2023-85.  
Dispensa Nº 53/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 36/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação (fadex), com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de extensão do evento "10ª jornada acadêmica & mostra de pesquisa e extensão", conforme projeto aprovado pela câmara de extensão (camex/prexc), e devidamente cadastrado junto à cpeect/prexc com o código: ect06/2023-ctf/ufpi-242-nvpj/pg..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 29/12/2024. Valor Total: R\$ 9.000,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: 23116.021330/2023-31. Contratantes: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG, CNPJ nº 94.877.586/0001-10 e NATUBRAS AMBIENTAL TRATAMENTO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ nº 09.278.347/0001-75. Objeto: estabelecimento dos direitos com relação à titularidade e ao uso da propriedade intelectual, bem como os termos de apropriação dos resultados protegíveis ou não, dos bens produzidos em decorrência do programa de computador intitulado "CÓDIGO EMBARCADO PARA SISTEMA DE DETECÇÃO MULTIFACETADO", de cotitularidade das partes, registrado no INPI sob o nº BR512023003826-1, cujo certificado de registro foi expedido pelo referido órgão em 12 de dezembro de 2023. Fundamento legal: Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Vigência: 20 (vinte) anos, contados da data de sua assinatura, 2 de janeiro de 2024, podendo ser renovado até o término da vigência do registro do programa de computador, nos termos da Lei n.º 9.609/98, podendo ser alterado a qualquer momento, mediante a assinatura de Termo Aditivo firmado pelos representantes legais das Partes. Data de assinatura: 02.01.2024.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302024010400069

Processo Nº: 23111.060871/2023-08





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**PORTARIA Nº 025/2023**

O PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização dos contratos administrativos, conforme exposto no Art. 58, inciso III, e Art. 67, caput, da Lei nº 8.666/93.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA** (titular), **SIAPE nº 1638726**, Lotação: Coordenadoria de Convênios e Contratos – CCC/PROPLAN e **SELMA MARIA DOS REIS** (suplente), **SIAPE nº 1567528**, Lotação: Coordenadoria de Convênios e Contratos – CCC/PROPLAN, para exercerem as funções de gestor e fiscais do **CONTRATO Nº 38/2023-UFPI/FADEX (Contrato 626/2023 - UASG 154048 - FUFPI)**, firmado entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ** e a **FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**.

**Art. 2º** - Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como Fiscal o servidor especialmente designado para acompanhar o Contrato, atuando do início ao término da vigência pactuada, sempre pelo interesse primordial da UFPI, verificando se as atividades e os serviços foram realizados a contento e de acordo com o que consta no instrumento pactuado.

Teresina (PI), 29 de dezembro de 2023.

**Prof. Dr. Luís Carlos Sales**  
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATESTES DE SERVIÇOS PRESTADOS Nº 2/2024 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Teresina-PI, 08 de Janeiro de 2024

*ATESTO para os fins.*

*Em, 30/12/2023.*

*Luiz Waquim Silva*

*Fiscal do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX (626/2023-SIASG)*

*Portaria nº 025/2023-PROPLAN*

*SIAPE 16387260*

*(Assinado digitalmente em 08/01/2024 14:54)*  
LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA  
TECNICO EM CONTABILIDADE  
Matrícula: 1638726

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **edcc391c60**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 1/2024 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 08 de Janeiro de 2024**

À GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL,

Para às providências de pagamento dos valores empenhados. Após todos os trâmites, solicitamos a retorno do processo, que será devolvido à Secretaria dos Conselhos para encaminhamento ao Conselho Diretor, visando a ratificação do Contrato e anexar a via original assinada.

*(Assinado digitalmente em 08/01/2024 14:57)*  
LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA  
*Matrícula: 1638726*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **6e2f44ed2c**

***Processo: 23111.060871/2023-08***

***ATESTO*** para os fins, que os valores empenhados e liquidados estão de acordo com o pactuado no Contrato 38/2023-UFPI/FADEX, processo 23111.060871/2023-08.

*Em, 29/12/2023.*



Luiz Waquim Silva  
Fiscal do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX (626/2023-SIASG)  
Portaria nº 025/2023-PROPLAN  
SIAPE 16387260



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 4/2024 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 09 de Janeiro de 2024**

À GERÊNCIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL,

Para às providências de pagamento dos valores empenhados, conforme ateste à fl. 196. Após atendimento, solicitamos o retorno do processo para os demais trâmites. Favor desconsiderar os documentos anexados às fls. 194/195.

*(Assinado digitalmente em 09/01/2024 15:44)*  
LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA  
*Matrícula: 1638726*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **20c5a34749**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO PARA CONFORMIDADE DE GESTÃO Nº 1/2024 - GEXCONT/PRAD (11.00.15.09.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 09 de Janeiro de 2024**

À CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO/DCF-PRAD

Encaminha-se Processo Eletrônico referente à liquidação da despesa registrada conforme Documento Hábil/SIAFI abaixo, nos termos previstos no Art. 62 da Lei nº 4320/64, para realizar Conformidade de Registro de Gestão conforme IN nº 6 de 31/10/2007 e Macrofunção Siafi 02.03.14, e posterior pagamento.

2023RP000669

2023NS011972

**Obs: Após o pagamento, encaminhar o processo a Coordenadoria de Convênios e Contratos / PROPLAN.**

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 09/01/2024 16:14)*

EMERSON RIBEIRO RAMOS

ECONOMISTA

Matrícula: 1846334

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **fa27842a16**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 11/2024 - SRG (11.00.15.09.04.01.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 09 de Janeiro de 2024**

À GERÊNCIA DE CONTROLE DE PAGAMENTOS/DCF-PRAD

Informo que foi realizada a Conformidade do Registro de Gestão do presente processo nos termos da IN nº 6 de 31/10/2007 e Macrofunção Siafi 02.03.14. Portanto, encaminha-se o Processo Eletrônico para realização do respectivo pagamento.

A autorização de pagamento ocorrerá na operação GEROP no SIAFI WEB, através da assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e do Gestor Financeiro.

Atenciosamente,

Conformista de Registro de Gestão

*(Assinado digitalmente em 09/01/2024 17:33)*  
ANTONIO ERENILSON GOMES DE ARAUJO  
*Matrícula: 1731360*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **7abaad352e**

\_\_\_ SIAFI2024-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA)\_\_\_\_\_  
10/01/24 09:50 USUARIO : PRISCILA  
DATA EMISSAO : 10Jan24 TIPO OB: 12 NUMERO : 2024OB000049  
UG/GESTAO EMITENTE: 154048 / 15265 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI  
BANCO : 001 AGENCIA : 3791 CONTA CORRENTE : 997380632  
FAVORECIDO : 07501328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUI  
BANCO : 001 AGENCIA : 3791 CONTA CORRENTE : 116254  
DOCUMENTO ORIGEM : 154048/15265/2023RP000669 SIST. ORIGEM : GESTAOCOMP  
NUMERO BANCARIO : 000141124-1 PROCESSO : 23111.060871/2023-08  
VALOR : 5.750.000,00

IDENT. TRANSFER. :

OBSERVACAO

APROPRIAÇÃO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUI  
SA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO - FADEX COM A FINALIDADE DE DAR APOIO A EXECUÇÃ  
O DO PROJETO DE PESQUISA - ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIARIOS, TERRITORIALI  
DADES E POLITICAS PUBLICAS. TED 04/2023. CONTRATO ACADEMICO N. 38/2023. PROCES  
SO 23111.060871/2023-08

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF9=HISTORICO PF12=RETORNA

\_\_\_ SIAFI2024-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA)\_\_\_\_\_  
10/01/24 09:50 USUARIO : PRISCILA  
DATA EMISSAO : 10Jan24 TIPO OB: 12 NUMERO : 2024OB000049  
UG/GESTAO EMITENTE: 154048 / 15265 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI  
BANCO : 001 AGENCIA : 3791 CONTA CORRENTE : 997380632  
FAVORECIDO : 07501328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUI  
BANCO : 001 AGENCIA : 3791 CONTA CORRENTE : 116254  
VALOR : 5.750.000,00  
L EVENTO INSCRICAO CLAS.CONT CLAS. ORC VALOR  
01 401007 2023NE001077400 33903979 5.750.000,00  
02 531814 2023NE001077 213110400 33903979 5.750.000,00  
03 561602 1444A002K3400C 5.750.000,00

LANCADO POR : 05307738307 - PRISCILA UG : 154048 10Jan24 09:42  
PF1=AJUDA PF2=SN PF3=SAI PF4=ESPELHO PF5=EVEN./CON. PF9=HISTORICO PF12=RETORNA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 100/2024 - GECPAGTO/PRAD (11.00.15.09.04)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 10 de Janeiro de 2024**

À Coordenadoria de Convênios e Contratos/PROPLAN,

Informamos que foi realizado o pagamento do favorecido, conforme ordem bancária anexa.  
Encaminha-se Processo Eletrônico para conhecimento e demais providências.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 10/01/2024 10:09)*

PRISCILA MONTEIRO FORTES

*Matrícula: 3063033*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **27c70ca77b**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**CONTRATO ACADÊMICO nº 38/2023**, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí – UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetivando a execução das ações do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*.

**CONTRATO SIASG Nº 625/2023 - Processo UFPI nº 23111.060871/2023-08**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CGC/MF sob o Nº 06.517.387/0001-34, com sede no Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada UFPI, neste ato, representada pelo Magnífico Reitor, Profº. Dr. GILDÁSIO GUEDES FERNANDES, brasileiro, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 150.629-SSP/PI e CPF nº 077.579.563-15, e a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob o nº 07.501.328/0001-30, sediada no Espaço Universitário/Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella”, no Bairro Ininga, CEP 64.049-550, na Cidade de Teresina-PI, doravante denominada FADEX, neste ato, representada pelo Superintendente, Profº. Dr. ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, casado, professor universitário, residente e domiciliado em Teresina-PI, portador do RG nº 2.254.224 SSP/PI e CPF nº 016.490.563-46 e,

Considerando que a Fundação FADEX é a única entidade autorizada a apoiar a UFPI, nos projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade, especialmente no que concerne a gestão administrativa e financeira necessária à execução dos projetos;

Considerando a existência de requisitos legais e administrativos prévios para que a Fundação FADEX possa se relacionar com a Universidade Federal do Piauí nos termos da Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, Decreto nº 7.423 de 31 de dezembro de 2010 e alterações;

Considerando que a Fundação FADEX deverá cumprir no que couber, a Resolução CONSUN nº 055/11, de 09 de novembro de 2011, que regulamenta o seu relacionamento com a UFPI;

Considerando que a UFPI celebrou com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) o Termo de Execução Descentralizada nº 4, cujo objeto é a elaboração de estudos para subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, envolvendo a elaboração de diagnósticos, relatórios de acompanhamento de casos, produções científicas e eventos de alto nível. O projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI, através da Resolução CEPEX/UFPI nº 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida “ad referendum”;

RESOLVEM celebrar entre si este CONTRATO, com fulcro nos termos do inciso XIII do Art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições que mutuamente instituem na forma seguinte:



## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

2. O apoio a ser prestado pela FADEX consiste na execução dos serviços, cujas especificações, condições, objetivos e metas constam no Plano de Trabalho, parte integrante do presente contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS/METAS E DURAÇÃO

1. O projeto a que se refere este instrumento tem como objetivo geral analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível, tendo como objetivos específicos: Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas; Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI; Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas; Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI. O período para execução é de 36 (trinta e seis) meses.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

1. Compete a UFPI:

- a) Planejar, coordenar e executar em conjunto com a FADEX, as ações do Projeto de Pesquisa *“Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”*, conforme Plano de Trabalho parte integrante deste instrumento;
- b) Transferir à FADEX recursos financeiros para conta específica, em banco oficial, do referido projeto, no valor total previsto de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED;
- c) Acompanhar, supervisionar e orientar através de relatórios emitidos pela Coordenação do Projeto referente às atividades desenvolvidas pela FADEX, com vistas ao atingimento do objeto pactuado na forma e prazos estabelecidos;
- d) Disponibilizar espaço físico e equipamentos para realização dos trabalhos e serviços a serem executados pela Contratada;
- e) Em casos necessários, por solicitação da FADEX, realizar as licitações, dispensas ou inexigibilidade para contratação de serviços e aquisição de bens, de acordo com a legislação federal, inclusive as disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/05 e Portaria Interministerial nº 217/06, relativas a licitações com o uso obrigatório do pregão eletrônico e contratos;
- f) Acompanhar a execução do objeto deste Contrato através da análise de relatório técnico da execução emitido pela coordenação e enviada à FADEX e relatório físico e financeiro emitidos pela FADEX discriminando e comprovando os recursos financeiros, pagamentos efetuados de acordo com as normas estabelecidas na legislação em vigor;
- g) Prestar contas dos recursos financeiros, integrando as contas anuais a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da Norma de Execução nº 004, de 22/12/2004, da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.

## 2. Compete a FADEX:

- a) Providenciar abertura de conta bancária específica, em agência de banco oficial para movimentar os recursos financeiros previstos no Projeto;
- b) Aplicar os recursos financeiros repassados pela UFPI, exclusivamente na execução das ações previstas no Projeto aprovado, comprovando o bom e regular emprego dos recursos captados, bem como dos resultados alcançados;
- c) Atuar em conjunto com a UFPI no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Contrato;
- d) Prestar à UFPI, sempre que solicitado, todas as informações necessárias para o alcance do objetivo acordado, informando quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se pela gerência contábil dos recursos captados, emitindo boletins mensais da movimentação de caixa, bem como apurar quaisquer atos de improbidade desta competência;
- f) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos financeiros recebidos, de acordo com o plano de aplicação e cronograma de dispêndio financeiro nele contido, consubstanciado no Projeto Pedagógico-Financeiro, ficando sob sua responsabilidade o pagamento de pessoal envolvido na execução do Projeto, assim como a aquisição de passagens, compra de material de consumo e pagamento de hospedagens e serviços de terceiros, inclusive encargos sociais decorrentes, despesas estas realizadas exclusivamente no objeto deste Contrato, sendo vedada a sua utilização em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência, com posteriores cobertura de seus dirigentes e prepostos ou sucessores, tudo de atribuição e obrigação direta da Coordenação do Projeto;
- g) Responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;
- h) Observar rigorosamente o disposto no decreto nº 8.241/14, que dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio e, no que for oportuno, as Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/2002 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, relativos a Licitações e Contratos;
- i) Apresentar relatórios técnico e financeiro à UFPI, atestando a execução do projeto, discriminando os recursos recebidos, pagamentos efetuados e saldo existente, bem como o objetivo alcançado, apresentando inclusive relatório descritivo ao final da execução;
- j) Recolher, ao final da vigência do Contrato, à conta única da UFPI, os saldos financeiros eventualmente existentes;
- k) Prestar contas dos recursos recebidos e de eventuais rendimentos de aplicações financeiras, que deverão ser utilizados exclusivamente no objeto do Contrato;
- l) Transferir, de imediato, à UFPI, a posse e uso dos materiais de consumo adquiridos para execução do projeto referido na Cláusula Primeira;
- m) Recolher, mediante GRU à Conta Única da UFPI, quando couber, a remuneração financeira devida ao ressarcimento pelo uso de espaços físicos, bens e equipamentos da UFPI.

3. É vedado à Contratada subcontratar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados.

## CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

1. Justifica-se a contratação da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí - FADEX, com base no inciso XIII, do artigo 24 da Lei 8.666/1993, combinado com o artigo 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dar apoio ao referido Projeto.



## CLÁUSULA QUINTA - DA COORDENAÇÃO

1. A UFPI indica para compor a Coordenação Geral projeto, a professora ***Carmen Lúcia Silva Lima***, sem prejuízo de suas atividades acadêmicas na Instituição e, em conformidade com a legislação vigente, a fim de desenvolver as atribuições relativas ao planejamento acadêmico, administrativo e financeiro do Projeto, objeto deste Contrato.
2. A indicação de nova Coordenação para o Projeto, caso se faça necessária, dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizada por ato da autoridade competente da UFPI, mediante justificativa e juntada da respectiva documentação aos autos do processo relativo ao presente contrato.

## CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

1. Nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 a fiscalização, acompanhamento, apoio e orientação na execução do contrato ficarão a cargo da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPESI) e da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQI), da UFPI.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

1. A vigência deste Contrato será até **31 de dezembro de 2026**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. Os recursos financeiros previstos neste Contrato, no valor total previsto de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; Nota de Crédito 2023NC800014, PTRES 225031, oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), através de TED.
2. Estes recursos financeiros serão transferidos pela UFPI à FADEX, na medida em que forem descentralizados pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI), à UFPI, conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho do TED, e serão aplicados exclusivamente no objeto deste Contrato, conforme Projeto, vedada sua utilização em finalidades diversas da estabelecida, ainda que em caráter de emergência com posterior cobertura, sob pena de rescisão deste termo e responsabilização dos seus dirigentes e prepostos.

## CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O valor global estimado do presente contrato é de **R\$ 5.750.000,00 (cinco milhões e setecentos e cinquenta mil reais)**; Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica; oriundos de descentralização de créditos pelo Ministério dos Povos Indígenas.
2. Do montante acima especificado, **R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais)** correspondem à execução do projeto, **R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)** correspondem ao pagamento da CONTRATADA pela prestação dos serviços de gestão administrativa e financeira contratada, os quais representam as suas despesas operacionais (DOA) e o valor de **R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais)**, previstos a título de ressarcimento à UFPI pelo uso de seus espaços físicos, bens e equipamentos, tudo conforme orçamento e cronograma físico-financeiro contidos no plano de trabalho (ANEXO D).

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO

1. Exercem a execução do presente Contrato a UFPI e a FADEX, sendo desta última às atribuições e obrigações da gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do projeto aplicação, inclusive dos recursos decorrentes de rendimento auferidos em aplicações financeiras.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

1. Incumbirão à UFPI as providências, às suas expensas, quanto à publicação deste Contrato, em extrato no DOU, devendo fazê-lo nos termos do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. A FADEX, gestora dos recursos financeiros, obriga-se a apresentação da prestação de contas final após encerramento da vigência do Contrato, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data deste encerramento. A Prestação de contas constará de:

- 1.1 Plano de Trabalho (Projeto Pedagógico-Financeiro);
- 1.2 Cópia deste Termo de Contrato, com indicação da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU);
- 1.3 Faturas, notas fiscais, recibos etc., comprobatórios das despesas efetuadas, emitidos em nome da FADEX, com identificação do número do Contrato ou Termo Aditivo originário, mantidos os arquivos na dependência da Contratante (FADEX), devidamente concentrados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, com início na data da aprovação da prestação de contas;
- 1.4 Comprovante de recebimento do saldo de recursos;
- 1.5 Extrato de conta bancária específica, desde o recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado;
- 1.6 Anexos necessários à consolidação da prestação de contas.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO


1. O presente instrumento poderá ser rescindido por ato unilateral da UFPI nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei nº 8.666/93. Poderá, ainda, o presente Contrato ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, ou judicialmente, nos termos da legislação vigente.


## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Piauí, para nele dirimir as dúvidas e solucionarem-se questões que não encontrem forma de resolução por acordo entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela UFPI, diante do que dispõe o Art. 109, inciso I, da Constituição Federal.

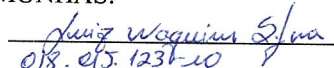
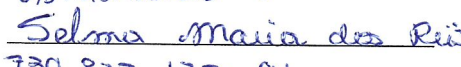
2. E por estarem, assim, justas e contratadas, é lavrado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, presentes e de tudo ciente.

Teresina (PI), 28 de dezembro de 2023.

  
Gildásio Guedes Fernandes  
Reitor da UFPI

  
Antonio Vinícius Oliveira Ferreira  
Superintendente da FADEX

### TESTEMUNHAS:

1.   
CPF: 018.415.1234-10
2.   
CPF: 730.823.173-91

## Plano de Trabalho

### Anexo A – Dados Cadastrais

#### 1. DADOS CADASTRAIS DA UFPI E DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

<b>Instituição</b> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ			<b>CNPJ</b> 06.517.387/0001-34
<b>Endereço</b> Campus Universitário “Ministro Petrônio Portella” - Bairro Ininga			
<b>Cidade</b> Teresina	<b>UF</b> PI	<b>CEP</b> 64049-550	<b>Esfera Administrativa</b> Federal
<b>DDD</b> 86	<b>Fone</b> 3215-5511	<b>Fax</b> -	<b>E-mail</b> secretariareitor@ufpi.edu.br guedes@ufpi.edu.br
<b>Conta Corrente</b> Única	<b>Banco</b> Banco do Brasil S/A	<b>Agência</b> -	<b>Praça de Pagamento</b> Teresina/PI
<b>UO</b> 26279	<b>UG</b> 154048	<b>Gestão</b> 15265	
<b>Nome do Responsável</b> Gildásio Guedes Fernandes			<b>CPF</b> 077.579.563-15
<b>Nº RG/Órgão Expedidor</b> 150.629-SSP/PI	<b>Cargo</b> Professor	<b>Função</b> Reitor	<b>Matrícula</b> -

#### 2. DADOS CADASTRAIS DO(S) COORDENADOR(ES) DO PROJETO NA UFPI

<b>Nome do Coordenador Geral</b> CARMEN LÚCIA SILVA LIMA		<b>CPF</b> 490.622.633-72
<b>Matrícula UFPI/SIAPE</b> 1759443	<b>Cargo</b> PROFESSORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	<b>Função</b>
<b>E-mail (1)</b> carmensllucia@gmail.com		<b>E-mail (2)</b>
<b>Fone (1)</b>	<b>Fone (2)</b>	<b>Celular</b> (86) 98808-9613
<b>Campus</b> Campus Universitário Ministro Petrônio Portella	<b>Setor</b> CCHL	<b>Departamento</b> Departamento de Ciências Sociais

<b>Nome do Coordenador Adjunto</b> RAIMUNDO NONATO FERREIRO DO NASCIMENTO		<b>CPF</b> 773.288.413-20
<b>Matrícula UFPI/SIAPE</b>	<b>Cargo</b>	<b>Função</b>
<b>E-mail (1)</b> nonatorr@ufpi.edu.br		<b>Fone (1)</b> (86) 98844-243



## Plano de Trabalho

<b>Campus</b> Campus Universitário Ministro Petrônio Portella	<b>Setor</b> CCHL	<b>Departamento</b> Departamento de Ciências Sociais
---	----------------------	---

### 3. DADOS CADASTRAIS DA FADEX E DO SEU REPRESENTANTE LEGAL

<b>Instituição</b> FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO PIAUÍ			<b>CNPJ</b> 07.501.328/0001-30
<b>Endereço</b> Espaço Universitário do Campus "Ministro Petrônio Portella", bairro Ininga			
<b>Cidade</b> Teresina	<b>UF</b> PI	<b>CEP</b> 64049-550	<b>Esfera Administrativa</b> Privada sem fins lucrativos
<b>DDD</b> 86	<b>Fone</b> 3215-5931	<b>Fax</b> -	<b>E-mail</b> projetos@fadex.org.br secretaria@fadex.org.br
<b>Nome do Responsável</b> Antonio Vinicius Oliveira Ferreira			<b>CPF</b> 016.490.563-46
<b>Nº RG/Órgão Expedidor</b> 2.254.224 SSP/PI	<b>Cargo</b> Professor	<b>Função</b> Superintendente	<b>Matrícula</b> -

## Plano de Trabalho

### Anexo B – Projeto

#### 1. Características Gerais

Selecione o Tipo de Objeto

Tipo de objeto	
Ensino	
Pesquisa	X
Extensão	
Desenvolvimento Institucional	
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	
Estágio de Graduação	

Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.

Título do Projeto	Período de Execução do Projeto	
	Início mm/aaaa	Término mm/aaaa
ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	01/2024	12/2026
<b>Objetivo Geral</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar a atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para povos indígenas e acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível.</li> </ul>		
<b>Objetivos Específicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mapear os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas para os povos indígenas;</li> <li>Examinar a produção científica pertinente para a atuação do MPI;</li> <li>Analisar a agenda de trabalho do MPI, considerando as relações estabelecidas com indígenas e não indígenas e os contextos de atuação;</li> <li>Considerar a diversidade étnica, as relações interétnicas e a interculturalidade presente na atuação do MPI.</li> </ul>		
<b>Justificativa</b> <p>O projeto de pesquisa contempla a produção de dados etnográficos sobre os conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas, acompanhamento de casos específicos, produção científica e eventos de alto nível, com a finalidade de subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Trata-se, portanto, de uma demanda ministerial, respondida pela UFPI através da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o MPI.</p> <p>Os direitos indígenas foram estabelecidos graças à habilidade política dos povos indígenas de lutarem mesmo em condições adversas. A agência política manifesta nas diversas arenas de embate com os anti-indígenas evidencia</p>		

## Plano de Trabalho

uma sabedoria ancestral que vem garantindo a existência dos primeiros habitantes do Brasil. Esta certeza nos permite situar a pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” no campo da Antropologia Política, pois entendemos que a atuação do MPI será um campo oportuno para a análise do poder exercido historicamente pelos povos indígenas.

Clastres (1974) defende que o social é perpassado por relações de poder, de forma que não é possível pensar o social sem o exercício da política. Seguindo a linha de argumentação de Abélès (1997), a antropologia busca entender como as relações de poder emergem em situações determinadas, adquirindo significado para os atores sociais envolvidos. Isso torna oportuno situar esta investigação nesta área de atuação antropológica.

A atuação do MPI exigirá muita habilidade política para trabalhar no atual executivo federal, que reuniu uma “frente ampla” constituída por atores e agentes políticos com interesses bastante divergentes. A coalização de força conseguiu derrotar o Bolsonarismo nas urnas, contudo, governar será um desafio para o atual presidente Lula em seu terceiro mandato. As alianças estabelecidas tornam a conciliação de interesses uma tensão constante. O risco é o governo abandonar a sua função de garantidor de direitos, inclusive os dos povos indígenas, uma vez que a mediação e negociação de interesses divergentes serão necessárias para garantir a governabilidade.

Ainda do ponto de vista teórico, a pesquisa está situada no campo dos estudos de interculturalidade (BARTOLOMÉ, 2017; WALSH, 2007a, 2007b, 2008, 2009, 2010, e 2019) e relações interétnicas (BARTH, 2000 [1976], CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, COHEN, 1978 [1974], ERIKSEN, 1991 e 2002), pois a atuação do MPI exigirá muita habilidade nas relações com outros ministérios e órgãos do poder público chefiados por “brancos” sem nenhuma empatia com a causa indígena.

O MPI, além do desafio do diálogo com os não indígenas, também terá que considerar a diversidade cultural e étnica dos povos indígenas entre si. O ministério, para cumprir a sua finalidade, terá que dialogar e atender as demandas de uma população indígena de cerca de 1.693.535 pessoas, 305 povos, falantes de 274 idiomas, portadoras de problemas diversos, sendo alguns muito graves, tais como falta de segurança alimentar. Neste sentido, acreditamos que a perspectiva teórica proposta por Abner Cohen (1978 [1974]) será oportuna para considerar as ações indígenas. Ele concebe a etnicidade como dimensão política de grupos organizados informalmente com base em atributos e em um idioma étnico, de modo a atuarem como “grupo de interesse” em relação à sociedade envolvente.

Em relação à interculturalidade, torna-se uma abordagem importante por ser “uma maneira de se comportar, de conviver procurando manter relações simétricas e de valorizar e fortalecer as identidades étnicas para que os povos indígenas se apresentem e façam frente aos conflitos que a diversidade produz” (BELTRÃO, 2018: 275). Em síntese para entender a atuação do MPI, o foco da nossa atenção estará voltada para as relações estabelecidas e para as ações realizadas em contextos bastante complexos, tais como o cenário político brasileiro.

## Plano de Trabalho

A pesquisa, portanto, nessa dimensão de antropologia política centrada na análise intercultural e de relações interétnicas entre os indígenas e a sociedade brasileira envolvente, problematiza analiticamente os modos de ação e de realidade das agências políticas indígenas e não indígenas implicadas nos trabalhos do MPI. Assim, abordará principalmente as estratégias políticas individuais e coletivas, oficiais e oficiosas, de circunstancialização de normas e valores sociais e de repertórios simbólicos e expressivos dos múltiplos lugares, ritualidades e temporalidades acionados pelos atores e agentes sociais indígenas em disputa política e que se cruzam nos contextos interacionais e morais-emotivos da sociedade complexa brasileira, conformando-se subjetiva e

### REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

ABÉLÈS, M. (1997). "Political anthropology: new challenges, new aims". **International Social Science Journal**, 153: 319-332.

BARBOSA, Raoni Borges. **EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS Um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel**. Mossoró: Edições UERN, 2019. v. 1. 678p.

BARTH, Fredrik. "Os grupos étnicos e suas fronteiras" In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000 [1976].

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Las identidades imaginadas: algunos problemas del diálogo intercultural en una sociedad plural. In: MONTARDO, Deise Lucy Oliveira e RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias (Org). **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas: histórias e histórias sobre políticas afirmativas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de Souza, SANTOS, Luis Felipe dos e RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs). **Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1974].

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. **Man: Journal of the Royal Anthropological Institute**. Vol 26, No 1, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspective**. London and Sterling, VA: Pluto Press, 2002.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao**. Revista EntreRios, v. 3, p. 137-152, 2020. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Organização de Edição Temática Os Warao: Indígenas, Migrantes e Refugiados. EntreRios, Teresina, Vol. 3, n. 2, p. 89-101, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/12046/7004>

## Plano de Trabalho

\_\_\_\_\_. **Os Warao: vulnerabilização imposta e violação de direitos; em defesa da interculturalidade nas relações.** In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (Org.). Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, colonialidade y educación.** Revista Educación y Pedagogia, Medellín, Universidade de Antioquia, Facultad de Educación, vol. XIX, núm. 48, p. 25 – 35, Mayo – Agosto, 2007a

\_\_\_\_\_. **“Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamento ‘otro’ desde la diferencia colonial”.** In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, reexistir y revivir.** 2009.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade, plurinacionalidade e descolonização: as insurgências político-epistêmicas de re-fundar o Estado.** In: Tabula Rasa. Bogotá Colômbia n°.9. Julho-Dezembro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. Construyendo Interculturalidad Crítica. La Paz: Convenio Andrés Bello, Instituto Interamericano de Integración, 2010.

\_\_\_\_\_. **Interculturalidade e decolonialidade do Poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial.** In: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

(Deverá constar, obrigatoriamente: a natureza acadêmica do projeto e sua integração com o **Plano de Desenvolvimento Institucional** vigente na UFPI e aos planos estratégicos da Unidade Administrativa ou Órgão Suplementar a que estiver vinculado; a **relevância da atividade para a Universidade** e para a sociedade, tendo em vista a vocação científica, cultural e artística da Universidade e o atendimento às necessidades institucionais do processo de ensino, pesquisa e extensão).

## 2. Plano de Execução

### 2.a. Metodologia e Resultados Esperados

**Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.**

#### Metodologia

O trabalho de campo será constituído de coleta de dados no Ministério dos Povos Indígenas e na área de atuação das principais organização indígenas brasileiras: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN SUL); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY GUASU).

Os procedimentos de coleta de dados contemplam, ainda, a coleta de informações em outras Agências Governamentais e Não Governamentais que atuam com populações indígenas. Isto será feito através de pesquisas nos sítios eletrônicos e, sempre que for oportuno, através de visitas às organizações e entrevistas com lideranças,



## Plano de Trabalho

autoridades e especialistas. Haverá o registro audiovisual de entrevistas, reuniões, eventos e situações que estejam correlacionadas às questões pesquisadas, mediante o consentimento dos envolvidos nas atividades.

As entrevistas serão realizadas somente após a anuência do entrevistado/as. Para garantir a equidade de gênero, haverá o esforço de equiparar o número de homens e mulheres entrevistados/as. O conteúdo abordado nas entrevistas estará relacionado aos objetivos da pesquisa e serão informados em todos os procedimentos de coleta de dados, juntamente com a solicitação de anuência e participação voluntária na pesquisa. O gravador e a máquina fotográfica serão recursos empregados durante todas as etapas e atividades da pesquisa. O uso destes equipamentos estará condicionado ao consentimento das pessoas e terá a finalidade de garantir o registro integral das falas e a construção do acervo audiovisual da pesquisa, que será fundamental para a análise dos dados e para a elaboração dos produtos acordados com o MPI.

Vale informar que o Projeto de pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” será executado com recursos do Ministério dos Povos Indígenas, repassados através de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado com a UFPI. Conforme o TED acordado, as metas da pesquisa envolvem os seguintes produtos:

- a. Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário;
- b. Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras;
- c. Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas;
- d. Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
- e. Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
- f. Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
- g. Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
- h. Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
- i. Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá;
- j. Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.

A pesquisa será realizada no período de 36 meses. Considerando que a coleta de dados contempla a escala nacional, em diálogo com o MPI, será detalhada a constituição de equipe de pesquisa, com a colaboração permanente e esporádica de especialistas nas questões abordadas na pesquisa. Este procedimento será adotado devido à amplitude da área de abrangência e à complexidade do trabalho de pesquisa demandando pelo MPI.

Na medida em que a pesquisa for sendo desenvolvida, será constituído um acervo etnográfico com as informações presentes nos sítios eletrônicos das organizações indígenas, dos órgãos do Poder Público e de entidades indigenistas, com as entrevistas, documentos e registros audiovisuais. O acervo será armazenado no Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UFPI, localizado no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, coordenado pela proponente da pesquisa.

Os dados da pesquisa serão organizados e analisados parcialmente na medida em que forem sendo coletados, de modo a se garantir o controle das informações acessadas e a entrega dos produtos indicados no TED. Com o MPI será definido posteriormente o cronograma detalhado da entrega dos produtos e da execução orçamentária.

Por se tratar de uma pesquisa antropológica que contempla os povos indígenas, em todas as atividades realizadas será respeitado o que está regulamentado na Convenção nº 169 da OIT, garantias da autonomia e do direito de consulta como procedimentos obrigatórios para toda e qualquer ação que tenha implicação na vida dos

## Plano de Trabalho

indígenas.

(Identificar, resumidamente, a Metodologia a ser empregada na execução do projeto)

*Resultados Esperados*

1. Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito fundiário;
2. Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras;
3. Elaboração de informações sobre áreas de risco e relação com os biomas;
4. Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas;
5. Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do MPI;
6. Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos;
7. Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI;
8. Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas;
9. Análise do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises: Sala de Situação dos Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise e Guarani Kaiowá;
10. Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda de títulos públicos.

(Abrangência e benefícios de seus resultados (quantificando-os) para a UFPI e/ou comunidade etc.)

### 2.b. Informações Complementares

**Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.**

*Acompanhamento, Avaliação e Prestação de Contas*

(Contextualizar as peculiaridades do projeto que demandam método e estratégias especiais de acompanhamento e avaliação do projeto. Quanto à prestação de contas, caso o agente financiador estabeleça condições diferenciadas para prestação de contas dos recursos aportados ao projeto isto deverá constar no projeto e ser compatibilizado na avença estabelecida com a Fundação de Apoio).

*Direitos Autorais e patentes*

Não se aplica.

(Descrever os dados pertinentes aos direitos autorais e patentes sobre produtos, bens, processos e serviços que venham a ser gerados pelo projeto, caso não tenha, informar "não se aplica").

*Divulgação e Publicação de resultados do projeto*

Não se aplica.

(As formas de divulgação dos resultados deverão constar no projeto. A existência de restrição à divulgação deverá obrigatoriamente ser informada na fase de proposta do projeto, caso não tenha, informar "não se aplica").

## Plano de Trabalho

### 2.c. Cronograma de Execução Físico-Financeira

Para o correto preenchimento, da tabela abaixo, observar as orientações constantes em cada campo.

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração		Custos
			Unidade	Quant.	Início	Término	Valor (R\$)
1		Subsidiar a atuação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível	Unidade	10	Inserir mês/ano	Inserir mês/ano	4.600.000,00
	1.1	Elaboração de levantamento geral sobre áreas de intenso conflito	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.2	Construção de projeções de riscos e indicação de ações mitigadoras	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.3	Elaboração de informações sobre áreas de riscos e relação com os biomas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.4	Elaboração de relatórios técnicos em projetos sobre políticas públicas de indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.5	Apoio na realização de planejamentos estratégicos das unidades finalísticas do Ministério dos Povos Indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.6	Produção de dados sobre conciliação e mediação de conflitos	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.7	Desenvolvimento de ferramenta de monitoramento dos programas e ações estratégicas do MPI	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.8	Elaboração de estudo sobre a atuação da Força Nacional em Terras Indígenas	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.9	Análises do progresso das ações do MPI no âmbito de seus órgãos colegiados de enfrentamento de crises (Sala de Situação Yanomami, Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas, Gabinete de Crise Guarani Kaiowá)	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
	1.10	Estudo sobre o financiamento de políticas voltadas à Sociobioeconomia Indígena a partir da venda títulos públicos	Unidade	1	Nov/2023	Nov/2026	460.000,00
2		Ressarcimento de custos indiretos para a UFPI e para a FADEX	Unidade	2	Nov/2023	Nov/2026	1.150.000,00

## Plano de Trabalho

	2.1	Ressarcimento para a UFPI	Unidade	1	Nov/ 2023	Nov/ 2026	575.000,00
	2.2	Despesas operacionais e administrativas para a fundação de apoio	Unidade	1	Nov/ 2023	Nov/ 2026	575.000,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 5.750.000,00</b>

## Plano de Trabalho

### Anexo C – Relação dos Bens Móveis e Imóveis

Informar a relação de bens móveis e imóveis da UFPI a serem disponibilizados ao projeto, detalhando as características da infraestrutura laboratorial e administrativa necessárias por etapa do projeto, valores previstos no projeto referentes ao ressarcimento da UFPI pelo uso destas instalações.

Meta/Etapa	Infraestrutura Utilizada	Campus	Servidor Responsável	Matrícula UFPI
Valor total previsto para o Ressarcimento da UFPI (R\$)			xx.xxx,xx	

## Plano de Trabalho

### Anexo D – Orçamento

#### 1. Plano de Aplicação

**Observações:**

- (1) O orçamento deverá ser preenchido e aprovado junto à Fundação de Apoio (FADEX), que dispõe da planilha a ser preenchida e demais orientações.

# Plano de Trabalho

## **Anexo E – Equipe Técnica Proposta**

### 1. Participantes Vinculados à UFPI – Servidores

**Observações:**

- Para servidores que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do servidor e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.

**- A somatória dos valores apresentados, por vinculação/titulação, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).**

[illegible]

## Plano de Trabalho

### 2. Participantes Vinculados à UFPI – Alunos

#### Observações:

- Para alunos que ainda serão selecionados, somente os campos Nome, Matrícula e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do discente e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.
- A somatória dos valores apresentados, por nível, deverá corresponder ao Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

Meta/Etapa <sup>(1)</sup>	Nome Completo	Matrícula UFPI	CPF	Curso <sup>(2)</sup>	Nível <sup>(3)</sup>	Função no projeto	Carga Horária <sup>(4)</sup>	Valor Total da Bolsa (R\$) <sup>(5)</sup>

- (1) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o aluno participará do projeto. Se mais de uma, informar em linhas separadas.
- (2) Curso = informar o nome do curso em que o aluno está matriculado.
- (3) Nível = informar se Graduação, Mestrado ou Doutorado.
- (4) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo aluno, para a execução do projeto.
- (5) Valor da Bolsa = valor, máximo, da bolsa a ser concedida ao aluno pela participação no projeto. Se não houver pagamento de bolsa, informar 0,00.



## Plano de Trabalho

### 3. Pessoas Físicas Externas a UFPI

#### Observações:

- Para externos que ainda serão selecionados, somente os campos Nome e CPF não se aplicarão. Os demais campos trazem o perfil do externo e a Meta/Etapa vinculante e, são obrigatórios.
- A somatória dos valores apresentados, incluídos os encargos, deverá ser previsto no Plano de Aplicação (item 1 do Anexo D – Orçamento).

Meta/Etapa <sup>(1)</sup>	Nome Completo	CPF	Critérios de Seleção	Titulação <sup>(2)</sup>	Função no projeto	Carga Horária <sup>(3)</sup>	Valor Total da Remuneração (R\$) <sup>(4)</sup>

(1) Meta/Etapa = informar em qual meta/etapa o colaborador participará do projeto. Se mais de uma, informar em linhas separadas.

(2) Titulação = informar qual a titulação do colaborador; Graduado ou Especialista ou Mestre ou Doutor.

(3) Carga Horária = estimativa da carga horária total a ser destinada, pelo colaborador, para a execução do projeto.

(4) Valor = valor, previsto, a ser pago ao colaborador pela participação no projeto; já incluídos encargos. Se não houver pagamento, informar 0,00.

**Anexo F – Justificativa da parceria com fundação de apoio**

A parceria com a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, objetiva viabilizar e agilizar as atividades de apoio e gerenciamento em projetos cooperados, em conformidade com o disposto no art. 1º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

A participação da Fundação FADEX, devidamente credenciada no MEC e MCTI, no apoio ao desenvolvimento do projeto fundamenta-se no reconhecimento público dos serviços que a própria Fundação tem prestado aos projetos de interesse da UFPI, serviços desenvolvidos em perfeita sintonia com sua missão e seus objetivos estatutários.

O Estatuto da Fundação FADEX, em seu Capítulo III, inciso I e III, mostra:

Art. 6º Constituem objetivos da FADEX:

I - Dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação de interesse da Universidade Federal do Piauí, de outras Instituições de Ensino Superior, ou Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, públicas e privadas, sem fins lucrativos, servindo-lhes de fundação de apoio conforme disposto na Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei 10.973, de 02 de setembro de 2004 e seus regulamentos.

II - (...);

III - Gerir administrativa e financeiramente os projetos mencionados no inciso I, apoiando na execução, difusão e captação de recursos para os projetos.

O apoio à gestão do projeto compreenderá a disponibilização dos seguintes serviços complementares requeridos à execução do projeto a ser desenvolvido:

- a. Controle Financeiro dos recursos aportados ao projeto;
- b. Registro contábil das movimentações financeiras realizadas;
- c. Procedimentos licitatórios para aquisições de bens e serviços requeridos ao projeto;
- d. Contratação, por prazo determinado, e gestão do pessoal necessário ao desenvolvimento do projeto;
- e. Assessoria Jurídica necessária ao projeto;
- f. Controle dos bens patrimoniais adquiridos ao projeto;
- g. Prestação de Contas nos prazos estabelecidos no ajuste pactuado.

Cabe ressaltar que todas as ações da Fundação serão realizadas em conformidade ao previsto no Plano de Trabalho e mediante solicitação formal do Coordenador do Projeto. Diante deste quadro, justifica-se a participação da Fundação, na garantia de procedimentos administrativos e financeiros realizados de forma eficiente, transparente e em conformidade com o disciplinado nos normativos internos da UFPI e a legislação vigente e, especialmente, em razão do apoio técnico administrativo especializado que pode ser propiciado pela Fundação e que permitirão a adequada consecução do projeto em atendimento às suas especificidades.

Dessa forma, é necessária a contratação desta Fundação para o apoio na execução do seguinte projeto:

PROJETO: Projeto de Pesquisa intitulado ATUAÇÃO DO MPI EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS, TERRITORIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Teresina (PI), 22 de dezembro de 2023.

**CARMEN LÚCIA SILVA LIMA**  
Coordenador(a) do Projeto

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2023 - UASG 154045

Nº Processo: 23108.061969/2023-59.  
Pregão Nº 54/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Contratado: 39.600.199/0001-24 - ESSENCIAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de laboratório de ensino e salas de aulas, para atender as demandas da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT, Campus Universitário de SINOP, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 21/12/2023 a 21/12/2024. Valor Total: R\$ 8.752,00. Data de Assinatura: 21/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 03/01/2024).

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: 23108.056298/2023-12. Espécie: Convênio s/nº. Partes: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT e a Universidade de São Paulo - USP. Objetivo: O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estagio de complementação educacional junto a concedente de estágio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de medicina da Instituição de ensino. Assinatura: 28/12/2023. Vigência: 05 (cinco) anos. Assinam: Evandro Aparecido Soares da Silva, Reitor da FUFMT e pela Concedente, Valdes Roberto Bollela / Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: 23108.056298/2023-12. Espécie: Convênio s/nº. Partes: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT e a Universidade de São Paulo - USP. Objetivo: O presente Convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de concessão de estágio de complementação educacional junto a concedente de estágio aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de medicina da Instituição de ensino, desde que estágio curricular obrigatório. Assinatura: 28/12/2023. Vigência: 05 (cinco) anos. Assinam: Evandro Aparecido Soares da Silva, Reitor da FUFMT e pela Concedente, Valdes Roberto Bollela / Presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2024 - UASG 154045

Número do Contrato: 1/2022.  
Nº Processo: 23108.062546/2023-56.  
Pregão. Nº 15/2021. Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Contratado: 10.364.152/0004-70 - LINCE - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do Contrato nº 001/FUFMT/2022, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 31/01/2024 a 31/01/2025, nos termos do Art. 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: 30/01/2024 a 30/01/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 771.482,63. Data de Assinatura: 21/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 21/12/2023).

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 59/2023

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso vem informar o resultado do Pregão Eletrônico nº 59/2023, cujas licitantes vencedoras foram: 13.332.212/0001-18, pelo valor total de R\$ 306.387,50; 14.023.529/0001-35, pelo valor total de R\$ 30.380,00; 12.305.224/0001-90, pelo valor total de R\$ 17.800,83; e 03.401.442/0001-38, pelo valor total de R\$ 40.015,82. Valor Global da ata: R\$ 391.344,28. Maiores informações pelo site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

BRENO LACERDA ROCHA  
Pregoeiro

(SIDECE - 03/01/2024) 154045-15262-2024NE800288

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE REVOGAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 144/2023

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 23104035367202386

AUGUSTO CESAR PORTELLA MALHEIROS  
Pró-reitor de Administração e Infraestrutura

(SIDECE - 03/01/2024) 154054-15269-2024NE800146

AVISO DE REVOGAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2023

Fica revogada a Dispensa de Licitação supracitada referente ao processo Nº 23104027017202354

AUGUSTO CESAR PORTELLA MALHEIROS  
Pró-reitor de Administração e Infraestrutura

(SIDECE - 03/01/2024) 154054-15269-2024NE800146

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 58/2023 - UASG 154046

Número do Contrato: 3/2021.  
Nº Processo: 23109.006258/2020-69.  
Pregão. Nº 14/2020. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Contratado: 04.350.057/0001-71 - S&M SERVICOS LTDA. Objeto: Alterar a subcláusula 2.1 do aditivo contratual nº 027/2022. A vigência fica prorrogada por 6 (seis) meses.. Vigência: 14/01/2024 a 13/07/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 753.244,26. Data de Assinatura: 03/01/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 03/01/2024).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 56/2023 - UASG 154046

Número do Contrato: 30/2019.  
Nº Processo: 23109.002764/2020-89.  
Pregão. Nº 10/2019. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Contratado: 00.482.840/0001-38 - LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA. Objeto: O valor contratado para prestação de serviços no período de 12 (doze) meses, fica alterado para r\$ 7.608.761,40 (sete milhões, seiscentos e oito mil cento e trinta e sete reais e quarenta centavos).. Vigência: 01/01/2024 a 30/06/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 7.584.137,40. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058165/2023-29.  
Dispensa Nº 52/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 35/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e pesquisa "programa segundo tempo universitário - pst", a ser executado pelo colégio técnico de teresina da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted aprovado pelo ministério do esporte (mesp)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 149.300,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 626/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.060866/2023-46.  
Dispensa Nº 50/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 38/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de pesquisa "atuação do mpi em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas", em conformidade com o ted e respectivo plano de trabalho celebrado pela ufpi com o ministério dos povos indígenas..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 5.750.000,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 622/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058436/2023-84.  
Dispensa Nº 51/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 34/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e extensão "oferta de vagas no programa mulheres mil - 2023", a ser executado pelos colégios técnicos da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted nº 12479/2023, e aprovado pelo fundo nacional de desenvolvimento da educação (fnede)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 30/11/2024. Valor Total: R\$ 1.064.640,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 623/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.058165/2023-29.  
Dispensa Nº 52/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 35/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino e extensão - fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de ensino e pesquisa "programa segundo tempo universitário - pst", a ser executado pelo colégio técnico de teresina da ufpi, conforme projeto/plano de trabalho do ted aprovado pelo ministério do esporte (mesp)..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 31/12/2026. Valor Total: R\$ 149.300,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 625/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.060866/2023-46.  
Dispensa Nº 49/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 37/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de pesquisa "caravana participa parente: participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas", em conformidade com o ted e respectivo plano de trabalho celebrado pela ufpi com o ministério dos povos indígenas..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 28/12/2023 a 31/12/2024. Valor Total: R\$ 2.500.000,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 624/2023 - UASG 154048

Nº Processo: 23111.037369/2023-85.  
Dispensa Nº 53/2023. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 07.501.328/0001-30 - FUNDACAO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENSAO E INOVACAO - FADEX. Objeto: Contrato acadêmico nº 36/2023-ufpi/fadex: contratação da fundação cultural e de fomento à pesquisa, ensino, extensão e inovação (fadex), com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de extensão do evento "10ª jornada acadêmica & mostra de pesquisa e extensão", conforme projeto aprovado pela câmara de extensão (camex/prexc), e devidamente cadastrado junto à cpeect/prexc com o código: ect06/2023-ctf/ufpi-242-nvpj/pg..  
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2023 a 29/12/2024. Valor Total: R\$ 9.000,00. Data de Assinatura: 29/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 02/01/2024).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo: 23116.021330/2023-31. Contratantes: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG, CNPJ nº 94.877.586/0001-10 e NATUBRAS AMBIENTAL TRATAMENTO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ nº 09.278.347/0001-75. Objeto: estabelecimento dos direitos com relação à titularidade e ao uso da propriedade intelectual, bem como os termos de apropriação dos resultados protegíveis ou não, dos bens produzidos em decorrência do programa de computador intitulado "CÓDIGO EMBARCADO PARA SISTEMA DE DETECÇÃO MULTIFACETADO", de cotitularidade das partes, registrado no INPI sob o nº BR512023003826-1, cujo certificado de registro foi expedido pelo referido órgão em 12 de dezembro de 2023. Fundamento legal: Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Vigência: 20 (vinte) anos, contados da data de sua assinatura, 2 de janeiro de 2024, podendo ser renovado até o término da vigência do registro do programa de computador, nos termos da Lei n.º 9.609/98, podendo ser alterado a qualquer momento, mediante a assinatura de Termo Aditivo firmado pelos representantes legais das Partes. Data de assinatura: 02.01.2024.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302024010400069

Processo Nº: 23111.060871/2023-08



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**DESPACHO Nº 32/2024 - CCC/PROPLAN (11.00.14.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 05 de Fevereiro de 2024**

*De Ordem. Ao Gabinete do Reitor,*

*Conforme Despacho nº 1028/2023-SECCON/GAB (fl. 52), devolvemos o processo para os fins de ratificação da Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023 (fl. 51), emitida ad referendum e posterior ratificação pelo Conselho Diretor (CD) do CONTRATO ACADÊMICO nº 38/2023-UFPI/FADEX (fls. 202-206).*

*Informamos que devido a urgência quanto ao atendimento dos prazos para dispensa e empenho dos créditos descentralizados, não foi emitida/anexada resolução ad referendum do CD.*

*(Assinado digitalmente em 05/02/2024 12:04)*  
**LUIZ ANTONIO DE MENESES WAQUIM SILVA**  
*Matrícula: 1638726*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **8823b7158f**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 466/2024 - GAB (11.00.01)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 05 de Fevereiro de 2024**

Ao SCONSUP para ratificação da resolução no CEPEX

*(Assinado digitalmente em 05/02/2024 16:43)*  
CARMINDA LUZIA DA FONSECA REIS SILVA  
*Matrícula: 6422816*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **9d60e7972a**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 34/2024 - SECCON/GAB (11.00.01.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 28 de Fevereiro de 2024**

Ao Conselheiro Marcos Patrício Nogueira Lima,

De ordem do Senhor Reitor, encaminhamos o presente processo para relatar na Reunião do Conselho Diretor a ser realizada presencialmente, dia 01/03/2024, às 09:00 horas, no Salão Nobre da Reitoria.

*(Assinado digitalmente em 28/02/2024 15:53)*

REJANE DA SILVA SOUZA

*Matrícula: 3311815*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **b04547c57f**



## RELATORIO/VOTO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 23111.060871/2023-08.

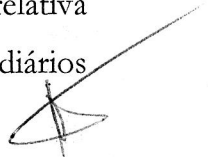
EMENTA: Proposta originária do DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/CCHL, encaminhando o Contrato Acadêmico nº 38/2023, a ser 07do entre FADEX e UFPI. Objetivo: dar apoio à execução do Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.

O DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/CCHL, através do encaminhamento relativo ao Contrato Acadêmico nº 38/2023, a ser 07do entre FADEX e UFPI, da conta a Administração desta Instituição de Ensino Superior através de encaminhamento de proposta para à execução do Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas” em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas.


Podemos nos manifestar a este respeitável Conselho que o presente Processo transcorreu em seu rito de acordo com os procedimentos regulares processuais desta instituição.

Que destacou que o projeto em tela, é de relevância para a comunidade científica piauiense notadamente quanto aos povos indígenas remanescentes em território piauiense.

Entendemos, que estamos diante de uma proposta de relativa relevância para a comunidade no interesse de avaliar os conflitos fundiários principalmente nos contextos sociais, sociológicos e econômicos.





Neste sentido o nosso Voto perante o Conselho Diretor da UFPI é   
manifesto no sentido de aprovação da proposta.

Teresina (PI), 01 de março de 2024.

  
MARCOS PATRÍCIO NOGUEIRA LIMA  
*Conselho Diretor da UFPI*



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CD/FUFPI Nº 265, DE 06 DE MARÇO DE 2024

Aprova Contrato nº 38/2023, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí-UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação-FADEX.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO e REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 01/03/2024 e, considerando:

- o Processo Eletrônico Nº 23111.0060871/2023-08;

RESOLVE:

Aprovar o Contrato Acadêmico nº 38/2023, celebrado entre a Universidade Federal do Piauí-UFPI e a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação-FADEX, cuja finalidade é a execução do Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas”, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos indígenas, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 06 de março de 2024

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

**DESPACHO Nº 128/2024 - SECCON/GAB (11.00.01.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 01 de Abril de 2024**

Ao Conselheiro **Ronny Sobreira Barbosa**,

De ordem, encaminhamos o presente processo para relatar na Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, a ser realizada presencialmente, no Salão Nobre da Reitoria, dia 08/04/2024, às 9 horas.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 01/04/2024 17:01)*  
JALES ROBERTO MACHADO DE LIMA JUNIOR  
*Matrícula: 1159804*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **e7d5103d4b**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ



Data da Reunião: 08 de abril de 2024

**Processo nº 23111.060871/2023-08**

**Interessado: CARMEN LUCIA SILVA LIMA**

**Assunto: Ratificação da Resolução CEPEX/UFPI No 624, de 21 de dezembro de 2023, emitida *ad referendum*, que “Aprova Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”.**

Ao tempo em que os cumprimento, sirvo-me do presente para relatar o processo supracitado que, trata de resolução aprovada por *ad referendum*, que possibilitou o cadastro de um projeto de pesquisa, que propõe estudar a atuação do Ministério de Povos Indígenas (MPI) em face de conflitos fundiários, territorialidades e políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil, acompanhamento de casos, produção científica e eventos de alto nível. A execução deste projeto é financiada por recursos repassados através do Termo de Execução Descentralizado (TED) celebrado entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a UFPI. O *ad referendum* em questão foi emitido em dezembro de 2023 por necessidade institucional, tendo em vista que sua emissão era necessária para diminuir as possibilidades de perda de prazos e, por consequência, perda da parceria. Vale ressaltar que o Contrato Acadêmico nº 38/2023, celebrado entre a UFPI e FADEX, cuja finalidade é a execução do projeto em tela, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos indígenas também já teve sua aprovação ratificada pelo Conselho Diretor desta IES, da mesma maneira, também foi apreciado pela PGF.

**ESTE FOI O RELATÓRIO E SIGO AO VOTO**

Dessa maneira, considerando o exposto, posiciono-me **FAVORÁVEL** à ratificação do *ad referendum* que é objeto do processo em tela.

Salvo melhor juízo deste conselho.

Sem mais para o momento, gostaria de agradecer a atenção dispensada a este relato.

Atenciosamente,  
Prof Dr. Ronny Sobreira Barbosa  
Siape 1081793



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 641, DE 12 DE ABRIL DE 2024

Ratifica Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou o Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 08/04/2024 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060871/2023-08;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a Resolução CEPEX/UFPI Nº 624, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou o Projeto de Pesquisa “Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidades e Políticas Públicas”, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, tendo em vista que a matéria foi objeto de deliberação **ad referendum** em 21 de dezembro de 2023.

Teresina, 12 de abril de 2024



GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

**DESPACHO Nº 174/2024 - SECCON/GAB (11.00.01.03)**

**Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO**

**Teresina-PI, 15 de Abril de 2024**

À CCC/PROPLAN,

Informa-se que o Conselho Diretor - CD, na reunião de 01/03/2024, aprovou o parecer do relator Marcos Patrício Nogueira Lima, contido nas folhas 227 e 228.

Segue a **RESOLUÇÃO CD/FUFPI Nº 265**, de 06 de março de 2024, para os fins.

Informa-se que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, na reunião de 08/04/2024, aprovou o parecer do relator Ronny Sobreira Barbosa, contido nas folhas 231 e 232.

Segue a **RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 641**, de 12 de abril de 2024, para os fins.

Atenciosamente,

*(Assinado digitalmente em 15/04/2024 14:40)*  
**JALES ROBERTO MACHADO DE LIMA JUNIOR**  
*Matrícula: 1159804*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://www.sipac.ufpi.br/documentos/> informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **bff89967af**



TC 007.765/2024-0  
Tipo: REPRESENTAÇÃO

DESPACHO DE CONCLUSÃO DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Informo que as providências inerentes às comunicações processuais relacionadas ao **Pronunciamento da Unidade - de acordo - Processo 007.765/2024-0 (7)** foram concluídas com validade da ciência dos responsáveis, conforme resumo adiante:

**Responsável/Interessado/UJ:** Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas.

Natureza	Comunicação	Data de expedição	Peça	Destinatário	Origem do endereço	Data da ciência ou motivo da devolução	Peça da ciência	Peça da Resposta
Diligência	Ofício 17395/2024-Secomp-4	19/04/2024	9	Secretaria-Executiva do Ministério dos Povos Indígenas	Internet	19/04/2024	10	13, 14, 15, 16, 17
Diligência	Ofício 17396/2024-Secomp-4	18/04/2024	8	Fundação Universidade Federal do Piauí	Internet	22/04/2024	11	20, 21
Diligência	Ofício 17397/2024-Secomp-4	23/04/2024	12	Fundacao Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino, Extensao e Inovacao - Fadex	Internet	02/05/2024	18	19

21 de Maio de 2024.

(assinado eletronicamente)  
EVANDRO ALBINO SIMPSON  
SEGECEX / SEJUS / SEPROC – matrícula 3568-8

**TC 007.765/2024-0**

**Tipo:** Representação

**Unidade jurisdicionada:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Representante:** Senador Rogério Simonetti Marinho, CPF 413.011.294-53.

**Representado:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Interessado em sustentação oral:** não há

**Proposta:** diligência

### PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE

1. Cuidam os autos de representação referente a possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI) (peça 1).
2. O representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, CPF 413.011.294-53, informou que estaria ocorrendo o pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, amigo pessoal da Ministra de Estado Sônia Guajajara, na qualidade de colaborador eventual e em desacordo com as normas legais e com a jurisprudência deste Tribunal. Segundo excertos de notícias transcritas na representação, extraídas do portal CNN e do portal Metrôpoles, o referido colaborador eventual estaria recebendo diárias e passagens, de forma irregular, desde fevereiro do ano passado.
3. Além disso, foram trazidas informações de que o referido colaborador eventual é remunerado também como consultor, com um salário de R\$ 8,5 mil, por meio de um convênio firmado entre o MPI e Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI).
4. Conforme já analisado à peça 6, a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014, haja vista que a matéria é de competência do Tribunal, já que se trata de execução do orçamento da União; os responsáveis do MPI e da UFPI estão sujeitos à jurisdição deste Tribunal; a representação está redigida em linguagem clara e objetiva; contém nome legível, qualificação e endereço do representante; está acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade; e se verifica a existência do interesse público. Além disso, o representante, Senador Rogério Simonetti Marinho, possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso III, do RI/TCU.
5. Em análise preliminar (peças 6-7) e com vistas a melhor avaliar a questão, foram realizadas, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, as seguintes diligências, conforme ofícios às peças 8, 9 e 12:
  - a) ao MPI, para que se manifestasse sobre o conteúdo da presente representação e encaminhasse documentos e/ou informações acerca dos valores despendidos com diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, bem como enviasse cópia integral e/ou concedesse acesso externo ao processo SEI que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, com vigência até 30/11/2024, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), que tem como objeto “realizar pesquisa relativa à participação social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas, no contexto do projeto ‘Caravana Participa Parente’, que irá apoiar a realização de assembleia/reuniões regionais de organizações indígenas onde serão escolhidos os representantes dessas organizações para o Conselho Nacional de Política Indigenista, recriado pelo Decreto 11.509, de 28 de abril de 2023” (processo 15000.103636/2023-84);

b) à UFPI, para que enviasse cópia integral e/ou concedesse acesso externo ao processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, que trata do contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, acompanhado da relação dos pagamentos efetuados, uma vez que foi firmado, entre aquela universidade e a sua fundação de apoio, a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), o Contrato 00626/2023, no valor de R\$ 5.750.000,00, com vigência de 28/12/2023 a 31/12/2026, cuja finalidade é “dar apoio à execução do projeto de pesquisa ‘Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidade e Políticas Públicas’, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas”;

c) à Fadex, para que enviasse a relação dos pagamentos efetuados, no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX, discriminando, em ordem cronológica, os nomes dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade da despesa. No caso de eventual contratação, concessão de bolsa, auxílio ou qualquer pagamento, a qualquer título, ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, CPF 053.376.141-77, no âmbito do referido contrato, deveria, também, encaminhar, caso existentes, cópia dos instrumentos de formalização, bem como informações pormenorizadas dos serviços prestados.

6. As respostas encontram-se às peças 13-21.

7. O MPI, por meio dos documentos às peças 13-17, apresentou informações com a finalidade de justificar que todos os pagamentos efetuados pelo ministério são legais e observam o disposto no art. 4º da Lei 8.162/1991, no art. 10 do Decreto 5.992/2006 e no art. 7º do Decreto 10.193, de 27/12/2019. Juntou também ao presente processo o Relatório de Diárias e Passagens no âmbito do Gabinete do Ministro (peça 16), o Relatório de Diárias e Passagens no âmbito da Secretaria-Executiva do MPI (peça 15) e documentos referente ao processo 15000.103636/2023-84, que trata do TED 3, firmado em 30/11/2023, entre a Secretaria-Executiva do MPI e a UFPI (peça 17).

8. A UFPI, por sua vez, encaminhou os documentos que compõe o processo 23111060871202308, licitação 00050/2023, contrato acadêmico 38/2023-UFPI/FADEX, no valor de R\$ 5.750.000,00, com vigência de 28/12/2023 a 31/12/2026, cuja finalidade é “dar apoio à execução do projeto de pesquisa ‘Atuação do MPI em Conflitos Fundiários, Territorialidade e Políticas Públicas’, em conformidade com o TED e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o Ministério dos Povos Indígenas” (peças 20-21)

9. A Fadex, em resposta à diligência, encaminhou o Ofício 214/2024, de 14/5/2024 (peça 19) informando que, no âmbito do Contrato 38/2023-UFPI/FADEX (TED 4/2023), não existe nenhuma atividade exercida pelo Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, inexistindo, por consequência, quaisquer documentos ou informações relacionadas a ele.

10. Analisando a documentação enviada pelo MPI, constante do processo 15000.103636/2023-84, verifica-se que dos R\$2,5milhões transferidos à UFPI, em 30/11/2023, R\$250 mil são destinados aos custos indiretos da UFPI e R\$250 mil para custeio das despesas operacionais administrativas da Fadex, o que restaria R\$2milhões para a execução do plano de trabalho (peça 17, p. 27), cujas metas eram (1) apoiar as organizações indígenas regionais na organização de reunião para escolha de representantes para o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e (2) realizar pesquisa sobre a participação social de lideranças indígenas no âmbito do CNPI (peça 17, p. 28-29). Referido ajuste foi celebrado nos termos do Decreto 10.426/2020 e a vigência se estende até 30/11/2024. Não há nos autos desse processo qualquer prestação de contas, seja parcial ou total, até o presente momento. Também não há nos documentos encaminhados pelo MPI, que seriam os constantes do referido processo, qualquer referência a pagamentos efetuados ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho.

11. Em relação às informações prestadas pela UFPI e pela Fadex, constata-se que o processo 23111060871202308 não se refere ao referido TED 3. Pesquisas ao Diário Oficial da União revelaram que o contrato que deu suporte à execução do TED 3 refere-se ao processo 23111.060866/2023-46 da UFPI (dispensa 49/2023 - Contrato acadêmico 37/2023-UFPI/FADEX), que contratou a Fadex, com a finalidade de dar apoio à execução do projeto de pesquisa "caravana participa parente: participação

social de povos indígenas no acompanhamento de políticas públicas", em conformidade com o TED 3 e respectivo plano de trabalho celebrado pela UFPI com o MPI (DOU, seção 3, de 4/1/2024 – peça 21, p. 223).

12. Assim, para elucidar a questão, devem ser realizadas diligências à UFPI e à Fadex para que apresentem as informações e documentos referentes ao processo 23111.060866/2023-46 da UFPI (dispensa 49/2023 - Contrato acadêmico 37/2023-UFPI/FADEX).

13. Ante todo o exposto, com fundamento no art. 157 do RI/TCU e tendo em vista a Delegação de Competência do Ministro Jhonatan de Jesus, contida na Portaria-MIN-JPJ 2, de 2 de agosto de 2023, art. 1º, inciso I, e a Subdelegação do Auditor-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental), contida na PortariaAudAgroAmbiental 1, de 1º de fevereiro de 2023, art. 3º, inciso I, **autorizo** a realização de diligências:

a) à Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI), para que, no **prazo de quinze dias**, envie cópia integral e/ou conceda acesso externo ao processo 23111.060866/2023-46 da UFPI (dispensa 49/2023 - Contrato acadêmico 37/2023-UFPI/FADEX), **acompanhado da relação dos pagamentos efetuados**;

b.3) à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), para que, no **prazo de quinze dias**, envie a relação dos pagamentos efetuados, no âmbito do Contrato acadêmico 37/2023-UFPI/FADEX, discriminando, **em ordem cronológica, os nomes dos beneficiários, CPF/CNPJ, valores e finalidade da despesa**. No caso de eventual contratação, concessão de bolsa, auxílio ou qualquer pagamento, a qualquer título, ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, CPF 053.376.141-77, no âmbito do referido contrato, deve, também, encaminhar, caso existentes, cópia dos instrumentos de formalização, bem como informações pormenorizadas dos serviços prestados.

14. Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

AudAgroAmbiental, em 14/6/2024.

(Assinado eletronicamente)

Leonir Bampi

AUFC – Mat. 3860-1

Diretor - substituto



TC 007.765/2024-0  
Natureza: REPRESENTAÇÃO

## **Termo de Pesquisa de Endereço**

Termo elaborado com o resultado da pesquisa de registro de endereços em bases de dados à disposição do Tribunal de Contas da União.

**Outros:** Fundacao Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino, Extensao e Inovacao - Fadex (CNPJ: 07.501.328/0001-30)

**Endereço(s) localizado(s):**

Espaço Universitário - Campus Universitário Ministro Petrônio Portela Iningá - CEP 64049-550, Teresina - PI

Fonte: Internet

---

**Outros:** Fundação Universidade Federal do Piauí (CNPJ: 06.517.387/0001-34)

**Endereço(s) localizado(s):**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n Ininga - CEP 64049-550, Teresina - PI

Fonte: Internet

---

Brasília, 14 de Junho de 2024.

*(assinado eletronicamente)*

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI, mat. 2182-2  
SEGECEX / SEJUS / SEPROC



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

OFÍCIO 0018/2024-TCU/AudAgroAmbiental

Brasília-DF, 14/6/2024.

Ao(À) Senhor(a)

Presidente da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX  
Espaço Universitário - Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - Iningá  
64.049-550 - Teresina - PI

Processo TC 007.765/2024-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Jhonatan de Jesus

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**Assunto: Diligência.**

**Anexo: peça 23 do processo TC 007.765/2024-0.**

Senhor(a) Presidente,

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado (peça 23), solicito a Vossa Senhoria, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhar ao Tribunal de Contas da União as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. A realização de diligência possui fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU.
3. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.
4. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado ou à presente comunicação podem ser obtidos junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234 no horário das 10h às 17h.

Atenciosamente,

*Assinado eletronicamente*

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI  
Chefe de Serviço



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) A apresentação de resposta ou petição deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações, conforme o disposto no art. 145, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 38 da Resolução-TCU 360/2023.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.





**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

OFÍCIO 0019/2024-TCU/AudAgroAmbiental

Brasília-DF, 14/6/2024.

A Sua Magnificência o Senhor

**GILDÁSIO GUEDES FERNANDES**

Reitor da Fundação Universidade Federal do Piauí

Processo TC 007.765/2024-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Jhonatan de Jesus

Unidade responsável: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**Assunto: Diligência.**

**Anexo: peça 23 do processo TC 007.765/2024-0.**

Senhor Reitor,

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado (peça 23), solicito a Vossa Magnificência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta comunicação, encaminhar ao Tribunal de Contas da União as informações relacionadas na documentação anexa, que integra esta comunicação.
2. A realização de diligência possui fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU.
3. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar – para resposta a comunicações e envio de documentos – os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, disponíveis no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), endereço em que também é possível acessar os autos do processo.
4. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado ou à presente comunicação podem ser obtidos junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail [cacidadao@tcu.gov.br](mailto:cacidadao@tcu.gov.br), ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234 no horário das 10h às 17h.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente*

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI  
Chefe de Serviço



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.
- 2) A apresentação de resposta ou petição deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços da plataforma digital Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico disponíveis no Portal TCU;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações, conforme o disposto no art. 145, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e no art. 38 da Resolução-TCU 360/2023.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Ofício 000.019/2024-AUDAGROAMBIENTAL

Processo: 007.765/2024-0

Órgão/entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

Destinatário: UFPI/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao UFPI/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 17/06/2024

*(Assinado eletronicamente)*

Rayra Francisca Costa Leal

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.



**DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

Ofício n. 218/2024/GAB448

Brasília, DF, 09 de abril de 2024

Exmo. Senhor Ministro

**Bruno Dantas Nascimento**

Presidente do Tribunal de Contas da União

Senhor Ministro Presidente,

Valho-me do presente Ofício a fim de requerer a Vossa Excelência, responsável por zelar, aplicar e fazer aplicar a Lei e pelo interesse público nas competências do Tribunal de Contas da União, a abertura de auditoria ante o alto número de viagens custeadas pelo Ministério dos Povos Indígenas ao amigo da Ministra Sônia Guajajara, conforme passo a expor.

Segundo [reportagem](#) recentemente veiculada pelo portal Metrôpoles, o Ministério dos Povos Indígenas pagou 24 (vinte e quatro) viagens a Hone Riquison Pereira Sobrinho, que não é servidor público.

De acordo com a notícia, o Ministério inclui Hone nas viagens como colaborador eventual”. Entretanto, sua participação nas agendas do Ministério não são nada eventuais, e sim corriqueiras, já que Hone passou cerca de 66 (sessenta e seis) dias viajando, às custas do Governo Federal.

Releva mencionar que Hone já se apresentou como assessor do Ministério dos Povos Indígenas, mesmo sem possuir qualquer vínculo com a pasta. Sendo que ele já participou de ao menos 8 (oito) reuniões oficiais do Governo Federal, entre os meses de março de 2023 e fevereiro de 2024.



## DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

Além disso, pesa ainda contra aquele Ministério os supostos gastos com passagens e diárias para Hone que ultrapassam o valor de R\$ 76 (setenta e seis) mil reais.

Diante desse cenário, venho à presença de V. Exa. a fim de requerer:

- a) o recebimento deste Ofício como Representação;
- b) a abertura de procedimento próprio para apurar uma eventual ilegalidade no pagamento de viagens e diárias a Hone Riquison Pereira Sobrinho pelo Ministério dos Povos Indígenas;
- c) seja a Representante comunicada dos atos que decorram da presente, pelo endereço eletrônico [dep.juliazanatta@camara.leg.br](mailto:dep.juliazanatta@camara.leg.br).

Respeitosamente,

Brasília/DF, 09 de abril de 2024.

**JÚLIA ZANATTA**

Deputada Federal (PL/SC)

**TC 008.191/2024-7**

**Tipo:** Representação

**Unidade jurisdicionada:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Representante:** Deputada Federal Júlia Pedroso Zanatta, CPF 047.961.659-08.

**Representado:** Ministério dos Povos Indígenas.

**Interessado em sustentação oral:** não há

**Proposta:** apensamento

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de representação referente a possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI) (peça 1).
2. A representante, Deputada Federal Júlia Pedroso Zanatta, CPF 047.961.659-08, informa que estaria ocorrendo o pagamento de diárias e passagens ao Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, amigo pessoal da Ministra de Estado Sônia Guajajara, na qualidade de colaborador eventual. No entanto, “sua participação nas agendas do Ministério não são nada eventuais, e sim corriqueiras, já que Hone passou cerca de 66 (sessenta e seis) dias viajando, às custas do Governo Federal” e não é servidor público. Segundo a representante, referido senhor se apresenta como assessor do ministério e já teria participado de ao menos oito reuniões oficiais do Governo Federal entre março/2023 e fevereiro/2024. Referido colaborador eventual teria recebido valores de passagens e diárias que ultrapassam R\$ 76 mil.
3. Requer, por fim, que a representação seja recebida, haja a abertura de procedimento para apurar a eventual ilegalidade e que seja comunicada dos atos pelo seu endereço eletrônico que consta na peça 1.

## EXAME DE ADMISSIBILIDADE

4. A representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014, haja vista que a matéria é de competência do Tribunal, já que se trata de execução do orçamento da União; os responsáveis do MPI estão sujeitos à jurisdição deste Tribunal; a representação está redigida em linguagem clara e objetiva; contém nome legível, qualificação e endereço do representante; está acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade; e se verifica a existência do interesse público.
5. Além disso, a representante, Deputada Federal Júlia Pedroso Zanatta, possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no art. 237, inciso III, do RI/TCU.

## EXAME TÉCNICO

6. A causa da irregularidade alegada pelo representante é o pagamento de diárias e passagens, de forma rotineira, por parte do MPI, a pessoa que não faz parte de seu quadro de servidores, o que não encontraria respaldo na legislação vigente e afrontaria a jurisprudência desta Corte, notadamente o Acórdão 159/2015-Plenário (relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues).
7. A concessão de diárias e passagens é permitida para, além dos servidores públicos, dos militares e dos empregados públicos, também aos colaboradores eventuais, conforme preceitua o art. 4º da Lei 8.162, de 8/1/1991, com a redação dada pela Lei 8.216, de 13/8/1991, o art. 10 do Decreto 5.992, de 19/12/2006 e o art. 7º do Decreto 10.193, de 27/12/2019.

8. E acerca do que vem a ser colaborador eventual, o art. 10, §3º, do Decreto 5.992, de 19/12/2006, com a redação dada pelo Decreto 11.872, de 29/12/2023, assim prescreve:

§3º Exceto se houver disposição em contrário em lei ou regulamento, **considera-se colaborador eventual a pessoa física**, nacional ou estrangeira, **sem remuneração e sem qualquer vínculo estatutário, empregatício ou temporário com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que recebe a incumbência de executar determinada atividade específica de forma eventual e temporária**, em colaboração com o órgão ou a entidade pública demandante, sob supervisão permanente da autoridade competente.

9. No entanto, a suposta ilegalidade já vem sendo tratada no TC 007.765/2024-0 (relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus), que cuida de representação apresentada a este Tribunal pelo Senador Rogério Simonetti Marinho. No âmbito daquele processo foram expedidos ofícios de diligência, com pedidos de esclarecimentos, ao Ministério dos Povos Indígenas (peça 9), à Fundação Universidade Federal do Piauí (peça 8) e à Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (peça 12). Neste momento, aguardam-se as respostas para prosseguimento na instrução do feito.

10. De acordo com o art. 36 da Resolução-TCU 259/2014 (com a redação dada pela Resolução-TCU 321/2020), processos que tenham relação de conexão ou continência poderão ser apensados definitivamente ou temporariamente, desde que seja conveniente a tramitação conjunta. De acordo com o Acórdão 3.199/2017-TCU-Segunda Câmara (relatoria do Ministro Aroldo Cedraz), o apensamento definitivo, ainda que resulte no encerramento do processo apensado, não implica exame de mérito, que, caso pendente, deve necessariamente ser concluído no processo principal. Requerimentos, argumentos e desdobramentos do processo apensado devem ser tratados no principal a partir da determinação do apensamento definitivo.

11. Ainda, de acordo com o art. 10 da Resolução-TCU 346/2022, os processos de denúncia ou representação que tratem de questões relativas a assuntos já em análise em processo pelo Tribunal deverão ser distribuídos, por prevenção, ao relator originalmente sorteado para a matéria.

12. Assim, como o assunto já vem sendo tratado em outro processo e para evitar sobreposição de esforços, de acordo com os princípios da economia processual e da racionalidade administrativa, e mitigar a possibilidade de deliberações diferentes do Tribunal sobre a mesma matéria, deve o presente processo, em atendimento ao art. 10 da Resolução-TCU 346/2022, ser transferido para a relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus e ser juntado definitivamente ao TC 007.765/2024-0 para tramitação conjunta.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

13. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer a presente representação por atender os requisitos de admissibilidade e/ou pressupostos de legitimidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

b) alterar a relatoria do presente processo para o Ministro Jhonatan de Jesus, de acordo com o art. 10 da Resolução-TCU 346/2022; e

c) determinar o apensamento dos presentes autos ao TC 007.765/2024-0, que trata do mesmo objeto e dos mesmos responsáveis, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

AudAgroAmbiental, em 25/4/2024.

(Assinado eletronicamente)

Leonir Bampi

AUFC – Mat. 3860-1





**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Segecex/SecexDesenvolvimento/AudAgroAmbiental

2ª Diretoria da AudAgroAmbiental

**TC 008.191/2024-7**

**Apenso:**

**Tipo de processo:** REPRESENTAÇÃO

**Unidade Jurisdicionada:** Ministério dos Povos Indígenas

### **PRONUNCIAMENTO DA SUBUNIDADE**

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada por LEONIR BAMPI, AUFC (doc 75.980.410-2).

Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

D2AudAgroAmbiental, em 14 de maio de 2024.

*(Assinado Eletronicamente)*

**SIVILAN QUADROS TONHÁ**

**Matrícula 5863-7**

**Diretor**



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Segecex/SecexDesenvolvimento

Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

**TC 008.191/2024-7**

**Apenso:**

**Tipo de processo: REPRESENTAÇÃO**

**PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE**

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo AUFC LEONIR BAMPI, a qual contou com a anuência do titular da D2AudAgroAmbiental.

Declaro, ainda, que foi verificado, no que se mostrou aplicável, o atendimento ao disposto na Resolução – TCU 315/2020.

Consoante delegação de competência expressa na Portaria-AudAgroAmbiental 1/2023, encaminhem-se os autos preliminarmente à Disup/Seses, para alterar a relatoria do presente processo para o Ministro Jhonatan de Jesus, de acordo com o art. 10 da Resolução-TCU 346/2022, pois o assunto tratado neste processo já está em análise no TC 007.765/2024-0. Após a alteração, encaminhem-se os autos ao gabinete do Relator.

AudAgroAmbiental, em 15 de maio de 2024.

*(Assinado eletronicamente)*

**PAULO VINÍCIUS MENEZES DA SILVEIRA**

Matrícula 4594-2

Auditor-Chefe Adjunto



## DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

**Data da distribuição:**

20/05/2024

**Relator:**

JHONATAN DE JESUS

**Motivo e regra de distribuição utilizada:**

Atribuição pelo Gestor do Sistema

**Justificativa:**

Alteração de relatoria com fundamento no art. 10 da Resolução-TCU 346/2022, nos termos do pronunciamento da unidade à peça 7.

**Documento gerado automaticamente pelo sistema**



**Processo:** 008.191/2024-7

**Natureza:** Representação

**Órgão/Entidade:** Ministério dos Povos Indígenas

**Responsável(eis):** Não há.

**Interessado(os):** Não há.

### **DESPACHO**

Trata-se de representação referente a possível irregularidade no pagamento de diárias e passagens a colaborador eventual no Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

A suposta ilegalidade já vem sendo tratada no TC 007.765/2024-0, que cuida de representação apresentada a este Tribunal pelo Senador Rogério Simonetti Marinho.

Conheço da presente representação por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014.

Com fulcro no art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, determino o apensamento dos presentes autos ao TC 007.765/2024-0.

Brasília, 24 de maio de 2024

*(Assinado eletronicamente)*

**MINISTRO JHONATAN DE JESUS**  
Relator

**TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO**

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.684/2024-GABPRES

Processo: 011.155/2024-8

Órgão/entidade: CD - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Destinatário: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 16/09/2024

*(Assinado eletronicamente)*

STEFANIA SERZANINK

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.